

"O MILAGRE DOS MANAUARAS":

ZONA FRANCA DE MANAUS

(Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora da mão-de-obra especializada.)

Nice Ypiranga Benevides de Araújo^e

"O MILAGRE DOS MANAUARAS": ZONA FRANCA DE MANAUS

(Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora da mão-de-obra especializada).

Nice Ypiranga Benevides de Araújo

Orientador: Elter Dias Maciel

Dissertação submetida como requisito para a obtenção de grau de mestre em Educação

139

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Administração de Sistemas Educacionais

1985

Aos meus filhos

Leonardo e Lenice pela compreen
são e ajuda nestes cinco anos de
trabalho.

"as coisas estão no mundo, sō
que eu preciso aprender".

Paulinho da Viola

AGRADECIMENTOS

Ao IESAE, nas pessoas de seu Diretor Professor Ray mundo Moniz de Aragão, e dos professores Durmeval Trigueiro Mendes, Maria Julieta Costa Calazans e Elza Lucia Denipoti, responsável pela visão que hoje tenho da Universidade Brasileira.

A CODEAMA, através de seus diretores, que me proporcionaram as condições para terminar o curso de Mestrado e concluir a dissertação.

Aos meus colegas do Núcleo de Pesquisa da CODEAMA, na pessoa do Economista Francisco Raimundo da Silva, responsáveis por toda a elaboração dos quadros e tabelas do trabalho.

À Dra. Isa Assef dos Santos pelo incentivo e pela ajuda quando da realização da pesquisa no Distrito Industrial.

Aos meus colegas da Faculdade de Direito do Amazonas, nas pessoas do então diretor prof. Francisco Ferreira Batista, e do Secretário Dr. Arnaldo Santana Rosas, que me facilitaram as vindas ao Rio para orientação apesar da direção maior da instituição haver me punido por ter realizado o curso.

Ao Edilon Ferreira Reis pela sua ajuda na sistematização da bibliografia.

À Marlene Pereira Ramos pela paciência e dedicação no árduo trabalho de datilografia.

Ao meu irmão Carrel Ypiranga Benevides que me deu a necessária cobertura política e financeira para poder concluir o curso e a dissertação.

Ao prof. Elter Dias Maciel que fez da orientação uma experiência acadêmica única.

SUMÁRIO

	Pag.
I - INTRODUÇÃO	1
II - A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	10
2.1 - As empresas multinacionais e a internacionalização do capital	18
2.2 - Zona Franca: uma "especificidade da internacionalização de capital	25
2.3 - A internacionalização de capital no Brasil e a Zona Franca de Manaus	41
III - DO "ELDORADO" AO MILAGRE ELETRÔNICO	52
3.1 - A Amazônia e o conceito de região	53
3.2 - A "constituição" da Amazônia como região e o capitalismo mercantil	56
3.3 - A incorporação da Amazônia ao capitalismo industrial: a borracha	76
3.3.1 - O começo da "história"	79
3.3.2 - O extrativismo da borracha - a ocupação da terra	83
3.3.3 - O seringal e as formas de exploração	86
3.3.4 - A crise do extrativismo e as tentativas de "saída"	97
3.3.5 - A 2a. batalha da borracha	115
3.3.6 - A intervenção planejada na Amazônia: a SPEVEA.	121
IV - O "MILAGRE DOS MANAUARAS": A ZONA FRANCA DE MANAUS - ORIGENS	126
4.1 - A "operação Amazônia" e a Zona Franca de Manaus	130

	Pag.
4.1.1 - O processo político do surgimento da Zona Franca de Manaus	142
4.1.2 - A implantação e a consolidação da Zona Franca de Manaus	154
4.1.3 - SUFRAMA: o poder paralelo no Estado	170
4.2 - Os elementos fiscais e a Zona Franca de Manaus	186
4.2.1 - Os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e seus efeitos no processo de industrialização	194
4.2.2 - O Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus	204
4.3 - O "desenvolvimento" industrial da Amazônia Ocidental; as justificativas da implantação da Zona Franca de Manaus	214
4.3.1 - A Zona Franca de Manaus e suas repercussões na balança comercial	219
4.3.2 - Estrutura de emprego e salário na Zona Franca de Manaus	246
4.4 - A "integração" da Amazônia Ocidental ao capital monopolista	265
4.4.1 - A estrutura industrial da Zona Franca de Manaus: Características	270
V - A ZONA FRANCA DE MANAUS E OS ATORES SOCIAIS	301
5.1 - A universidade e os profissionais de nível superior no Amazonas	309
5.2 - Os mecanismos ideológicos de dominação: a divisão trabalho manual/trabalho intelectual	324
5.2.1 - A universidade como legitimadora dos "lugares" da nova pequena burguesia	327

	Pag.
5.3 - Os atores: os profissionais de nível superior nas indústrias da Zona Fran <u>ca</u> de Manaus	333
VI - CONCLUSÕES	372
BIBLIOGRAFIA	378

RELAÇÃO DOS QUADROS E TABELAS

		Pag.
Nº 1	- Zonas de Livre Produção por região - 1975	28
2	- Aplicações estrangeiras segundo os ramos de atividade (1955-1961) (em milhões de US\$)	46
3	- Exportações de borracha da Amazônia brasileira - 1901-1910 (toneladas)	98
4	- Produção mundial de borracha (toneladas) 1900-1919	100
5	- Brasil - Comércio Exterior - Participação da borracha e do café na exportação total - 1890 a 1920	102
6	- Receita e despesa "per capita" da União na Amazônia e no Brasil - 1890-1915	104
7	- Firmas instaladas em Manaus, de junho a dezembro de 1967	161
8	- Zona Franca de Manaus - Distribuição das quotas de importação	177
9	- Estado do Amazonas - Arrecadação do ICM - Período: 1972 a 1981	200
10	- Cidade de Manaus - Arrecadação do ICM Período: 1972 a 1982	201
11	- Investimentos no Distrito Industrial de Manaus	207
12	- Evolução anual da ocupação do Distrito Federal por número de empresas e por setor	208

Nº 13 - Distribuição das empresas implantadas no Distrito Industrial/Manaus até dezembro 1982	210
14 - Distribuição das empresas implantadas em outros pontos de Manaus até dezembro de 1982	211
15 - Zona Franca de Manaus: Estrutura do Comércio Exterior - 1958 e 1975	220
16 - Zona Franca de Manaus - Importações e Exportações (Cr\$1.000) - FOB	226
17 - Estado do Amazonas - Comércio Nacional Exportação, segundo os principais produtos 1980	230
18 - Importações comparadas	
19 - Regime 24. Zona Franca de Manaus: Importações a 1982	233
20 - Mercadorias importadas através da Zona Franca e internadas, para consumo em outros pontos do território nacional-1982	234
21 - Mercadorias industrializadas na Zona Franca de Manaus, com matérias-primas ou <u>partes componentes</u> implantadas, internadas para consumo em outros pontos do território nacional (1982)	235
22 - Estado do Amazonas - Principais produtos exportados - 72 - 76 - 82	237
23 - Exportações do Estado do Amazonas - Resumo por principais mercados compradores	238

	Pag.
Nº 24 - Estado do Amazonas - Exportações de manufaturados (em US\$1.000) 1978 - 1980 - 1981	239
25 - Estado do Amazonas - Distribuição da produção, segundo gêneros de indústrias - 1979	241
26 - Balança Comercial do Estado do Amazonas	242
27 - Zona Franca de Manaus - Comparação do faturamento dos principais polos industriais com suas exportações em 1983 (em US\$1.000)	245
28 - População do Estado do Amazonas - 1960/70/80	248
29 - População da cidade de Manaus - 1960/70/80	249
30 - Frota de veículos especiais - Distrito Industrial - 1983	261
31 - Repartição modal do transporte em Manaus 1983	262
32 - Participação percentual dos salários indiretos com relação aos salários diretos segundo os setores da Zona Franca de Manaus	264
33 - Estado do Amazonas: Estrutura da atividade industrial 1960/1970	272
34 - Estado do Amazonas - Comparativo do número de estabelecimentos industriais e pessoal ocupado em Manaus e no Amazonas - 1970	275
35 - Empresas implantadas na Zona Franca de Manaus até dezembro de 1982	276
36 - Zona Franca de Manaus: procedência dos insumos segundo subsetores industriais-1973	290
37 - Características de diversos setores industriais da Zona Franca de Manaus	300

Nº 38 - Evolução do emprego da população com mais de 10 anos por setor e ramo de atividade Manaus - 1960 - 1980	303
39 - Estrutura da renda interna, segundo os setores - Amazonas, Norte e Brasil 1949/1959/1965/1970/1975	305
40 - Pessoas pesquisadas segundo o cargo e o curso de formação	339
41 - Pessoas pesquisadas, segundo o curso e a instituição onde concluiu	348
42 - Pessoas pesquisadas segundo o sexo	350
43 - Pessoas pesquisadas segundo o estado civil	351
44 - Pessoas pesquisadas por grupo de idade	352
45 - Pessoas pesquisadas segundo o ano de conclusão do curso	353
46 - Pessoas pesquisadas segundo o curso de formação e o nível de instrução do pai e mãe	355
47 - Avaliação da universidade, pelas pessoas pesquisadas, segundo o volume de conhecimento que ministra, a preparação para o exercício da profissão e o mercado de trabalho	358
48 - Pessoas pesquisadas segundo a adequação da função que exerce ao curso de formação	359
49 - Pessoas pesquisadas segundo o curso de formação e a avaliação do seu aprendizado	360
50 - Avaliação do curso de formação segundo as pessoas pesquisadas	361
51 - Pessoas pesquisadas segundo o motivo da escolha com o curso que concluiu	365

INTRODUÇÃO

O que se pretende neste trabalho é examinar o processo de industrialização implantado em Manaus com a re formulação da Zona Franca e o papel desempenhado pela uni-
versidade como formadora de mão-de-obra qualificada para este processo. Tentou-se desenvolver uma análise que fos-
se capaz de situar o profissional de nível superior nas in-
dústrias da Zona Franca levando-se em consideração a per-
cepção de uma contradição bastante evidente. Se por um la
do, Zonas Francas são espaços industriais enclavados, onde
empresas multinacionais podem importar livremente matérias
primas ou produtos semi-acabados para processá-los e reex-
portar; por outro lado, como este processo consiste, em sua
grande parte, em algumas operações de rotina, sobretudo de
solda ou de montagens microscópicas por mão-de-obra barata
e semi-qualificada, profissionais de nível superior se tor
nam desnecessários.

A implantação da Zona Franca de Manaus em 1967
aparece como o surgimento de um novo "Eldorado" no Amazo -
nas. O objetivo da Superintendência da Zona Franca de Ma-
naus - SUFRAMA - recém criada era a promoção e o desenvol-
vimento através de incentivos fiscais à iniciativa privada.
Estava, portanto, enquadrada entre as metas nacionais que
o I PND estabelecia para a Amazônia: o desenvolvimento eco
nômico regional deveria ter como suporte básico o investi-
mento privado atraído pelos incentivos fiscais. Os outros
objetivos não eram menos importantes: a integração física,

econômica e cultural da região no contexto nacional e a ocupação humana.

Manaus é designada como "polo de desenvolvimen - to" e recebe o privilégio de zona de livre comércio. E assim, a criação de um centro industrial, comercial e agro - pecuário na Amazônia Ocidental está intimamente vinculado aos objetivos nacionais de desenvolvimento econômico da região, levando-se em conta a preocupação, segundo a qual, tal desenvolvimento deveria ocorrer "equilibradamente" no interior da própria região.

Os mecanismos utilizados para a expansão econômi ca da Zona Franca de Manaus constituem-se, em sua grande parte, em privilégios fiscais que têm como propósito ime - diato reverter uma tendência de concentração econômica, no tadamente industrial, detectada a partir da implantação da política de desenvolvimento regional, já que durante o pe - ríodo 64/66, menos de 5% dos investimentos totais aprova - dos pela SUDAM para a região, localizavam-se na Amazônia Ocidental. Dizia-se e continua se afirmando que, o proces se de industrialização implantado em Manaus a partir da Zo na Franca, seria "função" da política de incentivos fis - cais adotada.

Este é o discurso oficial. É a ideologia repro - duzida nos textos legais, nas justificativas, nos planos e nos pronunciamentos oficiais. O marco teórico deste traba - lho, rejeita, portanto, as explicações contidas nas análi - ses dominantes sobre a Zona Franca de Manaus. Recusa-se a

entender o desenvolvimento como resultante de mecanismos legais que o Estado utiliza para induzir os particulares e as empresas a se integrarem em ação conjunta desenvolvimentista, servindo-se, sobretudo de normas e sanções de natureza premial. Nesta perspectiva, incentivo "é um benefício econômico, fiscal ou jurídico, em favor daquele que cumpre certa operação correspondente a uma diretiva de política econômica de um Estado que tem, finalidade, premissa a justiça econômica-social. É essa uma forma típica através da qual se realiza a técnica de encorajamento, um mecanismo de controle social com o qual se tem em mira, antes de restringir a oportunidade de ocorrência de um comportamento nocivo à sociedade, propiciar condutas vantajosas; antes de coibir os comportamentos danosos, induzir as condutas úteis; antes de conter e reprimir os impulsos dos cidadãos, orientar direções opostas. Assim o incentivo fiscal representa uma das características mais expressivas da sociedade tecnológica e de massa, na qual o conformismo passivo-repressivo da sociedade tradicional foi substituído pela participação ativa e estimulante".¹

Entendido assim os "incentivos fiscais correspondem a medidas legislativas de redução do ônus tributário, caracterizando-se por sua atuação com o objetivo de canalizar, para certas atividades produtivas ou determinadas regiões geográficas ou mesmo setores econômicos ainda não de

¹Ver Álvaro Melo Filho. In Teoria e prática dos incentivos fiscais (Introdução ao Direito Premial) Rio de Janeiro, Editora Eldorado, 1976, p. 154.

vidamente explorados, recursos externos à economia própria das empresas, setores econômicos ou regiões geográficas visadas".²

Recusa-se, também, a analisar o processo de industrialização implantado na Zona Franca de Manaus dentro do enfoque dos desequilíbrios regionais, isto é, que haveria no espaço brasileiro, algumas regiões mais desenvolvidas que outras e que a raiz do fenômeno da disparidade deve-se buscar na dotação e no uso de recursos produtivos. Assim, a partir da adoção de um planejamento regional utilizando-se os mecanismos de incentivos fiscais, poderia a região ser "desenvolvida e integrada".

A perspectiva deste trabalho é analisar o processo de industrialização da Zona Franca de Manaus a partir da lógica do capitalismo como modo de produção, cuja dinâmica o leva a se expandir através do mundo, em função das necessidades de acumulação. O estudo descritivo do processo de industrialização em Manaus ou um estudo comparativo com relação a industrialização desenvolvida em outras regiões mesmo se acompanhada de uma análise, fracassa quando tenta explicar as leis do desenvolvimento dessas economias. Assim, um processo de industrialização não pode ser explicado por si mesmo. E qualquer tentativa de estudo da industrialização separada da evolução da economia mundial, das necessidades de seus centros dominantes, está destina-

² Ver René Izoldi Ávila. *Os incentivos fiscais ao mercado de capitais*. Ed. Resenha Tributária Ltda. São Paulo, 1973, p. 52.

da ao fracasso porque afasta o problema essencial: o da gênese do próprio processo de industrialização. Nosso objetivo, portanto, não é realizar um estudo histórico detalhado nos múltiplos e ricos aspectos deste processo, mas tentar compreender - por meio da exposição de suas principais linhas - a lógica interna, as consequências e o papel desempenhado pelas relações da Amazônia Ocidental com o Brasil e com o mercado mundial.

A questão central colocada neste trabalho é: a Zona Franca de Manaus é "produto" de um processo de acumulação de capital que se dá no mundo capitalista como um todo e da homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil. Há, então, que inseri-la na problemática da internacionalização do capital e estudá-la sob a ótica da divisão regional no Brasil. Na verdade, *"toda organização interna dos povos, todas as suas relações internacionais são acaso outra coisa que não a expressão de uma particular divisão do trabalho? E não devem mudar quando muda a divisão do trabalho?"*³ Esta perspectiva coloca o processo de acumulação de capital como o elemento central da evolução das formas sociais capitalistas. Nestas, o conflito constitui-se num elemento essencial: conflito entre o capital e o trabalho, entre os diferentes capitais pela conquista e expansão dos mercados, etc...

³MARX, Karl. In: *Cartas Filosóficas e outros escritos*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, p. 17.

Ao se focalizar as principais determinações do que se chamou o "milagre dos manauaras", tenta-se explicá-lo como um processo contraditório, no qual os atores sociais locais são excluídos.

Não se trata mais do Amazonas dos "coronéis de barranco" da borracha, do extrativismo, das casas aviadoras, da pequena burguesia comerciante; é o Amazonas de agora, das grandes empresas multinacionais; dos "estrangeiros" travestidos de "locais"; da forte tecnologia, das empresas públicas e privadas. É também o Amazonas da burguesia local, que ao se associar ao capital internacional, submetendo-se à força avassaladora do grande capital monopolista, não consegue ver que, desaparece como classe ou fração de classe com poder político. A Zona Franca de Manaus ao desarticular as forças locais, alijando principalmente os setores mais atrasados das classes dominantes do centro do poder, deixava o caminho livre para a consolidação dos grandes grupos econômicos.

Na primeira parte do trabalho, analisa-se o processo de industrialização de Manaus a partir da implantação da Zona Franca dentro do processo global de expansão do capital. O objetivo aqui, é mostrar a inserção da Zona Franca no contexto nacional e internacional do capital monopolista, ressaltando as suas especificidades. Na segunda parte, a partir de um conceito de região fundamentado na *"especificidade da reprodução do capital, nas formas que*

o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas"⁴ procurou-se mostrar não só como a Amazonia se estrutura como região, mas também como ela é "incorporada" nos vários momentos do desenvolvimento capitalista.

A terceira parte trata especificamente do "milagre dos manauaras": a Zona Franca de Manaus. Aqui se analisa desde a estratégia da "integração" da Amazonia Ocidental ao capital monopolista até o processo político do surgimento e de sua implantação, destacando-se os vários aspectos de sua estrutura produtiva, de sua balança comercial, dos incentivos fiscais, de sua estrutura de emprego e salário e Distrito Industrial.

Na última parte, analisa-se o papel desempenhado pela universidade como formadora de mão-de-obra especializada para o processo de industrialização. Examina-se como o ensino universitário procura incutir numa pequena minoria o sentimento de que representa uma elite, produzindo assim a estratificação hierárquica das forças de trabalho exigida pela divisão capitalista do trabalho. Mostra-se como este objetivo é alcançado por um ensino conceitual e abstrato que torna a aquisição de conhecimentos intelectuais particularmente difícil para a grande maioria. O sistema escolar universitário é, desse modo, o instrumento chave da hierarquização social de uma determinada classe - a

⁴Ver Francisco Oliveira. *Elegia para uma re(li)gião*, p. 27.

"nova" pequena burguesia. Aqui a análise tem como suporte empírico uma pesquisa realizada com os profissionais de nível superior das indústrias da Zona Franca, ocupassem eles ou não cargos ou funções considerados técnicos. A pretensão aqui é discutir qual o papel da universidade numa sociedade de classes e qual a função desempenhada por estes profissionais em um processo de industrialização baseado em indústrias de montagem e que, portanto, não criam tecnologia. Assim, se por um lado as universidades locais se ampliam, aumentando o número de cursos e de vagas, sob a justificativa do desenvolvimento, por outro lado, no processo de industrialização implantado em Manaus com a Zona Franca, técnicos de nível superior são desnecessários.

Devo ressaltar que neste processo, ocupei sempre uma posição privilegiada. Por pertencer aos quadros da Codeama - Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - órgão encarregado da aprovação dos projetos industriais até 1979 - e da Universidade, acompanhei e participei das transformações que aconteceram no Amazonas. Ocupando cargos de destaque na estrutura de poder tive acesso a documentos e informações que me permitiram ir tão fundo na análise. Por outro lado, estava devidamente "legitimada" como "agente do Estado" para entrar nas indústrias e entrevistar seus profissionais de nível superior e seus diretores. Mas, se aqui aproveito da experiência de ter pertencido a estrutura de poder no Estado do Amazonas por mais de 20 anos, este trabalho não é um relato dessa experiên - cia.

Os atores sociais envolvidos no processo e que aqui são referidos, devem ser vistos, segundo Marx, como PERSONAS enquanto personificação de categorias econômicas, como representantes de determinados interesses e relações de classe. Estes atores representam forças sociais daí que, como diz Francisco Oliveira, *"seus nomes privados são nomes próprios das classes e grupos sociais que representavam, e dos processos contraditórios a que o embate e o confronto dessas classes davam lugar"*.

Este trabalho representa cinco longos anos de pesquisa e, apesar de doloroso, em nenhum momento deixou de ser gratificante. Escrevendo-o, aprendi a amar mais a minha terra, pois muita coisa se tornou mais clara nesta penosa caminhada de ir da "aparência à essência e da essência à aparência". Em nenhum momento, porém, tive a pretensão de esgotar o assunto: as perplexidades que ficaram ao final do trabalho são ainda muito grandes.

Cada vez mais estou convicta da responsabilidade de um trabalho desta natureza e que um pesquisador não deve se permitir equívocos, daí a tentativa de seguir à risca o que disse Brecht: *"afunde, aprofunde o mais que puder, pois só assim poderá descobrir a verdade"*. Este trabalho é a minha verdade, uma verdade construída a partir de uma visão de mundo. Ela não é também algo estabelecido e assentado de uma vez por todas, mas um processo de aprofundamento do conhecimento humano sobre o mundo que nos cerca pois como diz o poeta: *"as coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender!"*

CAPÍTULO II

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Sob uma determinada ótica, a história do capitalismo, enquanto modo de produção, é a história da internacionalização do capital, ou melhor, da criação e ampliação de um espaço econômico internacional onde o capital possa circular livremente. O capital, em seu processo de acumulação ao ampliar o espaço no qual se move, expande as fronteiras nacionais do Estado eliminando ou anulando os limites externos à sua expansão: ele só conhece os limites fixados pela sua própria natureza.

A partir do século XIX, a divisão internacional do trabalho produzida pela Revolução Industrial passou a ter por base os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas alcançados pelos diversos países. O desenvolvimento das forças produtivas ou o seu atraso se dá, não num espaço mundial ilimitado ou em determinados recortes arbitrários do mesmo, mas em espaços nacionais delimitados por soberanias, representando assim, os Estados as matrizes do desenvolvimento das forças produtivas.

Estudar as causas dos desníveis de desenvolvimento entre países, a partir da divisão internacional do trabalho, é tentar entender o modo de atuação do capital e como ele vem se alterando no plano mundial. Um possível caminho de análise é investigar como as transformações da divisão internacional do trabalho afetam o nível

de desenvolvimento das forças produtivas nos diferentes países e até que ponto a "nova" divisão, resultante da ação de empresas multinacionais, tenderia a nivelar o grau de desenvolvimento das forças produtivas de, pelo menos, um certo número de países.

Sob o enfoque da divisão internacional do trabalho, há um rápido movimento de internacionalização do capital; como resultado deste processo, aparecem, no mundo capitalista, as empresas multinacionais. O capital monopolista se tornou multinacional como uma necessidade de alargamento da fronteira externa da acumulação, o que lhe iria permitir um dinamismo contínuo no pós-guerra, escapando, assim, às restrições impostas ao seu crescimento pelos mercados centrais.

A grande depressão dos anos 30 e as políticas de reação à crise, — maior concentração de capital aliado a um protecionismo exacerbado — reforçados pela economia de guerra e conjugados com o rápido progresso tecnológico e com o desequilíbrio político-econômico resultante do conflito mundial, gestariam as condições para a internacionalização das grandes empresas americanas.

Antes de 30, o capital circulava, praticamente, entre países industrializados e quando se destinava aos "subdesenvolvidos" ou "periféricos" não era industrial, pois se aplicava quase só no desenvolvimento da produção primária ou dos serviços de infra-estrutura de apoio à mesma.

Há de se ter presente, no entanto, que este "espaço" onde o capital circula é um espaço só: é o espaço estruturado pelo capital industrial que, ao criar um espaço mundial, transforma as produções em produção de mercadoria para esse capital.

A partir da segunda metade do século XIX, o capitalismo internacionaliza não só a troca de mercadorias através do comércio mundial, mas também o movimento do capital-dinheiro através da exportação desse capital para as áreas subdesenvolvidas ou periféricas. Isto significou uma propagação do domínio das relações sociais de produção capitalista a nível mundial e um processo de subordinação de todas as formas de trabalho não assalariado visando a valorizar o capital. Essa subordinação formal do trabalho ao capital, que não altera em profundidade as modalidades técnicas do processo de trabalho, significou ser a dinâmica da acumulação mais lenta, e o atraso ou a lentidão não ter sido produto de uma "herança pré-capitalista", mas produto de uma especificidade histórica do desenvolvimento capitalista. Isto é bastante evidente no caso da Amazônia, como veremos a seguir.

Após a superação da crise dos anos 30, as grandes empresas são obrigadas a se lançar na conquista de novos mercados como consequência de seu próprio crescimento interno; sua estratégia, ao ocupar um espaço econômico crescente, é através da criação e ocupação de subsetores industriais e controle das empresas existentes em países "subdesenvolvidos" ou "periféricos" que, além de possui -

rem adequado mercado interno, consideram-se "desenvolvimentistas". É nesta aparente contradição entre a política destes Estados que "querem" desenvolver-se via industrialização e das necessidades de expansão do capital monopolista no mercado mundial emergem as *empresas multinacionais*. A partir de seu aparecimento novas transformações irão ocorrer na divisão internacional do trabalho. Sua força reside em seu poder e capacidade para recolher os benefícios da cooperação e da divisão do trabalho. Para Hymer¹ empresas multinacionais "são aquelas que assumem como *habitat* o próprio mundo e planejam a produção e a comercialização em escala global". Daí que "as operações de uma firma multinacional (determinação de custos, alocação de recursos, adoção de tecnologia, interdistribuição de lucros, etc.) são decididos de acordo com políticas que têm por objetivo principal maximizar as OPERAÇÕES GLOBAIS da corporação - e não apenas os interesses particulares da matriz ou do país onde se situa a sede histórica da empresa".²

O fato importante, talvez fundamental nesta internacionalização do capital via empresas multinacionais é não terem estes países ditos "desenvolvimentistas" aberto suas fronteiras ao capital-mercadoria dos países industrializados, reservando seus mercados internos à indústria localizada dentro de suas fronteiras. Há de se ter pre-

¹HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978, p. 107.

²MARTINS, Luciano. Política das corporações multinacionais na América Latina. *Estudos CEBRAP*, São Paulo (5):89, jul./set. 1975.

sente o fato de existir uma especificidade histórica em cada um desses Estados; essa especificidade repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais: o fechamento do mercado interno ao capital-mercadoria que viesse competir com a produção nacional por parte dos países que se industrializavam não significava, porém, a sua exclusão do novo espaço econômico internacional que se estava estruturando. Seu objetivo era assegurar o desenvolvivimento das forças produtivas "*dentro*" das fronteiras nacionais, contando com o capital-dinheiro e, sobretudo, com o capital-meios de produção (isto é, com tecnologia nele incorporada) dos países industrializados.

No caso do Brasil, a opção pelo desenvolvimento, via industrialização, foi "*muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial. Em outras palavras, com a crise dos anos 30, o vácuo produzido tanto poderia ser preenchido com estagnação - como ocorreu em muitos países da América Latina e de outros continentes de capitalismo periférico - como com crescimento; este que se deu no Brasil, pode se concretizar porque do ponto de vista das relações fundamentais entre os atores básicos do processo, existiam condições estruturais, intrínsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno."³*

³OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP (1). São Paulo, Brasiliense, 1977, 3 ed., p.36-8.

O que está se tentando mostrar é que há uma lógica da acumulação no espaço do capital, e há também, em cada uma das "fronteiras nacionais", uma especificidade histórica determinada por uma luta de classes particular. Ocorre, porém, que dentro das "fronteiras nacionais" há uma "homogeneização" do espaço; para que esta se concretize não de se destruir as várias "regiões" que compõem este espaço. O conceito de "região" aqui privilegiado é o que se fundamenta "na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem "regiões" em determinado espaço nacional, tanto mais determinados quanto sejam diferenciados os processos assinnalados, e, no limite (...) num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as "regiões...."⁴

Este trabalho procura analisar uma das "regiões" brasileiras - a Amazônia, ou mais precisamente, a Amazônia Ocidental, cujo epicentro é Manaus - esta, apesar de estar inserida em uma determinada "fronteira nacional", possui uma especificidade peculiar e só será possí-

⁴OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 27.

vel desvendá-la na medida em que não só a relacionemos com o processo de acumulação que se dá no Brasil mas também com o que ocorre no espaço capitalista como um todo. São como tres círculos concêntricos: o maior e determinante - a acumulação capitalista no espaço mundial; numa segunda ordem, determinada por aquele mas com uma especificidade histórica própria - a "fronteira nacional", no caso, o Brasil e no interior, a Amazônia, também com uma especificidade própria. Daí, entendermos que a Zona Franca de Manaus não é "produto" do acaso, mas sim, de um processo de acumulação de capital que se dá no mundo capitalista como um todo e da homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil.

Quando, então, em um determinado estágio da internacionalização do capital se descentraliza, em escala mundial, a distribuição geográfica dos meios industriais de produção para concretizar a penetração e ocupação dos mercados estrangeiros nos países "subdesenvolvidos" ou "periféricos", as condições técnicas de produção manufatureira tenderam à "homogeneização" naqueles setores oligopolísticos internacionalizados, enquanto a propriedade destes meios de produção permanecia cada vez mais centralizada em cerca de quinhentas ou seiscentas gigantescas empresas globais. Por outro lado, nas economias periféricas destes países, este tipo de "homogeneização" tecnológica, enxertada "de fora", provocaria uma ampliação das desigualdades inter e intra-setoriais, ocasionando uma violenta modificação no perfil da estrutura industrial, refletindo-se, inevitavelmente, na criação e exacerbação de de

sequilíbrios entre os vários espaços internos, vale dizer, entre as várias "regiões".

A condição para a exportação do capital é a diferença das taxas de lucro: a exportação do capital é o meio de equalizar as taxas nacionais de lucro e o capitalismo, em sua fase monopolista, cria as condições adequadas para o funcionamento de um mercado internacional de capitais, que canalizariam volumes crescentes de capital aos países "subdesenvolvidos" ou "periféricos". A nova articulação entre o capital financeiro e o capital industrial, típica da fase monopolista do capitalismo, abriu ao capital possibilidades inéditas de expansão, inclusive em termos geográficos. Com o surgimento das empresas multinacionais, a exportação de capital passou a influenciar a criação de novas atividades produtivas sob a égide do capital, implicando, portanto, a expansão do capitalismo enquanto modo de produção.

2.1 - As empresas multinacionais e a internacionalização do capital

As empresas multinacionais, como já afirmamos anteriormente, surgem no mundo capitalista como resultado do processo de internacionalização do capital. As primeiras a surgir são as americanas, que começam, a se formar na primeira década do pós-guerra, quando as inversões estrangeiras dos Estados Unidos representaram cerca de dois terços em todo o mundo e apareceram mediante o estabelecimento de subsidiárias no Canadá e em vários países europeus. Em 1929, as inversões americanas no exterior totalizaram 7,5 bilhões de dólares, dos quais 24,1% (1,8 bilhão) aplicados em indústrias. Em 1943, a participação do capital industrial na América Latina representava 14,3% do total investido no exterior e em 1950, representava já 20,5%.⁵ Para as três empresas multinacionais americanas que existiam em 1901 na América Latina, há 259 em 1950.⁶

Entre 1950 e 1960, o investimento direto no exterior de empresas norte-americanas se expande a uma taxa de cerca de 10% ao ano; neste ritmo, em menos de 10 anos, duplicam-se os investimentos.

Hymer⁷ aponta três fatores importantes que explicariam esta onda de investimento externo nas décadas de 50 e 60: primeiro, o grande porte das empresas norte-ame

⁵U.S. - Dept. of Commerce. U.S. Business Investments in Foreign Countries. Washington, 1960.

⁶VERNON, Raymond. *Sovereignty at bay*. Basic Books, Inc., N.Y./Lon - dres, 1971, p. 63.

⁷HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978, p. 48.

ricanas e sua nova estrutura multidivisional; segundo o desenvolvimento tecnológico nas comunicações; terceiro, o rápido crescimento da Europa e do Japão.

Com relação ao primeiro fator, é Hymer que vai, pela primeira vez, mostrar que neste processo, a economia mundial passa a ser crescentemente articulada e integrada através de formas avançadas de divisão técnica do trabalho dentro das empresas, formas essas projetadas à escala internacional. Isto é, as velhas formas de divisão de trabalho entre países cedem lugar, progressivamente, à integração global da produção industrial dentro das empresas. As empresas multinacionais surgem, pois, como pólos de internacionalização das vantagens comparativas dinâmicas e dos ganhos do comércio internacional, através da divisão planejada do trabalho dentro do seu conjunto de empresas.

Um aspecto característico das empresas multinacionais é que suas subsidiárias operam sob uma estratégia e um controle global comum. A matriz é seu cérebro, daí ser a definidora da estratégia e ser quem decide a localização dos novos investimentos, alocando mercados de exportação e programas de pesquisa às várias subsidiárias, além de determinar os vários preços a serem cobrados em transações entre filiais. As subsidiárias não são dirigidas como empresas separadas, mas como parte integrante e enquadrada no plano geral do grupo.

A expansão das empresas multinacionais pelo mundo e, especialmente, sua penetração nos países "subdesenvolvidos" ou "periféricos" que se industrializam, é parte integrante de um movimento mais amplo no sentido de criar

"segmentos" de economia planejada; esse planejamento visa à maximização da taxa de lucros da companhia como um todo.

A maximização planejada de lucros à escala global, com descentralização geográfica da produção industrial tende a superar, efetivamente, as formas tradicionais do comércio internacional, especialmente em insumos e bens de capital, as quais em boa parte, assume a forma de transações intra-empresas. A essa descentralização da produção industrial em geral não correspondeu, todavia, uma significativa descentralização da produção de bens de capital, permanecendo os processos intensivos em tecnologia, engineering e economias de escala, altamente concentrados nas economias centrais, o que se expressaria através do rápido crescimento observado nas exportações destas categorias de produtos. O custo mais baixo da força de trabalho nas economias periféricas asseguraria às empresas multinacionais maior rentabilidade, de forma a ensejar, em determinadas áreas e em sub-ramos específicos, a montagem de "plataformas de exportação."

Assim, foi possível às empresas multinacionais localizarem a produção em massa de componentes e equipamentos em alguns poucos países, alcançando grandes ganhos de escala e, ao mesmo tempo, estabelecer linhas de montagem e um número bem maior de mercados. Para conservar suas posições monopolistas, são obrigadas a desenvolver, continuamente, novos produtos, cujo lançamento inicial se faz nos maiores mercados, encontrados, naturalmente, nos países capitalistas avançados. Só este motivo seria suficiente para que a pesquisa tecnológica fosse concentrada nes

tes países, principalmente no maior deles, os Estados Unidos.

A alocação de recursos por parte das empresas multinacionais nos vários países atende não só a determinadas condições, tais como: pesquisa tecnológica onde a atividade científica é mais desenvolvida; produtos padronizados de tecnologia "estabilizada" onde o mercado é mais extenso e o custo da mão-de-obra semiqualeificada é menor, etc...; como também a lucratividade, ou seja, naqueles países a economia cresce com maior rapidez, isto é, acumula-se mais capital.

Há de se salientar, no entanto, que a alocação de recursos por parte das multinacionais não resulta só de critérios puramente econômicos, mas também de negociações "políticas" realizadas entre as matrizes dessas empresas e os governos "locais." À medida que uma empresa multinacional expande o número de países em que atua, alarga-se um segmento planejado da economia internacional, ou seja, um segmento da economia mundial passa a ser submetido a uma direção centralizada; então, os interesses "nacio - nais" de todas as subsidiárias são subordinadas ao inte - resse comum do grupo.

Quando os interesses da "companhia como um todo" se chocam com a "política" do governo de um país onde se encontra uma de suas subsidiárias, a negociação que se dá com a matriz é respaldada por um apoio, explícito ou implí cito, de "seu" governo; é este respaldo, a condição "sine qua non", para que elas possam controlar os segmentos da economia internacional sob seu domínio.

Os países "subdesenvolvidos" ou "periféricos", cuja industrialização é dominada pelas multinacionais, tendem a ser integrados na "periferia" dos segmentos planejadas da economia internacional, já que esta industrialização, tendo em vista o mercado mundial, desenvolve as forças produtivas de forma desigual e retardatária. A razão fundamental destas distorções reside no caráter das vantagens comparativas proporcionadas por estes países como localizações de baixo custo, pois o que eles possuem em abundância e a reduzido preço é mão-de-obra semiqualeificada e, eventualmente, recursos naturais. É claro que as empresas multinacionais, ao transferirem determinados processos produtivos, estes se caracterizam pelo predomínio do trabalho não qualificado ou semiqualeificado.

Assim, quando a inversão das multinacionais nestes países se dá através da industrialização, estas resultaram do fechamento destes mercados às exportações industriais dos países desenvolvidos, levando-as a adotar, como nova estratégia, a criação de subsidiárias. No início do processo de industrialização, via substituição de importações, no mercado interno as subsidiárias incorporam apenas os processos finais de produção, passando a importar da matriz ou de outra subsidiária da mesma multinacional equipamentos e componentes. A nacionalização do processo produtivo que requer, para se completar, uma série sucessiva de substituições, vai depender das pressões e dos incentivos do governo e do tamanho do mercado interno do país onde a multinacional se implantou através de subsidiária.

O tamanho do mercado interno vai condicionar a natureza do processo produtivo: países de reduzida população não podem desenvolver em suas economias processos produtivos que exijam grandes escalas de produção e são, por isso, obrigados a se especializar em apenas algumas linhas de produtos para o mercado mundial. No caso de subsidiária de multinacional americana, gozará do privilégio da legislação alfandegária deste país (imitada depois por outros países desenvolvidos), que isenta componentes americanos de produtos exportados aos Estados Unidos. Um dos objetivos desta legislação foi facilitar o estabelecimento em países que remuneram a força de trabalho com baixíssimos salários, de indústrias "maquiladoras", isto é, de acabamento de produtos americanos destinados ao mercado dos Estados Unidos. É possível afirmar que países "subdesenvolvidos" de pequena população dependem particularmente da transferência de processos produtivos voltados ao mercado mundial, levando-os a acentuar as vantagens oferecidas às empresas multinacionais para atraí-las. É curioso constatar que essa mesma lógica é transplantada para as "fronteiras nacionais" e a implantação da Zona Franca de Manaus vai atender, em parte, a esta lógica do processo de acumulação de capital.

Com relação aos países "subdesenvolvidos" ou "periféricos" de amplo mercado interno, o grau de integração industrial possível é bem maior, permitindo que os governos de vários destes países obtivessem a transferência de processos de produção inteiros para suas economias; um exemplo disso é a nacionalização quase completa da fa-

bricação de veículos a motor, efetuada pelas multinacionais no Brasil.

Este tipo de inversão das multinacionais, em certos e determinados países "subdesenvolvidos" lhes desenvolve as forças produtivas, já que introduz tecnologia mais avançada e capacita uma parcela da população economicamente ativa a atingir níveis mais elevados de produtividade. Deve-se ter presente, no entanto, que esta elevação das forças produtivas, só ocorrentes quando elas são induzidas a transferir processos completos de produção, tem limitações, a longo prazo fatais, já que a essência da divisão do trabalho entre a matriz e a subsidiária se mantém, pois a produção de nova tecnologia será sempre concentrada no país onde a matriz está situada. Há de se ter presente que a produção de nova tecnologia, tanto na forma de criação de novos produtos como na de mudanças de processos de produção, é uma atividade contínua, tornando a tecnologia em uso, obsoleta em prazo relativamente curto. Surge, então, uma específica forma de dependência - a dependência tecnológica dos países em que se dá meramente a aplicação de tecnologia em relação aos países onde ela é produzida. Ao surgir uma nova tecnologia, por razões econômicas, vai começar a ser aplicada nos países de maior mercado; por razões técnicas, esta aplicação inicial será realizada em estreito contacto com os que a desenvolveram. Por essas e outras razões, as novas tecnologias são sempre aplicadas, inicialmente, no país em que elas foram produzidas, e que são normalmente países com grandes mercados.

2.2 - Zona Franca: uma "especificidade da internacionalização de capital"

O surgimento das Zonas Francas no mundo capitalista tem de ser entendido como uma estratégia do capital à crise de acumulação ocorrida no mundo capitalista a partir de 65, que, para continuar seu processo de expansão, transfere partes do seu processo produtivo para outras regiões. Qualquer que seja seu nome - "Zona Franca", "Zona de Livre Comércio", "Zona de Livre Empresa" ou "Zona de Livre Produção" -, sua realidade é a mesma: são espaços industriais enclavados, situados, sobretudo, próximos a portos ou aeroportos, onde empresas multinacionais podem importar livremente matérias-primas ou produtos semi-acabados, para processá-los e reexportar. É, portanto, um processo de industrialização orientado para um mercado exterior à região e no qual existe uma disparidade entre ganhos sociais e lucros empresariais.

A fórmula possui variantes: as "maquiladoras" mexicanas disseminaram-se ao longo da fronteira com os Estados Unidos; as Filipinas estão localizadas em "vilas" industriais próximas a fábricas de fiação longe das alfândegas - porém, o princípio é o mesmo. São enclaves capitalistas, gerados por investimentos estrangeiros em função de imperativos multinacionais, independentemente dos problemas e exigência dos países onde estão instaladas. São, verdadeiramente, Estados dentro de Estados onde as leis, que ali vigoram, diferem das aplicadas no resto do país. Possuem sua própria polícia; alugam ou compram a baixo preço áreas, água, eletricidade e outros benefícios de in-

fra-estrutura; o Estado ainda lhes subvenciona diversos serviços necessários à formação da mão-de-obra que deve ser dócil, hábil e barata.

A 1^a Zona Franca, assinala Marcel Barang,⁸ foi criada em 1958, em SHANNON, na Irlanda, por industriais americanos, visando lançar seus produtos na Comunidade europeia. Na Ásia, a primeira foi instalada em 1965, na zona portuária de KAOHSIUNG, no Taiwan (Formosa) e serviu de modelo para outros países do Leste e do Sul da Ásia, a exceção da Indochina, da Birmânia socialista, da Tailândia (que projeta instalar uma agora) e de pequenos países isolados como o Nepal.

No ano seguinte, em 1966, a Zona Fronteiriça no México começa a realizar operações de montagem típicas de Zona de Livre Produção. Em 67, em Singapura há 14 distritos industriais que, em meados da década de setenta, empregariam mais de 100.000 pessoas, constituindo-se na maior Zona Franca do mundo. Neste mesmo ano, no Brasil, o decreto-lei nº 288, de 27 de fevereiro, regulamenta a Zona Franca de Manaus.

Em 1969, são instaladas as Zonas de Livre Produção de Barranquilla, na Colômbia, e de La Romana, na República Dominicana. Ainda na primeira metade da década de 70, começam a operar na Coreia do Sul, Malásia, Filipinas,

⁸ Ver Marcel Barang, "La prolifération", "Industrialisation extra - vertie, exploitation sans contrainte". In *Le Monde Diplomatique*. Janvier, 1981, p. 18.

El Salvador, Guatemala, Haiti, Panamá, Porto Rico e outros países, perfazendo em 1975, 79 (setenta e nove) Zonas Livres em 24 países, às quais devem ser somadas 29 em implantação, significando um total de 118 (cento e dezoito) implantadas ou em implantação, em 36 países do terceiro mundo⁹ (Quadro nº 1).

Em uma dúzia de anos, elas se multiplicaram. Se em 1975 eram 118, em 1978, já se contavam 270 (duzentas e setenta), operando em 66 países, sendo que mais da metade está implantada na Ásia.¹⁰ Sua multiplicação tem transformado radicalmente a divisão internacional do trabalho e diversificado sua natureza.

Estas "Zonas Livres" são a expressão privilegiada de uma nova estratégia de crescimento dos países "subdesenvolvidos" ou "em vias de desenvolvimento", baseada sobre o conceito de "industrialização orientada para a exportação". O determinante desta estratégia é a queda da taxa de lucro nos países desenvolvidos, resultante de um acréscimo no custo do salário real acima dos aumentos de produtividade nos países desenvolvidos,¹¹ produzindo um acirramento da concorrência, já que "queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são apenas aspectos diferentes do mesmo processo, no sentido de que ambos expressam o de

⁹Ver "Avaliação da Zona Franca de Manaus - subsídios para a formação de uma política tecnológica". CNPq, Brasília, 1979, mimeografado.

¹⁰Ver Marcel Barang, op. cit., p. 19.

¹¹Ver CASTRO, Antonio de Barros. *O capitalismo ainda é aquele*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979, p. 59.

Quadro nº 1
Zonas de Livre Produção por Região 1975

Região	Zonas de Livre Produção em Operação		Zonas de Livre Produção em Construção		Total	
	Nº de países	Nº de Zonas	Nº de países	Nº de zonas	Nº de países ³	Nº de zonas
Ásia	11	48 ¹	11	20	15	68
África	5	7	3	8	6	15
América Latina	9	24 ²	7	11	15	35
Total	25	79	21	39	36	118

¹Incluindo-se 7 distritos industriais em Hong-Kong e 14 estados industriais em Singapura.

²Incluindo-se 11 parques industriais na fronteira nordeste do México.

³O nº total de países não necessariamente coincide com o somatório da 1a. e 3a. colunas pelo fato de que algumas zonas em construção se localizam em países nos quais já existia pelo menos uma zona de livre produção.

Fonte: KREYE (1977). "Avaliação da Zona Franca de Manaus - Subsídios para a formulação de uma política tecnológica". CNPq - Brasília, 1979.

envolvimento da produtividade"¹².

O suporte desta estratégia é a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)¹³, instituição fundada em 1967 para "promover a industrialização dos países em vias de desenvolvimento". A ONUDI não só estabelece um modelo de Zona Franca como se incumbe tanto dos estudos preliminares, como da assistência no planejamento para a implantação de tais zonas nos países subdesenvolvidos, visando à sua integração ao sistema capitalista mundial.

A estratégia das Zonas Livres consta de maneira explícita em um texto da ONUDI: "Indústrias estrangeiras com mercados mundiais, particularmente pressionados por um lado, pelo crescente nível do custo da mão-de-obra, e, por outro, pelo acirramento da concorrência nacional e internacional, estão constantemente procurando modos de minimizar seus custos de produção e distribuição (...) se elas avançarem suas bases de produção para uma conveniente Zona Industrial Livre, algumas das razões podem ser decisivas:

- a) corte de custos de transporte de matérias-primas;
- b) corte nos custos de transporte de produtos acabados;

¹²Ver Marx, *O capital*. Livro III, Vol. IV, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 278.

¹³Nos textos franceses a sigla é ONUDI nos textos em inglês é UNIDO (United Nations Industrial Development Organization).

- c) corte nos custos de mão-de-obra;
- d) disponibilidade de mão-de-obra abundante;
- e) redução dos custos iniciais de investimento e, conseqüentemente, menor porcentagem do chamado *sleeping capital*, através da disponibilidade de incentivos fiscais e físicos, de serviços gerais e de outros tratamentos preferenciais proporcionados nas zonas, etc...¹⁴

A ONUDI precedeu ao nascimento, em 1976, da Associação Industrial Mundial das Zonas Francas - (World Industrial Free Trade Zones Association - WIFZA). Na Ásia, ela é secundada pela Organização Asiática de Produtividade, com sede em Tóquio, e que será a versão internacional da JAPAN PRODUCTIVITY CENTER, a organização que, nos anos 50 e 60, liderou as campanhas de racionalização do grande capital japonês, baseadas na introdução da "gestão científica do trabalho"¹⁵.

Há de se assinalar ainda que, geralmente, os organismos internacionais, tais como o Banco Mundial têm feito sua, a estratégia de "industrialização orientada para a exportação", compreendendo a proliferação de zonas francas, exercendo forte pressão sobre os países que "necessitam" de sua ajuda, para integrá-los no processo de acumulação capitalista. Na Indonésia, por exemplo, o consór -

¹⁴ ONUDI, 1971, p. 9 - transcrito também no Relatório do CNPQ, p. 24.

¹⁵ Ver Antonio B. Quiazon. "Free trade zones: Backgrounder". Impacto, october, 1979. Manille.

cio dos créditos internacionais que, recentemente, "salvou" o país da bancarrota, fez do estabelecimento rápido de zonas francas, uma condição para a concessão da "ajuda".

Merece destaque também o modo como se dá a estratégia da expansão do capital no processo de transferência de partes de seu processo produtivo para outras regiões, via mecanismo de zonas livres. Em cada região, esse processo apresenta uma especificidade peculiar. Na Ásia, por exemplo, esta estratégia, progressivamente, suplantou o até então em voga "processo de industrialização por substituição de importações". Como reação às tendências neo-colonialistas do imediato pós-guerra, certos países da Ásia promoveram, nos anos 50, o desenvolvimento de suas indústrias, no sentido de frear a pilhagem sistemática dos países desenvolvidos sobre suas riquezas. Estes importavam suas matérias-primas, industrializavam-nas e as vendiam como produtos manufaturados. Tentaram, então, estes países desenvolverem-se a partir de setores industriais existentes, produzindo localmente aquilo de que necessitavam, a fim de reduzir as importações e, também, o déficit crônico e o crescimento da balança comercial.

Esta política de "substituição de importações" supõe o estabelecimento de fortes barreiras alfandegárias para proteger as indústrias nascentes. Era uma estratégia potencialmente nacionalista: o equivalente econômico da independência política. Esta política conheceu alguns sucessos setoriais, mas as empresas locais, modestas

em sua maioria, não podiam nem aumentar seu mercado interno nem conquistar os mercados externos, pois, seus produtos e seus métodos de venda eram raramente concorrentes no mercado mundial. Os investimentos estrangeiros conseguiram, no entanto, ultrapassar as barreiras alfandegárias estabelecendo sucursais de produtos semi-acabados.

Na Ásia, depois da Segunda Guerra Mundial, a ajuda econômica e militar americana contribuía para aumentar, em grande parte, os déficits comerciais; mas a crise do dólar, nos anos 60, colocou fim a esta ajuda, salvo nos países diretamente aliados ao esforço de guerra da Indochina.

Durante este tempo, os países da região conhecem uma migração maciça do campo para as cidades, altas taxas de desemprego, déficit comercial e bancário crescendo, atraso tecnológico, etc., levando à adoção, na Ásia, na metade dos anos 60 de uma nova estratégia chamada de "industrialização orientada para a exportação".

Afirmava-se que, para as indústrias destes países se apresentarem no mercado mundial como concorrentes, era necessário atrair os capitais estrangeiros e fazer com que os investidores fabricassem e exportassem eles mesmos seus produtos. Para isso, deveriam oferecer o melhor deles mesmos: sua mão-de-obra barata e abundante e toda sorte de vantagens fiscais e de garantia de estabilidade. Em suma, tinham de aceitar as condições impostas pelo capital internacional para se inserirem de repente no qua-

dro mundial da livre empresa. E que vantagens teriam estes países? O afluxo de capital estrangeiro permitiria melhorar os termos da troca, a vinda de nova tecnologia os aproximaria dos países industrializados mais avançados. No entanto, dado o subdesenvolvimento geral da economia destes países, isto não significava injetar capitais estrangeiros aqui ou ali, mas delimitar *espaços industriais pri*vilegiados - zona franca ou que nome tenham - onde os princípios da nova modalidade de acumulação seriam aplicados pelo capital estrangeiro. Assim, as Zonas Francas tornam-se a expressão da "estratégia de industrialização orientada para a exportação".

Criar uma zona franca é relativamente fácil. Inteiramente isoladas da economia local, estes enclaves não são integrados nos planos nacionais de desenvolvimento. Significam um afluxo imediato de divisas, a criação rápida de empregos, a perspectiva de ganhos tecnológicos em um período mais ou menos longo, a esperança de um efeito positivo sobre o resto da economia. Tais são, pelo menos, alguns dos argumentos a seu favor.

Implantar uma zona franca se torna mais ou menos dispendioso, dependendo do país - onde ela vai ser instalada - possuir já uma infra-estrutura adequada. Em caso negativo, os gastos serão enormes. O país compromete-se ainda a fornecer serviços a baixo preço, concedendo toda a sorte de vantagem fiscal. Ao nível das trocas, assiste-se a uma verdadeira mistificação: o que aparece nas estatísticas como manufatura de um produto muito sofisti-

ticado, consiste, na realidade, em algumas operações de rotina, sobretudo de solda ou de montagens microscópicas, pela mão-de-obra barata e semiqualficada.

Com relação ao emprego, os problemas não são menores. As zonas francas fazem, sobretudo, chamada a uma categoria de trabalhadores essencialmente jovens. Na Ásia, são em sua quase totalidade jovens de 16 a 25 anos, na maioria de origem rural, já que o desemprego e o subemprego afetam tradicionalmente a população masculina. Esta mão-de-obra tem uma alta taxa de renovação, em razão das condições de trabalho insuportáveis. Numerosos industriais preferem importar trabalhadores de outros lugares quando o mercado de trabalho local não oferece mais jovens trabalhadores dóceis. Os salários dos trabalhadores não qualificados ou semiqualficados na Ásia são, em média, dez vezes menores que os das classes trabalhadoras ocidentais. A duração do trabalho é superior, em média, de 50% e os custos sociais das empresas quatro vezes menos elevados que no Ocidente.¹⁶

Por outro lado, o progresso da tecnologia dos últimos anos valorizou, paradoxalmente, a mão-de-obra não especializada ou semi-especializada. Assim, soldadores, eletricitas e outros trabalhadores especializados são mais seguidamente substituídos por operações guiadas eletronicamente. A aparelhagem eletrônica é fabricada a partir de novos procedimentos que combinam a produção automatiza-

¹⁶Ver BARANG, Marcel, op. cit., p. 21.

da e fortemente capitalista (capital-intensive) e sua montagem por trabalhadores não ou pouco especializados.

Os países da Ásia relativamente prósperos como o Taiwan, a Coréia do Sul, HongKong ou Singapura fazem esforços concentrados para reter os investidores e procuram notadamente as indústrias com fortes componentes tecnológicos. Assim, Singapura encoraja através de subvenções as empresas a automatizar suas operações, com o objetivo de evitar importar mão-de-obra da Malásia vizinha para os trabalhos ingratos ou perigosos que os singapurenses rejeitam. Taiwan se propôs a abrir um "parque industrial e científico" em HSINCHU, distante 70Km ao sudoeste de Taipé. Esta zona franca de um novo gênero, espera atrair, "em razão da forte concentração local de institutos de educação e de pesquisa", e da presença de uma "vasta reserva de pessoal de direção e técnicos altamente competentes", indústrias nos seguintes setores: eletrônica digital e linear, instrumentos e máquinas de precisão, material científico, indústria aeronáutica e energética. O argumento de choque é sempre o mesmo: "Nossos engenheiros, nossos técnicos são menos caros: 160 a 250 dólares por mês para iniciante, 400 a 800 dólares por um posto superior".¹⁷

Estes mesmos países têm tentado transferir, para seus vizinhos menos afortunados, suas indústrias que exigem muita mão-de-obra. A China e o mundo malásio oferecem

¹⁷Ver Brochures officielles taiwanaises, 1980.

perspectivas atraentes e práticas, já estando uma em construção em uma pequena ilha em frente à Taipé e uma outra em Tianjin, cidade industrial próxima a Pequim.

É uma nova divisão internacional do trabalho com uma tríplice hierarquia tecnológica estabelecida: as nações industrializadas que controlam a pesquisa e as atividades de desenvolvimento continuarão mantendo seus avanços, e abandonarão aos países como a Coreia do Sul, Singapura ou Taiwan as indústrias ou estádios de produção que não são mais rentáveis ou são ultrapassadas nas economias industrializadas. Por seu turno, as economias menos desenvolvidas atrairão os investimentos dos países intermediários que requeiram uma mão-de-obra abundante e pouco qualificada em setores tais como: alimentos, têxteis e montagens eletrônicas. Conseqüência desta nova divisão de tarefas é submeter o ritmo do desenvolvimento dos países do terceiro mundo ao ritmo da obsolescência da indústria dos países desenvolvidos. Isso significa manter a dependência tecnológica e econômica dos países "subdesenvolvidos" ou em vias de "desenvolvimento" aos países industrializados.

Antigamente, as nações fabricavam e vendiam entre elas produtos finais sobre a base de vantagens recíprocas. Hoje, por intermédio das zonas francas - uma das estratégias da internacionalização do capital - as nações não são mais que suporte das estruturas multinacionais; em suas fábricas "globais", reúnem aqui e ali os elementos de produtos distribuídos globalmente. É o que um pesquisador japonês chama a "integração multinacional ou a desin

tegração nacional".¹⁸

É possível então estabelecer a identidade de uma "Zona Franca" ou que nome tenha, como um "local de produção, em países subdesenvolvidos, permitindo uma utilização ótima da força de trabalho, numa produção industrial orientada para o mercado mundial".¹⁹

Admitindo ser esta sua identidade há de se especificar este "*local de produção*". Em primeiro lugar, não existe nenhuma correlação entre a utilização industrial da força de trabalho e o tamanho da população desses países ou regiões, nem com um dado nível de PNB "per capita"; em segundo lugar, é necessário que haja disponibilidade de trabalho barato; em terceiro lugar, que haja garantias políticas para os investimentos; uma dessas garantias é a existência de uma legislação trabalhista que limite a ação dos trabalhadores, impondo-lhes restrições e/ou suspensão dos direitos políticos e sociais (na Coreia do Sul, por exemplo, o capital é atraído pela possibilidade de utilizar uma força de trabalho que cumpre jornadas de 60 horas semanais, além de dispor de garantias de proteção contra disputas trabalhistas e grevistas). No Brasil, após 64, a perda de estabilidade, as restrições ao Direito de Greve, aos Sindicatos, etc....²⁰

¹⁸HIDEO FUJIMOR - Instituto of Developing Economies - Tokio - Comunicação no Simpósio sobre os efeitos sociais e econômicos nas zonas de tratamento das exportações, organizado em Colombo-Sri-lanka - 5 a 9 de agosto de 1980 pela Organização Asiática de Produtividade.

¹⁹Ver CNPq - Avaliação, op. cit., p. 22.

²⁰Ver CNPq - Avaliação, op. cit., p. 25.

Que tipo de indústrias reuniram condições para se instalar nessas Zonas de Livre Produção? Basicamente, de duas naturezas: *tradicionalmente intensivas em mão-de-obra* (têxteis, vestuário, etc...) e, *indústrias ou partes industriais intensivas em trabalho*, sobretudo a fase de montagem, tanto de indústrias baseadas em "ciência" - particularmente o setor eletro-eletrônico: semi-condutores, rádios, calculadoras, televisores, como de certas indústrias de bens de consumo: brinquedos, relógios, óculos . A partir de 80, começa a surgir a chamada 2.^a geração de Zonas Francas, aparecendo um terceiro tipo, intensiva em capital e com a maior parte de sua produção automatizada. São características essenciais desta nova modalidade de Zonas Francas:

1º - seu processo de produção pode ser desmembrado em várias fases nas quais a *montagem* é realizada por uma mão-de-obra não e semiqualeificada;

2º - são intensivas em importações de partes e componentes;

3º - seus produtos destinam-se basicamente a um mercado externo à região;

4º - produzem um tipo de produto com características particulares, cuja relação preço do produto/peso é de tal ordem, que os grandes ganhos advindos da utilização de uma mão-de-obra mais barata e do recebimento de favores e benefícios por parte dos governos locais, compensam o aumento dos custos resultantes do transporte de componentes e peças do centro produtor para a respectiva Zo-

na Franca e do transporte dos produtos acabados; desta, pa
ra o centro consumidor;

5º - utilizam, sistematicamente, formas de ex -
tração de mais-valia que combinam, quase perfeitamente, for
mas típicas do início da revolução industrial com outras
atuais;

6º - as fases do processo produtivo transferi -
das para estas Zonas de Produção, são aquelas cuja mecani
zação não é econômica e/ou tecnologicamente viável, neces
sitando tão somente de uma mão-de-obra não e semi-especia
lizada, disponível em quantidade, e suficientemente gran
de para permitir a existência de um exército industrial
de reserva;

7º - extrema mobilidade física, isto é, não pos
suem qualquer vínculo com a região, seja em termos de ma
térias-primas, seja em termos de mercado para seus produ
tos.²¹

Um processo de industrialização que atenda a tais
características, só é possível com o avanço da internacio
nalização do capital, quando as empresas multinacionais,
na busca de uma taxa de lucro mais elevada, esta funciona
como a "força propulsora da produção capitalista, e só se
produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro".²²

²¹Ver CNPq. Avaliação, op. cit., p. 27.

²²Ver KARL, Marx. *O capital*. Livro III, vol. IV. Rio de Janeiro, Civi
lização Brasileira, p. 294.

À medida que o capital se acumula, as unidades de produção se tornam maiores, e o desenvolvimento da empresa pode então ser concebido como um processo de centralização e aperfeiçoamento do processo de acumulação de capital, já que, paralelamente, cresce a divisão vertical do trabalho dentro da empresa, semelhante à divisão hierárquica do trabalho entre "regiões" geográficas. Há uma centralização das tomadas de decisões de alto nível em umas poucas cidades-chave, nos países desenvolvidos, onde se planeja determinado segmento da economia e se descentralizaria o processo produtivo que poderia ser alocado em vários espaços geográficos do mundo capitalista.

Desta maneira, uma das características da estrutura produtiva das indústrias implantadas em Zonas de Livre Produção é a subdivisão do processo produtivo em várias fases e pela produção de um produto ou grupos de produtos em várias operações, montagens, submontagens, divididas em várias fábricas, localizadas em diferentes lugares. Como esse tipo de estrutura produtiva é desvinculado da economia local e integrado verticalmente no mercado mundial, o produzido não é determinado nem pelas necessidades domésticas, nem pela estrutura local da capacidade e potencialidade industrial, já que "o objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos reguladores do volume da produção pela escala da produção, e não o contrário".²³

²³Ver KARL, Marx. *O capital*. Livro III, vol.IV. Rio, Civilização Brasileira, p. 294.

2.3 - A internacionalização de capital no Brasil e a Zona Franca de Manaus

Ao se falar em especificidade do processo de acumulação capitalista no Brasil, a intenção é mostrar como se dá o "encontro" entre a lógica da acumulação de capital, em sua fase monopolista - ocorrendo no mundo capitalista como um todo - e a dinâmica interna dentro da "fronteira nacional" - Brasil. As razões que levam o capital a internacionalizar-se (via empresas multinacionais) e sua forma de atuação (quando há o "fechamento" do mercado interno ao capital-mercadoria, no sentido de assegurar o desenvolvimento das forças produtivas "dentro" da fronteira nacional) foram assinaladas nos itens anteriores. A intenção agora é tentar mostrar a dinâmica interna, a especificidade do processo histórico que leva, em 1967, à criação de um "pólo de desenvolvimento" em Manaus, baseado em uma Zona Franca com características peculiares.

A expansão capitalista no Brasil foi, ao longo de sua história - principalmente, em sua fase agrário-exportadora - um produto da expansão do capitalismo em escala internacional. Os investimentos estrangeiros que evoluíram de 190 milhões de dólares em 1880 para 1,9 bilhões em 1914, até alcançar 2,6 bilhões em 1930, demonstraram um processo de articulação da economia brasileira com o desenvolvimento do capitalismo internacional, realizada, fundamentalmente, através do capital comercial e financei-

ro.²⁴

Com a crise de 29 e o colapso das exportações do café, tem "início o período denominado por alguns economistas de "substituição de importações", operando através do Estado a transferência de recursos do setor agrário-exportador para a indústria, caracterizando, talvez, o único período de nossa história (1930-1945), onde o papel do capital estrangeiro tem uma importância secundária em relação ao capital nacional no processo de industrialização".²⁵

É, no entanto, a partir da efetivação do Plano de Metas, do Governo Kubitschek - o famoso 50 anos em 5 -, que o padrão de acumulação da economia, tendo como característica central a predominância do setor produtor de bens de consumo duráveis, torna irreversível o processo de controle monopolista da economia, principalmente dos novos setores e ramos de que os casos da indústria automobilística e construção naval são exemplos marcantes. É a largada para a acumulação de capital em escala monopolista e o Governo Kubitschek percorre o primeiro grande ciclo (56-61), contornando as contradições sociais em um período de relativa mobilização das camadas populares, viabilizando, por conseguinte, a arrancada do grande capital. Uma de suas estratégias consistiu em evitar o enfrentamento mais direto entre os interesses das diversas classes sociais, ao sustentar as

²⁴Ver dados sobre investimentos estrangeiros no Brasil em "*O capital trans-nacional no Brasil*". Herbert José de Souza in *A internacionalização da produção no Brasil e seus efeitos*. Instituto de Relações Internacionais, PUC, Rio de Janeiro, s/d. mimeografado.

²⁵Ver Herbert José de Souza, op. cit., p. 67.

altas taxas de acumulação pela via do "jogar para frente" os custos da expansão produtiva.

Nesta etapa, em que o processo de acumulação é centrado no setor produtor de bens de consumo duráveis, há um substancial aumento de estabelecimentos industriais nos setores de material de transporte, material elétrico e de comunicações, metalurgia e mecânica. Outra particularidade da década de 50 é a crescente participação do Estado na produção, tanto direta - setor infra-estrutura e de bens de produção, construção e melhoramentos de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos e aeroportos - quanto indiretamente: financiamento público dos ramos de longa maturação, através do BNDE e de outros fatores de produção. Outro aspecto importante é o fornecimento de tecnologia, uma vez que a industrialização aqui, sendo tardia, "se dá num momento em que a acumulação é potencializada pelo fato de se dispor, ao nível do sistema mundial como um todo, de imensa reserva de "trabalho morto" que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que recém se estão industrializando".²⁶

Vai haver então, neste período, como consequência dessas particularidades do processo de acumulação monopolista, uma "setorização" dos investimentos entre o capital estatal e os capitais privados (nacionais e es -

²⁶Ver OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense, 1977, p. 33.

trangeiros). Ao capital estrangeiro, o predomínio nas indústrias dinâmicas - transportes, material eletro-eletrônico, - enquanto seu parceiro nacional continuava nos ramos "tradicionais". O Estado, enquanto produtor direto, responsabiliza-se pelos ramos de mais longa maturação dos investimentos e de mais lenta rotatividade de capital evitando, pois, que estes investimentos ultrapassem na igualização da taxa de lucro, o que levaria a uma tendência decrescente.

Estas vertentes do processo de acumulação - um momento inerente ao processo de produção - que lhes dá uma especificidade própria, deve ser entendido como uma estratégia dos atores que, internamente, atuaram de forma deliberada, em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento da economia. As medidas tomadas pelo Estado e explicitadas no Plano de Metas tais como: prioridade para indústria automobilística, construção naval, siderurgia, reforma da legislação tarifária, concessão de câmbio de custo para importações de equipamentos, etc., foram concebidas para acelerar a industrialização e, conseqüentemente, ampliar e expandir a hegemonia da burguesia industrial na economia brasileira.

A introdução de novos ramos produtivos - ramos da mais alta composição orgânica e de tecnologia mais sofisticadas - colocavam barreiras técnicas e financeiras à entrada de capitais de menor porte, possibilitando a estruturação monopolística daqueles setores. O recorrer ao

capital estrangeiro nos ramos "dinâmicos" e se estes ramos são os motores da expansão - crescendo a taxas superiores às médias de crescimento industrial - ocorre, no conjunto da economia, um aumento da influência proporcional do capital estrangeiro: o capital estrangeiro controla o processo de expansão da acumulação, como afirma Francisco Oliveira.²⁷

As bases materiais para a acumulação monopolista estavam assentadas. Os setores "abertos" ao capital estrangeiro passam a se integrar aos segmentos planejados da economia, uma vez que a entrada de capitais sob a forma de bens de produção ocasiona uma dependência técnica em relação ao exterior, que será mantida enquanto a reposição do capital fixo depender deste. Mas, seria necessário o surgimento em cena de outros atores e a confluência de uma série de fatores, entre os quais a crise econômica e política da década de 60 para que a supremacia da fração monopolista da burguesia fosse assegurada. A grande maioria das novas empresas surgidas no período não nascem no país, mas em função delas, desenvolvem-se empreendimentos de vulto ligados ao capital nacional, como foi o caso do poderoso setor de construção civil, alicerçado em uma política de transporte com ênfase nas rodovias. A indústria automobilística - o novo ramo produtivo privilegiado - ganha rapidamente terreno em relação aos setores tradicionais e arrasta consigo a produção de material elé

²⁷Ver as aplicações estrangeiras segundo os ramos de atividade, no período 55-61, no Quadro nº 2.

Quadro nº 2

Aplicações estrangeiras segundo os ramos de atividade
(1955-1961) (em milhões de US\$)

Ramos de atividades	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Não manufaturados	1,6	0,04	0,02	0	0	0,4	0,1
Serviços públicos	-	0,05	0,02	0,2	0	0,4	0
Mineração	4,7	5,6	2,9	0,5	0,5	1,0	0,5
Siderurgia/Metalurgia	4,5	7,4	9,7	1,1	19,1	3,6	5,7
Máquinas/Automóveis	17,0	13,8	56,3	76,7	49,5	64,4	8,2
Material construção	1,1	0,6	5,3	1,5	0,6	0,4	1,3
Têxtil	1,3	6,0	9,2	0,7	0,7	2,8	0,6
Química Farmacêutica	2,4	8,1	24,2	4,0	2,8	4,5	3,8
Madeira, borracha, etc.	3,2	2,1	5,9	5,7	9,7	0,7	4,8
Papel	0,2	0,8	0,9	8,3	0,8	8,2	6,4
Alimentos	2,9	0,7	3,5	3,5	0,8	0,3	2,2
Diversas	0,2	0,3	0,9	0,1	0,5	3,3	0,2
Plásticas	0,3	2,2	0,4	0,1	1,9	0,4	0,4
TOTAL	39,4	47,8	119,2	102,4	86,9	94,1	34,2

Fonte: Amário Banas, 1962. In SOUZA, Herbert José de. *O capital transnacional no Brasil*. PUC, mimeo. s/d. p. 73.

trico, vidro, produtos plásticos e siderúrgicos, estruturando o novo pólo dinâmico da acumulação.

O setor de bens de capital, ramo industrial praticamente insignificante até o início dos anos 50, também vai ganhar impulso nessa época e sua expansão, determinada pelo desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis, favorecia quase que exclusivamente aos países capitalistas desenvolvidos, dadas as enormes facilidades de importação concedidas pela legislação brasileira. A famosa instrução 113 da SUMOC, baixada em 1956 pelo Governo Kubitschek, permitia às empresas estrangeiras a importação de todos os equipamentos que desejassem, totalmente isentos de tarifas aduaneiras e com cotações em dólares preferenciais.

A partir de 61, é indispensável um saneamento financeiro, já que não era mais possível, naquele momento, manter regalias especiais a determinados grupos. nem aumentar a exploração das classes trabalhadoras, naquele momento organizadas e mobilizadas. O salto monopolista, portanto, só poderia se consolidar caso a grande burguesia impusesse drasticamente seus interesses. Era preciso romper o pacto populista, varrendo de cena o movimento popular e a resistência ao aumento da taxa de exploração, colocando em seu devido lugar os setores mais atrasados das classes dominantes, como era o caso da oligarquia fundiária, cuja influência política já superava de muito seu declinante poder econômico.

É um período de crises políticas; eleição e re-

núncia de Jânio Quadros após sete meses de governo; tentativa de golpe militar para impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart; transformação do regime presidencialista em parlamentarista; sucessivas crises de gabinete e reformulação sucessivas do Ministério; volta ao regime presidencialista; intensa mobilização popular em apoio às reformas de base propostas pelo governo; e finalmente, o golpe militar de 31 de março de 1964. A partir deste momento, a burguesia monopolista parte para uma nova arrancada, tendo o autoritarismo, sob a tutela militar, fornecido condições excepcionais. A acumulação monopolista estava consolidada.

Em 68, tem início o período do "milagre brasileiro", alimentado pelo arrocho salarial, empréstimos externos, inversões estrangeiras, expansão das grandes empresas estatais e privadas (nacionais e estrangeiras) e do capital financeiro. De 68 a 73, é o período de lucros altíssimos e da concentração da riqueza sempre mais, nas mãos de poucos.

Gradativamente, as principais etapas do processo de acumulação passam a ser realizadas dentro das fronteiras nacionais, e os monopólios estrangeiros estão implantados solidamente no setor indústria. O fio da meada para explicar a expansão percorrida pela acumulação do capital monopolista é a taxa de lucro, e suas determinantes principais, as múltiplas determinações que formam o quadro vivo da realidade concreta. O movimento da lucratividade, enquanto expressão direta da luta de classes e das

condições em que esta se processa, dirige o rumo do capitalismo, induzindo as chamadas variáveis econômicas, como o tamanho do mercado, o nível de investimentos e outras.

Em 67, a acumulação de capital no Brasil saía de um período de recessão e a retomada da acumulação ocorre sem que as empresas necessitem realizar novos dispêndios em seus meios de produção. Para viabilizar a acumulação de capital em escala ampliada, sob a égide do capital estrangeiro, via empresas multinacionais, operando principalmente no setor de bens de consumo duráveis, e com parte substancial do setor de bens de produção, localizado fora das fronteiras nacionais, foi preciso estabelecer um fluxo de divisas para dentro do país, de modo a contrabalançar as remessas das empresas estrangeiras, mais as vultosas importações de bens de produção localizados fora das fronteiras nacionais.

Em vista disso, foi implementado um vasto programa de exportações que, pelo menos até 1973, foi bem sucedido, seja em virtude dos termos favoráveis do intercâmbio desfrutado pelos principais produtos da pauta de exportação brasileira (açúcar, soja, café e minério de ferro), seja como consequência das generosas subvenções (financiamentos a juros negativos, isenções de impostos, etc.) concedidos aos exportadores pelo Governo. Essas subvenções foram de tal vulto, que em várias ocasiões, os produtos brasileiros eram colocados no mercado internacional a preços até mesmo inferiores aos custos internos, redundando numa transferência de rendas para o exterior.

No âmbito do governo, as modificações não foram menos importantes. É implementado um amplo programa de investimentos e gastos estatais em infra-estrutura, cuja contribuição foi considerável na expansão do ciclo de acumulação. O crescimento não se restringiu às empresas públicas de serviços, mas abrangeu também as empresas produtivas estatais, provocando um incremento considerável do conjunto das atividades econômicas. Porém, não se deve superestimar o efeito dinâmico das atividades estatais. Sabe-se que parte dele é canalizado para o exterior sob a forma de importações, pois parcela considerável dos financiamentos utilizados pelo Estado compõe-se de "suppliers credits" que os obrigam a comprar máquinas e equipamentos dos grandes cartéis internacionais, tornando-se o setor estatal o maior importador de bens de capital do país.

No setor produtivo, as atividades concentraram-se nas áreas de siderurgia, petroquímica, hidroelétrica e mineração, procurando preencher as lacunas deixadas pelo desinteresse ou incipiência de capitais nacionais e estrangeiros, de modo a produzir valores de uso indispensáveis para a manutenção e ampliação do ritmo da acumulação.

Mas, fundamentais para o processo de acumulação, também foram as modificações postas em prática pelo governo nas áreas fiscal e financeira. São criadas ou reforçadas as instituições de financiamento à formação de capital fixo como a FINAME (agência especial de financiamento industrial), passando a conceder créditos para a aquisição de máquinas e equipamentos a juros menores e prazos

mais longos. Na política fiscal, uma boa parte dos tributos foi transformada em incentivos para os novos investimentos. Assim, uma parcela de certos impostos, passou a ser aplicada em projetos na área da SUDENE e SUDAM, e para projetos de reflorestamento, pesca, turismo, etc., ampliando o leque de alternativas para a diminuição do custo de investimentos em certas áreas do país. Dessa forma, o governo bancava uma parte do capital constante, barateando-o para os empresários, com efeitos favoráveis para a taxa de lucro.

É neste contexto que surge a chamada "Operação Amazônia", com uma estratégia específica para a "integração" da Amazônia Ocidental - a implantação da Zona Franca de Manaus.

CAPÍTULO III

DO "EL-DORADO" AO MILAGRE ELETRÔNICO

"Para o Oriente, como o país da canela, fora também dos domínios incaicos, reinava um príncipe, EL-DORADO, cujas riquezas não era possível medir. Os templos, os palácios, a pavimentação das ruas da cidade de Manoa onde vivia, tudo nessa região encantada se construía em ouro, ouro puro, só ouro. O monarca, pelas manhãs, banhava-se num lago de águas perfumadas, sobre as quais lançavam ouro em pó. Outra lenda, a do País dos Omãguas, confundindo-se com a do EL-DORADO, fazia crer que nessa nação também uma cidade resplandecia pela magnificência de seus edifícios suntuosos, de seus templos edificantes, onde os ídolos eram de ouro maciço, nação de muitos milhares de indivíduos, governada pelo poderoso cacique Guarica. A posição do EL-DORADO e dos omãguas variava através das narrativas dos nativos. Ora a localizavam nas planícies venezuelanas, ora nos recessos da selva amazônica, no Rio Negro, no Orenoco".

(Artur Cesar Ferreira Reis
- História do Amazonas)

3.1 - A Amazônia e o conceito de região

A região amazônica, analisada "sob a ótica do processo de acumulação de capital e homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil,"¹ permite que se entenda a sua especificidade, isto é, a sua forma própria de reprodução do capital e o caráter especial da luta de classes interna. Sob o enfoque da divisão regional do trabalho e nas suas mutações, existem REGIÕES, em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos de acumulação. Assim, nesta perspectiva, REGIÃO é apenas um espaço sócio-econômico onde uma das formas de capital se sobrepõe às demais, e ao ser predominante, torna-o homogêneo, dando lugar à constituição de classes sociais, cuja hierarquia e poder são determinadas pelo lugar e forma em que são PERSONAS do capital e de sua contradição básica. A acumulação de capital é quem lhe dá existência e lhe transfere suas leis de organização e movimentos. O espaço organiza-se em REGIÕES, segundo a estrutura de classes que aí ocorre e a correlação de forças que entre elas se estabelece.²

As REGIÕES brasileiras, como espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacioo

¹Ver OLIVEIRA, Francisco . *Elegia para uma re(li)gião*, 2a. edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.25.

²Ver OLIVEIRA, Francisco, op. cit., p. 25-6.

nal do trabalho do capitalismo mercantil, como produtoras de acumulação primitiva - produzindo para uma forma especial de comércio: o comércio colonial - continuaram, tanto no capitalismo industrial como na atual fase monopolista, tendo a sua dinâmica interna sujeita aos impulsos externos. Nesta última etapa do processo de acumulação, sob as determinantes da própria reprodução do capital, as classes dominantes que emergiram em contradição com o capital internacional têm agora interesses coincidentes e são absolutamente necessárias para a "nacionalização" do capital. Na Amazônia, ou mais precisamente no Amazonas, principalmente após a implantação da Zona Franca, essa coincidência é vital ao processo de acumulação. É possível, então, a partir deste referencial, entender a forma predominante de capital¹³, que faz com que a Amazônia se incorpore à economia como produtora de borracha estava com o capital industrial inglês e americano e, agora, com a implantação da Zona Franca de Manaus, com o capital monopolista.

Há, ainda, de se introduzir, nesta perspectiva da REGIÃO, a dimensão política a fim de identificar como o controle de certas classes dominantes "fecha" uma região; isto ocorre quando conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais especificamente, as relações de produção; nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração de valor e de no-

¹³Ver OLIVEIRA, Francisco, op. cit., p. 27-8.

vas relações de produção. A "abertura" da REGIÃO e a consequente "integração nacional", no longo caminho até a sua dissolução completa, ocorre quando não é mais possível introduzir a relação social; ante essa impossibilidade, há a perda de hegemonia das classes dominantes locais, e sua substituição por outras, de caráter nacional ou internacional.⁴ Talvez, uma das características mais acentuadas, com relação à Amazônia, seja a de que ela tenha sido sempre uma REGIÃO "aberta", e entender o porquê dessa sua especificidade - um desafio deste trabalho - permite com-preender a razão de sua escolha como local privilegiado para uma específica forma de reprodução do capital, através da implantação de uma Zona de Livre Produção que, fugindo às regras da acumulação, se instala no interior de uma região. A Amazônia nunca conseguiu criar interesses sociais e políticos próprios; estes sempre estiveram subordinados, ora ao capital mercantil português, ora ao capital industrial inglês e americano e agora, ao capital monopolista. Suas classes dominantes frágeis, dispersas e sem representação política de peso, jamais conseguiram que a realização do valor fosse predominantemente de caráter interno.

⁴Ver OLIVEIRA, Francisco, op. cit., p.

3.2 - A constituição da Amazônia como região e o capitalismo mercantil

A Amazônia incorpora-se ao capitalismo portu-
guês na condição de produtora de bens primários para o mer-
cado mundial em expansão desde o século XVI. Ela, como to-
das as demais REGIÕES integrantes de uma colônia de explo-
ração comercial, deveria produzir para uma forma especial
de comércio - o comércio colonial. Isto significava que
a comercialização de seus produtos deveria promover estí-
mulos à originária acumulação primitiva de capital, motor
de todo o processo de colonização.

A união das coroas ibéricas (1580-1640) e a ocu-
pação de parte da "região" nordeste pelos holandeses
reorientam a estratégia da metrópole. Assim, a fundação do
forte do Presépio de Santa Maria de Belém, por Francisco
Caldeira Castelo Branco, atendia às novas necessidades da
coroa ibérica de impedir a fixação dos holandeses naquela
área. A instalação do forte do Presépio, em 12 de janei-
ro de 1616, no delta do Amazonas, e devido à sua estraté-
gica localização geográfica - um miradouro sobre a bacia
do Guajará, dominando os principais "furos" de entrada -
vai permitir não só a incorporação da REGIÃO, mas princi-
palmente, a manutenção do domínio da metrópole naquela re-
gião. Assim, enquanto o processo da conquista e da "inte-
gração" da capitania de Pernambuco para o Sul, no comple-
xo da economia européia, data de meados do século XVI, as
capitanias do Norte ficaram mais de um século sem que fos-
se tentada sua exploração. A Amazônia foi e continua sen-

do um projeto "oficial" de Estado; este projeto "político" para a REGIÃO atende às necessidades do país que, naquele momento do capitalismo, detém a hegemonia. Tratava-se de ocupar a região para atender aos objetivos da metrópole e do capital comercial em torno do qual ela se articulava: o político-estratégico, como afirmação de poder e o econômico-mercantil, para a produção de mercadorias destinadas ao comércio europeu, tendo por base, e ao mesmo tempo como decorrência, a mão de obra escrava, indígena e/ou africana. Neste período em que a Amazônia compunha a retaguarda econômica da metrópole, a ocupação é inicialmente militar. As forças militares, tendo como guias colaboradores eficientes os índios "amansados" pela ação das ordens religiosas, atingem o interior da REGIÃO, fortificando posições e garantindo novas fronteiras. Uma rede de fortificação é levantada em pontos estratégicos: Macapá (para evitar a penetração francesa que descia de Caiena), São Joaquim do Rio Branco, São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira, Santo Antonio do Gurupá, Óbidos, Santarém e São José do Rio Negro. Essas fortificações militares visavam não só conter os concorrentes (holandeses, franceses e ingleses) na busca das "drogas do sertão", como ampliar o império colonial português na América, empurrando a fronteira e ocupando áreas que, pelo Tratado de Tordesilhas, eram da Espanha. Nessa época, Portugal começa a ter concorrentes no Oriente e o grande entreposto que Lisboa representava para a "especiaria oriental", começa a perder importância. É neste momento que as atenções se

voltam para o Norte da Colônia, onde a produção "espontânea" poderia substituir, de algum modo, a produção do Oriente. É o período das "drogas do sertão" (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, madeiras, sementes oleaginosas, salsa, etc.), produtos procurados nos mercados europeus para condimento, uso farmacêutico, enfeites, etc.

A ocupação e expansão da região decorre de uma política emanada de Lisboa. É uma ocupação basicamente lastreada em uma ação militar em prol de terras potencialmente produtivas. A partir de 1665, Portugal começa a expedir uma legislação constante sobre as "drogas", insistindo não só numa política de colheita, mas solicitando que se descobrissem novas espécies. As necessidades comerciais da metrópole - sustentadas teoricamente pela doutrina mercantilista de que as colônias devem atender às necessidades da metrópole, levam a um amplo desvio de recursos e de mão-de-obra, extremamente escassos na região, para as atividades que redundassem numa remuneração elevada (em relação a um investimento prévio, ou na verdade a uma completa ausência deste), levando as chamadas culturas de subsistência dos habitantes da região ao abandono e/ou estagnação.

A ocupação da região Norte é, sem dúvida, um processo dirigido pelo capital comercial, ou seja, pela burguesia mercantil encarregado da distribuição das "especieiras" para a Europa. Até quase o fim do período colonial, a colheita da "droga" é uma empresa à qual se dedicam tanto missionários, que, ao submeterem os índios, os obriga

vam a subir e a descer os rios à sua procura, como os próprios governantes. Os lucros obtidos não eram grandes, mas permitiam uma forma de acumulação primitiva. Essa economia da "droga do sertão" nunca esteve fundamentada nos padrões de reprodução da economia escravocrata negra; a formação dessa economia era uma forma de desdobramento marginal da atividade econômica principal da colônia - a açucareira. Com relação ao valor produzido, portanto, ao se comparar com as demais regiões, este período da economia amazônica tem uma importância secundária; mas ela é a "base" quase exclusiva da vida humana em uma região, a maior do país, determinando nela caracteres tão próprios e exclusivos que não se pode assemelhar a nada que se passa noutras partes.⁵ A "droga" vegetal ou animal, marcando a vida econômica da região, não cessou nunca de ser procurada, colhida, cortada, pescada e preparada. Continuou nos estádios que a região vem vivendo até hoje, ainda que com menor intensidade. "Daí a originalidade amazonense, que fará da região um exemplo singular na colônia: um outro Brasil. (...) No vale Amazônico, as formas de atividade se reduzem praticamente a duas: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos ou capturar o peixe, e conduzir as embarcações que fazem todo o transporte e constituem o único meio de locomoção. Para ambas, estava o indígena admiravelmente preparado".⁶

⁵PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. 7a. edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1963, p. 208.

⁶PRADO JUNIOR, Caio, op. cit. p. 209.

Na Amazônia, o movimento de reprodução do capital e das relações de produção vai ter de formular uma especificidade em função das condições geográficas peculiares que, no contexto da colônia, a fazem única. O ambiente físico, a extensão territorial e o isolamento irão moldar formas próprias de produção de valor, distintas de todas as demais regiões brasileiras. "Na mata espessa e semi-aquática que borda a bacia do grande rio; em terreno submetido a um regime fluvial cuja irregularidade, com o volume de águas que arrasta, assume proporções catastróficas, alagando áreas imensas, os "igapós", deslocando grandes tratos de solo que são arrancados à margem e arrastados pela correnteza; nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território, longe ainda de qualquer forma de equilíbrio, o homem amesquinha, se anula. A luta requer esforços quase ilimitados, se quiser ir além da dôcil submissão às contingências naturais. E tais esforços, a colonização incipiente não os podia fornecer. Falta -
va-lhe o elemento essencial: a gente. Os poucos brancos, a multidão relativa de indígenas pouco eficientes para o serviço que deles se exigia, não podiam dar conta da tarefa. A Amazônia ficou naquilo que fora desde o início".⁷

No século XVIII ocorreu o chamado "ciclo agrícola". Produzia-se cacau, café, algodão, cana de açúcar, etc. Em 1710, tinham-se introduzido arados no Xingu, técnica também adotada depois em Marajó. Durante muito tempo, neste período, porém, a região amazônica permaneceu uma eco-

⁷PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit. p. 205.

nomia praticamente sem contato com os grandes mercados europeus. Um ou dois navios tocavam por ano o porto de Belém, no princípio do século XVIII e quando ancoravam, o transporte da carga pagava fretes escorchantes. A produção armazenada estragava-se, reclamações eram feitas a Portugal; mas só quando o cacau amazônico se tornou um produto relativamente expressivo em termos de peso é que se começou a verificar mais regularidade no transporte marítimo.⁸

Em 1730, devido ao trabalho dos missionários e colonos da parte vizinha ao delta, o Pará propriamente, a exportação do cacau alcançou 28.216 arrobas; em 1740, 58.910. Nesse momento, o cacau representava, em valor, mais de 90% das exportações regionais. A queda da exportação ocorrida entre 1750 e 1754 parece ter mostrado, no entanto, que a região carecia de um reforço oficial à sua atividade. Esse reforço sobreveio na época de Pombal, com a instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)".⁹

Antes Vieira havia conseguido o estabelecimento de uma primeira companhia, cujos efeitos quase se circuncrevem ao Maranhão, sendo quase nulos em relação ao Pará. Tal companhia estaria encarregada do fornecimento de mão-de-obra e do abastecimento de gêneros para os europeus.

⁸ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia - 1800-1920*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, p. 17.

⁹ ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1974, p. 28.

A companhia teve vida rápida (1682-1684), tamanha foi a oposição erguida pelos colonos contra o monopólio. A metrópole procurou resolver a questão surgida com o "rush" das drogas do sertão, através de uma campanha que forneceria mão-de-obra e garantiria o abastecimento, impondo, ao mesmo tempo, o monopólio, que era considerado odioso pelos colonos.

A segunda tentativa de organizar uma companhia de comércio foi mais bem sucedida. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão tinha, entre os objetivos básicos,

"trazer para a região os braços de que carecia para os ensaios de lavoura em que estava interessado o poder público. Os colonos dispunham de poucas rendas. A economia local derivou principalmente da exploração da floresta",¹⁰

e isto significava substituir a mão-de-obra indígena, já que fora proibida a escravização dos índios, pelo trabalho escravo negro.

Dizia Mendonça Furtado - irmão de Pombal, em 1751, para justificar a futura Companhia: "Este Estado e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda cultivam algum gênero. A maior parte conserva alguns índios escravos, para lhe irem

REIS, Arthur Cesar Ferreira, *Síntese da história do Pará*. Belém, 1945, p. 159.

buscar ao rio e ao mato o miserável sustento quotidiano, com que passa pobríssimamente, metidos numa choupana a que chamam roça".¹¹

As companhias de comércio constituem uma forma organizada de penetração do capital comercial e procuram organizar a produção local. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, assinala a primeira intervenção direta da metrópole portuguesa no sentido de desenvolver a região nos moldes mercantilistas, dominantes em Portugal, e "integrá-la" nas grandes correntes do comércio internacional, passando Belém a suplantiar São Luís.

Até então, a Amazônia era uma região sem vínculos de subordinação ao Brasil. De 1616 a 1621, a capitania foi governada por capitães-mores sujeitos ao governo geral do Brasil, ou de acordo com o caso, diretamente ao governo português. Com a subida ao trono espanhol de Felipe IV e ante a permanente ameaça de invasões estrangeiras nas capitanias do norte, é criado o "Estado do Maranhão" por carta régia de 13 de junho de 1621, composta pelas capitanias do Pará e Maranhão. Esse enorme território abrangia, sumariamente, a área hoje ocupada pelos Estados do Pará, Maranhão, Amazonas, Piauí, parte do Ceará, a porção setentrional de Mato Grosso e Goiás e os territórios do Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá. Foi esse quinhão que a coroa espanhola julgou conveniente desligar da

¹¹SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. Editora Nacional, 3a. edição, São Paulo, 1957, p. 334.

jurisdição geral do Brasil".¹²

Com a separação da coroa portuguesa em 1640, Portugal inaugura uma nova etapa experimental no processo colonizador do norte do Brasil e em 1652, pôs fim ao Estado do Maranhão, desligando a capitania do Pará. Dois anos depois, em 1654, Portugal reorganiza o Estado nos mesmos moldes de 1621. A capital do Estado foi São Luis até 1751, quando foi transferida para Belém e o "Estado deixa de ser do Maranhão e Pará", para ser "do Grão Pará e Maranhão; finalmente, em 1772, separaram-se novamente os governos das duas capitanias. A separação ou reunião das capitanias era feita pela Coroa de acordo com as circunstâncias e estava condicionada a convergência de interesses econômicos, políticos e militares da metrópole, sem jamais levar em consideração os interesses locais.

Assim, quando em 1755, foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, as capitanias do norte da colônia formavam um "Estado" com um governo delegado pela metrópole. A companhia consolida, por conseguinte, o contato entre a região e os mercados da Europa pela rota marítima que ligava Belém a Lisboa; introduzindo o escravo africano, capaz de substituir o índio esquivo, consegue montar uma estrutura importante em escala regional, acelerando, grandemente, a produção de cacau, entre 1755 e 1777.¹³ Não há ainda como avaliar até que ponto essa orga

¹²Ver DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão (1775-1778)*, 1º volume, Pará, Universidade Federal do Pará, 1970, p. 153.

¹³Ver DIAS, Manuel Nunes e ALDEN, Dauril, op. cit.

nização seria superior à dos religiosos, com quem Pombal entrou em choque. Tudo leva a crer, porém, que a agricultura foi a principal atividade incentivada, funcionando como um complemento expressivo à coleta primária das drogas do sertão. Durante os vinte e poucos anos de seu funcionamento, o cacau representou em média 61% das exportações da Amazônia para Portugal, tornando-se, por conseguinte, o eixo da economia regional. No entanto, não há provas concludentes de que a lavoura cacaueira haja superado a pura atividade extrativa do fruto. Apesar dos "incentivos" da coroa, através da Companhia para o cultivo do cacau, a própria tradição colonial na região com relação às "drogas do sertão" fazia com que os habitantes colhessem os frutos nativos da floresta. Dois motivos bastante sérios concorriam para isto: o tempo de maturação do cacaueiro, exigindo, em média, 5 anos para a primeira colheita e a mão-de-obra indígena, abundante na região e que não se adaptava aos trabalhos de lavoura.¹⁴ Para Arthur Reis, "a primeira página do que chamamos hoje de valorização da Amazônia encontra-se no que ela (a Companhia) promoveu".¹⁵ Só que o historiador esqueceu, apenas de acrescentar que a "valorização da região atendia naquele momento a interesses da burguesia mercantil européia, como projeto oficial de intervenção direta na região para "integrá-la" ao capitalismo mercantil europeu.

¹⁴Ver SANTOS, Roberto, op. cit., p. 18 e BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. Typographia da Livraria Gillet, Belém, 1915.

¹⁵REIS, Arthur. Prefácio do livro de Manuel Nunes Dias sobre a Companhia, op. cit.

No amplo conjunto de medidas tomadas por Mendonça Furtado, abrangendo todos os setores da vida do então "Estado", desde referentes à administração, atividade comercial, expansão da agricultura até a organização militar e fiscal, destaca-se a sua solicitação para a criação da Capitania de São José do Rio Negro. Através da Carta Régia de 3 de março de 1755, a mesma é criada, ocorrendo a sua instalação, três anos depois, tendo seus limites demarcados pelo próprio Mendonça Furtado, com os poderes limitados que suas funções especiais de delegado do rei lhe asseguravam, com sede na "nova villa de Barcelos", a antiga aldeia de Maricã. E o capitalismo chega ao "coração" da Amazônia. É verdade que desde 1669, com a construção da Fortaleza de São José do Rio Negro por Francisco da Motta Falcão a dominação estava já assegurada. A casa forte tinha por finalidade impor a dominação portuguesa na região, evitando a penetração dos holandeses que haviam se estabelecido na Guiana, no Surinam e entravam na Amazônia pelo rio Branco, com a cooperação dos Caraíbas de quem conseguiram aliança permanente. E foi assim: recorrer "à sombra protectora do fortim que nasceu Manaus. Como Santa Maria de Belém, Fortaleza, Natal. À princípio, simples aldeamento de nativos que vinham, naturalmente, entreter comércio com os soldados da guarnição. Comércio de drogas do sertão, de especiarias cobijadas de nativos mesmo, uma vez que o posto militar existia para zelar a entrada, a fazanha, o arrojo dos sertanistas das tropas de restate. (...) O povoado começou dahi por diante a crescer. A situação era ótima: à entrada do rio, o fortim ao lado, etc. Dia a dia eram novos cathecumenos, que

vinham ouvir a palavra, os conselhos sábios dos missionários, e se iam deixando ficar, erguendo novas barracas. Mais braços, assim, para as culturas que, naturalmente, se foram levando adiante, necessárias à vida de todo o núcleo, da soldadesca da guarnição. Os Barés vinham do Japurá; os Banibas do Içana e Ixié; os Passês, os últimos desse contingente, do Japurá.

Perto, menos de vinte quilômetros, estava a barra do Negro. Até lá, foram descendo os povoadores, nas rocinhas, nos sítios que abriam na floresta, à margem do rio. Quem vinha de cima, de Moura, de Barcellos, do districto das cachoeiras, por onde se adiantavam guardas avançadas portuguesas; quem vinha de baixo, do Solimões, do Madeira, do Pará, alcançando o forte, estava o povoado. Era perto da barra do rio. Vou à Barra; estamos a chegar à Barra; é alli a Barra; moro na Barra, dizia-se. O povoado progredia, argumentava. Como chamar-lhe? Logar da Barra. Bom nome. Significativo. Alguém baptizou-o assim. Ninguém protestou. Lugar da Barra. Ficou o nome. Mais tarde seria Villa da Barra, Cidade da Barra, por fim Manaós. Um século, porém, logar da Barra.

Tinham lhe dado um nome feliz, fundado, que a burocracia aceitou, proclamou, fez seu nos actos públicos, em todos os papéis officiaes. (...) O Logar da Barra entrava para a história com essas origens simplíssimas, que conhecemos sem detalhes porque não teve chronistas que as fixassem".¹⁶

¹⁶Ver REIS, Arthur Cesar Ferreira. Manaós e outras vilas. In *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, ano IV, Volume IV, nº 4, 1934, Manaus, p. 40-50.

Pelas instruções de Mendonça Furtado, como pelas determinações de Joaquim de Melo e Pôvoas, primeiro governador do Rio Negro, os diretores dos povoados e as câmaras municipais que funcionassem nas vilas deveriam ocupar-se intensamente da lavoura. O "Regimento do Diretório", espécie de carta magna para os encarregados da vida dos povoados, estabelecia a cultura intensiva dos gêneros de alimentação, especialmente a da maniba (utilizada para o fabrico da farinha, base da alimentação no local), do cacau (nativo da região), do tabaco, algodão e outros gêneros que fosse possível aclimatar na Amazônia. Pelo "Diretório", os diretores dos núcleos deveriam organizar o trabalho do índio - o grosso da população - e desenvolver as lavouras. Os que deveriam executar tal plano governamental, foram recrutados "entre os colonos que falhavam nas suas empresas particulares e apelavam para a ajuda do Estado, transformando-se, assim, em membros do aparelho burocrático da Capitania; entre os soldados que completavam seu tempo de serviço e eram convidados a continuar a colaborar com a administração mediante favores de várias espécies".¹⁷ Triste começo o do Amazonas. Diz Arthur Reis que "o Estado desejava era justamente, através dessa conjugação de esforços, transformar a Amazônia, de que o Rio Negro era uma das partes mais extensas, num grande parque de produção agrícola e não apenas um campo para a aventura da "droga". Na verdade, a metrópole desejava era ocu-

¹⁷REIS, Arthur Cesar Ferreira. *O processo histórico da economia amazônica*. Belém, 1943, p. 28.

¹⁸Idem, p. 30.

par efetivamente o território, não só ao longo da costa, mas também internamente, para atender não só aos seus objetivos como aos do capital comercial em torno do qual ela se articulava. Assim, para atender a tais interesses, instalam-se núcleos urbanos e, ao mesmo tempo, centros administrativos para a consecução dos objetivos político-militares de ocupação; desenvolve-se o comércio que deveria atender às necessidades de consumo bem reduzidas de seus habitantes e ligar-se, através de seus agentes, às unidades produtoras situadas fora desses núcleos.¹⁹ A capitania do Rio Negro, nas últimas décadas do século XVIII, experimenta um período de prosperidade. Não existem muitas análises, nem informações sobre essa época de apogeu. Há os relatos de viagens, depoimentos de contemporâneos e administradores, além da obra de Arthur Reis, especialmente alguns trabalhos específicos sobre a figura central desse período: Lobo d'Almada.²⁰ Para Portugal e, naturalmente, para a sua principal colônia, o Brasil, este é um período caracterizado por sérias dificuldades econômicas. As baixas cotações do açúcar no mercado europeu, o esgotamento do ouro das Minas Gerais ocasionaram uma regressão econômica a que somente escapou o Norte da colônia, em virtude das condições favoráveis de desenvolvimento que lhe haviam sido abertas pela política pombalina e, ainda, pelas novas possibilidades de mercado para algumas de suas culturas.²¹

¹⁹Ver sobre o sentido de colonização, PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 26.

²⁰REIS, Arthur Cesar Ferreira; LOBO D'Almada, *Um estadista colonial*. Manaus, 1940.

²¹Ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, op.cit., p.102-9.

A demarcação dos limites com as possessões espanholas traz para a Capitania do Rio Negro comissões portuguesas e espanholas que aí instalam escritórios, armazéns e quartéis. "Circulavam o cruzado português e o peso espanhol. Só entre 1781 e 1786, tinham dado entrada nos cofres reais da Capitania, recebidos dos funcionários espanhóis, que tudo pagavam em moeda de sua pátria, mais de cem mil pesos. (...) Por todo o rio subiam e desciam embarcações que, ora rumavam para a capital, Barcelos, ora para Belém, ora ainda para os territórios espanhóis. Plantavam-se por todas as beiradas do rio (...) Justamente em meio a toda essa jornada de trabalho, que emprestava ao Amazonas colonial uma fisionomia de terra aberta a possibilidades e perspectivas animadoras, chegou à Capitania um dos homens a que ela viria a dever seus maiores e, ainda hoje, apreciados panoramas de progresso: o Brigadeiro Manuel da Gama Lobo d'Almada .²²

Nomeado governador em 1779, conhecedor da região, integrara a "partida" encarregada de demarcar as fronteiras no Alto Rio Negro e Rio Branco; desenvolveu um plano de ação no sentido de tornar a Capitania "*hum paiz de prosperidade e riqueza como he capaz, pois era summamente rica, tanto mais quanto, a seu ver, encerrava em si mesma os principais meios para ser hum estabelecimento opulen - tíssimo*".²³ E o desenvolvimento da capitania é mais uma

²² REIS, Arthur Cesar F. *O processo histórico da economia amazônica*. Belém, 1943, p. 37-9.

²³ Idem, op. cit., p. 39.

vez, um "projeto oficial do Estado". A colônia está em crise e Lobo d'Almada elabora um projeto de desenvolvimento voltado "para dentro". Solicita ao Capitão General do Pará machados e foices para os colonos e para os índios. Aos "diretores de povoados", exige-lhes uma produção maior, especialmente de farinhas - base da alimentação na região. Fez iniciar a cultura do arroz no vale do Rio Branco; intensificou a do algodão nos Rios Negro e Solimões e a do anil, no Rio Negro. Identificou novas espécies de produtos nativos solicitadas por Portugal como o puxeri, a árvore de casca preciosa e o óleo de umiri. Conhecedor dos campos naturais do Rio Branco, quando de suas explorações geográficas, aproveitou-os na fundação de fazendas de gado. Todo o gado que pertencia ao patrimônio das igrejas da Capitania também foi reunido e colocado nos campos de Rio Branco. Para levar em frente seu plano em uma região onde a mão-de-obra era escassa, submeteu vários grupos indígenas. Foram constantes as "partidas" de soldados para os lugares onde se escondiam os indígenas. Uma das consequências desse aprisionamento de índios é o aumento da população: em 1790, 12.964 habitantes; em 1796, 14.232 habitantes.²⁴

Resolvido em parte o problema da mão-de-obra, Almada cria, na Capitania de São José do Rio Negro, o que se poderia chamar do "1º parque industrial do Amazonas". Com o algodão que plantou, montou "uma fábrica de panno

²⁴REIS, Arthur Cesar Ferreira, op. cit., p. 41.

de algodão (em rolos) tendo 18 teares e 10 rodas de fiar com 24 fusos cada uma".²⁵ Em 1798, trabalhavam como fian deiras cento e cinquenta e sete índias, o que indicava um aumento de teares. Aproveitou as madeiras em serrarias braçais. Montou uma pequena ribeira, no Lugar da Barra, onde se concentravam e preparavam cobertas e outros tipos de canoas; uma padaria de arroz moído em atafona movida por bestas; uma cordoaria de cordas e amarras de piaçaba e calabres; uma fábrica de fécula de anil. "Construiu-se uma nora para misturar água à fábrica de fécula de anil e a uma horta, cujas plantas regadas ao teor da Europa recebiam facilmente da água o efeito da sua benéfica influência na fertilização do solo disposto em alforbes".²⁶ Construiu, ainda, uma olaria, com excelentes amassieiras, estendedouros, fornos calcinatórios e de torrefação de telha e ladrilho; uma fábrica de velas de cera para provimento das igrejas das vilas, cuja cera vinha em pau do Solimões; uma fábrica de redes de fio de algodão; uma fábrica de redes de fio de tucum, curauhá e murity, e muitos engenhos de moer canna e fabricar cachaça e mel".²⁷ Transferiu a sede do governo da capitania de Barcelos para o Lugar da Barra e aí constrói os edifícios necessários para o funcionamento das repartições oficiais.

É o ponto mais alto da prosperidade econômica da capitania. Como um projeto oficial do Estado, a partir

²⁵ARANHA, Bento. *Um olhar pelo passado*. Manaós, 1897, p. 6

²⁶Ver BAENA, Antonio L.M. *Compêndio das eras da província do Pará*. Reed. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.

²⁷Ver ARANHA, Bento, op. cit., p. 6-7.

de um específico setor social, tal projeto não tem como continuar, com a saída de cena do ator principal. Com a morte de Almada, e também como consequência da crise que atinge o norte da Colônia, tal projeto desaparece. A administração de Almada é um sopro de brisa, pois toda a sucessão de "infortúnios" é nada mais que um reflexo na colônia da situação da metrópole. As transformações acontecidas na Europa em decorrência da revolução industrial inglesa, da guerra da independência dos Estados Unidos e pela revolução francesa anunciavam novos rumos, o desmoronar de concepções longamente arraigadas. Desencadeara-se a crise do antigo regime econômico, político e social e com ela, a do sistema colonial.²⁸

Encerrava-se o ciclo colonial com a capitania em "estado de ruína e miséria", segundo o relato de um administrador da época. A vinda da corte portuguesa para o Brasil, tangida pelas guerras napoleônicas, só viria a apressar a ruptura do pacto colonial, dando início ao processo de independência do país.

Faltam, é certo, inúmeros elos para que se reconstitua a dinâmica econômica da colônia, às vésperas da chegada da família real ao Brasil. Celso Furtado nos dá a imagem de uma constelação de sistemas, "em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados". Duas articulações principais: o açúcar e o ouro. Com o açúcar, articulava-se a pecuária; com o ouro, o

²⁸NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial. Séculos XVI e XVII. Caderno 17, CEBRAP, 3. ed. São Paulo, 1977.

que se chamaria depois de Centro-Sul, fazendo-se a ligação entre esta região emergente e o Nordeste através do São Francisco. Como região autônoma e "excêntrica", o Norte - Maranhão e Pará, estava isolada e sem articulações com os outros sistemas. A chegada da corte e a independência não alteram, em substância, os contornos dessa geografia política e econômica.

Com a independência, a Capitania de São José do Rio Negro esperava sua autonomia política; em vez disto, passou a ser incluída na área territorial da Província do Pará, reduzida, portanto, à condição de Comarca. A economia continua em um processo de decadência cada vez mais acentuado. É um agitado período de "incidentes" políticos. A cabanagem diminui ainda mais os contingentes populacionais. Um ouvidor da Comarca, na segunda década do século XIX, ao relatar a situação de penúria, acreditava que a solução seria o "Estado abandonar o sistema de produção oficial, entregando aos particulares a empresa de desenvolver a economia. Ao invés de Estado produtor, o Estado liberal, como aliás era do sistema político vigente para os demais trechos do Império, permitindo a produção e amparando o produtor. Os colonos, garantidos, tomariam a seu cargo desenvolver por si mesmos as lavouras e movimentar as manufaturas."²⁹ Abandonar o sistema de produção oficial, no entanto, significava afrouxar os laços de dominação na região mais distante das vistas e do controle do Poder.

²⁹Ver REIS, Arthur Cesar Ferreira. *O processo histórico*, op.cit.,p.53.

A chegada da corte ao Rio de Janeiro e sua transformação no centro do Império farão com que, de sua articulação com Minas e São Paulo, surja o novo núcleo de desenvolvimento econômico e político. O desenvolvimento da economia cafeeira no vale do Paraíba, a partir de 1830 - 1840, irá definir mais nitidamente os contornos de uma geografia econômica que já se delineava no final da colônia. A história econômica do Brasil do século XIX é a história do "pólo dinâmico" cafeeiro, do Vale do Paraíba e do "velho e decadente" Nordeste açucareiro. A incursão da Amazônia nesse quadro só se fará na medida em que a borracha se transforma numa mercadoria no comércio internacional.

3.3 - A incorporação da Amazônia ao capitalismo industrial: o "ouro negro"

A década de 1850-1860 é o apogeu de uma segunda revolução industrial, que se apresenta com novas características, determinadas não só pelo atual estágio do desenvolvimento capitalista, como também pela "nova" divisão internacional do trabalho: é a introdução de novas técnicas na produção do aço, transportes mais rápidos e a consequente intensificação do comércio internacional e expansão da economia. As "economias coloniais" têm, nesse período, novas possibilidades de mercado; aos países que detêm a hegemonia do capitalismo, caberá fornecer capitais e, em contrapartida, se beneficiarão do aumento do consumo dos países exportadores de matérias-primas e de gêneros alimentícios.

Aparentemente, a economia do Império se apresentava idêntica à do período colonial, ou seja, baseada na produção e exportação de matérias-primas e produtos agrícolas; porém, tanto o conteúdo quanto as formas do crescimento econômico haviam-se modificado substancialmente. Se o Estado português, através das concessões, no período colonial, havia criado uma classe dominante, cujas atividades econômicas se subordinavam estritamente aos interesses da Metrópole, no Império (principalmente no Segundo) essa relação se inverte. "De classe dominante fundada pelo Estado, o baronato brasileiro (mais no sentido da propriedade e posse dos meios de produção, que no sentido da, às vezes, ridícula e sempre pretensiosa aristocracia) pas

sava à condição de classe dominante que repudiava um tipo de Estado estranho aos seus interesses e, portanto, hostil. De posse do principal meio de produção - a terra -, essa classe detinha a total virtualidade de mediar o emprego da mão-de-obra - escrava, de certo - e, portanto, de autonomizar-se em relação ao Estado".³⁰

A independência talvez não tenha mudado de imediato o país, mas marca o nascimento de uma economia nacional e a ascensão política, no controle do Estado de latifundiários e comerciantes, basicamente. No entanto, essa nova ordem não modifica, mas consolida os dados estruturais sobre os quais se assentava a concentração da propriedade fundiária e da renda e a dominação política. O liberalismo serve, no Brasil, contraditoriamente, para reforçar as estruturas do mundo agrário, impedir em nome do livre comércio, a revolução industrial interna e colorir com tonalidades suaves a nova forma de colonialismo das novas metrópoles burguesas. A transformação dessa estrutura, ao longo do período que é marcado pelo desenvolvimento capitalista no plano mundial é, na verdade, a história da formação de novas relações de produção, em um longo processo histórico, que não é homogêneo nem tão pouco linear, com características específicas, em virtude da sua subordinação à economia mundial e das próprias bases internas, materiais e humanas, sobre as quais se funda e dentro das

³⁰ OLIVEIRA, Francisco. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação da economia da República Velha (1889- 1930) In *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, p. 12.

quais emerge. Os processos de acumulação primitiva avançam; isto "significava não apenas a ampliação da posse e propriedade da terra, mas também o controle das nascentes trocas entre unidades de produção distintas, desfeita a autarquia anterior, por intermédio de todas as instituições que, depois, vão caracterizar a estrutura política e social da República Velha, como o coronelismo, o complexo latifúndio - minifúndio, os agregados".³¹ Por outro lado, "a instauração do trabalho livre nas unidades produtivas do complexo agro-exportador significa uma inversão da situação da economia escravocrata, predominando, agora, o capital variável, fazendo crescer a rentabilidade das explorações".³²

Há, no entanto, um aspecto marcante desse momento: a esfera da circulação - segmento vital do processo de acumulação - estava fora do controle da burguesia agrária brasileira. O "exclusivo" comercial da colônia agora é substituído pelos lucros da intermediação comercial dos produtos de exportação, primeiramente com a Inglaterra, depois com os Estados Unidos que, através de sua intermediação financeira, financiavam a comercialização interna e externa dos produtos de exportação.

É nesse contexto que a Amazônia será incorporada ao capitalismo industrial, na medida em que a borracha se transforma numa mercadoria do comércio internacional.

³¹Ver OLIVEIRA, Francisco, op. cit. p. 14.

³²Idem, p. 14.

3.3.1 - O começo da "história"

A primeira menção em literatura sobre borracha encontra-se em Oviedo e Valda na "História Universal das Indias", publicada em Madrid no ano de 1536.⁴ Há registros, no entanto, de que Colombo, em seus diários de viagem refere-se às qualidades peculiares de certa matéria utilizada pelos indígenas do Haiti. Nesta época, ainda o jesuíta, padre Charlevoix, descreve-a, "como uma bola usada pelos 'batos', num dos seus jogos", e, acrescenta, "coisa" curiosa era que a bola pula mais alto que as nossas cabeças, torna o solo, voltando outra vez mais alto que a altura da mão que a jogou, cai ainda, levantando não tão alto, e tornando-se cada vez menor, e ainda menor a altura do pulo".⁵

Já no século XVIII, há os relatos dos franceses La Condamine e Fresnau que, em 1734, foram enviados pela Academia de Paris ao Equador, com o objetivo de solucionar o problema da forma da terra. Em 1736, La Condamine envia à Academia, "pequena amostra de uma gomma resinoza, cor de um escuro carregado, quase preto, e que disse chamar-se caoutchou"⁶ ou Cahuchu, nome que os índios davam à goma e que significava ao pé da letra, pau que dá leite. Registra La Condamine ainda ser a árvore de que provém tal goma chamar-se hevé, e que, tornou-se o nome específico do grupo que produz as mais finas qualidades, conhecidas co

⁴MENDES, José Amando. *A crise amazônica e a borracha*. Typographia Santos, Porto 1909, p. 140.

⁵Idem, p.140.

⁶LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional*. São Paulo, 1944.

mo borracha do Pará, ou a espécie de hevea. "Assim que a casca da árvore é levemente ferida", observa ainda La Condomine, "deflue-se-lhe um líquido claro, semelhante ao leite, o qual coagula, exposto ao ar atmosférico e torna-se preto. Os indígenas fazem com elle uma luz, que arde sem pavio (...) Elles fazem botijas de formato de peras, no gargalo das quais adaptam-se tubos de madeira. A pressão d'aquellas expelle-se-lhes o líquido, pelo tubo, como se fossem seringas, com que se parecem".⁷ Mendes (1909:141) chama atenção para este fato que deu ensejo a se lhe dar o nome específico à árvore de onde jorra o leite: árvore da seringa, seringueira. Daí, surgiu seringal, o espaço físico social onde se encontram as árvores da seringa. E de seringal surgiu seringueiro - o coletor de látex, o trabalhador - e seringalista - o dono da terra, o patrão proprietário.

Em 1762, Fresnau consegue a dissolução da goma em terebentina, já que o grande problema, até então era o de dada a facilidade de coagulação, o látex já chegava à Europa em estado sólido. No início do século XIX, instalaram-se as primeiras fábricas que utilizam a borracha como matéria-prima: em 1803, próximo a Paris, uma produzia ligaduras elásticas para suspensórios e ligas; em Viena, uma segunda fábrica em 1811; em 1820, na Inglaterra, uma terceira implantada por Thomas Hancock, que foi o primeiro a executar com sucesso um projeto de manufatura de borracha em larga escala; em 1823, Charles Mackintosh passa a empregar a nafta do carvão como solvente e instala uma fá

⁷La Condamine, op. cit.

brica de tecidos à prova d'água, em Glasgow, na Escócia.

A solução definitiva para a utilização da borracha foi a descoberta da vulcanização, que a Goodyear iria descobrir em 1839, nos Estados Unidos, país para onde a borracha começou a ser exportada, a partir de 1800, sob a forma de garrafas. As primeiras demandas de borracha pelas indústrias dos Estados Unidos e da Europa estavam relacionadas a necessidades definidas, tais como roupas e calçados impermeáveis ou borrachas de apagar, correias de transporte fabril, luvas, mangueiras contra incêndio, verniz de borracha, para a fabricação de lonas, etc...⁸ Com a descoberta do processo de vulcanização pela Goodyear e a sua conseqüente aplicação industrial tanto na Europa como nos Estados Unidos, a borracha passa a ter uma posição na economia mundial. Estavam dadas as condições materiais para a inserção da Amazônia no processo de acumulação capitalista, agora como produtora de uma matéria-prima vital àquele específico momento - a borracha.

Até que a vulcanização começasse a produzir efeitos comerciais, a exportação da borracha da Amazônia é pequena. Após 1845, ultrapassava a casa do milhar e em 1855,

⁸Sobre a história da borracha ver também: Schidrowitz e Dawson(orgs.), *History of the rubber industry - the institution of the rubber industry*, *hefter and sons*, Cambridge, 1952; LE BRAS, Jean, *Fundamentos de ciência y tecnología del caucho*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1960; BOUVIER, René, *Le Caoutchouc - brillante et dramatique histoire de l'hevea*, Paris, 1949; REIS, Arthur Cesar Ferreira, *O seringal e seringueiro* - Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953; TOCANTINS, Leandro, *Formação histórica do Acre*, Conquista, 1961, 1º volume; SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira, *História econômica da Amazônia - 1800-1920*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.

ela é cotada ao preço de 36\$000 por arroba. No ano seguinte (1856-1857), os valores baixaram, iniciando uma oscilação de preços que foi uma constante em todo o chamado "período da borracha", isto porque sua dinâmica será sempre determinada fora de suas fronteiras.

A Amazônia começará então a ser redefinida como "região" pela entrada em cena deste ator principal - a borracha. Com o avanço da indústria automobilística, a demanda mundial por este produto começa a crescer exponencialmente. O processo de acumulação encontra terreno próprio à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira, deixando a produção entregue aos "locais" - os seringalistas. Ao capital internacional comercial e financeiro, pouco interessa a produtividade, o incremento da produtividade do trabalho; sua apropriação se dá no mecanismo da circulação, não no da produção.

3.3.2 - O extrativismo da borracha: a ocupação da terra

A Amazônia era uma "região" desconhecida e de difícil acesso ao seu interior. Difícil, porque a riqueza existente no interior de suas matas aparecia de forma dispersa e irregular e, de certa maneira, o ritmo e o modo de sua exploração eram determinados por suas condições naturais. Daí que a base "natural" do extrativismo são as margens dos rios, especialmente suas confluências. São localizações estratégicas, que permitiam ao proprietário, em primeiro lugar, um controle maior da produção, pois esta só poderia ser escoada através dos rios e sobre estes, uma vez nas margens, era possível fiscalizá-los. Esta localização proporcionava ainda um contato mais fácil com o comércio que se desenvolvia nos rios, por intermédio das embarcações.

No extrativismo, todo esforço feito pelo controle da terra não implica o seu uso efetivo, já que ela, em si mesma, tem pouca importância; o que é importante, realmente, são os recursos naturais que ela abriga. Diferentemente de outras formas de produção agrária, o que importa no extrativismo não é a qualidade da terra, mas sua quantidade, pois as seringueiras estão dispersas em vastas extensões geográficas e isto vai exigir, continuamente, para aumentar a produção, a incorporação de novas áreas. A aquisição da terra no extrativismo apresenta uma característica própria, pois não se trata de uma apropriação da terra, mas de uma apropriação da natureza, ou melhor, das condições de produção que

favoreçam a exploração de recursos naturais, sendo a terra a base onde se distribuem esses recursos.

No início da exploração do produto, dado o seu caráter predatório, uma vez que as zonas de coleta logo se exauriam, não havia interesse em ter o domínio permanente sobre a terra. É com o "rush" da borracha que a situação se modifica. Há o abandono do sistema predatório, pois o extrativismo não sobrevive sem que haja um mínimo de equilíbrio nas relações do homem com a natureza. A solicitação cada vez maior com relação ao aumento da produção acirra a concorrência e faz com que seja necessária a ocupação permanente da terra. "Quem" pretendesse explorar a borracha reunia homens e instrumentos necessários à empresa, procurava um ponto na margem de algum rio onde pudesse estabelecer o seringal. Primeiramente, explorava a área para verificar se havia árvores da seringa em abundância. Constatada a existência, assinalava-se a posse. Levantava-se um "tapiri", delimitava-se a área e requeria-se nas repartições competentes em Manaus ou Belém, o título de propriedade. A Lei nº 1114, de 27 de setembro de 1860, procurou fixar o limite de propriedade, tendo em conta as condições peculiares da Amazônia. Esta lei estabelecia que tal limite devia ser de "meia légua de frente e outro tanto de fundo".⁹ Como esse limite é pouco preciso, e levando-se em conta que o interesse não era propriamente pela terra, os seringalistas estendiam os seus domínios às áreas contíguas; daí a

⁹ REIS, Arthur C. Ferreira. *O seringal e o seringueiro*, op. cit.p.79.

posse não ser tranqüila e, na medida em que as facilidades de opção pela escolha das terras foram diminuindo, ocorriam com freqüência lutas entre seringalistas que pleiteavam o mesmo local. "Na Amazônia, com a borracha", afirma Djalma Batista *vigorou, mais que nunca, a lei da selva, com o império da lei do mais forte (...). Os que pretenderam apenas se afirmar pela lei da selva deixaram uma crônica extensa em todos os rios".¹⁰ Se o que importava na exploração da borracha não era a extensão da terra, mas a quantidade de árvores que produziam a borracha, e como estas se distanciavam uma das outras, a grande propriedade acabou por se impor na Amazônia e o latifúndio passou a ser a característica do seringal.*

¹⁰BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia (análise do processo de desenvolvimento)*. Rio de Janeiro, Conquista, 1976, p. 131.

3.3.3 - O seringal e as formas de exploração

O seringal, núcleo da estrutura sócio-econômica da região, dividia-se em "margem" e "centro". Na margem, erguia-se o barracão central, construído de madeira ou paxeúba - uma espécie de carnaúba - com cobertura de zinco e levantado sobre toras de madeira para proteção contra as enchentes. Era a residência do seringalista, o depósito de mercadorias e o escritório. O "centro" era o interior do seringal onde se instalavam os seringueiros. Cada seringueiro construía sua própria barraca de paxeúba, coberta da palha e, na maioria das vezes, os lados eram abertos ao tempo.

No início do extrativismo da borracha, os seringais localizaram-se, principalmente, na região das ilhas, inclusive Marajó, alcançando o Xingu e o Jari. Neste momento, a exploração é feita pelas populações mestiças e, em razão das técnicas utilizadas na extração da borracha, as seringueiras são destruídas: é o processo do "arrocho". Consistia "em apertar com um cipó a árvore, quase rês-do-chão, de modo que se forme uma orla capaz de dar assento a uma goteira circular de barro, feita ali mesmo pela mão do seringueiro. Debaixo desta goteira, colocam uma panela ou outra qualquer vasilha que possa receber bastante líquido; feito isto, golpeiam toda a árvore e por todos os lados, de modo que ela se esgote em um dia, e se não morrer, só se restabelece no prazo de muitos anos".¹¹

¹¹COUTINHO, Silva. *Breve notícia sobre a extração da seringueira*. Manaus, 1863, apud. Arthur Reis em *O processo histórico*, op.cit.p.73.

Em razão desta técnica predatória, buscou-se a penetração na floresta com a ocupação das margens do Tapajós, Madeira, Purus e Juruá.

O tempo destinado ao trabalho extrativo é chamado de "fabrico" e sua época correspondia à descida das águas dos rios e à ausência de chuvas. O "fabrico" é uma noção de tempo de trabalho, que determinava o próprio ritmo dessa economia: definia os eventos sociais (festas) ocorridos em torno da exploração da borracha; a época das partidas de mercadorias para os seringais; o movimento da navegação em função dos negócios da borracha, etc... A idéia de "fabrico", ao levar em consideração as características próprias da produção extrativa, sujeita à determinação de fatores absolutamente naturais, tem uma função organizativa.

No seringal, a primeira tarefa consistia na abertura das "estradas", que eram os caminhos na selva por onde transitava o seringueiro na coleta do látex. A abertura das estradas levava dias, e cada seringueiro trabalha, geralmente, duas estradas, para poder dar um dia de descanso a cada árvore. Em cada estrada, havia, em média, entre cem a duzentas árvores.

A extração do látex era feita no verão e, geralmente, tinha início em maio, estendendo-se até novembro, pois no inverno, as chuvas impediam esse trabalho: o acesso às estradas se tornava impossível e a água da chuva se misturava ao látex. O seringueiro saía de madrugada, por

volta das três horas da manhã, levando uma lanterna na testa, a faca, um rifle a tiracolo e um terçado na cintura. A preferência do seringueiro por este horário é, em pri-meiro lugar, porque a produtividade natural das árvores de seringa é maior durante este período, em razão da ocor-rência de processos químicos-síntese determinarem uma maior dilatação dos vasos, tornando-a mais fértil; em segundo lugar, não há o calor abrasante.

Em cada árvore, o seringueiro limpa o tronco e depois com a machadinha (posteriormente, com a faca apro-priada) aplica golpes na madeira e a "sangra". Sob as feridas feitas, há uma tigelinha que recebe o látex, previamente presa à árvore. Procedido a "sangra" em árvores alternadas diariamente, o seringueiro retorna ao ponto de partida, que ele chama de "boca da volta", e constitui, para ele, um ponto de referência que indica o começo e o fim do corte. Aí, ele improvisa um jirau ou uma cama de folhas, aproveitando o intervalo entre o corte e a colheita. É um descanso breve, pois não pode ultrapassar o tempo necessário para que o leite se deposite nas tigelinhas; se ocorrer a coagulação todo o trabalho estará prejudica-do. Novamente, todo o caminho percorrido durante o corte (5/6km) deverá ser refeito para recolher o látex. Agora, ao contrário da etapa do corte, que exige capacidade e perícia, é um trabalho simples, pois a "colheita" consiste apenas na transposição do látex depositada na tigelinha para um vasilhame maior, o balde; o único cuidado necessá-rio é protegê-lo bem para evitar contaminações do próprio ambiente.

Encerrada a "colheita", o seringueiro volta à bar
raca, mais ou menos entre duas e três horas da tarde, quan
do então, após rápida refeição, passa ao trabalho de defu
mação. É a parte do trabalho mais exaustiva, demorada e
complexa, exigindo de quem a faz muita experiência e uma
certa especialização. Na defumação, isto é, a coagulação
do leite, feita pela exposição a vapores ácidos de plan -
tas resinosas, especialmente alguns frutos de palmeiras
oleaginosas como o oricuri, ou cavacos de massaranduba, o
seringueiro tem, neste momento, seus olhos e vias respira
tórias expostos à ação de substâncias irritantes. A defu
mação representa a cristalização de todo o trabalho desen
volvido anteriormente e permite ao trabalhador distinguir
a natureza da matéria bruta que vai, aos poucos, se trans
formando, deixando de ser, por conseguinte, simples maté
ria e se convertendo em algo inteiramente produzido pelo
homem, inserindo-se no universo das coisas cambiáveis.

Só houve modificação no processamento da borra
cha quando se montaram usinas de beneficiamento na Amazô
nia, nos anos 30, como uma exigência das indústrias pau -
listas que reclamavam produtos melhores, para fabricar lu
vas cirúrgicas e outros artefatos.

O extrativismo não pode prescindir de certas con
dições oferecidas pela natureza que dizem respeito à so -
brevivência humana. O homem, submetido a um regime de ex
ploração com uma jornada de trabalho de 14 a 15 horas diá
rias, ainda tem, paralelamente ao trabalho extrativo, uma
atividade suplementar de subsistência, cujo sustentáculo

são as riquezas oferecidas pela própria natureza. É através dessa atividade suplementar - caça, pesca e coleta de frutos - que o homem consegue suprir uma parte dos alimentos por ele consumidos. Uma parcela dos meios necessários à sua sobrevivência são obtidos através do comércio do barracão. Muitas vezes, são inúmeras as restrições para que ele não exerça essa atividade suplementar a fim de ficar completamente preso ao barracão. A forma mais violenta das relações que prevaleceram nos seringais foi o regime do "toco". Por este regime, há um elevado grau de sujeição do trabalhador ao barracão e uma indiscriminada forma de exploração do trabalho, correspondente ao período da borra - cha; segundo Roberto Santos está relacionado ao fenômeno conhecido como "compulsão policial", cuja característica foi o uso de castigos corporais, perseguição aos seringueiros que tentavam fugir do barracão e uma grande onda de violência. Trabalhar no "toco" significava, pois, subordinar-se exclusivamente ao patrão, sem quaisquer intermediários e sem a mínima possibilidade de interferência nos atos praticados.

Se é verdade que os seringalistas não podiam dispor, tal como ocorria na escravidão, do indivíduo como propriedade sua, recorriam, no entanto, a outras formas de sujeição, de maneira a serem preservadas as condições de trabalho que, até então, sustentavam a economia extrativista. A utilização de outros mecanismos coercitivos que, se não reduzissem o trabalhador à condição de escravo, pelo menos fossem eficazes instrumentos de submissão dos trabalhado -

res, era algo vital ao processo de acumulação. Isto por - que, dadas as condições em que se processava a exploração extrativa, o problema de suprir os seringais de mão-de-obra foi dos mais difíceis de ser enfrentado. A Amazônia, desde o início da colonização, foi uma região onde a escassez de mão-de-obra para trabalhos produtivos foi uma constante. Inicialmente, o índio foi arregimentado para extrair o látex e, na medida em que crescia a procura do produto, aumentava também a violência para se obter um maior número de índios; para conseguí-los, não se excluía a chantagem e o seqüestro. Deve-se levar em conta que, em razão da sua extensão territorial, a Amazônia foi (e continua uma constante até hoje) uma região que apresenta baixas taxas de densidade demográfica.^{1 2}

Amazônia - população total por unidades: 1840-1910

Anos	Amazonas	Pará	Amazônia
1840	19.570	109.960	129.530
1850	...	...	200.391
1860	46.187	232.063	278.250
1870	54.895	268.014	322.909
1880	120.899	269.098	389.997
1890	147.915	328.455	476.370
1900	249.756	445.356	695.112
1910	358.695	783.845	1.217.024*

Fonte: SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia, p. 111.

*Neste total, estão incluídos 74.484 indivíduos pertencentes ao Território do Acre.

^{1 2}Ver SANTOS, Roberto, op. cit., p. 110.

A exploração da mão-de-obra indígena só veio diminuir a partir dos anos oitenta, principalmente após a grande estiagem de 1877, quando passou a ser substituída pe la mão-de-obra nordestina. Entre 1872 e 1900, a borra - cha atraiu para a Amazônia uma população calculada em apro ximadamente, 260 mil pessoas, segundo estimativa de Celso Furtado,¹³ ou 117 mil pessoas, segundo estimativas de Graham e Buarque de Holanda.¹⁴

Apesar de um aumento considerável da população, resultante do processo migratório para a Amazônia, persis te na região uma fraca monetarização das relações de tro - ca. É que o seringueiro trocava o produto de seu traba - lho por mercadorias como charque, açúcar, sal, etc..., que lhe eram indispensáveis para sobreviver através do "barra cão". Essas mercadorias não eram produzidas nem pelos se ringais, nem tão pouco na Amazônia, mas importados do Cen - tro-Sul ou do exterior; assim, esta forma de trabalho com pulsório criava barreiras à diferenciação da divisão so - cial do trabalho. O processo de acumulação, em economias como a amazônica, resulta de uma acumulação de riquezas e não de capital; não havendo avanço da divisão social do trabalho, qualquer transformação qualitativa do padrão eco nômico de acumulação será insignificante.

¹³Ver Celso Furtado, op. cit., p. 131.

¹⁴GRAHAM, Douglas H. e HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migration, regional and urban growth and development in Brasil - a selective analyses of the historical record 1872-1970*. Instituto de Pesqui - sas Econômicas, USP, 1971, vol. 1. p. 98.

Essa burguesia que começa a se constituir com a borracha, somente se completa como burguesia extrativista "local", quando da implantação nos seringais do trabalho assalariado, o que representa mudança na forma e conteúdo da apropriação do excedente do produto social e, também, quando cria, para si, um processo de acumulação primitiva que se dá no órbita da circulação, fundando os mecanismos de dominação social e política que aparecem sob formas de coerção não-econômica: são os coronéis de "barranco". Desta forma, ao tentar perpetuar a coerção extra-econômica, através dos "barracões", os "coronéis de barranco" reproduziam internamente o mecanismo de exploração externa que lhes roubava o excedente.

O financiamento da realização do valor da economia extrativista, como de resto de toda a economia agro-exportadora no Brasil, era externo, e isso não ocorria por acaso; era uma espécie de círculo vicioso, como afirma Francisco Oliveira: *"a realização do valor da economia agro-exportadora sustentava-se no financiamento externo e este, por sua vez, exigia a reiteração da forma de produção do valor da economia agro-exportadora. Simultaneamente, o mecanismo de financiamento externo bloqueava a produção do valor de mercadorias de realização interna. Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabavam por consumir todo o valor da economia agro-exportadora, com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agro-exportadora acabou por destinar-se, substancialmente, a pagar os custos da intermediação comercial e financeira externa,*

operando-se uma redistribuição da mais-valia entre lucros internos e juros externos, completamente desfavorável aos primeiros".¹⁵

A intermediação comercial e financeira externa na Amazônia se dá através do sistema do "aviamento" que, ao lado do "barracão", constituem especificidades deste momento da acumulação na região. "Aviamento", segundo Roberto Santos, foi *"a instituição que se consolidou a partir do contato da sociedade amazônica com um sistema altamente monetizado, qual o capitalismo industrial europeu"*.¹⁶

Desde a colônia, esboça-se um regime de crédito informal na Amazônia, já que até meados do século XVIII, não se usava moeda metálica na região. Nesta época, o negociante, sediado em Belém, supria de mantimentos a empresa coletora das "drogas do sertão", para receber em pagamento, ao fim da expedição, o produto recolhido. É o embrião do aviamento que, no período da borracha, será aperfeiçoado e fará parte da lógica do capital neste momento da acumulação. *"Tornou-se como que a forma da economia amazônica típica. Engendrou uma "moralidade" própria, eminentemente característica nos seringais, em que se instituía uma disciplina extrafinanceira com catálogo de punições e a condenação dos desvios de produção"*.¹⁷ É ainda

¹⁵OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*, op.cit. p. 31.

¹⁶SANTOS, Roberto, op. cit., p. 155.

¹⁷Idem, op. cit., p. 158.

Roberto Santos quem descreve que este processo de "espoliação era garantido pelo regime policial dos seringais, onde sentinelas armadas montavam guarda para impedir a fuga dos seringueiros em débito. E a polícia oficial colaborava com sua cobertura, remetendo de volta para os seringais aqueles que, conseguindo escapar do interior, fossem capturados em Manaus ou Belém. Estar em débito significava apresentar saldo devedor nas contas dos seringalistas".¹⁸

"Aviar", na Amazônia, significa fornecer mercadorias a crédito. O "aviador" de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade em dinheiro e, em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo "aviador", o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros e mais uma margem apreciável de ganho a título do que se poderia chamar "juros extras". Esse "aviador", por seu turno, era "aviado" por outro e também pagava "juros extras" apreciavelmente altos. No cume da cadeia, estavam as firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos "juros extras" e do rebaixamento do preço da borracha".¹⁹

Essas firmas exportadoras tinham sua sede principal no Pará e sucursais em Manaus e com os mesmos ou di

¹⁸SANTOS, Roberto, op. cit., p. 166

¹⁹Idem, p. 159.

ferentes nomes, monopolizavam o comércio de exportação de borracha. "As compras são feitas a 90 dias de vista. Trocam as letras da borracha comprada, nas agências dos bancos ingleses, contra o dinheiro, que entregam aos vendedores. Quando se vencem os 90 dias, já a borracha chegou a Nova York ou Liverpool e foi vendida... Não precisam dispor de um só vintém. Vivendo parasiticamente à custa da praça, impondo os preços, dictando as condições, e fazendo ainda um favor aos aviadores em lhes comprar a mercadoria. E, como são os representantes das casas que em Liverpool, Hamburgo e Nova York fazem o monopólio da borracha, e elas monopolizam o comércio desse gênero, também nos mercados produtores".²⁰

Deve ser registrado ainda que a maior parte da frota transportadora das mercadorias para os seringais pertencia às próprias casas aviadoras. Eram fretes para pagamento "in natura", debitados ao seringalista, como qualquer mercadoria, levando em conta não só a distância e o peso, como também os prazos de resgate. Isto significava que os altos fretes cobrados na região relacionavam-se, também, com o regime do "aviamento".

²⁰Ver MENDES, José A. *A crise amazônica e a borracha*. Tipographia Santos. Porto, 1909, p. 76.

3.3.4 - A crise do extrativismo e as tentativas de "saída"

A procura de borracha pelos países industrializados crescia a cada ano devido à sua utilização na fabricação de pneus de veículos; mas a produção da Amazônia só podia aumentar pela descoberta de novos seringais, nativos em áreas cada vez menos acessíveis, o que elevava os custos de produção e sobretudo, de transporte. Como consequência, a borracha tinha seus preços elevados e entre 1871 e 1910, seu preço subiu de 181 libras-ouro para 389 libras-ouro por tonelada.

A borracha dependia exclusivamente do mercado externo, pois inexistia, internamente, um parque industrial capaz de absorver uma produção excedente e, tão pouco se formou na Amazônia um mercado mais diversificado, que pudesse ter atraído capitais provenientes do comércio da borracha, em razão das próprias peculiaridades do seu processo de exploração. É bom ressaltar, mais uma vez, ser a produção da borracha uma atividade econômica desenraizada e, portanto, separada dos interesses mais imediatos da produção local, tendo todas as suas fases de industrialização processadas no exterior, com exceção apenas do beneficiamento inicial que, realizado em Manaus e Belém, empregava mão-de-obra local.

O Brasil, no auge de sua produção, entre 1901 e 1910, exportava em média 34.000 toneladas de borracha por ano. (Ver Quadro nº 3). A produção de borracha brasileira neste momento representava quase o dobro da produção da África, Ásia e América Central. No entanto, a partir de 1911, a produção da África e América Central (23.000 toneladas),

Quadro nº 3

Exportações de borracha da Amazônia brasileira
1901-1910 (toneladas)

Anos	Quantidade
1901	27.940
1902	27.120
1903	29.076
1904	27.086
1905	31.887
1906	31.364
1907	34.452
1908	34.270
1909	34.700
1910	34.248

Fonte: Roberto Santos. *História econômica da Amazônia*. op. cit. p. 217.

junto com a produção da Ásia (15.800 toneladas), superava a do Brasil. (Ver Quadro nº 4).

A Amazônia, como se vê, não pode concorrer com a Ásia em produtividade. A exploração da borracha nesta região se dá em seringais nativos onde as árvores da seringueira estão dispersas em áreas consideráveis. Na Ásia a produção é consequência de uma plantação racionalizada. Enquanto na Amazônia, nos seringais nativos, há um 1,5 pés-árvore por hectare, na Ásia, os seringais nativos possuíam 200 pés-árvores por hectare; com relação ao rendimento por árvore, era de 1 a 2kg na Amazônia; na Ásia, atingia 2,5kg de borracha.²¹

Desde a década de 70, o governo inglês tenta - va cultivar a seringueira. A experiência vitoriosa começa em 1876, quando Henry Wickham contrabandeia 70.000 sementes para Londres, sendo daí remetidas para o Ceilão e Malásia. Quando a borracha cultivada na Ásia, trinta e cinco anos depois, em 1911, é lançada no mercado, o preço cai e a borracha extraída da Amazônia perde mercado, passando este a ser dominado pela borracha produzida na Ásia. Se o preço médio, entre 1911 e 1920, andou em torno de 252 libras-ouro, cai para 101 libras-ouro no decênio 1921 -1930 e, a partir de 1931, baixou ainda mais: 27 libras-ouro por tonelada. É o "desastre". Falências e concordatas são

²¹SANTOS, Roberto, op. cit., p. 233.

Quadro nº 4
 Produção mundial de borracha (toneladas)
 1900-1919

Anos	Brasil	África e América Central	Ásia	Total
1900	26.750	27.180	3	53.933
1901	30.290	24.549	4	54.843
1902	28.700	23.640	7	52.347
1903	31.055	24.830	19	55.944
1904	30.650	32.080	41	62.771
1905	35.000	27.000	171	62.171
1906	36.000	29.700	615	66.315
1907	38.000	30.170	1.323	69.493
1908	38.860	24.600	2.014	65.474
1909	42.000	24.000	3.685	69.685
1910	40.800	21.900	8.753	71.453
1911	37.730	23.000	15.800	76.530
1912	43.370	28.000	28.194	95.564
1913	39.560	21.450	47.618	108.628
1914	36.700	12.000	71.380	120.380
1915	37.220	13.635	107.867	158.722
1916	37.000	12.450	152.650	202.100
1917	39.370	13.258	204.251	256.879
1918	30.700	9.929	200.950	241.579
1919	34.285	7.350	381.860	423.495

Fonte: Adaptado de Roberto Santos - *História econômica da Amazônia*, p. 236.

inúmeras, tanto na praça de Belém, como em Manaus. O sistema do "aviamento" é atingido e a crise se alastra por todo o interior da Amazônia. Aumenta o desemprego nas cidades; há o abandono de seringais e "paralisação quase completa de uma frota fluvial que se considerava a maior do mundo, com 26.300 toneladas de capacidade, representando, ao custo histórico \$1.055.000, agora, com os vapores desocupados, os cascos enterrados na lama das margens, as tripulações desembarcadas à falta de serviço".²² Faltam alimentos; agravam-se os problemas sanitários e o Amazonas, o Pará e o Acre entram em colapso financeiro. A receita do Estado do Pará, que era de 20.255 contos em 1910, reduz-se a 8.887 em 1915; a do Amazonas, de 18.069 em 1910, cai para 7.428 em 1915; e a do Acre, de 19.868 baixa para 5.610, em 1915. Agravando ainda esta queda na receita do Amazonas e Pará, havia ainda, sérios problemas com a dívida interna e externa, sendo que, no Amazonas, estavam incluídos, na dívida interna, vencimentos do funcionalismo público da capital e do interior, cujo atraso, em alguns casos, remontava ao ano de 1892.

A participação da borracha no conjunto das exportações brasileiras era de 10% em 1890; passou a 20% em 1900 e, em 1910, chegara a rivalizar com o café: borracha, 40% das exportações brasileiras; café, 41% (ver Quadro nº 5).

No entanto, o valor resultante das exportações de borracha não ficava na Amazônia. Uma parte ponderável

²²SANTOS, Roberto, op. cit., p. 239.

Quadro nº 5

Brasil - Comércio Exterior

Participação da borracha e do café na exportação total

1890 a 1920

Anos	Exportação	Borracha		Café	
	Total 1	Valor 1-2	%	Valor 1	%
1890	280.665	27.126	10	189.894	68
1895	790.926	122.697	16	543.336	69
1900	850.339	166.635	20	484.342	57
1905	685.457	226.174	33	324.681	47
1910	939.376	376.972	40	385.493	41
1915	1.042.298	135.786	13	620.488	60
1920	1.752.411	58.350	3	860.958	49

Fonte: Adaptado de Roberto Santos, *História econômica do Amazonas*, p. 290.

1 - Contos de réis

2 - Na coluna da borracha estão incluídas as exportações de Estados da Federação não amazônicos (pequenas quantidades).

do excedente produzido, em razão da intermediação comercial e financeira ser quase totalmente externa, não era reinvestido na "região", pois, seu destino era a acumulação nos países que a realizavam. Outra parcela do excedente era capturada pelo Estado através dos impostos. O comércio externo da Amazônia foi invariavelmente superavitário entre 1901 e 1915. "A contribuição líquida da Amazônia para a receita nacional de divisas, já descontadas as disponibilidades cambiais utilizadas na própria região, foi de 34% do saldo do balanço comercial brasileiro, em 1901, 92% em 1908 e 97% em 1912".²³

Por outro lado, o contribuinte da Amazônia passou a pagar, anualmente, ao governo da União muito mais que a média dos contribuintes brasileiros. Em 1890, a contribuição por habitante ultrapassava o dobro da contribuição média por habitante do país e, em 1910, a diferenciação excedeu o triplo. (Ver o Quadro nº 6). A despesa da União na Amazônia, no entanto, em proporção ao número de habitantes, era das menores do país. *"Em verdade, quanto mais se elevava a distância entre o que o amazônida pagava à nação e o que o brasileiro médio recolhia, tanto mais se aviltava a relação no que toca à despesa (...) Poder-se-ia esperar que, com o colapso da borracha, os gastos da União na Amazônia tivessem aumentado, relativamente a outras áreas melhor aquinhoadas na dramática ocasião. Sucedeu, porém, o contrário. A receita "per capita" caiu em 1915, como consequência da redução do valor das exportações amazônicas, e a despesa "per capita" seguiu caindo até o índice 31".*²⁴ (Ver Quadro nº 6).

A chamada "crise da borracha" não pode ser entendida apenas como consequência do aumento de produção da borracha asiática. Internamente para o processo de expansão do sistema capitalista, é um momento de concentração e centralização de capital e a estagnação da economia amazônica, neste período representa também uma nova forma de acumulação de capital que começa a impor sua lei. Com

²³SANTOS, Roberto, op. cit., p. 291.

²⁴Idem, ibidem, p. 293.

Quadro nº 6

Receita e despesa "per capita" da União na Amazônia e no Brasil

1890-1915

Anos	Receita "per capita" (RS)		Despesas "per capita"(RS)		Índices-Brasil = 100	
	Brasil	Amazônia	Brasil	Amazônia	Receita	Despesa
1890 ⁽¹⁾	13\$600	29\$727 ⁽¹⁾	15\$393	9\$286 ⁽¹⁾	219 ⁽¹⁾	60 ⁽¹⁾
1895 ⁽¹⁾	19\$500	37\$115 ⁽¹⁾	21\$882	12\$752 ⁽¹⁾	190 ⁽¹⁾	58 ⁽¹⁾
1900	17\$800	41\$490	25\$034	8\$895	233	36
1905	20\$100	55\$079	18\$754	8\$345	274	45
1910	22\$600	69\$677	26\$933	10\$157	308	33
1915	15\$100	13\$764	25\$735	8\$044	91	31

Fonte: SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazonia*, p. 292.

⁽¹⁾ Por falta de dados comparáveis nos anos de 1890 e 1895 figura a receita ou a despesa "per capita" do Pará apenas, em lugar da relativa a toda a Amazônia.

a queda das exportações da borracha a Amazônia entra em "crise" e é colocada de lado. Como não existe mais a possibilidade da "região" ser saqueada em seus recursos ela entra em compasso de espera até que nova dinâmica a incorpore novamente. Acentua-se mais ainda neste período, o "desequilíbrio econômico" da Amazônia com relação aos "centro" dinâmicos. E como os "desequilíbrios regionais" são, concretamente, o sinal de movimento diferencial de acumulação nas relações entre as várias regiões, e, como esse movimento não é apenas econômico, torna-se fundamental que haja também um movimento correspondente na estrutura do poder; isto é, é necessário que o Estado seja capturado pela nova coligação de forças reprodutoras do capital de forma agora diferente.²⁵

E a Amazônia em "crise" não detendo força política para integrar essa nova coligação de forças, é colocada à margem da nova dinâmica. Isto se torna evidente nas várias "saídas" propostas pelo Estado para resolver a "crise" da borracha.

Como primeira solução para a crise, aparece em 1911, apresentado em um Congresso da Borracha, realizado no Rio de Janeiro, pelo então Ministro da Agricultura, um "Plano de Defesa da Borracha". Esse "Plano" transforma-se na Lei nº 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912 que em sua ementa, dizia estabelecer "medidas destinadas a facilitar e a desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e

²⁵Ver OLIVEIRA, Francisco. *Elegia*, op. cit., p. 76.

e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha extraída dessas árvores". Isto que, para alguns autores, é um Plano Geral de desenvolvimento, é, na realidade, para a Amazônia, um "sonho de uma noite de verão". É algo inexecutável. Não é um plano, pois, nesse momento, sequer havia uma teoria de planejamento ou teorização sobre planejamento num sistema capitalista, nem se dirigia apenas à Amazônia. O objetivo desta lei que contou na sua elaboração com a participação dos representantes do Pará, parece ser uma estratégia do Estado, no sentido de conter graves inquietações políticas acontecidas em Manaus a partir de 1910 (como o golpe contra o governador Antônio Ribeiro Bittencourt), e em Belém (a rebelião chamada "popular" contra o senador Antônio Lemos), como consequência da crise da borracha que levava os grupos dominantes locais a uma nova correlação de forças. Entre os grupos que dominavam o aviamento, há uma tentativa de articulação com a criação da Liga dos Aviadores. É firmado um convênio entre o Pará e o Amazonas, visando, entre outros objetivos, à criação de um Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário: um em Manaus, outro em Belém, com a finalidade de auxiliar a lavoura e suprir de crédito as praças, evitando a especulação de intermediários; melhorar o processo de preparo da borracha e exportação de um tipo único de produto de qualidade superior, extinguindo-se as remessas de tipo médio e de tipo inferior; autorização do executivo para contrair um empréstimo no exterior de 6 milhões de libras, com o endosso da União e isenção fiscal para duas fábricas; uma em Manaus e outra em Belém, de refinação de borracha, que redu-

zisse os diversos tipos de produto a um único tipo.

A escritura para a organização do Banco Agrícola e Hipotecário do Estado do Amazonas chegou a ser firmada em novembro de 1911, com o Crédit Français e a firma Louis Dreyfus e C. ambos de Paris²⁶; mas como a União se negasse a dar endosso ao empréstimo, o convênio ficou prejudicado e terminou por ser abandonado. É nesse momento que se realiza o Congresso da Borracha, sob a presidência de Pedro Toledo. Não havia interesse de que os grupos dominantes locais "fechassem" a região,²⁷ pois isto representaria um entrave ao processo de concentração e centralização de capital. É necessário "integrá-la" à dinâmica do processo de acumulação e o "Plano de Defesa da Borracha" é a estratégia utilizada. Tentava-se, então, "salvar" a região com uma lei que tinha como filosofia central a utilização de incentivos fiscais e a concessão de prêmios.

Isentava-se:

- a) de quaisquer imposto, os utensílios e materiais destinados à cultura da seringueira;
- b) do imposto de importação, as embarcações de qualquer gênero destinadas à navegação fluvial;

²⁶A escritura consta da Mensagem ao Congresso dos Representantes do Amazonas do Governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, em 10 de julho de 1912, p. 9 e seguintes.

²⁷"O fechamento de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto, estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção". OLIVEIRA, Francisco, *Elegia*, op. cit., p. 31.

- c) do imposto de importação, além de outros favores indiretos à empresa que estabelecesse depósitos de carvão de pedra em pontos do vale do Amazonas, previamente designados e fazer o abastecimento dos vapores e lanchas a preços aprovados pelo governo;
- d) isenção de impostos de importação para todo o material necessário à completa montagem de grandes fazendas: uma, no Território do Acre (entre Rio Branco e Xapury); outra, no Estado do Amazonas (na região do Rio Autaz) e ainda no Estado do Pará (na Ilha de Marajó), compreendendo edifícios, currais, pastos, cercas, ferramentas, maquinismos para a cultura, colheita e beneficiamento de cereais e instalação de fábricas de laticínios e conservas de carne, bem como para os gados e sementes que forem importados dentro dos primeiros cinco anos, depois de instalada a fazenda;
- e) isenção dos impostos de importação para as embarcações, instrumentos, maquinismos, drogas e ingredientes necessários à instalação e custeio durante 15 anos de uma empresa de pesca, salga e conserva de peixe que se estabelecer nos rios da Amazônia;

Instituíam-se prêmios em dinheiro:

- a) para plantações ou replantio de seringueiras;
- b) à primeira usina de refinação de borracha seringa que reduzisse as diversas qualidades a

um tipo uniforme e superior de exportação (aproveitaria a idéia que constava no Convênio entre Amazonas e Pará);

- c) a primeira usina de refinação de borracha de maniçoba e mangabeira e a primeira fábrica de artefatos de borracha que se estabelecesse em Belém, Manaus, Recife, Bahia e Rio de Janeiro;
- d) por grupo de mil hectares de pastos artificiais, plantados e convenientemente cercados por grupo de mil hectares de terrenos beneficiados, para a cultura, e efetivamente cultivados com arroz, feijão, milho e mandioca;
- e) por grupo de 500 toneladas de gêneros manufaturados de laticínios e de conservas de carne ou xarque que fossem produzidas dentro de um quinquênio;
- f) a produção de peixe em conserva e salgado, durante 5 anos consecutivos, quando esta se mantivesse anualmente acima de 100 toneladas.

Pelo "Plano", o Governo estabeleceria uma estação experimental ou campo de demonstração para a cultura da seringueira no Território do Acre, nos Estados de Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia: para a cultura da maniçoba, conjuntamente com a da mangabeira em cada um dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte ou Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Paraná e Mato Grosso. Estas estações deveriam fornecer, gratuitamente, a todos os interessados sementes escolhidas e instruções sobre o modo mais prático e econômico de ser feita a cultura.

Deveria, ainda, o Governo construir três hospedarias de imigrantes: em Manaus, Belém, Território do Acre e nos pontos que julgasse mais necessários; hospitais no interior da Amazônia, cercados de pequenas colônias agrícolas e nos quais possam ser recebidos doentes, praticada a vacinação gratuita e vendidos medicamentos. A direção e o custeio dos serviços das hospedarias ficariam a cargo da União e os hospitais seriam confiados a profissionais de reconhecida idoneidade, mediante uma subvenção e outros favores que o Governo julgasse razoáveis.

Com o objetivo de facilitar os transportes na Amazônia e diminuir o seu custo, o Governo executaria, no menor prazo possível, os seguintes melhoramentos e medidas complementares:

- I - construção de estradas de bitola reduzida, ao longo dos rios Xingu, Tapajós e outros no Pará e Mato Grosso; do rio Negro, rio Branco e outros no Amazonas ou de penetração nos vales por eles banhados;
- II - construção de uma estrada de ferro que, partindo de um ponto conveniente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, nas proximidades da foz do rio Abunam, passe por Vila Rio Branco e por um ponto entre Sena Madureira e Catay e termine em Vila Thaumaturgo, com um ramal para fronteira do Peru, pelo Vale do Rio Purus;

- III - construção de uma estrada de ferro partindo do Porto de Belém do Pará e ligando-se à rede geral de viação férrea em Pirapora, no Estado de Minas Gerais, e em Coroatá, no Estado do Maranhão, com os ramais necessários à ligação dos pontos iniciais ou terminais da navegação dos rios Araguaia, Tocantins, Parnaíba e São Francisco;
- IV - execução das obras necessárias para a navegabilidade efetiva em qualquer estação do ano, do Rio Negro, entre Santa Isabel e Cucuí; do Rio Branco, da foz até o forte do S. Joaquim; do rio Purus até Sena Madureira, e do rio Acre, desde a foz até o Riozinho das Pedras.

O Governo mandaria, ainda, proceder à discriminação e conseqüente reconhecimento das posses das terras do Território do Acre, para a expedição dos respectivos títulos de propriedade. Para dirigir e fiscalizar todos os serviços da defesa econômica da borracha, era criada uma repartição provisória do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, intitulada Superintendência da Defesa da Borracha, que tinha sua sede no Rio de Janeiro. É aberto um crédito de 8.000 contos para a Superintendência e nomeado um Superintendente que, com esses escassos recursos e um reduzido pessoal: um médico, um agrônomo, dois técnicos auxiliares e 9 (nove) funcionários de burocracia e zeladoria, deveria dar início à execução do Plano e "sal-

var" a região. É evidente que quase nada foi feito; as raras iniciativas de estudos, ou significavam favorecimen -
tos pessoais, como no caso da inexplicável prioridade que
é dada no sentido de tornar navegáveis os altos cursos dos
rios Purus, Acre e Rio Branco²⁸, ou quando representavam
algum benefício para região não eram implementados, como
ocorreu no setor saúde. É designada uma comissão de emi-
nentes sanitaristas - Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, João Pe-
droso e Pacheco Leão - para, sob a direção do primeiro, rea-
lizar o levantamento das condições sanitárias da Amazônia
e traçar recomendações para o seu saneamento. O relató -
rio demonstrava que a totalidade da população do interior
da região estava infestada pelo plasmódio (impaludismo), a
ancilostomíase e a leishmaniose²⁹, mas Oswaldo Cruz regis-
trava ser *"apenas questão de tenacidade e resolução, e o*
duende do Amazonas, campeão da morte, ruirá por terra. O
saneamento se fará quando o governo determinar".³⁰ As re-
comendações ficaram sô no papel e os nove hospitais, com
100 leitos cada, não foram construídos.

²⁸Paul le Comte comenta em seu livro *L'Amazonie Brésilienne*, Paris, 1922, 1º vol., p. 409 que tornar francamente navegável o Rio Branco até S. Joaquim é uma empresa análoga a tornar o Mar da Mancha carroçável e revela ter havido suspeita de que a escolha do Rio Branco era devida aos interesses de um personagem influente em busca de valorizar suas terras.

²⁹ver CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Relatório sobre as condições médico - sanitárias do valle do Amazonas e Carlos Chagas, *Notas sobre a epi-
demiologia do Amazonas*, Manguinhos, Rio, 1913; reedições da Funda-
ção Getúlio Vargas. Philippe Daou, Manaus, 1972.

³⁰CRUZ, Oswaldo, op. cit.

Não há registro de pagamento de qualquer prêmio a plantadores de seringa e as isenções de impostos, Le Comte diz que se transformaram em aumentos. E as estações experimentais programadas, decidiu a Superintendência criá-las, inicialmente, nos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Piauí, Bahia e Minas Gerais. Por inexistir qualquer coordenação por parte da Superintendência, ainda nem haviam sido selecionados os locais de implantação destas estações e o material para os laboratórios e equipamentos agrícolas já tinham sido comprados. Técnicos estrangeiros foram contratados e vieram químicos e naturalistas da França, Inglaterra e Bélgica, não se sabendo como atuaram. O depoimento de Le Comte é de defesa dos técnicos ao afirmar que *"ao fim de alguns meses de completa inação, morrendo de tédio, eles se interrogavam com angústia sobre o interesse que podia ter o Ministério da Agricultura em não utilizar seus serviços"*.

E o sonho durou pouco. Em 1914, dois anos após o início da execução do Plano, quando acaba a esperança de uma recuperação rápida da Amazônia, para fortalecer expressivamente a receita cambial do país - a borracha já havia gerado um terço ou mais de divisas para o país -, a região é entregue à sua própria sorte e não consegue sequer que o governo federal isente de impostos 10 (dez) toneladas de borracha que a Associação Comercial do Amazonas enviaria à Exposição Internacional de Londres. O Ministro da Agricultura, sucessor de Pedro Toledo, destrói tudo o que restava do "plano". E como se não bastasse o abando-

no da Amazônia, humilha-se: A União elevou proibitivamente o imposto sobre a importação de artigos manufaturados com borracha de origem estrangeira, a pretexto de facilitar a de manufaturados com borracha nacional. É evidente que nenhum avanço da Química permitiria distinguir, num artefato de borracha, a procedência da hévea utilizada. O Laboratório Municipal do Rio de Janeiro declarou-se incompetente para proceder à análise e esclarecer a nacionalidade da borracha após o processamento industrial. Não há registro nos documentos consultados de qualquer manifestação por parte dos grupos dominantes locais contra tal absurdo.

Roberto Santos assinala que, ao começar a guerra de 1914, *"o povo do Brasil absorveu em espírito a exclusão da Amazônia enquanto unidade viva da nação. O silêncio oficial se transformou em silêncio popular. Esse silêncio, esse longo esquecimento nacional, esse espírito, como se parodiasse a esmagadora vitória da borracha oriental, cons*titui uma nova e inadmissível feição de massacre" (grifo no original).³¹

³¹SANTOS, Roberto, op. cit. p. 256.

3.3.5 - A 2.^a batalha da borracha³²

Duas décadas de depressão. Após a "crise" do extrativismo da borracha, houve um novo arranjo das forças produtivas e das relações de produção. Toda a infra-estrutura da borracha é orientada para a castanha do Pará, o que permite minorar os efeitos da crise e conter o êxodo da mão-de-obra. Há o retorno à economia de subsistência.

Esta situação perdura até a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, ocasionando a reativação do papel de fornecedor de matérias-primas de economias como a do Brasil. Com os japoneses controlando a região de onde provinha a maior parte da borracha natural consumida pelos aliados - Ceilão, Malásia e Indonésia - o capital americano "resolve" iniciar um programa de exploração da borracha na Amazônia. São firmados, em março de 1942, os chamados "Acordos de Washington" e o Brasil "concorda" em cooperar no fornecimento de matérias-primas estratégicas, inclusive a borracha. Tem início um grande esforço para elevar a produção de borracha, cuja exportação, em 1932, em plena crise, foi de apenas 6.244 toneladas. Para financiar esse empreendimento, o Banco de Importação e Exportação concedeu ao Brasil um crédito de US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares). E com o intuito de facilitar a mobilização geral de seus recursos econômicos a Rubber Reserve Company (depois Rubber Development Corporation R.D.C.), criou um fundo de US\$ 5.000.000 (cinco milhões de dó-

³²Sobre este período ver L. de Miranda Correia, *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus, Edições do Governo, 1967.

lares) para "auxiliar" o governo brasileiro no aumento da produção da borracha.

Esta nova "batalha" da borracha foi estrategicamente armada nos altos escalões de poder dos dois Governos, que fixaram a sua "política" e a sua "ação", mediante a montagem de um dispositivo logístico-institucional muito avançado para a época. Mais uma vez a região não é consultada. Não há participação de lideranças locais no estabelecimento de nenhuma das cláusulas dos Acordos. Segundo depoimento de Valentim Bouças,³³ havia sido acordado:

1. Preço fixo de US\$0.39 por libra-peso, posto a borracha em Belém e devendo vigorar este preço pelo prazo de dois anos, com direito a reajustamento durante os três anos subsequentes;
2. É fixado o limite anual de 5.000 toneladas, e toda a borracha exportada acima deste limite teria uma bonificação de US\$0.025 por libra até 10.000 toneladas, e daí para cima mais cinco cents por libra.
3. Contribuição de 10 milhões de dólares do governo norte-americano, sendo 5 milhões de dólares para o saneamento a ser feito com a assistência da Fundação Rockefeller, e 5 milhões

³³Diário Oficial do Estado do Amazonas. Edição de 4 de maio de 1942.

de dólares para serem aplicados pelo Instituto Agrônômico do Norte, na pesquisa científica, melhoria e fomento de produção.

Esses compromissos, especialmente a fixação do preço em 39 cents por libra peso, "provocaram violenta oposição das classes empresariais e seringalistas da região, pois a volta da posição monopolística iria permitir, enquanto durasse a guerra, uma alta vertiginosa dos preços da borracha silvestre, e com isso, talvez permitir uma rápida capitalização da empresa seringalista, dos aviadores e regatões, ativar as receitas orçamentárias dos Estados do Amazonas, bem como permitir uma melhor remuneração para os seringalistas".^{3 4}

Os chamados "acordos de Washington" representam uma intervenção direta do capital americano na Amazônia. Não só a economia mas toda a estrutura de poder da região é modificada e o Estado capturado implementa, sistematicamente, estratégias cujos objetivos serviam à acumulação na economia americana.

Assim, "para desenvolvimento da produção da borracha e sua defesa econômica, nos termos do acordo celebrado em Washington, em 3 de março de 1942, entre o Governo Brasileiro e a Rubber Reserve Company, representante do Governo dos Estados Unidos da América fica o Ministério da Fazenda autorizado a promover todos os atos necessá -

^{3 4}BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - um pouco antes e além - depois*, p. 205.

rios à constituição do Banco de Crédito da Borracha S/A.³⁵ O capital inicial do banco foi de \$50.000.000, dividido em ações comuns, nominativas, de \$1.000 cada uma, das quais o Tesouro Nacional subscreverá no mínimo 55%, no valor de \$27.500, e a Rubber Reserve Company 40%, no total de \$20.000.000, ficando a parte restante (5%) aberta à subscrição pública.³⁶ A diretoria do Banco, recém criado, era composta do Presidente e cinco Diretores, dos quais dois serão de nacionalidade norte-americana. O Banco de Crédito da Borracha S/A, além de deter o monopólio de compra e venda da borracha, tinha, ainda, a responsabilidade pela criação de colônias agrícolas, produção alimentar, instalações de transporte, cooperativas e crédito rural.

Com a finalidade de reunir até 50.000 trabalhadores em Belém, é criado, também, em 1942, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores. Entre 1942 e 1945, esse Serviço e sua sucessora, a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) transportaram mais de 48.000 pessoas (trabalhadores e seus dependentes) para a Amazônia.³⁷ Mais uma vez, a migração foi facilitada por prolongada seca no Nordeste e apresentou os mesmos problemas, pois, os trabalhadores, outra vez, são iludidos quanto às condições de vida na Amazônia.

³⁵Decreto-Lei nº 4.451 de 9/07/1941 e Decreto-Lei nº 5.185 de 12 de janeiro de 1943.

³⁶Parágrafo único, art. 5º, Decreto-Lei nº. 4.451 de 2.7.42.

³⁷ANDRADE, A. de. *Contribuição à história administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1950, vol. II, p.48.

Como resultado da doação de 5 milhões de dólares, que com a assistência da Fundação Rockefeller deveriam ser aplicados em saneamento, foi criado, pelo governo brasileiro, o Serviço Especial de Saúde Pública - SESP que deveria, ainda, proporcionar assistência médica à população da região, combatendo principalmente a malária.

Para fornecer viveres necessários e outros suprimentos, é criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), que, por um acordo com a Rubber Development Corporation, deveria criar condições aos trabalhadores recém-chegados, para poderem cultivar alimentos para a própria subsistência. O transporte da borracha para os Estados Unidos, dada a urgência e o bloqueio marítimo da costa brasileira, era feito em aviões Catalina e S-42, diretamente de Manaus e Belém para Miami. Para servirem de bases operacionais e de apoio para os aviões americanos e para as linhas comerciais brasileiras, é construído o aeroporto de Ponta Pelada, em Manaus e em Iquitos, no Peru e a ampliação do aeroporto de Val-de-Cães em Belém. Com o objetivo de modernizar o transporte fluvial na Amazônia, a Rubber Development Corporation assinou um contrato com o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), em troca da garantia de praça nos navios.

Em nenhuma das outras "regiões" brasileiras, o Estado capturado pelo capital americano se apresenta, tal qual ele é, sem qualquer máscara. Ele está na direção do primeiro banco regional, na formulação das "políticas regionais", na montagem da infra-estrutura necessária à sua dominação, na fixação dos preços de seus produtos. E o Estado, sem qual

quer pudor, apenas "institucionaliza" as regras do jogo. Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a produção da borracha asiática, mais uma vez, retornou aos mercados mundiais e a Amazônia volta à estagnação; com exceção da infra-estrutura montada, quase nada ficou na região.

3.3.6 - A intervenção planejada na Amazônia: a SPVEA

A expansão capitalista no Brasil no pós-30 e sobretudo na década de 50, que tem seu "locus" na "região" industrial de São Paulo, ocasiona uma redefinição da divisão regional do trabalho. E nessa redefinição, o Estado "veste" uma nova roupagem e assume um papel diferente na reprodução do capital. Estando já capturado pela burguesia industrial, cria mecanismos político-institucionais, que davam as condições para viabilizar a imposição do equivalente geral da economia industrial ao conjunto do país, como na quebra das "barreiras alfandegárias" entre os estados (eliminação do imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros estados) e na orientação que imprimia aos seus gastos, como por exemplo, na construção de estradas de rodagem, que tornavam possível a circulação nacional de mercadorias. A intervenção do Estado, não sobre o conjunto da reprodução do capital, mas sobre debilidades localizadas dessa reprodução, é uma forma especial de diferenciação da taxa de lucros.

É nesta perspectiva de análise que se deve entender a intervenção "planejada" do Estado na Amazônia com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Quando da votação da Constituição de 1946, foi inserida no artigo 199 a proposição de autoria do deputado amazonense, Leopoldo Carpinteiro Peres, a obrigação de a União aplicar quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária, na execução de um plano de valorização econômica da Amazônia, durante 20 anos consecutivos. Os governos estaduais

e municipais da região deveriam contribuir para esse fim, com parcela idêntica à de suas receitas.

Somente em 1953, pela Lei nº 1806 de janeiro, foi regulamentado o artigo 199 da Constituição. O artigo 1º desta lei estabelecia que o Plano de Valorização Econômica da Amazônia "constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do país". Era mais um plano ambicioso e irreal. Para promover a execução do Plano, foi criada a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), diretamente subordinada ao Presidente da República, com sede em Belém. O Superintendente presidiria uma Comissão de Planejamento de Valorização Econômica da Amazônia, composta de 15 membros, sendo seis técnicos especializados em setores do interesse geral do plano (saúde, crédito e comércio, recursos naturais, agricultura, desenvolvimento cultural e transporte, comunicações e energia) e nove, representantes de cada um dos Estados e Territórios da jurisdição da SPVEA. A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico, abrange a região compreendida pelos Estados de Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Acre (hoje Estado do Acre) Amapá, Guaporé (hoje Estado de Rondônia) e Rio Branco (atual território de Roraima), e ainda, parte dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Maranhão.

Foram constituídas comissões encarregadas de estudar os aspectos especificados no Plano; do resultado desses estudos, surgiram o Programa de Emergência e o 1º Plano Quinquenal.³⁸ O programa de Emergência tornou-se "o instrumento de transição entre o regime de obras e serviços que vinham sendo realizados com recursos distribuídos pelo Congresso e o novo regime de planejamento econômico adotado pela lei nº 1.806".³⁹

O I Plano Quinquenal visava a desenvolver, economicamente, os espaços amazônicos numa política destinada a:

- 1 - assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;
- 2 - construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, promover a execução de suas tarefas sociais;
- 3 - desenvolver na Amazônia um sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.⁴⁰

Os objetivos são ambíguos. O que é uma sociedade economicamente estável e progressiva? Estável e progressiva para quem? Para alguns críticos, um dos aspectos negativos do I Plano é que os estudos e planejamentos não foram realizados por técnicos da região. Esta tarefa foi

³⁸Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) - Programa de Emergência - Belém e I Plano Quinquenal - Belém, 1955, 2 vol.

³⁹ SPVEA - Plano de Emergência, op. cit., p. 6.

⁴⁰ SPVEA - 1º Plano Quinquenal.

confiada a uma empresa privada de assessoria técnica - o Consórcio de Planejamento e Empreendimentos S/A. Dizia-se que parecia ser "destino" da Amazônia ter o seu desenvolvimento sempre estudado e planejado por técnicos alheios à realidade regional.

A atuação da SPVEA fez-se de forma indireta, através de órgãos públicos e privados, já estabelecidos na região, mediante acordos e convênios. Essa foi uma das inúmeras dificuldades que a SPEVEA enfrentou. Não raras vezes, ocorria o abandono integral de convênios ou o cumprimento apenas parcial de outros. Havia uma certa indisciplina na obediência a calendários e nos controles de execução programática. Por outro lado, a debilidade política da SPEVEA perante a União é uma decorrência da debilidade econômica e política da "região" amazônica perante a "região" que agora comanda o processo de acumulação. A interferência da União nos assuntos internos da SPEVEA não indica, como afirmam alguns estudiosos, a incapacidade de o órgão agir com certa autonomia em relação àquilo que considera o mais adequado para a região, mas a captura do Estado pela burguesia industrial. A burguesia extrativista "local" estava de braços atados para, se não comandar, pelo menos participar no que deveria ser seu "espaço": a expansão capitalista. No momento em que a divisão regional do trabalho no Brasil vai se redefinindo conforme a dinâmica da acumulação industrial na "região" centro-sul, encontra a burguesia extrativista extremamente debilitada, incapaz de impor no seu espaço de reprodução, a seu favor, o equivalente geral da economia industrial. A incapacidade des

sa burguesia para adaptar seus esquemas de geração de valor as novas determinações que tinham seu "locus" na região centro-sul, traz, como consequência política, a total perda do poder político da burguesia extrativista da Amazônia sobre sua própria "região"; essa perda a impedia de utilizar o próprio Estado para redirecionar seus esquemas de reprodução.

Começa aqui uma nova forma de intervenção do Estado na Amazônia, cujo objetivo é preparar a "região" para sua completa "integração" nacional. E um dos marcos desse processo de "integração" da "região" à nova dinâmica do processo de acumulação é, sem dúvida, a construção da rodovia Belém-Brasília.

CAPÍTULO IV

O "MILAGRE" DOS MANAUARAS: A ZONA FRANCA DE MANAUS - ORIGENS -

Em 1957, o Congresso Nacional aprovou um projeto do deputado amazonense Francisco Pereira da Silva que criava em Manaus, "uma zona franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas". ¹

O Governo Federal demarcaria, nas imediações da cidade, à margem do Rio Negro, uma área de terras não inferior a duzentos hectares, onde se localizariam as instalações e os serviços necessários ao funcionamento da Zona Franca.

Era extremamente complexa a estrutura da Zona Franca, pois, ao mesmo tempo em que a lei afirmava ser um serviço estatal delegado do Governo Federal, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, estabelecia que o mesmo se subordinava aos diversos órgãos ministeriais dentro da competência de cada um deles, e considerava-o um empreendimento coordenado com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. ²

¹Artigo 1º da Lei 3.173 de 6 de junho de 1957.

²Ver Decreto nº 47.757, de 3 de fevereiro de 1960 que "baixa regulamento estabelecendo normas de execução da Lei 3.173, de 6 de junho de 1957 e dá outras providências.

Alega-se como argumento para sua não operacionalização o fato de que "a figura jurídica de extraterritorialidade fiscal de zona, limitada em uma área restrita de 200 hectares, e o seu caráter exclusivo de entreposto para armazenamento e trânsito de mercadorias e produtos para abastecimento das Amazônias limítrofes, não tinha conteúdo nem significação econômica".³

É provável que Pereira da Silva tenha usado como modelo de Zona Franca para elaborar seu projeto, as criadas na América Latina após a Segunda Guerra: Letícia (Colômbia), Cobija (Bolívia) e Iquitos (Peru). Ao contrário das asiáticas, não se situavam em áreas de forte densidade, nem em portos marítimos. Localizavam-se no interior do continente e tinham como "objetivo básico, incentivar a vida econômica em áreas distintas do eixo econômico dos países onde se constituem". A Zona Franca de Manaus, criada pela Lei nº 3.173/57, segundo a exposição de motivos que acompanhava o projeto, pretendia "promover" o desenvolvimento de Manaus através de um entreposto de mercadorias estrangeiras para abastecimento dos países vizinhos, que fariam também através dele, as suas exportações e, concorrer com as já existentes na América Latina.

O momento da criação da Zona Franca de Manaus (57-60) coincide com a largada para a acumulação de capital em escala monopolista, centrado no setor produtor de

³ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia...*, op. cit., p. 741.

bens de consumo duráveis. A dinâmica do processo não interessava, naquele momento, fazer funcionar um entreposto comercial no extremo norte do país, numa região que tinha sua economia baseada no extrativismo e que muito pouco contribuía para a formação do excedente nacional.

Dez anos depois, em 1967, a idéia da Zona Franca é retomada dentro de um conjunto de medidas estabelecidas para a Amazônia. É a chamada "Operação Amazônia", apresentando como justificativa aparente, a possibilidade de se tentar resolver o "desequilíbrio regional". Na verdade, a "Operação Amazônia" é consequência das intervenções "planejadas" do Estado, primeiro na Amazônia com a SPVEA, sendo apenas um ensaio do que virá a seguir, no Nordeste com a SUDENE. Será no Nordeste que o mecanismo de aceleração de integração das "regiões" menos desenvolvidas do país à "região" que comanda o processo de acumulação mostrará sua face verdadeira: um mecanismo de destruição das próprias economias "regionais", no contexto do movimento de "integração" nacional; isto significa deslocar os esquemas de reprodução próprios dessas economias por outros que têm sua matriz em um outro contexto de acumulação. Ocorre, a partir deste momento, a substituição de uma economia "nacional", formada por várias economias "regionais" para uma economia "nacional" localizada nas diversas "regiões" do país.⁴

Neste quadro de "integração nacional" se insere o mecanismo dos incentivos fiscais que, subsidiando o capi

⁴OLIVEIRA, Francisco. *Elegia*, op. cit., p.

tal e privilegiando o setor indústria, possibilita a transferência de classes dominantes de uma para outra "região". Se fosse possível estabelecer um marco que tornasse visível o momento da "integração da Amazônia - estabelecendo o instante de sua "captura" pelo capital monopolista, com a mediação do Estado - este marco, certamente, seria a "Operação Amazônia".

Os argumentos para a "integração" da Amazônia iam desde o vazio demográfico à cobiça estrangeira, passando pela segurança das muitas fronteiras da região e pela proposta de interesses alienígenas no sentido de sua internacionalização.

4.1 - A "Operação Amazônia" e a Zona Franca de Manaus

A "Operação Amazônia" é delineada pelo governo a partir de um discurso pronunciado em 1965 pelo presidente Castelo Branco, no qual acentua a importância da iniciativa privada no desenvolvimento regional, e sua crença na eficiência de um planejamento voltado para a região que estivesse acima dos interesses partidários.⁵ Na verdade, este discurso buscava legitimar algumas estratégias que o Governo Federal pretendia implementar na Amazônia e estavam já delineadas em quatro anteprojetos: transformações da SPVEA em SUDAM e do BCA em BASA; mudança na política de incentivos fiscais e na política relacionada à borracha. Dias após o discurso são criados dois grupos interministeriais: um, para a reformulação da política de desenvolvimento da Amazônia e outro para a política da borracha. Os dois grupos foram coordenados pelo Chefe de Gabinete do Ministro do Planejamento, Arthur Soares Amorim e os únicos representantes da Amazônia eram dois diretores do Banco de Crédito da Amazônia: Armando D. Mendes e Nelson F. Ribeiro, um em cada grupo ministerial.

Após pouco mais de um ano, os grupos apresentam, como resultado final de suas atividades, os projetos de leis e justificativas que resultam nas leis básicas da chamada "Operação Amazônia". São elas:

⁵CASTELO BRANCO, H. *Discursos*, 1965. Secretaria de Imprensa, s/d, p.197/203.

1. Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, que dispõe sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA).
2. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e cria a Superintendência do Desenvoluvimento da Amazônia (SUDAM).
3. Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica.
4. Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha.

A orientação básica da nova política para a Amazônia foi explicitada no art. 4º da Lei nº 51.173/66, em minúcias:

- "a) realização de programas de pesquisa e levanutamentos do potencial econômico da região;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimentos capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionaadas em função de seu potencial e população existentes;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendente a um processo de auto-sustentação;

- e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;
- g) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;
- h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária, e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- i) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessária às exigências de desenvolvimento da região;
- j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;
- l) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros;

m) revisão e adaptação contínua da ação federal na Região;

n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de *serviços básicos rentáveis*".

Estava legitimada a intervenção do Estado na Amazônia. Os objetivos traçados são tão abrangentes que é possível se implementar qualquer política, até a de uma Zona de Livre Produção. Para promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia é criada a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, em substituição à SPVEA. Não se trata de uma mera substituição de órgãos, mas de uma profunda modificação na orientação do Governo para a Região, que agora, mais do que nunca, verá reduzidos os já escassos espaços onde poderia fazer valer seus interesses. E uma dessas reduções de espaço é, sem dúvida, a transformação do colegiado da SPVEA - Comissão de Planejamento de Valorização Econômica da Amazônia - formado em sua maioria por representantes dos Estados e territórios que compunham a região -, no agora imponente Conselho de Desenvolvimento da Amazônia. O colegiado da SUDAM, ao contrário do anterior, tem como maioria na sua composição, representantes de órgãos federais: um representante do Estado Maior das Forças Armadas; um representante de cada Mi -

nistério Civil da República; um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; um do Banco da Amazônia; um representante de cada Universidade Federal da Amazônia, um representante dos empregadores e um dos empregados dos setores rural, comercial e industrial, mediante indicação das Federações estaduais e dos territórios e, finalmente, um representante de cada Estado e território integrante da Amazônia (art. 16 da Lei nº 5.173/66).

Complementando as diretrizes para a Amazônia e visando estimular a iniciativa privada, a Lei nº 5.174 /66 ampliou o alcance dos incentivos fiscais em favor da região. Assim, as empresas consideradas de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, pela SUDAM, poderiam qualificar-se para a isenção de até 100% do Imposto de Renda devido até 1982. Ficariam, ainda, isentos de imposto sobre a exportação de produtos regionais, dos impostos de importação de maquinaria e equipamento, e teriam direito a créditos do Imposto de Renda até 75% do valor dos títulos do BASA (Obrigações da Amazônia) que adquirissem, e 50% do seu débito total de imposto quando as poupanças resultantes fossem investidas em atividades agrícolas, pecuárias, industriais e de serviços básicos aprovados pela SUDAM.

Segundo Benchimol, *"esses incentivos atuavam nas duas pontas da linha, pela capitalização das empresas e pelo aporte de recursos a custo zero de um lado, e, de outro, pela não tributação dos resultados auferidos por essas empresas"*.⁶

⁶Ver Samuel Benchimol - *Amazônia...*, op. cit. p. 731.

É necessário, mais uma vez, fazer um corte e tentar relacionar o que está acontecendo na Amazônia com a dinâmica do processo de acumulação que se dá a nível nacio-nal. A economia brasileira havia enfrentado no período 62-67, crise e recessão. No auge da crise, ocorre a mudança de regime com o golpe de 64 que, em razão de seus determi-nantes, propiciaria todas as condições econômicas e políticas convenientes à centralização de capital, sob o contro-le de empresas multinacionais e nacionais associadas ao capital internacional.

A política que é adotada a partir de 64, conhecida como política de "economia aberta", explicitada no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) leva a crise às suas últimas conseqüências, e efetua uma política de recessão calculada, cujo objetivo é preparar as bases institucio-nais para um violento processo de acumulação de capital. E o endividamento externo é considerado um elemento essen-cial da política econômica do governo.

"A política de capitais estrangeiros configurada no Programa de Ação considera os recursos financeiros ex-ternos um meio para acelerar o desenvolvimento econômico do país. Idéias erradas em relação aos efeitos do capital es-trangeiro levaram à criação de um clima hostil, contribuín-do para o estancamento do seu influxo em passado recente, depois da importante contribuição que teve para o desenvol-vimento da economia nacional em anos anteriores e especial-mente no período 1957-61, em resposta a um tratamento le-gal menos restritivo. O atual governo pretende restabele-

cer as condições que tanto estimularam os investimentos diretos naquele período e, para tal fim, solicitou ao Congresso Nacional as modificações necessárias, já aprovadas, na Lei de Remessa de Lucros".⁷

Uma reforma fiscal adequou as receitas do Estado à nova quantidade e qualidade da estrutura de produção, e atingiu profundamente as bases financeiras dos governos estaduais, ao mesmo tempo em que "uma política de incentivos fiscais fazia retornar parte do excedente captado pelo Estado como capital gratuito para as empresas que, conseguindo a façanha de pagar os novos impostos ampliados, os recebiam de volta sem juros e sem obrigações de retorno. Essa forma extremamente nova de capital financeiro geral administrado pelo Estado é característica da fase monopolista do capitalismo no Brasil".⁸

O Estado, neste momento da acumulação está presente principalmente na articulação geral da economia e, de certa forma, passa a ser o lugar central da determinação da taxa de lucro e, assim, a parcela que cada grupo tem no conjunto do excedente social produzido no país, se dá pelo seu grau de acesso aos aparelhos do Estado. Há, por conseguinte uma transformação qualitativa do Estado, daí que o "projeto" para a "integração" da Amazônia é também político na medi-da em que atende ao grupo nacionalista do poder que pedia a efetiva ocupação da região, principalmente nas áreas de

⁷CAMPOS, Roberto. *Programa de Ação Econômica do Governo*. 1964 - 1966. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica - Documentos EPEA nº 1 - 1964, p. 49.

⁸OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*, op. cit., p. 94.

fronteiras e atende, também, ao grupo que representa os interesses do capital monopolista e a quer "aberta" à sua dominação. Parece à primeira vista, um estranho acasalamento mas, na Amazônia, ele não só dará certo, como irá reproduzir-se e a "cria" mais importante é, sem dúvida alguma, a Zona Franca de Manaus.

Delineado o enredo, há que se encadear os atos. Na Amazônia o primeiro ato da farsa chamou-se "Operação Amazônia" e, como convém aos momentos iniciais exige-se a apresentação de todos os atores e muita solenidade. E assim foi feito.

A "Operação Amazônia" foi sonelemente lançada pelo presidente Castelo Branco em pleno Teatro Amazonas, em Manaus, na sessão de abertura da I Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia - I RIDA. Esta reunião promovida pelo Governo Federal e Confederação Nacional da Indústria que teve a participação de empresários, governadores de estados e territórios que compõem a Amazônia Legal, Ministros de Estado e um expressivo número de técnicos de orgãos federais e estaduais, se realizou de 3 a 10 de dezembro de 1966 a bordo do navio "Rosa da Fonseca" numa viagem de Manaus a Belém. *"Tivemos a honra e o privilégio de então chefiar, representando o empresariado brasileiro, cerca de 400 líderes industriais que discutiram com os agen-tes do poder público nos barrancos do Rio Negro, e em memorável jornada, os caminhos e as metas do desenvolvimento"*⁹.

⁹ Thomás Pompeu Souza Brasil Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. In: "Indústria e Produtividade", abril 1970, ano 2, nº 3, p. 68.

O ex-governador do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, em um depoimento à revista Indústria e Produtividade, editada pela Confederação Nacional da Indústria sobre a I RIDA, relata "o que se pretendeu naquele encontro, que se iniciou em Manaus, sob a presidência do general Macedo Soares, e se encerrou em Belém, depois de uma viagem no "Rosa da Fonseca", que permitiu a exposição da problemática amazônica, e mais que isso, das perspectivas que se abriam aos capitais das demais áreas brasileiras no extremo norte, foi propor a Amazônia no realismo que a indica como um mundo para a segurança do Brasil em dias não distantes. Porque, no decorrer dos contactos que homens do sul e do norte mantiveram ali, houve a grande oportunidade de se esclarecerem dúvidas e verificar-se o que de exato era a região, libertando-a da visão primária decorrente de um noticiário caviloso, fantasista, prejudicial. Todos tivemos ocasião de, abrindo o coração, falar uma linguagem sincera, examinando possibilidades constatando aspectos negativos e positivos e caminhando irmanadamente para o encontro de um ponto de entendimento útil a todos e, portanto, ao próprio Brasil. Aquela visão vesga de que o capital do sul era o capital colonizador, da afirmação manhosa e errada de alguns no passado, receosos de um imperialismo infundado, mas que era explorado para criar distâncias prejudiciais a todos, foi destruída. E ao fim da viagem tenho a impressão de que havíamos aproximado e chegado a conclusões muito razoáveis, quando não totalmente favoráveis aos investimentos que se viessem a fazer."¹⁰

¹⁰Entrevista do ex-governador Arthur Cezar Ferreira Reis. In: Indústria e Produtividade. Rio de Janeiro, ano 1, nº 8, janeiro 1969, p.40.

O depoimento de Arthur Reis é esclarecedor sobre os verdadeiros objetivos da I RIDA. Na verdade toda a solenidade de que foi revestida serviu para, efetivamente, "abrir" a região ao capitalismo monopolista. Articulada pela Confederação Nacional da Indústria, e tendo o Estado como mediador e legitimador da estratégia, a reunião significou a queda das possíveis barreiras à penetração do capital monopolista internacional e associado na Amazônia. Eliminou-se também qualquer resistência no plano político, daí a importância do depoimento de Arthur Reis. É que ele, como veremos mais detidamente a seguir, sempre foi o porta-voz de correntes nacionalistas que lutavam para que a Amazônia continuasse brasileira. Todo o aparato montado maquiavelmente, visava a "captura" da Amazônia Ocidental. A legislação que compunha a chamada "Operação Amazônia" beneficiava claramente a Amazônia Oriental e, de certa maneira, era até prejudicial à Amazônia Ocidental, na medida em que investimentos, principalmente, no setor indústria naquela sub-região representaria uma estagnação maior de sua economia ainda baseada no extrativismo.

Mas como "integrar", também, a outra Amazônia - a Ocidental - à nova dinâmica da acumulação? O Estado "capturado" pelo capital internacional associado vai necessitar de um discurso para justificar e encobrir sua expansão na região. E, por paradoxal que seja, o discurso é o da "integração nacional": "é preciso integrar a Amazônia para não entregá-la". Isto significa que o suporte do discurso com relação à Amazônia é a cobiça internacional sobre ela. Não

se está afirmando que inexistisse tal cobiça sobre a região, pois há registros de projetos explícitos neste sentido como o da Academia de Ciências de Washington, do "Hudson Institute" de Nova Iorque e outras tantas, denunciados sempre por Arthur Reis.¹¹ Dizia ele que "a grande verdade é que o interesse sobre a Amazônia no exterior não se reduz a querer conhecê-la como espaço exótico ou de produção de alguma matéria prima, complementar das que o Oriente e a África exportam. É um interesse muito mais vivo, que esconde outros propósitos, propósitos políticos, a que é preciso dar a devida consideração, pois significam perigo e exigem uma política capaz de impedir que se transforme em realidade muito amarga para o Brasil. A Amazônia está sendo considerada como espaço aberto ideal: a) para receber os excedentes populacionais das áreas que padecem devido àqueles excessos; b) para produzir os alimentos de que carecem aquelas multidões fustigadas pela fome inclemente e mortífera; c) para produzir a matéria prima vegetal, animal e mineral de que carecem os grandes parques industriais do mundo."¹²

É ainda Arthur Reis quem diz: "A Operação Amazônia, decretada pelo Governo Federal, ao término do período do Marechal, Castelo Branco, importa o reconhecimento de que não havíamos feito afirmativas falsas, sensacionalistas, exageradas. A orientação oficial, denotando a preocupação

¹¹Ver especificamente, *A Amazônia e cobiça internacional* - Arthur Cezar Ferreira Reis.

¹²Idem, op. cit. p. 190.

governamental, está dentro de uma estratégia que parte da constatação de que os perigos que denunciávamos não eram perigos sem sentido ou não tinham existência real. E essa estratégia continha, como contêm, em seu bojo, a idéia de que era, e é, necessário agir sem perda de tempo, com velocidade e intensidade".¹³

"A chamada ocupação da Amazônia requer a mobilização de verdadeira multidão, não a multidão desassistida, entregue a seu próprio destino, sem o amparo do Estado e das forças criadoras de riqueza, todas elas com sua participação direta e indireta, mas participação necessária como empreendimento relacionado com a segurança nacional. Por que a ocupação da Amazônia é problema de segurança".¹⁴

O que se está pretendendo demonstrar é que a expansão do capital internacional associado vai se utilizar da própria ameaça de internacionalização da Amazônia, para se instalar na região, soberano e absoluto. É nesta aparente contradição entre a defesa da região sob o pretexto da "segurança nacional" e a sua internacionalização, que a Amazônia é "capturada".

¹³ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e cobiça internacional*, op. cit., p. 206.

¹⁴ Idem, op. cit. p. 203.

4.1.1 - O processo político do surgimento da Zona Franca de Manaus

A estratégia de implantação da Zona Franca de Manaus começa logo após o golpe de 64 quando o regime cassa o mandado, dentre outros líderes locais, do então governador Plínio Ramos Coelho, eleito pela legenda do extinto Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Plínio Coelho já havia governado anteriormente o Amazonas (55-59) quando fora responsável por uma nova dinâmica não só na economia, como na política, ao derrotar forças conservadoras locais que, no entanto, se mantiveram vivas e tinham interesses em seu afastamento. Cassado Plínio Coelho, que havia assumido em 1963, é nomeado "interventor" para cumprir o restante do mandato, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis. Ironicamente, Arthur Reis está sempre presente na "captura" da região. Foi o primeiro Superintendente da SPVEA e agora o primeiro governador da "revolução de 64" no Estado do Amazonas. Historiador conhecido internacionalmente, com vários livros publicados e ardoroso defensor da Amazônia, Arthur Reis vai ser o preparador da estratégia do capital que virá logo a seguir.

Ao assumir o Governo, uma de suas primeiras preocupações é apagar os vestígios dos três governos petebistas, e isto significa não só a demissão de praticamente todas as chefias, principalmente dos funcionários declaradamente ligados a Plínio Coelho ou Gilberto Mestrinho, como também, a retirada do nome dos dois governadores de todas as placas oficiais de inauguração das escolas, hospitais e prédios públicos por eles construídos e/ou reformados. Há

substituição do nome de ruas, praças, hospitais e escolas, pois não se permite qualquer menção aos nomes dos ex-governadores ou de seus familiares. É o começo da mais violenta descaracterização de uma cidade. Neste momento a justificativa é apagar da memória dos locais os "corruptos": *"Falando-vos, aliás, na Amazônia, seria impossível omitir que, devido às próprias condições econômicas e geográficas, tornara-se ela, no país, uma das regiões mais sacrificadas pela corrupção. Houve, por isso mesmo, que saneá-la com energia e determinação. E como esse objetivo não foi pequeno, e muito menos suave, o papel que precisou desempenhar, ao lado de outros companheiros, o Governador Arthur Cezar Ferreira Reis".*¹⁵

Ligado politicamente à UDN local, Arthur Reis não favorece o fortalecimento das "burguesias locais", estejam elas ligadas ao comércio ou ao extrativismo. É de se notar que no início de sua vida ele tinha sido um dos mais conceituados ideólogos dessa burguesia. Filho de um dono de jornal local, desde cedo participa não só dos movimentos intelectuais como da vida política local. Porém, será como um dos editores da Revista da Associação Comercial do Amazonas - órgão de divulgação das chamadas "classes produtoras do Amazonas" -, que ele desempenhará o importante papel político de porta voz destas burguesias. E será justamente este ideólogo - anos mais tarde - o ator principal no processo de intervenção planejada

¹⁵Castelo Branco no discurso da inauguração da I RIDA no Texto Amazonas em Manaus. In: *A indústria brasileira e a Amazônia*. Confederação Nacional da Indústria. Rio de Janeiro, 1969, p. 38.

do Estado no Amazonas que como "mediador" do capital assumirá uma posição de isolamento não só das "burguesias locais", como das lideranças políticas.

Arthur Reis promove uma ampla reformulação da administração estadual. É necessário preparar a máquina burocrática para as mudanças que virão logo a seguir. E nesta reformulação, uma das medidas mais importantes é, sem dúvida alguma, a criação de uma agência estadual de desenvolvimento, a CODEAMA - Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas -, que irá desempenhar um papel importantíssimo em todo o processo. Na região, aliás, surgem em vários Estados, órgãos semelhantes à CODEAMA, como é o caso do CONDEPA, no Pará, do PLANMAT, em Mato Grosso, entre outros. Tais órgãos que surgem à semelhança do IPEA, constituídos basicamente por economistas e administradores, formados ou não pelas Universidades Amazônicas, vão formar as "tecnocracias estaduais."

É no governo Arthur Reis que, em 1966, começa a se montar a estratégia para a captura da Amazônia Ocidental. E essa estratégia de ocupação e integração da Amazônia Ocidental aparece com a reformulação da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, de autoria do deputado Francisco Pereira da Silva, que criou a Zona Franca de Manaus.

O articulador da estratégia da atual Zona Franca é, sem dúvida alguma, o então chefe de gabinete do Ministro do Planejamento, o engenheiro amazonense Arthur Soares Amorim. Há muito ligado a Roberto Campos, pois havia sido

membro de sua equipe desde a consultora CONSULTEC, tinha profundas articulações internacionais e mantinha estreitas ligações com grupos amazonenses, principalmente com o grupo Sabbá, onde houvera trabalhado na implantação da Refinaria de Manaus. Como chefe de gabinete de Roberto Campos é um dos seus assessores mais diretos e participa da montagem do modelo econômico implantado no Brasil, no qual a economia foi rearticulada com o capital internacional, propiciando-se todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização de capital.

Leandro Tocantins, que fazia parte do governo de Arthur Cezar Reis e talvez o auxiliar mais identificado com ele, pois também historiador e seu colaborador na SPVEA, ao dar um depoimento sobre a criação da Zona Franca de Manaus, depoimento este que considera "histórico e necessário", pois tinha lido e escutado versões incorretas e como "história e verdade caminham juntas", afirma que: em outubro de 1966, então representante do Governo do Estado do Amazonas no Rio de Janeiro, avistou-se com o engenheiro Arthur Amorim, e que "o assunto em pauta era a reformulação do Porto Franco de Manaus, que funcionava num pequeno armazém, falho da realidade econômica e administrativa. O governador do Amazonas incumbira o seu representante de apresentar duas opções: ou o Governo Federal decretava organização nova, atuante, ou extinguiu o organismo anêmico. O Superintendente do Porto Franco, Newton Vieiralves, nomeado por indicação do governador, escrevera um relatório sombrio. Propunha reform^{as}. Discutíamos, assim, o destino de Porto Franco. Em da

do momento, o engenheiro Arthur Amorim sugeriu:

- Por que não uma área de 100 quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus, que se constituísse polo de atração de capitais e de indústrias? Seria a Zona Franca, em lugar do restritivo Porto Franco. (E acrescentou): Naturalmente, teríamos o cuidado de selecionar os produutos que entrassem em Manaus com isenção fiscal. Desde logo, lembro automóveis, cigarros, bebidas, armas, munições.

Conversa a dois, reproduzida fielmente. Assentamos minha ida a Manaus para saber o pensamento do governador Arthur Cezar Ferreira Reis, a quem apresentei a idéia de Arthur Amorim, aliás, amazonense, filho de proprietários da Casa Aviadora de Manaus, nos tempos da borracha imperialmente obra da economia amazônica.

O governador expôs as vantagens da Zona Franca aos representantes do comercio e da indústria, considerando revolucionário e oportuno o projeto. Pediu-lhes opinião. Consultou secretários de governo e líderes de bancada na Assembléia Legislativa. Havia dúvidas quanto à viabilidade da Zona Franca. O único voto afirmativo foi o do presidente da Associação Comercial.

Arthur Reis assumiu a responsabilidade: que eu levasse ao Governo Federal a manifestação favorável do Estado e o seu apoio à medida. No Rio de Janeiro, fui participante das reuniões do grupo de trabalho que formulou o decreto-lei e a regulamentação da Zona Franca de Manaus, assinados pelo Presidente Castelo Branco nos últimos dias de

seu mandato".¹⁶

O projeto de "reformulação da Zona Franca de Ma
naus, como se pode constatar a partir do depoimento de Lean
dro Tocantins, começa a ser elaborado em outubro de 1966.
No entanto, quando da realização da I RIDA não há discuss
ão ou qualquer referência sobre o assunto. Elaborado no
gabinete do Ministro do Planejamento não há a menor parti-
cipação das lideranças locais, nem qualquer divulgação, e
a sondagem que é feita junto aos grupos locais pelo govern
nador é sobre uma remota possibilidade e não sobre algo que
deveria se concretizar quase que imediatamente.

A solução "salvadora" para a Amazônia Ocidental
iria aguardar o momento adequado para ser divulgada. E as
condições para que este momento propício ocorra, se mate-
rializam durante a I RIDA. Relata Samuel Benchimol, tamb
ém integrante da comitiva, que "foi surpreendido pela dis-
tribuição súbita no plenário de uma relação de todos os con-
tribuintes-empresários amazonenses que haviam optado pela
aplicação dos incentivos do Imposto de Renda na área da
SUDAM, com omissão total das empresas amazonenses, bem co-
mo de um novo plano de valorização da SUDAM organizado pe-
lo MONTOR, sob a responsabilidade de um conhecido arquite-
to e urbanista que, utilizando a técnica do espaço polari-
zado de Perroux, construiu um cripto-modelo, no qual apare-
cia a cidade de Bacabal, no Maranhão, como polo de atra-
ção e irradiação mais importante na Amazônia, em detriment

¹⁶TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazô-
nia*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 7a.edição, 1983, p.LXVII.

to dos interesses da Amazônia Interior. Revoltado, fui até o governador Arthur Reis para uma conversa ao "pê de ouvido" (...) O professor Arthur Reis reagiu logo e disse-me: Denuncia no plenário, manda brasa que eu agüento as pontas: Quando fui e denunciei, o governador Arthur Reis, estarrecido, balançou o coreto e partiu para o grito."¹⁷

"A partir daí, continua Benchimol, o movimento de reformulação da Zona Franca de Manaus cresceu para adquirir consciência e sensibilidade nos altos escalões ministeriais e nos círculos empresariais, políticos e intelectuais que reclamavam tratamento fiscal mais favorecido, descentralização e reconhecimento das peculiaridades da Amazônia interior e Ocidental".¹⁸

A partir dos depoimentos publicados e das entrevistas realizadas com os principais atores sociais, fica bem evidente que a Zona Franca de Manaus implantada a partir de 1967 não nasce de um projeto local. O que as lideranças manauaras reivindicam era a efetiva implantação da que havia sido criada em 1957. Esta, agora legitimada pelo decreto-lei 288/67 não tinha nada a ver com o que se pleiteara.

A Zona Franca de Manaus aparece "como um raio caído de um céu azul" e representava naquele momento a "salvação" da Amazônia Ocidental. Era o fim do "porto de lenha" e o início de um processo de desenvolvimento como

¹⁷BENCHIMOL Samuel. *Amazônia...*, op. cit., p. 562.

¹⁸Idem, *ibidem*, p. 741.

o Estado jamais vira. Não há vozes dissidentes. "Manaus de pois da crise da borracha voltou a ser então uma cidade sem perspectivas de desenvolvimento. A capital do Amazonas era uma pequena aldeia, onde a noite se clareava com velas e lamparinas, abandonada pelos estudantes que iam para as Faculdades do Sul na esperança de vida melhor longe de sua terra".¹⁹

É evidente que a Zona Franca de Manaus não é "um raio caído de um céu azul", nem tampouco é produto da inspiração privilegiada de alguém. É apenas mais uma estratégia do capital à crise de acumulação que ocorre no mundo capitalista, principalmente a partir de 1965, que para continuar seu processo de expansão transfere partes do seu processo produtivo para outras regiões. As "Zonas Francas" são a expressão privilegiada de uma estratégia de crescimento dos países "subdesenvolvidos" baseada sobre o conceito de "industrialização orientada para a exportação". Tal processo de industrialização, no entanto, só é possível com o avanço da internacionalização, via empresas multinacionais.

A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, não é um fato isolado. Em 1965, o Congresso Peruano aprova a lei de nº 15.600, de 25 de agosto, conhecida como a lei da selva peruana, que criava um sistema de incentivos fiscais especiais e facilidades de importação, exportação e industrialização nos departamentos de Loreto, Amazonas, San Martin, Madre de Dios, Cajamarca, Libertad, Huanuco, Paseo,

¹⁹ Francisco de Assis Mourão, Secretário da Indústria e Comércio, em entrevista ao Jornal O Globo, 28.2.83. Caderno Especial, p. 2.

Ayacucho e Apurimac entre outras. A reformulação da Zona Franca de Manaus aparece, então, como uma estratégia geo-política de resposta a essa ocupação e desenvolvimento das outras Amazonas. A exposição de motivos encaminhada ao presidente Castelo Branco junto com o projeto do decreto-lei dizia expressamente:

"Enquanto de um lado se evidencia a inoperância da Zona Franca de Manaus, as facilidades concedidas pelos governos estrangeiros em outras áreas limítrofes à Amazônia Brasileira trouxeram um profundo surto de desenvolvimento e conseqüente êxodo de nossas populações fronteiriças para esses países.

Essa situação gerou, por sua vez, veementes aspirações de um tratamento fiscal favorecido à Amazônia Ocidental que tem sido consubstanciado em inúmeros documentos apresentados ao Governo Federal pelos Governos estaduais e entidades de classe locais.

O decreto-lei que ora submetemos à V. Excia. é um passo arrojado para criar um polo de desenvolvimento amazônico no centro geográfico da Amazônia com as isenções fiscais para atração de capitais e mão-de-obra que assegurem o seu rápido progresso".

Estava legitimada a nova estratégia do capital na Amazônia, via implantação de Zonas Francas e Manaus é o lugar escolhido, dentro da "fronteira nacional" por inúmeras razões: em primeiro lugar, é possível utilizar-se um discurso já existente: a ementa do decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, expressamente declara que "altera as disposições da lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 que re

gula a Zona Franca de Manaus" e neste sentido atende aos pleitos locais que reclamavam por sua revitalização. Na verdade, surgia uma outra Zona Franca que nada tinha a ver com a anterior e isto também o legislador explicita, quando no capítulo concernente às disposições gerais e transitórias, por especial e expressa cláusula contida no parágrafo 2º do artigo 48, do decreto-lei 288/67, dispõe: "Fica revogada a lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e o decreto nº 47.787, de 2 de janeiro de 1960 que a regulamenta".

Pode parecer à primeira vista que o legislador, na verdade, não estava plenamente cômico da verdadeira natureza do objeto que preordenava. Em favor deste argumento poderia se afirmar que é perceptível sua vacilação entre *"instrumentar um regime de incitações fiscais para fins de administração planejada de um processo de desenvolvimento sub-regional ou instrumentar o planejamento como método de administração de uma zona franca em sentido próprio"*.²⁰ Poder-se-ia ainda, alegar a favor deste argumento que, ao disciplinar as atribuições da SUFRAMA também é patente as vacilações do legislador e fica difícil se inferir se o que prevalece enquanto conteúdo das atribuições do órgão é a administração econômica do desenvolvimento regional ou a administração de efetiva organização de zona franca".²¹

O objetivo deste trabalho não é, evidentemente,

²⁰ LOPES, Mário Jorge Gões. *Zona Franca de Manaus*. Enciclopédia Sarai-va, vol. 78, p. 178.

²¹ Idem, p. 179.

tentar descobrir as intenções do legislador e o "porquê" de suas vacilações mesmo porque estas aparentes vacilações tentam, naquele momento, não mostrar a verdadeira face da estratégia que irá se implantar.

Em segundo lugar, sua proximidade geográfica com outras Zonas Francas existentes na América Latina (Colômbia, Peru, Panamá, etc.) facilitaria enormemente, a troca de mercadorias, favorecendo, portanto, o setor comercial que pela natureza do processo, é o setor dinâmico na fase inicial de implantação de Zonas Francas. Em terceiro lugar, era possível justificar do ponto de vista da ideologia do regime militar implantado em 64, sua localização na Amazônia, pois era perfeitamente lógico que se colocasse a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia Ocidental como um problema de segurança nacional.

Outra razão, também muito importante, é que a implantação de uma Zona Franca do tipo que é implantada em Manaus, não encontraria resistências locais já que o Amazonas era um Estado com uma economia inexpressiva, baseada ainda no extrativismo e que sempre tivera sua dinâmica determinada fora de suas fronteiras: no exterior ou em outras regiões mais dinâmicas do país. Daí a fragilidade das "burguesias" locais que nunca tiveram força política para determinar o rumo do processo de acumulação dentro de suas fronteiras.

É necessário, ainda, que nos locais onde se instalavam Zonas Francas deste tipo existam condições estruturais intrínsecas para que tal modelo possa se implantar. No caso de inexistirem é preciso criá-las, daí ser indis-

pensável que os atores básicos do processo atuem deliberadamente com medidas destinadas a viabilizar a estratégia.

Montado o cenário, faltava apenas descobrir o melhor momento de encenar a peça. Como ator principal da articulação é Arthur Amorim, conhecedor do temperamento explosivo do governador Arthur Reis e do seu ardor na defesa da Amazônia, especialmente do seu Estado que agora governa, não inclui na pauta das discussões da I RIDA qualquer referência à reformulação da Zona Franca de Manaus, embora o mesmo já estivesse delineado desde outubro de 1966. Aguar - da o momento propício que iria surgir certamente durante as discussões da I RIDA e se não surgissem tais condições, elas seriam criadas pelas medidas que formavam a Operação Amazônica e que favoreciam nitidamente a Amazônia Oriental. Arthur Reis, ao tomar conhecimento que o Amazonas mais uma vez era colocado de lado pelo governo federal, "grita" como relata Benchimol, e aparece como num passe de mágica, a "solução salvadora" - o "raio caído de um céu azul", a Zona Franca de Manaus. E se houvesse reações contrárias locais ainda que pequenas, agora teriam que se submeter, pois, a suposta reformulação da Zona Franca de Manaus surge como a única "saída" para o desenvolvimento da região. E por ironia, quem mais procurou defender a Amazônia da "cobiça internacional" é justamente quem "abre" a região para sua "captura" pelo capital internacional.

4.1.2. A implantação e a consolidação da Zona Franca de Manaus

Arthur Reis afasta-se do governo, em razão do término de seu mandato, em 31 de janeiro de 1967, quando as "negociações" sobre o decreto-lei 288 ainda não haviam sido concluídas. A indicação de Danilo de Matos Areosa para sucedê-lo atende a um duplo objetivo: em 1º lugar, representa uma concessão feita à "burguesia comercial" local, pois além de comerciante e pertencer a uma família muito tradicional que tivera no passado uma grande casa aviadora, fazia parte do órgão porta-voz das "classes produtoras do Amazonas", a Associação Comercial do Amazonas que ainda detém neste momento força política junto ao governo local; e em segundo lugar, por ser comerciante, não criaria obstáculos ao processo de implantação da Zona Franca, já que o setor comércio será o primeiro setor da economia a ser beneficiado por ela.

Além do mais, preenchia os requisitos necessários exigidos na época para todos aqueles a quem era destinada a "missão histórica" de governar os estados brasileiros: não tinha tradição nem vivência política, e conhecia o aparelho burocrático, especialmente o estadual, pois havia sido secretário de Fazenda de Arthur Reis e o regente do governo: andara em quase todas as secretarias de estado, substituindo o titular ou num interregno de alterações, como se estivesse sendo treinado para ocupar futuramente o governo do Estado.

Como o decreto-lei 288 foi assinado no fim do go

verno de Castelo Branco, sua implantação dependeria da orientação que Costa e Silva imprimisse ao governo. Mais uma vez se torna necessário ressaltar que a idéia da reformulação da Zona Franca foi tomada em um círculo de poder o mais fechado possível, pois era necessário que ela se transformasse em fato consumado com a maior rapidez possível. E para referendar este argumento basta que se recorde que na chamada "Operação Amazônica" - definição da estratégia para a região - não havia qualquer referência à Zona Franca de Manaus. É de supor-se que ao ser estruturada em dois meses e meio, o projeto de "reformulação" da Zona Franca de Manaus não permitiria, em razão do exíguo prazo, fortes reações não só de grupos econômicos com outros interesses instalados no centro-sul, como também da "tecnocracia estatal", em razão de sua permeabilidade aos interesses das burguesias aliadas ao capital internacional. E ainda que politicamente inexpressiva e sem qualquer possibilidade de alterar a dinâmica, mas que nem por isso deixaram de se manifestar contrariamente, as "burguesias paraenses". Aliás, as "burguesias manauaras" foram silenciadas ante este argumento: há que ser feita em surdina a "reformulação" da Zona Franca porque senão os paraenses se apropriam da idéia e roubam-na dos manauaras. O capital usava mais uma vez um fator cultural da região, o "bairrismo", para eliminar qualquer possível resistência.

A rapidez para "reformular" a Zona Franca de Manaus ainda no governo Castelo Branco se torna fundamental na medida em que o grupo Costa e Silva tendia a favorecer

não as burguesias ligadas ao capital estrangeiro, mas a burguesia nacional. Os que estão no poder têm percepção disso no final de 1966, quando a sucessão presidencial já está decidida e aceleram a questão, após a I RIDA quando passam a ter apoio incondicional do governo do Estado.

Mas, era necessário não correr riscos. E ainda que o sucessor de Arthur Reis estivesse compromissado com a estratégia, é fundamental institucionalizá-lo, para que não haja recuos futuros. É neste sentido que deve ser analisado o penúltimo artigo do decreto-lei 288:

"Art. 49 - As isenções fiscais previstas neste decreto-lei somente entrarão em vigor na data em que for concedida:

I - Pelo Estado do Amazonas, crédito do imposto de circulação de mercadorias nas operações comerciais dentro da Zona, igual ao montante que teria sido pago na origem em outros estados da União, se a remessa de mercadorias para a Zona Franca não fosse equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro;

II - Pelos municípios do Estado do Amazonas, isenção do imposto de serviços na área em que estiver instalada a Zona Franca".

E se as "burguesias" locais, ao longo do processo de implantação, se dessem conta que mais uma vez foram aliçadas, não lhes restaria sequer a possibilidade de conter a dinâmica pois esta houvera sido "amarrada" numa ins-

tância - a federal - onde elas nunca tiveram força de pres
são.

É por isso que o sucessor de Arthur Reis precisa ser "confiável e obediente". E Danilo Arenosa não tarda a cumprir o que fora determinado e já em abril de 67, pela lei nº 569 (de 7 de abril de 1967), o Governo do Estado do Amazonas, "concede o crédito fiscal de que trata o art.49, inciso I, do Decreto-lei 288, de 28.2.67". Se o Governo do Estado em cerca de um mês e meio atendia às exigências do Decreto-lei 288 para a implantação da Zona Franca, após os trâmites normais na Assembléia Legislativa do Estado, no município de Manaus, o interventor nomeado por Arthur Reis e mantido por Areosa, Paulo Pinto Nery se sentiu autorizado para baixar "ad referendum" da Câmara Municipal, o de
creto nº 25 de 17 de março de 1968, que "isenta empresas ou profissionais autônomos do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza".

O decreto-lei 277/67 só foi assinado no fim do governo Castelo Branco daí que sua implantação dependeria da orientação que Costa e Silva imprimisse ao seu governo. Apesar de seu artigo 47 haver estabelecido um prazo de 90 dias para sua regulamentação esta, só ocorreu 180 dias após, pelo decreto nº 61.244, de 28 de agosto de 1967. A demora na regulamentação pode ser atribuída a evidentes conflitos no bloco do poder o que pode ser constatado na mudança de orientação do decreto regulamentar com relação ao que fora estabelecido no decreto-lei 288/67. Diz o artigo 3º do de
creto nº 61.244/67:

"Far-se-ã COM SUSPENSÃO dos impostos de importação e sobre produtos industrializados a entrada, na Zona Franca de Manaus, de mercadorias do estrangeiro ...". Enquanto no artigo 3º do decreto-lei 288/67 lê-se:

"A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca de Manaus, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para re-exportação, SERÁ ISENTA dos impostos, de importação e sobre produtos industrializados".

Ainda com relação ao art. 6º do Decreto nº 61.244 /67, temos:

"As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos salvo nos casos de isenção prevista, em legislação específica".

Originalmente, o decreto-lei 288/67 havia disposto em seu artigo 6º, o seguinte:

"As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta PARA COMERCIALIZAÇÃO em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de UMA EXPORTAÇÃO DO EXTE - RIOR, a não ser nos casos de isenção prevista em legisla - ção específica".

Como a assinatura do decreto 61.244, de 28 de agosto de 1967, apesar destas mutilações, tem o referendo do então Ministro do Interior Albuquerque Lima, que representava uma forte presença das burguesias nacionais no poder, seria possível admitir que a partir daquele momento não há mais vetos. Talvez porque tais grupos tivessem percebido que era possível compatibilizar a Zona Franca com seus interesses.

O anúncio da criação da Zona Franca de Manaus percorre rapidamente a cidade, que vê suas principais ruas atravessadas de faixas saudando a medida que representava a "salvação" do Amazonas. Os jornais dedicavam enormes espaços em suas edições diárias e até nos muros do centro comercial há pixações favoráveis. Em abril de 1967, apesar de ainda não estar regulamentada já começam as importações, o que levou as autoridades alfandegárias a publicar nos jornais uma "Nota de Esclarecimento":

"6 - Esta Aduana, embora sem quaisquer instruções e a respeito do processamento para a movimentação dessas mercadorias, vem, imbuída do mais alto espírito público, atendendo aos interessados permitindo o seu desembaraço, com isenção do Imposto de Importação mediante assinatura prévia do "termo de responsabilidade por dívidas futuras", até que o assunto venha a ser definitivamente esclarecido".

Há uma corrida para Manaus, após a divulgação da Zona Franca de comerciantes, se é que se pode usar essa de

nominação para um grande número de aventureiros que aqui chegaram, vindos principalmente do Panamá e de outras Zonas Francas, próximas ou não, e que "forçam" o início da fase comercial. Abrem-se um número enorme de lojas, somente no período de junho a dezembro de 1967, 116, sendo que as importadoras/exportadoras representam mais de 65% do total (ver Quadro nº 7).

Neste momento inicial da implantação da Zona Franca, acelera-se em Manaus o violento processo de sua descaracterização, que começara com Arthur Reis. Conjugam-se, no Amazonas, neste momento a montagem da fase mais repressiva do regime militar, que se instala com o golpe de 64, com a preparação para a entrada do capital monopolista, através de um dos mais violentos processos de industrialização. Em nome do progresso e do desenvolvimento, tudo passa a ser permitido.

Todo o aparato do Estado é reformulado. Transfere-se o Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, que escolhe para se instalar uma das zonas mais bonitas da cidade. Não se diz nada. São exigências do desenvolvimento. Constrói-se em Manaus um dos três mais importantes aeroportos do país. Implanta-se um moderno e caro sistema de telecomunicações ligando Manaus com o Brasil e o mundo, inclusive com o canal de imagem.

No âmbito da federação, a reforma tributária substituiu o Imposto sobre Vendas e Consignações pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias, e atingia profundamente as

Quadro nº 7

Estado do Amazonas

Firmas instaladas em Manaus, de junho a dezembro de 1967

Especificação	Quantidade	%
Importadora, exportadora	76	65,6
Indústrias	20	17,2
Construção Civil	6	5,2
Corretagens e promoções diversas	3	2,6
Transporte terrestre e fluvial	2	1,7
Representações	2	1,7
Atividades agrícolas e pecuárias	1	0,8
Outras	6	5,2
Total	116	100,0

Fonte: Junta Comercial de Manaus.

bases financeiras dos governos estaduais, especialmente daqueles que dependiam de importações do Centro-Sul, como o Amazonas, que passam a enfrentar uma grave crise de recursos e ainda têm que conceder incentivos fiscais, renunciando parcelas consideráveis de recursos. O mecanismo criado pela União - instituição de Fundos, como o de Participação dos Estados e Municípios, ou o Especial -, significou para estados como o Amazonas, uma virtual tutela, pois considerável parcela de seus recursos dependiam da prévia aprovação de projetos por parte do Ministério do Planejamento, via SAREM (Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios).

Apesar de dispor de todos os mecanismos legais e institucionais que necessitava para deslanchar, o processo de acumulação, no entanto, não responde na intensidade prevista. Um entrave muito importante, sem dúvida alguma, estava no próprio mediador do processo - o Estado. Isto porque para gozarem dos incentivos fiscais era, e é ainda, necessário que as empresas tenham seus projetos "aprovados" pelo aparelho burocrático do Estado em três níveis distintos: SUDAM, SUFRAMA e pelo Governo do Estado do Amazonas. A SUDAM já tinha uma experiência com análise de projetos e possuía quadros técnicos mais "competentes". A SUFRAMA sequer havia conseguido estruturar seu quadro de pessoal. Seu primeiro Superintendente, Coronel Floriano Pacheco, ainda não conseguira definir uma estratégia, e, no Estado, o órgão encarregado de efetuar as análises dos projetos visando obter os incentivos fiscais era a CODEAMA. Durante os primeiros anos, em razão de um convênio com o governo do Estado, a CODEAMA também analisava os projetos para a SUFRAMA. Com rela

ção ao Governo do Estado, no entanto, era necessário uma reestruturação global: para atender à nova dinâmica da acumulação no seu aparelho fazendário, para que mais rapidamente possível fosse restituído o ICM; na sua Secretaria de Obras para que eficazmente realizasse as obras de infra-estrutura necessárias para o futuro Distrito Industrial; na Secretaria de Saúde para que pudesse atender parcelas maiores de população, controlando doenças "locais", etc. Torna-se imperiosa uma reformulação global de todo o aparelho burocrático e Danilo Areosa termina seu governo sem ter conseguido resultados, sequer razoáveis.

É neste contexto que se "intervém" de forma direta no Estado do Amazonas. E de uma forma cruel seus políticos são taxados de "provincianos" e suas elites de "incompetentes". Afastam-se as lideranças locais de qualquer influência na sucessão de Danilo Areosa e é indicado como governador do estado o coronel João Walter de Andrade, que sequer era amazonense. Militar, engenheiro, pertencente ao grupo de Albuquerque Lima e Rodrigo Octávio, havia exercido como cargos de destaque na Amazônia, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e aqui havia sido Administrador do Porto de Manaus.

E com João Walter vem todo o primeiro escalão do governo, também de fora. São os "estrangeiros". E este ainda no início de sua administração consegue fazer Superintendente da SUFRAMA Hugo de Almeida, com quem seu grupo tinha estreita ligação. Estava formado o "grupo" intervencionista e entre eles não há qualquer discordância com relação a

forma de "intervir" no Estado.

A filosofia do governo João Walter de Andrade traduzida com clareza na apresentação de seu Plano de Governo, dizia sem maiores rodeios: "Entende-se, por isso, que a função de um plano estadual amazonense de governo de desenvolvimento, constitui não somente uma forma de disciplinar racionalmente a aplicação de seus recursos mas também um modo de preparar o Estado para melhor responder aos esforços da política econômica da União para a imensa área brasileira dentro da qual o Amazonas é a unidade federal de maior extensão. Além disso, seja porque representa disciplinamento de esforços, seja porque exprime balisamento de rumos para o desenvolvimento em harmonia com os desígnios do Governo Federal, o planejamento ao nível do Estado poderá funcionar como instrumento operativo para aplicação adequada de recursos federais nesta parte do Brasil, dentro da política espacial da União".²²

Apoiado pelo poder central, apoio que se traduzia na aprovação de projetos que representavam transferências consideráveis de recursos, João Walter moderniza o aparelho burocrático do Estado e realiza as obras de infra-estrutura indispensáveis ao processo de industrialização. É o momento da consolidação da Zona Franca de Manaus. É o começo da industrialização.

²²ANDRADE, João Walter de. *Plano de Governo - 71/74*, vol. I, p. 4.

As "burguesias locais" - ligadas ao comércio e ao extrativismo - que viram com satisfação o afastamento dos políticos "corruptos" de 1964, sem representarem um forte poder econômico, em razão das próprias características da economia amazonense, são alijados do bloco do poder, tornam-se expectadores privilegiados de sua marginalização ante a emergência de novas forças econômicas que surgiram com a Zona Franca de Manaus. E para sobreviverem vários grupos acabam por se associar a essas novas forças - representadas, principalmente, pelo capital multinacional - na expectativa de ganhos maiores e da própria sobrevivência. A associação entre o capital local e o capital internacional que vai não só prosperar, como servir de modelo para os outros grupos, será, sem dúvida alguma, a do grupo Moto-Importadora (local) e a multinacional japonesa HONDA.

Não detendo mais qualquer controle sobre as profundas transformações que estão se processando na economia e perdendo, também, o controle da política, deixam de ter qualquer influência na determinação da dinâmica do processo.

João Walter não faz o sucessor. Não teve habilidade política para aliar-se a emergentes lideranças locais e, como agravante, seu grupo de sustentação política havia sido alijado do bloco de poder com a ascensão do governo Geisel. Mas, o que talvez seja mais importante, é que paradoxalmente, por suas convicções nacionalistas, João Walter também não se alia aos representantes do capital

multinacional. Para este, agora, interessava que o controle político volte aos "locais". João Walter não se dá conta das mudanças que estão ocorrendo e perde o controle da sucessão. Há uma implosão no PDS local e entre os vários "pretendentes" ao governo destaca-se o então senador José Lindoso, aliado político de Petrônio Portela e que aparecia como o candidato natural. Mas se João Walter não tivera força suficiente para fazer o sucessor, tinha, ainda, para cortar as pretensões de Lindoso. Ante o impasse, o nome de conciliação foi buscado no Tribunal Federal de Recursos, na figura do Ministro Henock Reis a quem é atribuído uma "missão histórica": acomodar as lideranças locais. Para o capital internacional, naquele momento, controlando todos os setores industriais dinâmicos, não importava quem fosse o escolhido desde que fosse um local. Era - e isso fica evidente, a partir deste momento - muito mais fácil controlar um governador "local" do que arriscar-se a ter alguém de "fora" ligado a um dos setores dominantes, o que poderia colocar em risco a própria Zona Franca de Manaus.

A escolha de Henock Reis para o Governo do Estado significou a devolução do poder político aos locais, depois de um período de "intervenção direta" durante o Governo de João Walter. A escolha do secretariado e principalmente do vice-governador representam uma reestruturação do poder no estado entre os vários grupos políticos. Henock Reis não tendo vivência política, nem experiência administrativa - fora professor da Faculdade de Direito do Amazonas e chegara a Ministro do Tribunal Federal de Recursos durante o governo Arthur Reis e por sua indicação -, realiza um go

verno sem expressão, mantendo as mesmas diretrizes e a mesma estrutura de governo deixada por João Walter. Além do mais, um grande número de técnicos que haviam reestruturado e adaptado o aparelho do Estado para a nova dinâmica do processo de acumulação resultante da Zona Franca de Manaus haviam se afastado, ou para o setor privado ou para outros órgãos federais em Brasília.

Durante o governo Henock Reis o relacionamento com a SUFRAMA é o mesmo dos governos anteriores. Não há qualquer enfrentamento entre os dois aparelhos burocráticos e mesmo o incidente que ocorreu quando da mudança do superintendente da SUFRAMA não representou maiores consequências.

O grupo político ao qual estava ligado o ex-governador João Walter, - formado basicamente dos tecnocratas que haviam participado de seu governo -, tenta colocar como superintendente o economista amazonense Ozias Monteiro. O objetivo deste grupo era controlar a SUFRAMA na tentativa de não perder o espaço político no Amazonas e enfrentar os políticos que, neste momento, controlavam o governo estadual. A escolha pelo nome de Ozias Monteiro justificava-se por duas razões: primeira, por que ele era, dentre os amazonenses do grupo, o mais próximo e o mais leal aos líderes (o Subsecretário da SAREM, Delile Guerra de Macedo e o Superintendente da SUDAM, Hugo de Almeida); e em segundo lugar por que Ozias Monteiro e Henock Reis pertencem a mesma Igreja Batista no Amazonas.

A estratégia não deu certo. Consultado pelo en-

tão Ministro do Interior (Maurício Rangel Reis) Henock Reis veta o nome de Ozias Monteiro. Assim o já escolhido anteriormente Aloisio Campelo é nomeado Superintendente da Zona Franca de Manaus. E será este novo delegado do capital que irá implantar a nova estratégia da Zona Franca de Manaus, em função da política nacional de restrição às importações. Começa o contingenciamento e agora mais do que nunca a SUFRAMA assume sua feição verdadeira. Implanta-se as quotas de importação e o critério para sua distribuição não sofre qualquer influência do governo do Estado.

As lideranças políticas locais não se dão conta da profundidade das medidas e Henock Reis alienado completamente das mudanças que estão ocorrendo na economia limita-se a ceder cada vez mais espaço à SUFRAMA. Sob a alegação de que agora, mais do que nunca, SUFRAMA e Governo do Estado tinham como meta prioritária o desenvolvimento Henock Reis chega a transferir o local das reuniões do CODAM, - Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas -, órgão que aprovava os projetos industriais a fim de conceder incentivos fiscais -, do auditório da Secretaria de Planejamento para o Palácio do Governo, no sentido de atribuir uma maior importância e solenidade àquelas reuniões. E assim fazia porque o Superintendente da SUFRAMA era membro deste colegiado.

O primeiro confronto entre as duas estruturas de poder no Amazonas - Governo do Estado e SUFRAMA - vai ocorrer no governo José Lindoso. Ao suceder Henock Reis, que

não tivera qualquer influência na sua indicação, pois chega ra ao governo com respaldo de expressivas lideranças, destac cando-se o apoio de Petrônio Portela, Lindoso rompe logo no início de seu governo com o Superintendente da SUFRAMA, cheg gando a solicitar ao Ministro do Interior a substituição de Ruy Lins. A partir deste momento evidencia-se, sem qual - quer disfarce, que as duas estruturas de poder, refletem inter teresses dos grupos que controlam a economia amazonense.

4.1.3 - SUFRAMA - O poder paralelo no Estado

Desde o início, a Zona Franca de Manaus é um corpo estranho. Não teve a participação das lideranças lo - cais - políticas ou econômicas - em nenhum momento. Ninguém foi consultado sobre qualquer de seus aspectos: local e instalação, forma de administrá-la, objetivos, políti - cas, diretrizes, etc. É um "pacote" fechado, "doador" como única solução possível para transformar Manaus de um "por - to de lenha" sem perspectivas e sem futuro, no Eldorado pr^oximo.

É delimitada uma área geográfica de 10.000Km² que incluía toda a cidade de Manaus e criado um órgão para ad - ministrá-la: a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Para a ONUDI - Organização das Nações Unidas pa - ra o Desenvolvimento Industrial - é de extraordinária im - portância a presença de um órgão administrativo central e amplamente antônomo na Zona Franca, subordinado diretamen - te ao correspondente Ministério da Indústria e que seja ca - paz, por um lado de reduzir os trâmites administrativos pa - ra os investidores e que garanta, por outro lado, um fun - cionamento impecável de sua infraestrutura²³. Esta é sem dúvida, uma das funções mais importantes da SUFRAMA. Mas, ao estruturar-se como órgão da União e atuar em um espaço geográfico, sobre o qual incidem duas esferas de competên -

²³Ver ONUDI - Industrial free Zones as incentives to promote export - oriented industries, Training Workshop on Industrial Free Zones, ID/ WG 112/3, 28 de outubro de 1971, p. 15.

cia - a municipal e a estadual -, a SUFRAMA vai, não só concorrer, mas, conflitar com as outras estruturas de poder locais.

No início, ou pelo menos até 1979, foi possível camuflar-se o conflito. O próprio discurso oficial sempre tentou demonstrar que a SUFRAMA era algo imprescindível ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Em um dos primeiros documentos da SUFRAMA, denominado "Termos de referência para o Plano Plurianual da Zona Franca de Manaus", publicado em 1975, a questão é colocada: A "nova Zona Franca de Manaus foi ornada de novos cometimentos, a ponto de poder ser confundida com o poder estadual e a competência municipal que se exercem sobre Manaus. A propósito, o fiscalista brasileiro, Dr. Gilberto Ulhoa Canto, em parecer encomendado pelas classes empresariais amazonenses, expressa-se assim: "A SUFRAMA é uma autarquia federal com jurisdição sobre a área da Zona Franca de Manaus, paralelamente à do Estado e do Município de Manaus, constituindo um, dentre outros, instrumentos que o governo da Revolução adotou, sempre com o propósito de viabilizar o êxito da Operação Amazônia".

Dentro dessa ótica, dimanada dos diplomas legais que embasaram a criação da SUFRAMA, conclui-se que ela é um ente jurídico de características sui generis, pois, como autarquia é dotada de território representado pelos 10.000Km², definidos no Decreto-lei nº 288/67, bem como agência de desenvolvimento sócio-econômico, visando criar no interior da Amazônia Ocidental área demonstração, capaz de esplanar por difusão, os efeitos do crescimento econômico. Dessa manei

ra é importante ressaltar que a Zona Franca de Manaus não pode nem deve ser comparada com os portos livres, os entrepostos, apoiados no sistema do "draw-back" e nas demais Zonas Francas".²⁴

"Ademais, infere-se que a Zona Franca de Manaus, além da função de agência de desenvolvimento econômico, emerge como uma autarquia dotada de base territorial para efeito de tributação, mediante a cobrança de taxas e serviços e armazenagens.

Com efeito contrastando com a SUDAM e SUDENE que apenas dispõem de recursos orçamentários, através de transferências da União, a SUFRAMA desfruta de receita própria oriunda do fato gerador, ocorrido no momento em que bens são internados na área geográfica de sua competência.

Esse fato coloca a SUFRAMA em posição de ente jurídico sui generis, pois a sua atuação administrativa confunde-se ou torna-se paralela à ação dos governos estaduais, territoriais e municipais da Amazônia Ocidental.

Não se deve vislumbrar nessa situação da SUFRAMA problema para a região, mas, pelo contrário, como mais um instrumento coadjuvador das ações administrativas requeridas para deslanchar o processo de desenvolvimento regional".²⁵

²⁴Ver "Termos de Referência para o Plano Plurianual da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA - 1975 - mimeo. p. 375.

²⁵Idem, p. 407.

A SUFRAMA é, na verdade, um poder paralelo ao do Estado do Amazonas. Criada sob a forma de autarquia - pessoa jurídica de direito público interno como os Estados e os municípios - atuando sob uma específica área geográfica, contando com recursos próprios, e tendo como finalidade promover o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, transforma-se no mais eficiente mecanismo de "intervenção planejada" do Estado na região. Sem as limitações a que estão sujeitos os governadores e prefeitos da região, - pressão dos poderes legislativos locais, principalmente - ela atuava e atua como algo que estivesse acima dos interesses da própria região. A justificativa oficial faz com que a SUFRAMA seja apresentada como o órgão que deve compatibilizar as políticas locais com as do governo federal, no sentido de promover um desenvolvimento integrado ao do país como um todo. Nesta perspectiva a SUFRAMA será um mecanismo de destruição acelarada da própria economia "regional" amazônica, no contexto do movimento da "integração" nacional mais amplo. E precisamente por ser um mecanismo de aceleração do Estado é "plaⁿejada", pois trata-se de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia amazônica - extrativismo - por outros que têm sua matriz noutro contexto de acumulação: o "plaⁿejamento" é, pois, essa forma de transformação dos pressu^{po}ostos da produção, essa passagem da mais-valia captada pelo Estado como imposto, e sua conversão em capital entregue aos grandes grupos multinacionais que se instalam na Amazônia Ocidental, via Zona Franca de Manaus.

Como cada superintendente da SUFRAMA representava

um delegado da União, na Amazônia Ocidental e não tendo - nem poderia - nenhuma ligação com as lideranças locais, torna-se necessário que os governadores do Amazonas, não questionem este poder. Daí o cuidado com as escolhas, pois cada uma irá desempenhar um papel específico: Arthur Reis, o defensor da Amazônia "legitimaria" a entrada do capital internacional sem levantar a menor suspeita; Danilo Aersa submeter-se-ia a qualquer exigência necessária: concessão dos incentivos estaduais e municipais, doação de terras do Estado para a SUFRAMA, recursos para a infra-estrutura do Distrito Industrial, etc.; e João Walter com seu dinamismo, reaparelharia a burocracia estadual e municipal para que o "processo de desenvolvimento via Zona Franca" pudesse deslanchar.

Os problemas começam a surgir no governo de João Walter quando as lideranças políticas (constituídas por representantes da "nova" pequena burguesia local, principalmente as que ascendem na estratificação social, em razão do próprio processo de internacionalização da economia, ocupando lugares no aparelho burocrático do Estado e das empresas) e importantes líderes da burguesia comercial e extrativista aliam-se numa ferrenha campanha de oposição ao governador.

A escolha de João Walter é, sem dúvida alguma, a mais violenta intervenção direta no Amazonas. Além de não ter ligações políticas com os locais pois é um "estrangeiro"* é aconselhado a não utilizar os locais em seu secreta -

*Modo pelo qual os manauaras designavam João Walter e seu secretariado.

riado. Deveria, segundo orientação de quem o "nomeou", substituir a "incompetência dos manauaras por tecnocratas "importados" avalizados pelo Planalto.

Este alijamento completo das lideranças manauaras do aparelho burocrático, feito às escancaras, sem qualquer preocupação com dissimulação desencadeia um forte boicote ao governo, principalmente nos dois primeiros anos do mandato de João Walter.

Naquele momento não lhes é possível ver que o perigo maior não era o governador "estrangeiro" mas a própria SUFRAMA, pois seu superintendente nada mais era que um delegado do capital multinacional. Quando começa a desmoronar o "milagre brasileiro" o poder volta aos manauaras para não haver enfrentamento com a SUFRAMA - vale dizer, com o capital -, daí a escolha de Henock Reis como sucessor de João Walter.

É necessário, agora, que certas medidas reatritivas sejam baixadas. Surge o Decreto-lei nº 1455 de 7 de abril de 1976, que restringia a abrangência do decreto-lei nº 288/67, ao estabelecer a guia de importação prévia, criar a quota global de importações e proibir a entrada de mercadorias estrangeiras importadas pela Zona Franca, "a qualquer título", mesmo que essa internação pagasse os tributos devidos.

Começa a se desvendar a verdadeira face da SUFRAMA. O estabelecimento da quota de importações e a proibição de internamento de mercadorias, atingia profundamente "burguesias locais" que se mantiveram, apesar da entrada

de grupos internacionais, na liderança do setor comércio. O percentual da quota de importação destinado ao setor comércio representava, em média, um terço da quota do setor industrial e, os critérios para sua distribuição, entre os próprios comerciantes, é nitidamente político. Isto significava que teria uma quota maior, aquele comerciante que tivesse possibilidade de exercer pressão junto à administração da SUFRAMA.

Comerciantes tradicionais que antes importavam de acordo com sua capacidade de venda, agora tinham de se submeter à partilha de dólares efetuada pela SUFRAMA, pois era esta, agora, quem dizia quanto cada um poderia importar. Como os privilégios são para o setor indústria, sob a alegação de que não se poderia "paralisar" o desenvolvimento, os comerciantes passam a lutar entre eles por uma quantidade maior de dólares. Começa, neste período, um "saneamento" no setor comércio, pois os "locais" passam a denunciar os que se instalam na Zona Franca de Manaus para escamotear contrabando. A partir de 79, a SUFRAMA passou a divulgar os valores distribuídos para cada setor. Verifica-se, pelo quadro anexo, que o valor global se mantém quase inalterável desde 79, com exceção de 82 (ano de eleição para governador) e que o percentual atribuído ao setor comércio é decrescente, apresentando ligeiro crescimento em 83 (ver Quadro nº8).

"A proibição do internamento chamado comercial veio corrigir uma antiga falha do regime da Zona Franca de Manaus, pois a sua pauta de importações era onerada, sem que

Quadro nº 8

ZFM - Distribuição das quotas de importação

Valor	Valores Anos	US\$ Milhões - FOB										%				
		(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	1979	1980	1981	1982	1983
		1979	1980	1981	1982	1983	1979	1980	1981	1982	1983					
Indústria		328	351	306	422	325	74	79	82	84	81					
Comércio		107	87	72	70	65	24	19	16	14	17					
Serviços		8	7	7	8	10	2	2	2	2	2					
T o t a l		443	445	445	500	400	100	100	100	100	100					

Notas: (1) efetivamente autorizadas; (2) exclusive autorizações de importação referentes a Programas Especiais de Exportação e respectivos prêmios, e produtos com alíquota de imposto de importação igual a zero.

Citado em: "Relatório Sucinto de Atividades", SUFRAMA, 1983.

recebesse a correspondente contribuição econômica e social desta atividade. O contingenciamento das importações - medida de efeito psicológico negativo e de administração bastante difícil, porém, inevitável - fixou um valor de importações para a Zona Franca de Manaus, cabendo à SUFRAMA, operacionalizá-la".²⁶ Se esta era a visão da tecnocracia da SUFRAMA que sempre esteve a serviço do capital internacional, a dos grupos locais era bastante diferente: "Não se poderia esquecer que, a partir de janeiro de 1976 até o presente momento, o relacionamento entre empresários, tanto da indústria como do comércio, com a cúpula dirigente da SUFRAMA tornaram-se tensas, recalcitantes e inamistosas, chegando muitos assuntos, a ser resolvidos pela via judicial, através do remédio jurídico que o mandato de segurança.

E irônico, em torno de toda essa situação, que o empresariado amazonense, que sempre se colocou a disposição do governo federal, para lograr êxito a política de integração nacional, desencadeada pelo saudoso Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, na memorável Operação Amazônia, veja no momento, baldados os seus esforços e desvanecidas as suas aspirações, em função de administradores que não tem a necessária sensibilidade e conhecimentos profissionais para os problemas da Zona Franca de Manaus".²⁷

²⁶Ver Julio Regis Sobreiro - secretário executivo da SUFRAMA. In: Zona Franca de Manaus - Perspectivas aos dez anos. Interior. Revista Bimestral do Ministério do Interior, ano III, nº 16, março - abril de 1977.

²⁷Empresariado reage contra a SUFRAMA: Zona Franca. In: A Notícia, Manaus, 7 de novembro de 1976, 1º Caderno, p. 6-7.

O acirramento da luta entre a burguesia local ligada basicamente ao setor comércio - e os grupos internacionais ligados ao setor indústria e que tinham na SUFRAMA uma aliada, faz com que ao assumir a presidência João Figueiredo nomeie para superintendente da SUFRAMA pela primeira vez em doze anos, um amazonense - o economista Ruy Lins.

Oriundo dessa "nova" pequena burguesia manauara que ascendera com o "milagre", Ruy Lins não tinha qualquer liderança no Amazonas. Havia dirigido algumas empresas, chegando a ser gerente regional na Amazônia de uma empresa multinacional; fora Secretário de Estado da Administração durante um período do governo João Walter e tinha ampla cobertura dos órgãos de informação, pois trabalhara no Serviço Nacional de Informações no Amazonas, com o Contra-Almirante Roberto Gama e Silva que aliás, o indicou para o cargo. A ele é atribuída a missão principal de manter os conflitos entre as lideranças locais e os grupos internacionais em um nível razoável, sem maiores confrontos.

Tão logo assume a Superintendência da SUFRAMA, em 79, cria o Fundo Comunitário das Indústrias da Zona Franca de Manaus - FUNCOMIZ -, com dois objetivos bastante evidentes. O primeiro, tentar contornar o conflito entre os grupos locais e os grupos ligados ao capital internacional. Tentava mostrar o quanto o capital internacional estava integrado na região, na medida em que esses empresários dotados de um "alto espírito público", iriam "ajudar" a solucionar os graves problemas sociais que o Amazonas enfrentava. A SUFRAMA seria então o canal através do qual, os empresários

vale dizer, o capital internacional, socorria a Amazônia Ocidental.

"Um tributo social. Assim Otto Flack, gerente da Gradiente da Amazônia, definiu o surgimento e a atuação do FUNCOMIZ e que, ao contrário de outros fundos, tem a exclusiva finalidade de atender a objetivos de natureza social e cultural da região. Membro da Comissão Executiva que administra o órgão, Flack considera que esse foi o caminho mais curto e dinâmico para que as empresas retribuam as franquias fiscais que gozam na região, concorrendo para a solução de parte das pendências sociais da comunidade.

Essa é também a opinião de Marcílio Reis de Avelar Junqueira, diretor-administrativo da CCE, que é a maior contribuinte do Funcomiz. (...) Marcílio crê que a idéia não somente é muito boa, mas também eficiente, tendo em vista a flexibilidade com que se conta para repassar o dinheiro para as instituições. A ausência de maiores burocracias, com efeito, simplifica os trâmites e agiliza as providências, permitindo às entidades beneficiadas fazer uso dos recursos num espaço de tempo realmente pequeno".²⁸

O outro objetivo era eminentemente político, na medida em que a SUFRAMA repassava uma soma considerável de recursos, sem basear-se em qualquer critério objetivo, pois os recursos eram obtidos "através de doação espontânea" do capital. Atrelado a esse objetivo, Ruy Lins começava a ela

²⁸Ver - Interior - ano VII, nº 38, maio-junho 1981, p. 56.

borar um projeto político pessoal, visando o governo do Estado. A volta das eleições diretas para governadores de estado em 1982 faz de seu projeto pessoal apenas "um sonho de uma noite de verão".

O FUNCOMIZ, criado em abril de 1979, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com "o objetivo de contribuir para o permanente e contínuo desenvolvimento da área jurisdicionada pela SUFRAMA e estará voltada prioritariamente para os campos da Educação, Saúde Pública e Assistência ao Menor". Podem participar desta sociedade a qualquer tempo, qualquer pessoa física ou jurídica que tenham filial, sucursal, escritório ou representação na área de atuação da SUFRAMA. Cada uma das empresas participantes deve declarar por escrito até o dia 31 de março de cada ano, o valor com o qual pretenda contribuir para o FUNCOMIZ no decorrer desse mesmo ano, bem como as condições em que efetivará essa contribuição; deverão ainda apresentar sugestões, devidamente justificadas e documentadas sobre as entidades que deverão receber auxílio financeiro do FUNCOMIZ. Ele será administrado por 7 (sete) membros, sendo 2 natos e por prazo indeterminado e 5 (cinco) temporários, eleitos pelo período de dois anos e não terão direito à qualquer remuneração. São membros natos, o Superintendente da SUFRAMA, que exerce a função de Coordenador Geral do FUNCOMIZ e o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, que ocupará o cargo de Secretário-Executivo do FUNCOMIZ.

São empresas fundadoras do FUNCOMIZ:

- Brasiljuta S/A - Fiação e Tecelagem de Juta
- CCE da Amazônia S/A
- Companhia Industrial Amazonense S/A
- Dismac Industrial S/A
- Evadin Indústrias Amazônia S/A
- Frankel da Amazônia S/A - Indústria e Comércio
- Gradiente Amazônia S/A
- Indústria Amazonense de Lentes Oftálmicas S/A
- Moto Honda da Amazônia S/A
- Modiesel S/A Indústria e Comércio
- Nelima - Indústria de Relógios S/A
- Pereira Lopes - IBESA - Aparelhos e Componentes Eletrônicos S/A
- Quartz Eletron Ind. e Comércio Ltda.
- Sharp do Brasil S/A
- Semp Thosiba Amazonas S/A
- Springer Amazônia S/A
- Beta S/A - Indústria e Comércio

A partir da criação do FUNCOMIZ a SUFRAMA assume, não só no Amazonas, como de resto em toda a Amazônia Ocidental, encargos específicos dos governos estaduais e municipais da área. Os recursos aplicados pela SUFRAMA via FUNCOMIZ são consideráveis e, somente no período 79-81 "Custeou a reforma completa do Hospital Infantil Dr. Fajardo em Manaus; a construção do edifício sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Amazonas; a recuperação do Centro de Treinamento do Aeroclube do Amazonas; as

obras de cinco pavilhões no campus da Universidade do Acre".²⁹

Desta forma, aplicando recursos consideráveis, sem controle ou fiscalização oficial, em qualquer estado ou território da Amazônia Ocidental, o superintendente da SUFRA-MA exercia uma forte pressão junto aos governos e lideranças da região. No Amazonas, principalmente, o FUNCOMIZ será utilizado também, como um mecanismo de ocultação dos conflitos entre os grupos sociais locais e o capital internacional. E as empresas "fundadoras" do FUNCOMIZ, em sua maioria ligadas ao capital internacional aparecem, através do discurso oficial como verdadeiras "benfeitoras" da região.

"A criação do FUNCOMIZ - Fundo Comunitário das Indústrias da Zona Franca, é a demonstração mais viva do grau de maturidade das 17 empresas que assinaram a ata de sua constituição. Conscientes da importância de sua contribuição para a solução dos problemas sociais mais graves ou prementes da sub-região ou para a concretização de empreendimentos de relevante interesse social, localizadas nas áreas da educação, saúde pública e assistência ao menor, elas depositam anualmente no FUNDO uma determinada importância, que varia de acordo com a disponibilidade de cada uma".³⁰

²⁹ Ver "Indústrias da Zona Franca se unem em promoção comunitária" - Interior - ano VII, nº 38, maio-junho, 1981, p. 56.

³⁰ Idem, p. 51.

A burguesia local ligada ao comércio, ao extrativismo e aos setores industriais menos dinâmicos conseguem em 79 "eleger" José Lindoso, governador do Amazonas. A estratégia principal deste grupo é "capturar" a SUFRAMA, co-locando um representante seu na Superintendência. Não conseguindo, abrem uma luga declarada, não com o capital in-ternacional diretamente, mas com o seu representante ofi-cial - o superintendente da SUFRAMA.

É nesse confronto de forças - David versus Go-lias - que voltam a cena política, as lideranças afastadas desde o golpe de 64. Em 1982 é eleito governador do Esta-do do Amazonas pelo voto de mais de 60% dos eleitores, Gil-berto Mestrinho, político cassado em 64. Sua vitória deve ser vista, não só como uma demonstração de que a mãquina de mobilização política do antigo PTB foi mantida durante quase 20 anos, como também pelo não surgimento de novas li-deranças no Estado.

A eleição de Gilberto Mestrinho, porém, deve ser analisada, como resultante do confronto entre as duas fações do bloco dominante. E isto é visível na crise entre a SUFRAMA e o Governo do Estado, vale dizer, entre as "bur-guesias locais" e o capital internacional. Lindoso, seja por sua incapacidade administrativa, seja por inabilidade política não consegue articular nem mesmo os grupos mais conservadores, em torno do nome escolhido para seu suces-sor. Mestrinho surge então como a saída possível para o impasse e é eleito com apoio maciço do setor indústria,prin

principalmente das empresas ligadas ao capital internacional. Sua aliança com o capital internacional passa pelos mediadores do capital - a "nova" pequena burguesia manauara - que ocupavam cargos de diretoria ou de chefia nas indústrias da Zona Franca de Manaus. Será esta "nova" pequena burguesia emergente que fará com que o capital internacional faça sua opção pela candidatura vitoriosa e como resultado dessa "aliança" um elevado número de secretários de Estado e de diretores de entidades da administração indireta sejam oriundos do setor indústria, a começar pelo próprio vice-governador.

A crise que enfrenta a Zona Franca de Manaus enfraquece o poder que a SUFRAMA detém na Amazônia ainda que, continue utilizando todos os mecanismos de poder existente. Resta agora saber quem será o futuro presidente e qual a sua estratégia para a Zona Franca e, se neste processo de mudança os "manauaras" serão capazes de colocar a SUFRAMA dentro de diretrizes que atendam aos seus interesses.

4.2 - Os incentivos fiscais e a Zona Franca de Manaus

As "Zonas de Livre Produção" ou "Zonas Francas" têm como denominador comum o atendimento a condições técnicas, organizacionais e legislativas para o aproveitamento industrial da força de trabalho dos países subdesenvolvidos, em sua produção orientada ao mercado mundial. Desta forma, a construção e a exploração de Zonas Francas atendem a um objetivo principal: satisfazer as exigências econômicas da valorização e da centralização do capital. A satisfação dessas exigências aparece como uma política para superar o subdesenvolvimento e as Zonas Francas apresentam um "caminho" para que estes países alcancem o desenvolvimento. Assim, sob a justificativa de que a implantação de empresas modernas, irá trazer o desenvolvimento da região, estes países oferecem todas as facilidades ao capital para a instalação das indústrias: incentivos fiscais generosos e amplos e força de trabalho barata.

A seleção do empreendimento se realiza, frequentemente sem levar em conta as estruturas econômicas existentes nem as consequências. A oferta de capital pelo Estado é ampla e vai desde o acondicionamento e equipamento de infraestrutura da área industrial, construção de outras instalações de infraestrutura tais como estradas, portos, aeroportos, implantações de serviços de comunicação até os estímulos e subvenções aos investimentos, sobretudo sob a forma de concessão de créditos. Em muitas delas existem estímulos aos investimentos sob a forma de tarifas subvencionadas para o fornecimento de água e energia, para o uso de servi

ços de transportes e até para o aluguel de fábricas. Há ca sos em que as subvenções aparecem sob a forma de ajudas eco nômicas para a formação profissional da força de trabalho, havendo situações, como no caso das Zonas Francas do Chile em que há bonificação sobre os custos salariais: "A empre- sa empregadora pode beneficiar-se da franquia de subsídios à mão-de-obra com a qual o custo para a empresa se reduz a US\$50 mensais" - (Decreto-Lei 1055 de junho de 1975). Esta oferta de capital implica, em numerosos países, uma alta porcentagem do excedente econômico redistribuído pelo Estado.

Em todos os países em que existem Zonas Francas, no entanto, há um ponto em comum funcionando como atrativo para os investimentos: as isenções fiscais. E a Zona Franca de Manaus não fugiu à regra. O tipo de industrializa- ção proposto para Manaus assim "como em outras regiões pouco ou nada industrializadas e subitamente abertas à indús- tria através de incentivos diversos, há escasso ou nenhum atrativo à localização industrial ditada por fatores lo- cais pré-existentes. Mercado exiguo, grande distância das fontes supridoras de matérias primas e dos futuros merca- dos, custo de transporte elevado, nada indica que a indús- tria venha a ser atraída por motivos que não os incentivos postos à sua disposição. As fábricas são implantadas "ar- tificialmente" unicamente para *desenvolver a região*".²⁸

²⁸Pesquisa sobre emprego e salário real na Indústria de Transformação de Manaus. SUFRAMA/F.U.A. - 1983.

O Decreto-Lei 288/67 determinou um tratamento fiscal privilegiado a Zona Franca de Manaus pois o sistema de incentivos fiscais estabelecido para essa área implica na redução da carga tributária de impostos federais, estaduais e municipais. Incidem portanto sobre a área os incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, os específicos da SUFRAMA, e os concedidos pelo Estado do Amazonas e pelo município de Manaus.

O Estado apresenta como justificativa para sua política de incentivos fiscais a determinadas "regiões" - especialmente o Nordeste e à Amazônia -, a possibilidade da eliminação das desigualdades regionais. O processo de desenvolvimento do Brasil, calcado na política de substituição de importações tem representado sérias consequências sobre o desenvolvimento relativo das diversas regiões brasileiras o que poderá resultar numa "exacerbação das desigualdades econômicas". Desta forma, o poder público, objetivando promover o desenvolvimento de uma região, tem assumido os encargos de instalação de uma infra-estrutura básica que possibilite o deslocamento do capital para essas regiões, enquanto que o processo produtivo, tem sido destinado em geral ao capital privado. Além disso, o governo tem concedido um grande número de incentivos fiscais, procurando desta forma reorientar o processo produtivo, através da redução do custo relativo do capital nessas regiões.

A isenção ou redução de impostos, especialmente o de importação para certas áreas carentes funciona, como se fosse uma "abertura de portos", pode ser uma compensação im

portante e justificável para Manaus.²⁹

"De fato, na teoria do desenvolvimento econômico contemporâneo, a manipulação dos incentivos fiscais contribui, necessariamente, de modo efetivo, para criar condições adequadas ao crescimento de determinada economia.

*Com efeito, pesquisas realizadas por instituições de caráter desenvolvimentista demonstra que os incentivos fiscais e financeiros, ao invés de atuarem como instrumento diminuidor das receitas públicas, agem, dinamicamente, como vetor orientando a formação de novos recursos financeiros na área do poder público, em razão do aumento do consumo dos bens intermediários e bens de consumo, que as indústrias e a sociedade passam a utilizar."*³⁰

Na realidade, neste momento de centralização de capital assiste-se à transformação do papel do Estado no Brasil, uma vez que este processo de centralização, necessita, para o seu financiamento, de todo o potencial inscrito no próprio nível de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, toda a riqueza nacional. E como parcela considerável dessa riqueza está nas mãos do Estado, que o capta como imposto e o utilizará como crédito para financiar o movimento de centralização dos capitais. O Estado passou, a partir deste momento, a ser um elemento da própria centralização de capital e, como tal, peça indispensável para a expansão do

²⁹ Ver Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus (PDP-ZFM). SUFRAMA, 1978, p. 1.

³⁰ Termos de referência para o Plano Plurianual da ZFM-SUFRAMA Manaus - dez/75, p. 329.

sistema.³¹

É nesta perspectiva, como peça essencial para o processo de acumulação, que deve ser analisado o papel do Estado ao estabelecer as isenções fiscais para a Zona Franca de Manaus. Não há possibilidade de comparação com outra região dada a amplitude e abrangência dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, pois eles são concedidos tanto pela SUFRAMA, como pela SUDAM, pelo Governo do Estado do Amazonas e pelo município de Manaus. Atuam portanto sobre a Zona Franca de Manaus quatro níveis de poder formal do Estado concedendo incentivos: o regional através da SUDAM; o sub-regional, a SUFRAMA (atua apenas na Amazônia Ocidental), o estadual através do Governo do Estado e o municipal através do Prefeito da Capital.

Constituem incentivos fiscais concedidos pela SUFRAMA para empresas cujos projetos tenham sido aprovados para se instalarem na Zona Franca de Manaus.

1. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
 - isenção para a entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca de Manaus destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação (Decreto-Lei 288/67 - Art. 3º).

³¹Ver Francisco Oliveira - *Elegia para uma re(li)gião*, op.cit. p. 102.

- isenção para mercadorias nacionais, destinadas a Zona Franca de Manaus para o consumo, industrialização ou reexportação para o estrangeiro (Decreto-Lei 288/67, Art. 4º).
 - isenção para todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, que se destinem ao consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional (Decreto-Lei 288/67, Art. 9º).
 - isenção e direito à geração de crédito de IPI como se devido fosse, para os produtos elaborados com matérias primas agrícolas e extrativos vegetais de produção regional, exclusive as de origem pecuária, sempre que empregados como matérias primas, produtos intermediários ou materiais de embalagem na industrialização em qualquer ponto do território nacional.
2. Imposto de Importação (II) (Quota autorizada)
- isenção para entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca de Manaus destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalações e operações de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, até um limite de cota estabelecido pelo Conselho de Administração da SUFRAMA (Decreto-Lei 288/67 e Decreto 81.189, de 05.01.1978).

- redução do imposto para produtos utilizados na industrialização e posterior internação.
3. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
- redução na importação da Zona Franca de Manaus.
4. Imposto sobre Exportação (IEX)
- isenção na exportação da Zona Franca de Manaus.
5. Programa Especial de Exportação (PROEX)
- suspensão de impostos na importação para posterior exportação com mais ou menos 40% de valor adicionado;
 - isenção da taxa de expediente de 25% da SUFRAMA;
 - incorporação à quota livre de importação do valor de 30% do saldo líquido do ano anterior das exportações e importações do PROEX, no ano posterior.
6. Distrito Industrial
- preço do terreno subsidiado com infra-estrutura completa.

Os incentivos concedidos pela SUDAM à Zona Franca de Manaus são:

1. Isenção ou redução do Imposto de Renda, por período de 10 a 15 anos, para as empresas que se instalarem na Zona Franca de Manaus;

2. Participação acionária de 25% a 75%.

Constituem incentivos concedidos pelo Governo do Estado do Amazonas à Zona Franca:

- isenção do imposto sobre Circulação de Mercadorias - (ICM) na exportação do resto do país para à Zona Franca de Manaus;
- o importador na Zona Franca de Manaus recebe o crédito, como se devido fosse na entrada de mercadorias provenientes do resto do país, no montante devido pelo exportador nacional e, se for do exterior, o montante correspondente a 9% do valor;
- restituição do ICM para projetos industriais e agropecuários previamente aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas de: 100% para produtos intermediários, 45% a 55% para o restante.

Finalmente, o incentivo concedido pelo Município de Manaus à Zona Franca de Manaus é a isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) para empresas ou profissionais autônos autorizados, com ou sem estabelecimento fixo na área da Zona Franca de Manaus.

4.2.1 - Os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e seus efeitos no processo de industrialização

Os impostos que compõem o sistema de incentivos fiscais, em sua maioria, são cumulativos, isto significa, que do valor devido sobre determinada operação deve ser deduzido o valor do tributo pago nas operações anteriores. Assim o imposto irá incidir apenas sobre o valor acrescido, constituindo-se o tributo pago sobre as operações anteriores, em crédito fiscal e quando da venda de uma mercadoria isenta de tributo, estaria o contribuinte obrigado ao estorno do crédito lançado sobre as compras anteriores. Quando se trata, porém, de isenção às exportações, a legislação permite a mantenção desse crédito, o que deixa isentas as fases anteriores de produção da mercadoria.

Com relação ao IPI, que é um imposto sobre o valor adicionado na indústria, a Zona Franca de Manaus é uma área livre da sua incidência. Essa isenção, no entanto, se refere apenas aos produtos acabados e a concessão da isenção para uma empresa localizada na região sudeste não representaria estímulos para que ela utilizasse componentes ou produtos intermediários provenientes da Zona Franca de Manaus, pois teria que recolher o IPI sobre o valor total desses componentes ou produtos. Essas empresas estariam então obrigadas a recolher um imposto sobre o valor por elas adicionado mais o valor adicionado na Zona Franca de Manaus.

Por força do artigo 6º do Decreto nº 1435, de 16 de novembro de 1975, os produtos elaborados na região da Zona Franca de Manaus com matérias-primas agrícolas e extrati

vas vegetais de origem regional, exclusive as de origem pe
cuária, constituem a única exceção ao caso acima apontado.

Esses dois aspectos limitam uma maior verticalizaç
ão da indústria na Zona Franca de Manaus na medida em que
a isenção do IPI discrimina os produtos quando da sua saí-
da de Manaus. A instalação de indústrias de bens interme-
diários também é limitada devido à restrição de seu merca-
do, enquanto que a produção local de produtos com base em
recursos naturais de origem regional, se não está sendo res
tringida, tão pouco é estimulada.

A isenção do IPI para os produtos oriundos da Zona
Franca de Manaus tende a provocar consequências como:

- "1. Beneficia os setores industriais que podem es-
tabelecer uma fase de industrialização final
em Manaus, em vista de condições convenientes
de custo de transporte. Pela localização da
montagem na Zona Franca de Manaus, os compo-
nentes são importados do Exterior e do Centro-
-Sul e enviados ao mercado do Centro-Sul sob
a forma de produto final, o IPI efetivamente
Pago sobre todo seu valor ficando reduzido a
zero, mesmo que a agregação em Manaus seja pe
quena. O Governo Federal perde a receita to-
tal do IPI, ao passo que apenas uma parte des-
ta corresponde a isenção devido ao valor adi-
cionado na Zona Franca de Manaus, isto é, cor
responde a um incentivo regional.

2. Induz à localização na Zona Franca de Manaus da última fase de industrialização antes de comercializar, pois é o necessário para a obtenção de uma redução fiscal correspondente a todo o valor do produto.
3. Os bens intermediários produzidos na Zona Franca de Manaus (vendidos para empresas industriais locais ou de outras regiões do país) não têm nenhuma vantagem em relação à produção de bens intermediários no Centro-Sul ou no Exterior. A localização da produção de componentes é irrelevante sob o ponto de vista fiscal (IPI), pois o que interessa para definir se existem ou não incentivos de IPI é a localização da última fase de industrialização; é esta que determina a alíquota antes da comercialização final".³²

O imposto sobre importação é o único que discrimina o uso de componentes de origem nacional dos de origem estrangeira, quando da entrada de mercadorias da Zona Franca de Manaus no mercado nacional pois incide sobre essas mercadorias de acordo com uma fórmula de redução de alíquota. Nesta fórmula são considerados os componentes nacionais e a mão-de-obra utilizada no processamento da mercadoria, sendo dada preferência ao valor adicionado em Manaus.

³²Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus (PDP-ZFM) op.cit. p. 26-27.

A fórmula da dedução é:

$$r = \frac{\text{MOD} + \text{CCN}}{\text{MOD} + \text{CCN} + \text{CCI}} \times 100$$

onde:

CCN = Custo de Componentes Nacionais (FOB)

CCI = Custo de Componentes Internacionais (FOB)

MOD = Mão-de-Obra direta

Os componentes para esta fórmula são: Matérias primas, produtos intermediários e materiais para embalagens.

As mercadorias estrangeiras destinadas à Zona Franca de Manaus, quando utilizadas como produtos intermediários no processo de industrialização ou na reexportação, estão isentas do imposto de importação, exceto quando da sua entrada no mercado nacional e o imposto incide sobre o valor dos componentes estrangeiros incorporados aos produtos. E para que as mercadorias possam se beneficiar dessa redução de alíquota, é necessário que possuam um índice mínimo de nacionalização, sendo calculado com base na relação entre o custo dos componentes nacionais e o custo total dos componentes utilizados no processamento da mercadoria.

O imposto sobre a circulação de mercadoria (ICM) incide, como o IPI, sobre o valor adicionado e sua mecânica de créditos e débitos é em tudo semelhante àquele, exceto, que se estende também à comercialização final.

As mercadorias nacionais enviadas para a Zona Franca de Manaus são isentas de ICM, pois se equiparam a uma exportação e quando de sua entrada na Zona Franca de Manaus, o governo do Estado do Amazonas reconhece, por força, do Decreto-Lei nº 288 (inciso I, Art. 49), o crédito do imposto, como se este tivesse sido pago sobre as fases anteriores da comercialização. As empresas não pagam ICM sobre o valor adicionado em qualquer fase do processamento de seu produto, incluindo a que ocorre em Manaus e para obterem a vantagem fiscal bastaria localizar a fase final de industrialização na Zona Franca de Manaus.

O incentivo do ICM para a Zona Franca de Manaus constitui na verdade um desincentivo para a agregação do valor no local pois dão simplesmente uma vantagem à localização em Manaus de um estágio mínimo de atividade, indispensável para obter a vantagem fiscal. E os produtos originários da Zona Franca de Manaus quando comercializados no mercado nacional não recebem qualquer benefício fiscal, mesmo os de origem agro-industrial, o que representa um desestímulo aos produtos para os quais a região, de fato, possui vantagens comparativas.

O Governo do Estado do Amazonas, primeiro através da Lei nº 958, de 09 de setembro de 1970 concedeu restituição total ou parcial do ICM, após 60 dias de seu recolhimento. Esta lei estabelecia ainda com prazo de duração da restituição a data de 31 de dezembro de 1982. Esta lei vigorou até 1979, quando pela lei nº 1370 de 28 de dezembro foi estabelecida uma "nova" política de Incenti-

vos ao Desenvolvimento do Amazonas e que deveria vigorar até 28 de fevereiro de 1977, coincidindo com o prazo estipulado pelo Decreto-Lei 288 para se extinguir a Zona Franca de Manaus.

A restituição do ICM pelo Estado do Amazonas representa um verdadeiro "saque" ao orçamento estadual. Nos Quadros nºs 9 e 10 pode-se visualizar o volume de recursos que representa essa restituição, que em 1981, seja o arrecado no Estado, seja o arrecado na cidade de Manaus, chega à quase 60%.

E se considerarmos que a arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias do Estado do Amazonas, tomando-se como base o ano de 1972, variou em 1981 em cerca de 353,2% e que parcela restituível, por força dos incentivos fiscais vigentes, cresceu em 1,686% não fica muito difícil imaginar o que isto poderia representar para a população do Estado em termos de saúde, educação, saneamento, etc., principalmente se relacionarmos essa enorme perda de recursos pelo Estado com o crescimento demográfico acelerado em razão da implantação da Zona Franca de Manaus.³³

Como se pode verificar pelo elenco considerável de incentivos fiscais a Zona Franca de Manaus segue à risca o recomendado pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). Em um texto básico intitulado "Industrial free-zones as incentives to promote oriented

³³Ver Indicadores Econômicos do Estado do Amazonas - CODEAMA - Manaus - 1982, p. 12.

Quadro Nº 9
Estado do Amazonas
Arrecadação do ICM
Período: 1972 a 1981

Anos	Valores nominais Cr\$1.000,00		%
	Arrecadado	Restituível	
1972	122.606	17.006	13,87
1973	193.643	40.186	20,75
1974	295.794	91.317	30,87
1975	473.915	142.496	30,07
1976	800.660	321.212	40,12
1977	1.240.100	499.149	40,25
1978	2.120.600	940.810	44,36
1979	3.809.626	1.801.399	47,29
1980	9.850.705	5.169.771	52,48
1981	19.163.379	10.491.489	54,75

Fonte: SEFAZ/AM e CODEAMA.

Quadro Nº 10
Cidade de Manaus
Arrecadação do ICM
Período: 1972 a 1982

Anos	Valores nominais Cr\$1.000,00		%
	Arrecadado	Restituível	
1972	112.312	16.833	14,99
1973	180.360	40.055	22,21
1974	279.064	91.074	32,64
1975	450.128	142.142	31,58
1976	772.112	320.861	41,56
1977	1.192.668	498.797	41,82
1978	2.052.092	948.285	46,21
1979	3.668.377	1.799.870	49,06
1980	9.476.638	5.156.644	54,41
1981	18.474.770	10.441.096	56,52

Fonte: SEFAZ/AM e CODEAMA.

industries" ³⁴ recomenda os seguintes estímulos para as Zonas Francas:

- isenção total de taxas e impostos por um período determinado de tempo, tanto para a maquinaria e instalações produtivas como para as matérias primas necessárias à produção;
- isenção ou redução de outros impostos diretos e indiretos que deva a empresa pagar fora da Zona Franca;
- liberdade de câmbio, inclusive para o futuro, assim como livre repatriação dos benefícios até um determinado coeficiente;
- facilidades financeiras tais como a concessão de créditos a curto, médio e longo prazo em condições vantajosas para a construção das indústrias.

Para a ONUDI as isenções fiscais para as empresas em Zonas Francas se estendem não somente aos impostos sobre a empresa e sobre as vendas, como também aos impostos regionais e municipais.

Uma das avaliações da Zona Franca de Manaus admite que "as empresas industriais que se instalam na Zona Franca de Manaus e tenham passado pela SUDAM e recebido desta instituição incentivos equivalentes aos recebidos pela mé-

³⁴Training Workshop on Industrial Free Zones - ID/W6 - 113/3 - 28 de outubro 71 - Nova York, p. 16-17.

dia do projetos industriais aprovados por aquela entidade até meados de 1976, tem-se que o aporte de capital próprio representa 13% do total, sendo 46,5% de créditos fiscais e o restante de financiamento (nacionais e estrangeiros) e reinvestimentos de deduções de impostos. Por outro lado, uma vez implantado o projeto, quando então incidem grande parte dos incentivos da SUFRAMA, algumas estimativas feitas assinalam que, no tocante ao ramo reexportador (televisão, aparelho de som, calculadoras, bicicletas, motocicletas, relógios, etc.) as vantagens obtidas com isenções de impostos (IPI, ICM, II) são maiores que os seus gastos com insumos locais e com a mão-de-obra utilizada. Em resumo, uma empresa industrial com as características de grande parte dos projetos aprovados pela SUFRAMA, que tivesse acesso aos incentivos mais significativos da SUDAM, SUFRAMA e Governo do Estado, poderia ser constituída com apenas 13% de capital próprio e dispor de recursos extras para pagar a mão-de-obra e adquirir insumos locais".³⁵

³⁵ Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus. Relatório de Pesquisa nº 3, Recife, setembro 1978. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Economia, p. 9.

4.2.2 - O Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus

Dos incentivos concedidos pela SUFRAMA um que me rece considerações específicas é, sem dúvida alguma, o Distrito Industrial de Manaus. Localizado na parte Leste da cidade, numa área de 1.742ha., distante cerca de cinco quilômetros do centro comercial de Manaus ao qual está ligado por várias vias de acesso. Sua situação é ainda privile - giada quanto a aspectos de poluição hídrica e pela proximidade de núcleos habitacionais populares, fornecedores de mão-de-obra.

Os gastos com a implantação desses Distritos Industriais nas Zonas de Livre Produção são altíssimos, não se reduzindo apenas ao acondicionamento do terreno, mas, principalmente, a construção e manutenção das instalações de infra-estrutura indispensáveis, tais como: água, energia, serviços de comunicação, estradas, aeroportos, etc. Na maio - ria das vezes, os investimentos estatais nesses Distritos Industriais são, muitas vezes, superiores a soma dos salários anuais. Por outro lado, o financiamento dos investi - mentos iniciais das empresas para a construção e equipamen to das fábricas nas Zonas de Livre Produção tão pouco re - presentam, no caso de empresas multinacionais, um fluxo de capital estrangeiro já que frequentemente obtêm os recur - sos necessários no próprio mercado nacional, principalmen - te através das subvenções por parte do Estado (estímulo à inversão).

No Distrito Industrial de Manaus as vantagens começam com o preço do terreno dotado de toda infra-estrutu -

ra necessária que era vendido as empresas por Cr\$3,00 (tres cruzeiros), o metro quadrado. Observe-se que, considerando tal preço e os projetos implantados e em implantações no Distrito, a receita obtida com rendas até 1977 (1.939 mil metros quadrados) representava tão somente 3,1% dos investimentos feitos até o início de 1977, sem contar o valor do terreno em si.³⁶ Atualmente, o preço do terreno está em torno de 0,07 ORTN'S o m², e demonstra a política privilegiada em favor das empresas, pois até os lotes do PROMORAR não possuem preços tão baixos.³⁷

O projeto do Distrito Industrial foi iniciado no início da implantação da Zona Franca de Manaus, em 1968. Em 31 de outubro de 1969 a SUFRAMA, através do seu Superintendente Cel. Floriano Pacheco, assinou com a firma Construção e Transportes-CONSTRAM Ltda., o contrato de terraplanagem da área pioneira do Distrito. "As obras de drenagens e dragagens dos igarapés, bem como a construção de esgotos sanitários e despejos industriais, estão sendo executados pelo DNOS, devendo ser implantados 10km de Saneamento básico. O sistema viário numa extensão de 15km, está a cargo do Departamento Rodoviário Municipal e do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Amazonas. O programa referente à energia elétrica, com capacidade instalada de 1.100kw, deverá estar definitivamente realizado em 1973".³⁸

³⁶ Ver Projeto Cidades de Porte Médio - Prefeitura Municipal de Manaus - Perfil de Manaus, vol. 1, 1983.

³⁷ Idem, p. 173.

³⁸ Ver Setor Industrial no Plano de Desenvolvimento da Amazônia-Indústria e Produtividade de dezembro 1972, ano 5, p. 77.

Nos tres primeiros anos da implantação do Distrito Industrial (69, 70 e 71), os investimentos realizados pela SUFRAMA, representaram Cr\$7.245.716,16 (a preços de 1971) que a preços de 1983, significam Cr\$1.445.938,00 (ver quadro nº 11) E entre os anos de 1975 a 1978, a SUFRAMA aplicou no Distrito Industrial Cr\$368 milhões (a preços de 1978) que atualizados a preços de 1983 representam Cr\$11.843.923.134,00.

A ocupação do Distrito Industrial começou a ocorrer em 1973, com a instalação da Springer da Amazônia. Antes, quatro grandes projetos se implantaram fora do Distrito: IALO - Indústria Amazonense de Lente Oftálmicas S/A; Beta S/A Ind. e Comércio (jóias e relógios); Philips da Amazônia S/A - Indústria Eletrônica e PRITEFISA - Tecelagem de Fios Sintéticos da Amazônia S/A. O quadro nº 12 mostra a evolução da ocupação do Distrito Industrial por número de empresas e por setor no período compreendido entre 1973 a 1982, onde fica evidente a importância do setor eletro-eletrônico: das 92 empresas implantadas no Distrito Industrial, 27 são do setor eletro-eletrônico. O número anual de instalações de novas empresas foi crescente até 1976, quando atingiu o maior valor da série (15 ao todo). A partir daí e até 1981 foi diminuindo a quantidade de novas empresas e em 1982 houve novo crescimento quando se implantaram treze novas empresas.

As 92 empresas instaladas respondem pela oferta de 31 mil empregos diretos e o investimento fixo total foi de 63 bilhões de cruzeiros, valores atualizados até dezembro de 1982 e dos setores implantados no Distrito destaca-se o

Quadro nº 11
Investimentos no Distrito Industrial de Manaus

Órgãos executores	1969	1970	1971	Total
Departamento Rodoviário Municipal	203.000,00			203.000,00
Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas	300.000,00			300.000,00
Fundação Serviço Especial de Saúde Pública	326.983,00	218.855,28	99.000,00	644.838,28
Dep.Nacional de Obras de Saneamento	450.000,00		1.900.000,00	2.350.000,00
Antony e Pereira da Cunha, Arquitetos Associados Ltda.	126.958,50			126.958,50
Geofoto S/A	120.795,36			120.795,36
Construções e Transportes Constram Ltda.	440.000,00	1.200.000,00		1.640.000,00
Cia. de Eletricidade de Manaus - CEM		218.764,02		218.764,02
Severiano Mário Porto(Arquitetos Asso - ciados Ltda.)			153.900,00	153.900,00
Representações Técnicas Z. Damm S.C.			975.000,00	975.000,00
2º Grupamento de Engenharia e Construção			350.000,00	350.000,00
Paulo Braga - Sondagens e Fundições			14.500,00	14.500,00
H.J. Cole e Associados S/A - Emp. e Planejamento			147.960,00	147.960,00
Total	1.967.736,86	1.637.619,30	3.640.360,00	7.245.716,16

Fonte: Boletim Informativo - 1971 - SUFRAMA, p. 9.

Quadro nº 12
Evolução anual da ocupação do Distrito Federal
por número de empresas e por setor

Setores \ Anos	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	Total
Eleto-Eletrônico	1	3	3	5	4	1	4	2	2	2	27
Metalúrgico	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	3
Mecânico	-	-	-	-	1	1	1	-	-	2	5
Material de transporte	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	4
Papel, papelão	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Químico	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	4
Produtos mat.plástico	-	-	1	2	-	3	-	2	2	-	10
Vestuário, calçados e artefatos tecidos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	3
Produtos alimentares	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	3
Editorial gráfico	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Têxtil	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	3
Minerais não metálicos	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Mobiliário	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Relojoeiro	-	-	1	1	3	-	1	2	2	1	11
Ótico	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Diversos	-	1	1	3	2	2	-	-	1	1	11
T o t a l	1	5	10	15	13	11	10	7	7	13	92

Fonte: DIAF/SAO/SUFRAMA

Obs.: Não estão incluídos os projetos cujos incentivos foram suspensos ou cancelados.

eletro-eletrônico que com 1/3 do número total de empresas é responsável por mais da metade dos empregos gerados. O setor de material de transporte: Cr\$19.382.019,00 para 4 empresas e 3.103 empregos. O que menos investiu e menos gerou empregos é o chamado "polo relojoeiro": 11 empresas representando apenas Cr\$3.760.756,00 de investimentos fixos, gerando apenas 1.523 empregos (ver Quadro nº13).

Há que registrar-se a existência de um número considerável de indústrias instaladas fora do Distrito Industrial. Elas superam em número e no total de investimentos fixos aquelas localizadas no Distrito: 101 empresas com investimentos globais de 68,6 bilhões de cruzeiros. Pertencem em maior número ao setor madeireiro com 21 empresas, seguido dos setores metalúrgico e de produtos alimentares, ambos com 11 empresas. Verifica-se ainda a existência de 8 empresas pertencentes ao setor eletro-eletrônico, o de maior concentração no Distrito Industrial. Merece destaque ainda a grande diferença no número de empregos gerados em relação aos das empresas do Distrito: pouco superior à metade daquele. Registre-se ainda que apenas uma única indústria do "polo relojoeiro" localizada fora do Distrito Industrial, a fábrica de jóias e relógios Beta S/A, possui quase a metade do número de empregos gerados pelas 11 localizadas no Distrito Industrial e investiu quase o dobro daquelas: Cr\$5.325.496,00 (ver Quadro nº14).

"Para uma cidade de 11.000ha de área ocupada, um Distrito Industrial contíguo de 7.500ha (1.700ha do atual e 4.800ha de expansão), terá que estar sócio-integrado ao sis

Quadro nº 13

Distribuição das empresas implantadas no
Distrito Industrial/Manaus até dezembro de 1982

Setores Especificações	Distrito Industrial/Manaus		
	Nº de Empresas	Nº de Mão-de-Obra	Investimento fixo (Cr\$1.000,00)
01. Eletro-eletrônico	27	19.162	18.319.569
02. Bebidas	-	-	-
03. Metalúrgico	3	213	2.223.334
04. Mecânico	5	610	2.646.467
05. Material de transporte	4	3.103	19.382.019
06. Madeireiro	-	-	-
07. Papel, papelão	1	79	219.319
08. Couro, peles e produtos similares	-	-	-
09. Químico	4	113	305.127
10. Perfumaria, sabão e velas	-	-	-
11. Produtos de mat. plásticos	10	2.146	5.474.978
12. Vestuário, calçado e artef.tecidos	3	361	315.627
13. Produtos alimentares	3	117	569.424
14. Editorial gráfico	1	69	118.311
15. Têxtil	3	276	2.818.878
16. Minerais não metálicos	2	387	620.780
17. Mobiliário	2	431	719.314
18. Beneficiamento de borracha	-	-	-
19. Relojoeiro	11	1.523	3.760.756
20. Ótico	2	128	257.355
21. Diversos	11	2.168	5.484.436
Total	92	30.896	63.235.692

Fonte: DIAF/SÃO/SUFRAMA

Notas: (1) Dados do Cadastro: investimento fixo, atualizado até dezembro de 1982.

(2) Dados do projeto : investimento fixo, atualizado até dezembro de 1982.

Obs.: (1) Não estão incluídos os projetos cujos incentivos foram suspensos ou cancelados.

(2) A classificação dos setores industriais da SUFRAMA não obedece a classificação do IBGE. Do setor Diversos a SUFRAMA exclui o setor ótico e relojoeiro.

Quadro nº 14
Distribuição das empresas implantadas em outros
pontos de Manaus até dezembro de 1982

Especificações Setores	Outros pontos de Manaus		
	Nº de empresas	Nº de Mão-de-Obra	Investimento fixo (Cr\$1.000,00)
01. Eletro-eletrônico	8	1.300	2.027.484
02. Bebidas	5	1.622	6.520.095
03. Metalúrgico	11	830	10.946.505
04. Mecânico	3	107	141.789
05. Material de transporte	7	1.461	2.643.417
06. Madeireiro	21	4.065	14.126.974
07. Papel, papelão	1	13	30.325
08. Couro, peles e produtos similares	1	171	89.304
09. Químico	5	426	1.476.876
10. Perfumaria, sabão e velas	3	403	2.024.375
11. Produtos de mat. plástico	1	327	785.203
12. Vestuário, calçados e artefatos tecidos	1	21	17.000
13. Produtos alimentares	11	1.023	5.032.993
14. Editorial gráfico	3	70	188.580
15. Têxtil	4	2.638	5.576.904
16. Minerais não metálicos	3	149	9.562.602
17. Mobiliário	5	99	382.496
18. Beneficiamento de borracha	-	-	-
19. Relojoeiro	1	660	5.325.496
20. Ótico	5	786	1.425.189
21. Diversos	2	57	279.206
Total	101	16.298	68.603.175

Fonte: SUFRAMA

tema maior da Cidade". ³⁹

O Distrito Industrial de Manaus incluindo a área atual já ocupada e sua expansão representam 68% da área da cidade. Com a expansão urbana da cidade causada principalmente pela implantação da Zona Franca de Manaus, o Distrito Industrial tenderá a ficar encravado no seu tecido urbano e para comprovar isto basta verificar que Manaus possui limites ao Sul com os rios Negro e Amazonas e que sua expansão a Leste será contida pelo rio Puraquequara e a Oeste pelo rio Tarumã.

Os vultosos investimentos realizados pelo Estado na implantação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus que significaram: um sistema viário de trinta e cinco quilômetros de extensão, formado, por vinte e tres vias públicas, instalações de água, esgoto, iluminação, energia elétrica, telefone, telex e coleta de lixo. Toda esta infra-estrutura numa área em que os terrenos eram vendidos a preços subsidiados as empresas pela SUFRAMA, representava um desvio de recursos que poderiam ter sido aplicados em outras áreas da cidade de grande concentração populacional onde inexiste qualquer tipo de infra-estrutura: ruas (quando existem) sem qualquer melhoramento; não há serviços de eletricidade, água e coleta de lixo. E nestas condições estima-se que vivem cerca de 400.000 pessoas, ou seja quase 50% da população de Manaus. E como não bastasse todos esses gastos por parte do

³⁹ Ver Stanley Livingstone Whible. Distrito Industrial de Manaus e sua expansão. *Notícias da SUFRAMA*, outubro de 1980, ano 1, nº 9, p. 8.

Estado, via SUFRAMA no Distrito Industrial⁴⁰, o Estado do Amazonas "doa a Superintendência da Zona Franca de Manaus, as terras pertencentes ao Estado do Amazonas e que se encontram localizadas no polígono do Distrito Industrial" (Lei nº 831, de 09 de dezembro de 1968).

O "discurso oficial", no entanto, não escondia as razões das vultosas aplicações de recursos no Distrito Industrial: "o objetivo da criação do Distrito Industrial foi, não apenas localizar fora da área urbana de Manaus um local com infra-estrutura especialmente projetada para indústrias: - energia elétrica, água, esgotos e pavimentação - fugindo assim o congestionamento da cidade, como evitar a especulação imobiliária que já estava em curso na área."⁴¹

⁴⁰Ver Perfil de Manaus, vol. 1 - Projeto Cidades de Porte Médio, op.cit.,

⁴¹Boletim Informativo - SUFRAMA, 1971, p. 9.

4.3 - O "desenvolvimento" industrial da Amazônia Ocidental: a justificativa da implantação da Zona Franca de Manaus

A "justificativa" para a implantação de Zonas Francas nos países subdesenvolvidos é a possibilidade de que através da implantação de indústrias modernas em áreas específicas, se tornem desenvolvidos: as Zonas Francas representariam então o veículo para se alcançar o desenvolvimento.

Na declaração dos governos de quase todos os países subdesenvolvidos nos quais existem Zonas Francas, em construção ou implantadas, e também nas declarações da instituição internacional mais importantes neste setor, a ONUDI, citam-se, especialmente, tres objetivos da política de desenvolvimento que devem ser alcançados através da instalação de um processo industrial orientado para a exportação (típico de Zonas Francas): ⁴²

- a) servir para a criação de postos de trabalho e com isso, eliminar o desemprego;
- b) assegurar a formação de uma força de trabalho industrial qualificada e garantir o acesso a tecnologia moderna;
- c) permitir aos países renda suplementar em divisas e uma melhora na sua situação comercial exterior.

⁴²Ver ONUDI - Industrial free zones as incentives to promote export-oriented industries, Training Work Shop on Industrial Free Zones ID/WG 112/3, 28 de outubro de 1971.

Para a ONUDI, a criação de uma zona franca industrial deve examinar-se com base em uma combinação de fatores distintos:

- 1 - como parte de um programa de desenvolvimento industrial mais amplo, de todo o país ou de uma determinada região;
- 2 - como uma medida para acabar com o problema do desemprego mediante a criação de novos postos de trabalho;
- 3 - como fomento do desenvolvimento da indústria exportadora a fim de aumentar o volume de exportações e o ingresso de divisas;
- 4 - para facilitar o acesso às modernas técnicas industriais do estrangeiro a fim de elevar o nível industrial do país;
- 5 - para o estímulo de novos investimentos na indústria, tanto do capital nacional, como estrangeiro;
- 6 - como meio para o desenvolvimento concentrado e racional da infra-estrutura, porque a Zona Franca tem um efeito de polo industrial.^{4 3}

Com relação à Zona Franca de Manaus o discurso "legitimador" não foi diferente. Segundo o decreto-lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, por um prazo de trinta anos, a Zona Franca de Manaus abrangendo uma área de livre comércio

^{4 3}Ver ONUDI - Industrial free zones, p. 7.

cio de importação, de exportação e de incentivos fiscais tem a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro comercial, industrial e agropecuário, dotado de condições que permitam o seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos. O desenvolvimento econômico da região deverá ocorrer equilibradamente em seu interior e a Zona Franca de Manaus significará "um passo arrojado para criar um polo de desenvolvimento amazônico no centro geográfico da Amazônia com as isenções fiscais e facilidades de consumo interno essenciais para atração de capitais e mão-de-obra que assegurem o seu rápido progresso".⁴⁴

No entanto, as experiências de Zonas de Livre Produção em países subdesenvolvidos somente permitem uma resposta negativa àqueles objetivos da política de desenvolvimento que devem ser alcançados através da instalação de um processo industrial desse tipo. Com relação à criação de postos de trabalho com a conseqüente eliminação do desemprego, apesar de que possa parecer em princípio que este objetivo estaria garantido, tal não ocorre. Em primeiro lugar de vido a estrutura de emprego nas zonas francas, onde se empregam prioritariamente mulheres do grupo de idade de 16 a 30 anos. Assim não há redução do desemprego, tanto no que se refere a população masculina em geral, como na população masculina e feminina de idade superior a 30 anos. Em segundo lugar, por seus reflexos negativos na estrutura de emprego, em razão do seu caráter de enclave da produção. As Zonas Francas tem o seu processo de industrialização integrado verticalmente

⁴⁴Ver Exposição de motivos do Decreto-Lei nº 288/67.

na economia mundial e desintegrado horizontalmente na economia nacional. Os enclaves industriais provocam movimentos migratórios internos de trabalhadores, especialmente da força de trabalho juvenil, fazendo com que, não só o de semprego não se reduza, como ocasionem um subdesenvolvimento mais acentuado nas áreas rurais. A integração da produção das Zonas Francas na economia mundial e sua dependência a estratégias empresariais externas, as quais, por sua vez, dependem das variações e das condições do mercado mun dial, ocasionam também uma oscilação do emprego da força de trabalho.

Por outro lado, o emprego de uma moderna tecnologia de fabricação permite fragmentar em suas fases mais ele mentares as mais complexas produções, o que permite a utilização de uma força de trabalho não qualificado ou semi-qualificado. A consequência dessa fragmentação do processo produtivo faz com que a força de trabalho das zonas francas dos países subdesenvolvidos esteja ocupada em sua maior parte, em tarefas elementares. Mesmo nas zonas francas ins taladas há algum tempo, a mão-de-obra continua sendo não qualificada ou simplesmente submetida a aprendizagem de uma tarefa específica, de determinadas funções parciais as quais por sua vez, são aplicáveis em campos de atividades muito específicos, como por exemplo, montagem de equipamentos.

O acesso à moderna tecnologia, objetivo declarado prioritário nas zonas francas dos países subdesenvolvidos, da mesma maneira que a formação de mão-de-obra, está li mitada, pois, nestas fábricas somente se realizam fases

parciais. E ainda que nas Zonas Francas se aplique uma tecnologia complexa, isto não significa necessariamente para o país a possibilidade de ter acesso a essa tecnologia e, a razão principal é que o desenvolvimento de tal tecnologia, assim como sua posterior evolução não tem lugar na mesma fábrica. E o acesso permanece vedado além do mais, por que o controle sobre a tecnologia permanece no exterior. Daí o elevado número de pessoal estrangeiro principalmente nas fabricações mais complexas.

E tal como nos mostra a evolução da balança comercial e da balança de pagamentos dos países nos quais existem há algum tempo exploração de zonas francas, não se verifica nenhum efeito positivo que possa ser devido a produção específica para o mercado mundial.

A Zona Franca de Manaus enquadra-se nestas características. Sua estrutura de produção e de emprego, o comportamento de sua balança comercial, por exemplo, são idênticas às demais Zonas Francas existentes no terceiro mundo. É evidente que cada uma delas possui uma especificidade própria, determinada pela dinâmica "nacional" e "local" e, serão estas especificidades e suas determinações que levam a implantação de uma Zona Franca deste tipo em Manaus, que iremos destacar a seguir.

4.3.1 - A Zona Franca de Manaus e suas repercussões na balança comercial

A Zona Franca de Manaus transformou profundamente a balança comercial de uma posição geral de superavit - no período pré Zona Franca de Manaus - em uma posição de déficit nos anos subsequentes. Esta posição deficitária da Zona Franca de Manaus é mais acentuada no balanço internacional, com um déficit equivalente a mais de 90% das importações em 1975.

Na década anterior à implantação da Zona Franca de Manaus, as importações estrangeiras entradas pelo porto de Manaus foram relativamente insignificantes em valor e fortemente concentradas em poucas linhas de produtos. Em 1958, por exemplo, mais de 92% do total couberam ao petróleo importado do Peru, insumo básico de uma refinaria local que na época era a principal empresa industrial da Amazônia Ocidental. As exportações do período também foram muito indiferenciadas e quase inteiramente limitadas a produtos primários regionais, como castanha do pará, borracha, manganês, óleo de pau-rosa e juta. (Ver tabela 15).

Com o advento da Zona Franca de Manaus, as importações procedentes de mercados estrangeiros cresceram e diversificaram rapidamente. E, 1973, por exemplo, o Amazonas importou Cr\$2,27 bilhões (a preços de 76) mais do que exportou. Além do mais, pagou liquidamente serviços (turismo, frete e seguros) no valor de Cr\$0,51 bilhões, que somados ao déficit comercial, perfaz um total de Cr\$2.78

Quadro nº 15

Zona Franca de Manaus: Estrutura do Comércio Exterior - 1958 e 1975

(Preços Correntes - 1975)

Categorias de produtos	Exportação (FOB)				Importação (CIF)			
	1958 ^a		1975		1958 ^a		1975	
	US\$ Milhões	%	US\$ Milhões	%	US\$ Milhões	%	US\$ Milhões	%
Produtos vegetais	4,58	73,8	0,01	36,2	-	-	1,72	0,7
Minerais e combustíveis fósseis	0,37	6,0	1,11	4,5	6,15	92,5	4,20	1,7
Químicos	0,25	4,0	5,22	21,0	0,03	0,5	5,56	2,2
Borracha e plásticos	0,02	10,0	2,01	8,1	0,00	0,0	5,71	2,3
Madeira e produtos de madeira	0,00	0,0	1,78	7,2	-	-	0,97	0,4
Têxteis e roupas	0,07	1,1	3,11	12,5	-	-	22,15	8,9
Pedras, metais preciosos e jóias	-	-	0,20	0,8	-	-	17,81	7,2
Metais básicos	-	-	0,01	0,0	0,04	0,6	15,45	6,2
Equipamento mecânico	-	-	0,14	0,6	0,15	2,3	38,25	15,4
Equipamento elétrico	-	-	0,10	0,4	-	-	70,07	28,3
Equip. de transporte	-	-	0,56	2,3	0,20	3,0	8,22	3,3
Equip. de áudio, ótica e relógios	-	-	0,31	1,3	-	-	35,30	14,3
Outras	0,32	5,2	1,30	5,2	0,08	1,2	22,34	9,0
Total	6,21	100,0	24,86	100,0	6,65	100,0	247,75	100,0

Fontes: Ministério da Fazenda (SEEF), Comércio Exterior do Brasil (1957/58) e SUFRAMA, Anuário Estatístico (1975).

^aPorto de Manaus.

bilhões e, nesse mesmo ano, a base monetária da região aumentou de Cr\$85milhões. Deste modo, pode-se dizer que, em 73, o Estado adquiriu mercadorias e serviços com um valor de Cr\$2.78 bilhões acima do que vendeu. Além do mais, aumentou suas reservas monetárias de 85 milhões de cruzeiros. Para isso, foram necessários "financiamentos externos", sob a forma de entrada líquida de poupanças e rendas públicas e privadas, iguais à soma da União para o financiamento (gastos + empréstimo + ajuda-impostos e taxas) neste ano foi de Cr\$728.616.000,00. Assim, por diferença, podemos obter a contribuição do setor privado, que enviou liquidamente para a região, em 73, 2.1 bilhões de cruzeiros na forma de poupanças, rendas e pagamentos líquidos de outros serviços (além do seguro, turismo e frete). No ano de 73, a entrada de recursos na região atingiu um pico, liderada pelas poupanças e rendas privadas, após vários anos de crescimento a taxas muito expressivas. A partir de 74, a entrada líquida de recursos veio se reduzindo, tornando-se negativa em 76. Ou dito mais claramente: os rendimentos enviados para fora do Amazonas - sob a forma de lucros, pagamentos de serviços, inclusive juros, etc. - suplantaram os novos investimentos externos, de tal forma que, em 76, o Estado se tornou exportador líquido de poupanças e rendas.⁴⁵

A análise dos dados do balanço de pagamentos mostra que, após um período de rápida expansão, a Zona Franca de Manaus atinge um patamar. Assim os anos iniciais (até pelo menos 73) da Zona Franca de Manaus foram de muitos investimentos e de crescente entrada líquida de recursos. No en-

⁴⁵Ver Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus (PDP/ZFM), 1978, p. 8.

tanto, à medida que os investimentos se acumularam, foram gerando rendimentos cada vez mais substanciais e as remessas para fora do Amazonas também cresceram, chegando a superar, em 76, a entrada de novas poupanças.⁴⁶

"Conclui-se que embora os investimentos que aportam à região levem a um aumento da produção da Zona Franca de Manaus, da renda correspondente a esta maior produção uma parte substancial vem sendo enviada para fora, não se traduzindo em rendimentos que permaneçam no local".⁴⁷

A partir da análise das importações e exportações, internas e externas do Estado do Amazonas, por categorias de produtos, por origem e destino, o PDP/ZFM enumerava para a Zona Franca de Manaus, até 1976, as seguintes conclusões:

- "(i) as exportações para o exterior, basicamente compostas de produtos tradicionais, estão estagnadas ou apresentando pequeno crescimento, o que sugere o crescente atraso da economia tradicional do interior.
- (ii) As exportações para o Centro-Sul vem se expandindo fortemente, devido ao comportamento dos produtos industrializados; paralelamente tem havido um grande aumento das importações de comportamentos (produtos intermediários).

⁴⁶ Ver PDP/ZFM, op. cit., p. 8.

⁴⁷ Idem, p. 8.

(iii) Na pauta total de importações, os bens de capital participam com um percentual pequeno (15%). Para efeito de comparação, observe-se que, nas importações totais do Brasil, a participação dos bens de capital tem flutuado entre 25 e 30%, nos últimos anos. Em Manaus, portanto, há muito trânsito de mercadorias mas relativamente pouca fixação de bens de capital.

(iv) As importações de bens de consumo destinadas ao turismo têm crescido a taxas menores que as importações de matérias primas e produtos intermediários, sugerindo uma crescente importância da indústria relativamente ao comércio.

Os itens (ii) e (iii) imediatamente acima caracterizam um modelo importador-reexportador, cuja expansão natural implicaria crescente agravamento do déficit em dólares e pressões sobre o mecanismo de contingenciamento e cotas sem necessariamente sustentar em bases permanentes o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus".⁴⁸

O ano de 76 assinala um novo redirecionamento da Zona Franca de Manaus, determinada, basicamente, pelo acirramento dos problemas do balanço de pagamentos brasileiros e pelas pressões dos competidores da Zona Franca de Ma -

⁴⁸ Ver PDP/ZFM, op. cit. p. 11.

naus no resto do país. Um elenco de medidas marca essa mudança:

- a) o estabelecimento de um teto geral para as importações da Zona Franca de Manaus;
- b) o estabelecimento de tarifas severas sobre compras além das quotas que permitem a isenção de imposto;
- c) o supervisionamento, por parte da SUFRAMA, da SUFRAMA, da substituição de insumos produzidos externamente por insumos nacionais;
- d) a institucionalização, pela SUFRAMA, de novos critérios para a aprovação de projetos, tais como: a utilização intensiva de matérias-pri - mas regionais, balança comercial com o exterior favorável, produção de bens intermediários para as demais indústrias da Zona Franca de Ma - naus e fixação de prioridades para os setores de produção.

Uma vez implementadas estas medidas, a partir de 76, as exportações do Estado que vinham decrescendo desde 74, melhoram a partir de 77, e mesmo que as importações tivessem diminuído um pouco, o saldo comercial ainda é, extremamente negativo. É evidente que tais medidas são paliati - vas e não iriam alterar substancialmente o "modelo de desen - volvimento" implantado na Zona Franca de Manaus. E tanto isso é verdadeiro que no ano seguinte, em 78 as importações

dispararam, passando de US\$301 milhões em 1977 para US\$617 milhões em 1980.

Assim, embora as exportações da Zona Franca de Manaus tenham aumentado significativamente, a partir de 76, as importações do mercado externo elevaram-se a taxas ainda maiores. Enquanto as vendas externas cresceram em termos nominais no período 70/80 a uma taxa média anual de 48,8%, as importações cresceram, no mesmo período uma média de 63,7%. Para o mercado nacional, no entanto, as exportações da Zona Franca de Manaus cresceram a taxas médias anuais de 84,1% superiores às taxas de crescimento médias das importações que foram de 72,1%. (Ver Quadro 16). É possível ainda verificar-se no Quadro nº 16 que as exportações para o mercado nacional são superiores às importações do mesmo desde 1975, invertendo portanto uma tendência. Chama atenção ainda, nas informações contidas no Quadro referido, a participação das exportações para o mercado nacional com relação às exportações totais da Zona Franca de Manaus que crescem de 74,3% em 1970, para 92,0% em 1976, e 96,0% em 1980. É possível ainda constatar-se o extraordinário saldo negativo com o mercado exterior: Cr\$29.536.260.000,00 de importações para apenas Cr\$3.910.927.000,00 de exportações (a preços de 80).

Ao examinar-se as pautas de importações e exportações, nacional e exterior, evidencia-se ainda mais a identificação da Zona Franca de Manaus com as demais existentes no terceiro mundo.

Quadro nº 16

Zona Franca de Manaus
Importações e exportações
Cr\$1.000 - FOB

Anos	Importações			Exportações			Saldo (C=F-C)
	Mercados			Mercados			
	Nacional (A)	Externo (B)	Total (C=A+B)	Nacional (D)	Externo (E)	Total (F=D+E)	
1970	296.183	212.948	509.131	211.668	73.226	284.894	- 224.237
1971	578.314	291.985	870.299	313.450	81.006	394.456	- 475.843
1972	854.683	503.702	1.358.382	376.754	93.820	470.574	- 887.811
1973	1.190.040	660.239	1.850.276	583.801	122.720	706.521	-1.143.755
1974	1.825.123	1.216.306	3.041.429	1.433.230	183.028	1.616.258	-1.425.171
1975	2.570.106	1.738.216	4.308.322	2.625.393	225.608	2.851.001	-1.457.321
1976	4.022.179	3.092.067	7.114.246	6.611.797	265.770	6.877.567	- 236.679
1977	7.251.681	3.591.414	10.843.095	10.006.909	457.016	10.463.925	- 379.170
1978	12.716.945	5.882.523	18.599.468	18.627.234	905.370	19.532.604	+ 933.136
1979	22.050.427	12.168.652	34.219.079	36.923.561	1.575.216	38.498.777	+4.279.698
1980	67.570.355	29.536.260	97.106.615	94.958.742	3.910.927	98.869.669	+1.763.054

Fontes: SUFRAMA (importações), CACEX (exportações para o Mercado Externo), CODEAMA (para o Mercado Nacional)

Citado em "Estatísticas da Zona Franca de Manaus - Importações 1980", SUFRAMA.

Assim, com relação às importações do mercado nacional, uma descrição detalhada, de acordo com os capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM, no ano de 1980 foram⁴⁹ :

Zona Franca de Manaus

Importações do mercado nacional

Capítulos da Nomenclatura Brasileira de
Mercadorias

Cr\$1.000,00 de 1980 - FOB

a) nº 85: Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a usos eletrotécnicos	25.065.503
b) nº 73: Ferro fundido, ferro e aço	3.225.979
c) nº 84: Caldeiras, máquinas, apa- relhos e instrumentos mecânicos	3.119.492
d) nº 87: Veículos, automóveis, tra- tores, motocicletas e outros veí- culos terrestres	3.083.867
e) nº 60: Tecidos e artigos de ma- lharia	2.947.605
f) nº 02: Carnes e miúdos comestí- veis	2.530.034
g) nº 11: Produtos da indústria de moagem	2.424.664
h) Demais capítulos	25.174.111
Total	67.570.355

⁴⁹ Ver Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Es-
tudos do Comércio Exterior - 1984.

Das importações da Zona Franca de Manaus do resto do país, aproximadamente 40% são, basicamente de utensílios e componentes elétricos a serem utilizados na montagem de produtos finais em Manaus, o que vale dizer, destinam-se às empresas montadoras implantadas na Zona Franca de Manaus. Mostra, ainda, o percentual enorme da importação de carnes, salientando a dependência de Manaus com relação a produtos básicos de alimentação. Com relação à procedência, São Paulo domina as importações nacionais com 71,1%, seguido do Rio de Janeiro com 11,6% e Santa Catarina com 4,0%.

Com relação às exportações para o mercado nacional cresceram a taxas nominais muito elevadas, em média de 84,1% ao ano. (Ver Quadro nº16). Na composição da pauta de exportação, em 1980, os televisores representam 33,2%, rádios 9,4% e aparelhos de som 7,5%, ocupando os tres primeiros lugares. Dos produtos tradicionais aparece apenas juta (em 6º lugar), madeira compensada (11º lugar) e borracha (14º lugar). (Ver Quadro nº17).

A pauta das importações do mercado externo também demonstram claramente a natureza do processo de industrialização, implantado em Manaus com a Zona Franca. A maior parte dos produtos importados destinam-se àquelas indústrias e estão crescendo a taxas médias anuais de 24,4% em termos de dólares.

Os principais produtos importados pela Zona Franca de Manaus, em 1980, estão a seguir discriminados.⁵⁰

⁵⁰ Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA, op. cit., p. I.21.

Zona Franca de Manaus

Principais produtos importados do Exterior

Capítulos da Nomenclatura Brasileira

de Mercadorias

US\$1.000,00 - FOB

1) Cap. 85: Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a usos eletrotécnicos	178.522
2) Cap. 27: Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas, ceras minerais	109.021
3) Cap. 84: Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	86.812
4) Cap. 91: Relojoaria.....	35.296
5) Cap. 92: Instrumentos de músicas; aparelhos para o registro e a reprodução do som ou para o registro e a reprodução em televisão, por processos magnéticos, das imagens e do som; partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos	30.540
6) Cap. 90: Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia e de cinematografia, de medida, de verificação, de precisão, instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos	24.315
7) Demais capítulos	<u>154.000</u>
Total	618.506

Comparando-se as importações da Zona Franca de Manaus com as importações totais do Estado do Amazonas verifica-se a extraordinária dependência do Estado àquele específico pro

Quadro nº 17
Estado do Amazonas
Comércio Nacional
Exportação, segundo os principais produtos - 1980

Produtos	Quantidade (t)	Valor (Cr\$1.000,00)
Televisores	28.559	32.837.263
Rádios	4.133	9.303.044
Aparelhos registrador de som	4.225	7.435.819
Motocicletas	7.592	6.327.512
Relógio de pulso	112	3.302.648
Juta em bruto, resíduos, fios, tecidos e sacos	30.404	2.797.695
Máquinas de calcular	655	2.796.338
Tecidos de fibras sintéticos	6.198	1.869.733
Bicicleta	3.707	1.661.345
Toca-disco	1.191	1.530.407
Madeira compensada	31.932	1.426.573
Toca-fitas	347	1.247.462
Lentes para óculos	197	1.176.131
Borracha natural, fina, crepada e qualquer outra	6.984	1.167.734
Isqueiros	1.273	980.312
Lâminas para aparelhos de barbear	579	933.594
Liga de ouro, em bruto	1	807.509
Objetos de vidro ou cristais para decoração	784	798.493
Jóias de ouro	1	783.318
Amplificadores elétricos de baixa frequência	499	714.578
Estanho em bruto	912	709.251
Jóias em pedras preciosas	0	679.422
Aparelho de barbear	1.163	674.040
Ciclomotores	981	655.606
Filtros para uso doméstico	127	574.999
Cigarros	720	565.537
Armação para óculos	17	508.850
Ligas de metais preciosos para obturação	8	505.922
Caixas registradoras	130	469.381
Brinquedo mecânico de metal	191	445.681
Outros produtos	241.983	13.272.545
Total Geral	375.605	98.958.742

Fonte: CODEAMA.

cesso de industrialização. Ao longo da década de 70, as importações da Zona Franca representaram em média 79% das importações totais do Estado: em 1980 elas chegaram a representar 90,6% do total do Estado (Ver Quadro 18). A procedência das mercadorias importadas do exterior, em 1980 foram do Japão, Venezuela, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Sui-ça e Tchecoslováquia.

As importações da Zona Franca de Manaus podem ser classificadas segundo tres regimes de tributação de mercadorias: os regimes 24, 25 e 26, segundo classificação do Ministério da Fazenda. No regime 24, estão enquadradas as mercadorias que gozam da suspensão dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, amparadas pelo artigo 3º do Decreto-Lei 288/67, regulamentado pelo Decreto 61.244/67. Assim, estas mercadorias nada pagam de impostos e conforme se pode observar no Quadro nº 19 destacam-se claramente, a aparelhagem elétrica e os componentes elétricos para efeito de industrialização na Zona Franca de Manaus no seu polo eletroeletrônico. No regime 25 estão as mercadorias que são importadas pela Zona Franca e logo internadas para consumo do resto do Brasil e, portanto sem qualquer processamento local. (Ver Quadro nº 20). Finalmente, estão no regime 26 aquelas industrializadas na Zona Franca de Manaus, com matérias-primas ou partes componentes importadas, internadas para consumo em outros pontos do território nacional. (Ver Quadro nº 21).

Quanto às exportações para o mercado externo, a composição da pauta, em 1982, continuava evidenciando significativa participação de produtos regionais, indicando pouca in-

Quadro nº 18

Importações comparadas - Amazonas e Zona Franca

	Importações do Estado do Amazonas (US\$1.000 FOB) (A)	Toneladas (B)	US\$/t (A/B)	Importações da Zona Franca (US\$1.000 FOB) (C)	% (C/A)
1970	69.482	485.832	143	46.393	66,8
1971	71.240	444.277	160	55.216	77,5
1972	104.810	607.543	172	84.884	81,0
1973	149.737	570.614	262	107.776	72,0
1974	245.217	552.983	443	179.131	73,0
1975	269.955	542.738	497	213.881	79,2
1976	362.202	585.786	618	289.709	80,0
1977	301.995	613.925	492	253.917	84,1
1978	377.025	606.351	622	325.396	86,3
1979	504.424	570.377	884	453.749	89,9
1980	617.208	652.345	946	559.282	90,6
1981	536.402	650.198	823	-	-
1982	663.141	660.145	1.004	-	-
1983	545.264	611.980	890	-	-

Fonte: (A) e (B): Anuários de Importação do Ministério da Fazenda.

(C): Dado original proveniente da SUFRAMA em cruzeiros, transformados em dólares pela taxa de câmbio média do ano (venda).

(-): Dados não disponíveis.

Elaboração: FUNCEX. In: Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Externo - maio 1984, p.I.22.

Quadro nº 19.

1º) Regime 24 - Zona Franca de Manaus: Suspensão dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, amparada pelo artigo 3º do decreto -lei 288/67, regulamentado pelo decreto 61.244/67 (importações referentes a 1982)

N. B. M.	Valor tributável (Cr\$1.000)	Imposto de importação Cr\$1.000)		I.P.I.	
		Calculado	Pago	Calculado	Pago
1º) Cap. 85: Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a usos eletrotécnicos	35.859.927	30.342.608	0	6.474.007	0
2º) Cap. 84: Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	19.697.143	9.899.917	0	2.624.483	0
3º) Cap. 92: Instrumentos de música, aparelhos de som e televisão, partes e peças desses instrumentos e aparelhos	8.639.336	13.148.478	0	4.290.498	0
4º) Cap. 91: Relojoaria	7.718.303	2.169.291	0	1.745.612	0
5º) Cap. 90: Instrumentos e aparelhos de ótica de fotografia, cinema, medida, precisão etc.	4.241.417	2.650.187	0	981.816	0
6º) Cap. 71: pedras e metais preciosos	3.425.953	114.184	0	30.340	0
7º) Cap. 87: veículos, motocicletas, etc.	2.775.978	2.152.224	0	526.158	0
Demais capítulos	20.783.387	22.177.978	0	3.967.720	0
Total do Regime 24	103.141.444	82.654.867	0	20.590.634	0

Fonte: Anuário de Importação do Ministério da Fazenda.

In: Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
maio 1984, p. I.24.

Quadro nº 20

2º) Regime 25 - Zona Franca de Manaus - mercadorias importadas
através da Zona Franca de Manaus e internadas, para consu
mo, em outros pontos do território nacional (1982):

N. B. M.	Valor tributável (Cr\$1.000)	Imposto de importação (Cr\$1.000)		I.P.I.	
		Calculado	Pago	Calculado	Pago
1º) Cap. 84: Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.097.593	636.183	55.685	84.894	16.55
2º) Cap. 87: Veículos, motocicletas, etc.	341.768	249.631	10.650	15.772	2.71
3º) Cap. 85: Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a usos eletrotécni cos	292.699	204.633	163.257	41.132	3.36
4º) Cap. 73: Ferro fundido, ferro e aço	157.767	163.965	9.675	15.785	1.99
Demais capítulos	223.364	228.285	105.198	48.595	37.28
Total do Regime 25	2.113.191	1.482.697	344.465	206.178	94,9

Fonte: Anuário de Importação (1982) do Ministério da Fazenda.

In: Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior -
- maio 1974, p. I. 25.

Quadro nº 21

3º) Regime 26 - Zona Franca de Manaus - Mercadorias industrializadas na Zona Franca de Manaus, com matérias-primas ou partes componentes importadas, internadas para consumo em outros pontos do território nacional (1982):

N. B. M.	Valor tributável (Cr\$1.000)	Imposto de importação (Cr\$1.000)		I.P.I.	
		Calculado	Pago	Calculado	Pago
1º) Cap. 85: Máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a usos eletrotécnicos	21.507.480	17.305.490	4.610.878	375	97
2º) Cap. 87: Veículos, motocicletas, etc.	9.191.840	6.451.592	3.211.937	3.122	3.121
3º) Cap. 84: Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	6.045.551	2.802.955	1.540.175	272	272
4º) Cap. 92: Instrumentos de música, aparelhos de som e televisão, partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos	4.673.328	5.449.252	2.361.929	0	0
5º) Cap. 91: Relojoaria	4.592.170	1.276.996	792.549	0	0
Demais capítulos	7.112.692	2.688.212	1.101.037	7.243	7.243
Total do Regime 26	53.123.061	35.974.497	13.618.505	11.612	11.612

Fonte: Anuário de Importação (1982) do Ministério da Fazenda.

In: Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
maio, 1984, p. I. 26.

fluência da Zona Franca de Manaus (Ver Quadro 22). Apesar de ter havido uma participação maior dos produtos manufaturados dentro das exportações totais do Estado (de 30,6% em 1970 para 78,8% em 1980), está se registrando, a partir de 81, uma queda considerável nas exportações de manufaturados que caíram de 62 milhões de dólares, nesse ano, para 31 milhões de dólares em 82, isto é, caíram pela metade em apenas dois anos. Tanto o aumento das exportações de manufaturados quanto à sua queda nos últimos anos foi devida, em grande parte, à retração das exportações para os mercados da ALADI (Associação Latina-Americana de Integração), particularmente México e Argentina que vem passando por sérias dificuldades de Balanço de Pagamentos e por isso restringem suas compras no exterior. Quanto às exportações para os mercados da CEE (Comunidade Econômica Européia) do Japão e dos Estados Unidos apresentam um crescimento muito reduzido quando comparado ao crescimento com o mercado dos países da ALADI. (Ver Quadro 23)

Os produtos manufaturados que antes estavam concentrados em principalmente dois tipos de produtos - tecidos de juta e produtos químicos, diversificaram nos últimos anos. É possível se visualizar essa diversificação na evolução das exportações, no período de 78, 80, 81. (Ver Quadro nº 24).

Quadro nº 22

Estado do Amazonas

Principais produtos exportados - 72-76-82

1972	%
Castanha do parã com e sem casca	33,8
Látex de borracha	22,5
Tecidos de juta	11,9
Madeira compensada	7,8
Demais produtos	24,0
Total	100,0
1976	
Castanha do parã com e sem casca	27,5
Produtos químicos diversos	16,5
Costumes, uniformes, casacos	8,7
Tecidos de juta	6,3
Madeira compensada	4,3
Demais produtos	36,5
Total	100,0
1982	
Aparelhos de barbear e suas lâminas	15,3
Produtos químicos diversos	14,4
Castanha do parã	14,3
Estanho em bruto	5,9
Amplificadores de baixa frequência	4,4
Madeira serrada	3,4
Tecidos de juta	3,4
Cacau de amêndoas	3,3
Relógios de pulso de metal comum	3,0
Embarcação	2,7
Isqueiro descartável	2,5
Sint. para apar. de telefonia	2,5
Demais produtos	24,7
Total	100,0

Fonte: CACEX

Quadro nº 23
Exportações do Estado do Amazonas
Resumo por principais mercados compradores

(Em US\$1.000 FOB)

Anos	Total Geral	Estados Unidos	ALADI	CEE	AELC	Demais da Europa Ocidental	Europa Oriental	Japão	África	Demais
1972	15.879	6.315	3.126	1.898	2.907	-	-	-	-	1.633
1973	21.570	7.806	4.147	7.340	-	-	-	923	-	1.354
1974	29.492	10.453	5.472	9.916	1.505	-	-	1.012	-	1.134
1975	28.454	12.562	4.144	6.536	781	-	-	724	-	3.707
1976	26.111	10.753	4.588	8.496	552	95	148	796	9	674
1977	33.088	10.439	11.166	9.513	407	186	110	694	-	573
1978	51.443	17.901	17.093	12.213	669	65	-	1.541	149	1.812
1979	60.884	15.916	23.303	15.823	609	413	-	2.086	15	2.719
1980	76.674	10.105	42.599	13.601	2.575	1.449	-	2.120	13	4.212
1981	75.176	8.891	39.598	13.611	-	-	2	2.809	3.545	6.720
1982	52.898	12.721	19.398	10.236	-	-	-	-	-	10.543

- Notas: 1) Os países da ALADI são: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.
 2) Os países da CEE são: Alemanha Ocidental, Bélgica-Luxemburgo, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Países Baixos e Reino Unido.
 3) Os países da AELC são: Áustria, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça.
 4) Os demais da Europa Ocidental são: Andorra, Espanha, Ilhas Verde, Finlândia, Gibraltar, Islândia, Iugoslávia, Malta e Turquia.
 5) Os países da Europa Oriental são: Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e U.R.S.S.

Obs: (-) Significa dados não disponíveis pelo, provavelmente, diminuto tamanho dos mesmos.

Fonte: CACEX, Elaboração: FUNCEX. In: Programa estratégico de ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 1984, p. I.30.

Quadro nº 24

Estado do Amazonas
Exportações de manufaturados - em US\$1.000

Produtos	Anos		
	1978	1980	1981
Aparelhos de barbear e suas lâminas	2.152	4.962	8.612
Outros produtos químicos	12.485	6.777	7.498
Tecidos de juta	1.208	3.425	633
Máquinas de calcular eletrônicas	2.220	4.270	1.629
Aparelhos receptores de televisão	-	15.012	116
Demais produtos	21.010	34.446	18.545
Total	39.075	60.426	37.033

Fonte: CACEX.

Examinando as vendas totais do Estado do Amazonas por gênero de atividade é possível, mais uma vez, comprovar-se que a quase totalidade das vendas são destinadas ao mercado interno, havendo somente três setores que exportam mais de 10% destas, os quais são: indústrias de madeiras (18,2%), indústria têxtil (17,3%) e metalúrgica (11,7%). Todos os demais setores da indústria de transformação em 1979, não exportaram nem 10% do total de suas vendas. E o setor mais importante do Estado, o de material elétrico e de comunicações, que foi o responsável por 51,0% de todas as vendas do Estado, não exportou nem 2,5% de suas vendas totais naquele ano.⁵³ (Ver Quadro nº 25)

Como se pode comprovar não há qualquer mudança com relação ao comportamento da balança comercial do Estado do Amazonas, mesmo com as tais medidas reorientadas do processo - contingenciamento, fixação de quotas, etc. - pois este tem tido sempre um saldo negativo. O déficit comercial que em 1970 era de US\$53,4 milhões em 1982 passa para US\$610,2 milhões, enquanto as exportações cresceram de US\$16,0 milhões em 1970 para US\$52,8 milhões em 1982. "A diferença entre importação e a exportação é tão grande que a exportação de 1982 no valor de US\$52,8 milhões é ainda inferior à importação referente a 1970, no valor de US\$53,4 milhões. Enquanto a exportação valia 23,1% da importação em 1970, em 1982 valia apenas 7,9%".⁵⁴ (Ver Quadro nº 26).

Deve ser salientado ainda com relação à partici-

⁵³Ver Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA, op. cit., p. 39.

⁵⁴Idem, p. I, 36.

5

Quadro nº 26
Estado do Amazonas

Distribuição da produção, segundo gêneros de indústrias - 1979

(Em Cr\$10³)

Indústrias	Vendas totais (A)	Mercado interno (B)	Exportação (C)	% (C/A)
Indústrias de Transformação como um todo	38.528.679	36.524.850	2.003.829	5,2
Material Elétrico e de Comunicação	19.656.509	19.164.432	429.077	2,5
Têxtil	3.366.839	2.785.385	581.454	17,3
Diversas	2.423.645	2.363.029	60.616	2,5
Metalúrgica	2.371.731	2.094.032	277.699	11,7
Produtos Alimentares	1.863.476	1.765.148	98.328	5,3
Madeira	1.483.514	1.212.786	270.728	18,2
Mecânica	649.480	609.350	40.130	6,2
Outros	6.713.485	6.530.688	182.797	2,7

Obs.: O total exportado foi todo ele da indústria de transformação, não havendo exportação de indústrias extrativas.

Fonte: Pesquisa Industrial do IBGE-1979. In: Programa estratégico da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - 1984, p. I.41.

Quadro nº 26

Balança Comercial do Estado do Amazonas

(Em US\$1.000 FOB)

Anos	Exportações (A) (*)	Importações (B) (**)	(%) (A/B)	Saldo Comercial
1970	16.041	69.482	23,1	- 53.441
1971	15.404	71.240	21,6	- 55.836
1972	15.879	104.810	15,1	- 88.931
1973	21.570	149.737	14,4	-128.167
1974	29.492	245.217	12,0	-215.725
1975	28.454	269.955	10,5	-241.501
1976	26.110	362.202	7,2	-336.092
1977	33.088	301.995	10,9	-269.907
1978	51.443	377.025	13,6	-325.582
1979	60.884	504.424	12,0	-443.540
1980	76.674	617.208	12,4	-541.534
1981	75.176	536.402	14,0	-461.226
1982	52.898	663.141	7,9	-610.243
1983	50.329	545.264	9,2	-494.935

(*) Fonte: CACEX

(**) Fonte: Ministério da Fazenda. In: Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - 1984 - P.I.37.

ção de produtos extrativos na pauta de exportações do Amazonas as vendas para o exterior não correspondem a mais que 10% dos gastos de importações, pois estas como já vimos são altíssimas. Nas transações comerciais com o resto do país os produtos tradicionais também não representam muito, principalmente desde que as exportações de manufaturados para o Centro-Sul começaram a se acelerar a partir de 1973. "Os produtos extrativos vegetais não têm condição de vir a eliminar o déficit da conta-dólar na balança comercial nem, tampouco, de representar peso apreciável nas transações amazônicas com o resto do país, num horizonte previsível. Assim, a apregoada insistência no aparelhamento extrativista da região deve ser encarada com as devidas cautelas. A mera extensão de terras cobertas de verde, por sua portentosa aparência, não pode confundir os planejadores sobre as reais dificuldades de sucesso das empreitadas agropecuária na Amazônia Ocidental. O caminho de qualquer modo, não estará no recrudescimento das formas de extrativismo ora vigentes".⁵⁵

O modelo de "desenvolvimento" implantado na Zona Franca de Manaus baseado em indústrias de transformação que dependem dos componentes e/ou matérias-primas estrangeiras não pode atender ao objetivo traçado como essencial pela ONUDI: - permitir aos países renda suplementar em divisas e uma melhoria na sua situação comercial exterior. Sob este aspecto também a Zona Franca de Manaus iguala-se a qualquer Zona Livre de Produção existente no terceiro mundo. Sua peculiaridade, nesta perspectiva está em que sua produção destina-se a um mercado exterior ao qual ela está inserida

⁵⁵PDP/ZFM, op. cit., p. 45.

mas dentro da fronteira nacional. Há indícios de que a Zona Franca de Manaus foi a estratégia que permitiu a entrada do capital japonês, fazendo com que no setor eletroeletrônico ele se tornasse hegemônico. Neste sentido, associações do tipo Philco-Hitachi nos levam a conclusões como esta, embora não seja este, um objetivo específico deste trabalho.

É surpreendente a incrível variação de exportação de televisores para Argentina em razão de sua política tarifária liberal, o que ocasionou em 80 uma verdadeira invasão desses produtos naquele mercado. Se analisarmos as exportações relacionadas aos principais polos industriais da Zona Franca de Manaus estas são insignificantes e o único que possui boa relação exportação/faturamento é o setor de diversos, cujos principais produtos são os aparelhos de barbear e suas lâminas e os isqueiros descartáveis (51,8%). Para os demais polos, as proporções são baixíssimas: veículos de duas rodas - 0,4%; ótico 1,8%; relojoeiro 0,06% e 0,4% para o setor eletro-eletrônico.⁵¹ (Ver Quadro nº 27).

"Na exportação de eletro-eletrônico existe ainda outro entrave em relação à marca do produto. As empresas produtoras exportadoras da Zona Franca de Manaus não podem utilizar a marca de empresa estrangeira que fornece a tecnologia quando vão colocar seus produtos no mercado externo. Elas, então, são obrigadas a usar nomes completamente desconhecidos no mercado dificultando ainda mais suas condições de competição com produtos de amplo conhecimento".⁵²

⁵¹ Programa Estratégico, op. cit., p. I, 43.

⁵² Ver Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA, op. cit., p. I, 32.

Quadro nº 27

Zona Franca de Manaus
 Comparação do faturamento dos principais
 polos industriais com suas exportações
 em 1983 - (em US\$1.000)

Polos	Eletro Eletrônico	Veículos de Duas Rodas	Relojoeiro	Ótico	Diversos
Exportações ⁽¹⁾	3.300	1.060	57	388	10.800
Faturamento ⁽²⁾	1.028.085	267.127	83.829	21.808	20.851

Fonte: (1) CACEX (dados aproximados)

(2) SUFRAMA/DEPO (dado original em bilhões de cruzeiros de dezembro de 1983 transformados em dólar pela taxa de câmbio médio do mês de dezembro). In: Programa Estratégico de Ação da SUFRAMA - Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, p. I. 44.

4.3.2 - Estrutura de emprego e salário na Zona Franca de Manaus

Entre os "rendimentos" econômicos que obteriam os países subdesenvolvidos a partir da implantação de Zonas de Livre Produção estaria a criação de postos de trabalho. Eliminar o desemprego em razão do aumento do número de empregos seria então o primeiro objetivo da política de desenvolvimento de um processo industrial orientado para a exportação, processo este, específico de Zonas Francas. Na realidade, a criação de postos de trabalho nas Zonas Francas só ocorre para grupos específicos da população em idade economicamente ativa.

Não é demais salientar que a crescente divisão a nível mundial do processo produtivo em diferentes fabricações parciais, é o resultado de uma modificação qualitativa das condições de centralização de capital que força uma nova divisão internacional do trabalho. Esta é pois, uma inovação do processo de acumulação de capital que através das Zonas de Livre Produção cumprem especialmente as premissas para o aproveitamento industrial rentável da força de trabalho dos países subdesenvolvidos para uma produção orientada para a exportação, no próprio lugar da força de trabalho.

O Estado do Amazonas após o declínio da borracha atravessa um longo período de quase estagnação. Um dos aspectos onde se evidencia esta estagnação é no seu crescimento populacional. O Amazonas levou meio século para do

brar sua população: em 1900 tinha 249.756 habitantes e 1950, 514.099 habitantes. E nos últimos 20 anos novamente dobra sua população. Em 1960 tem 714.774 habitantes e em 1980, 1.432.096 habitantes.

Ao lado desse crescimento populacional, que no período 60/70 apresenta uma taxa de crescimento ao ano de 2,94%, na década seguinte está em torno de 4,1% ao ano; O Amazonas apresenta nestes 20 anos, um acentuado grau de urbanização. Se em 1960 o percentual da população urbana representava 33,11%, em 1980 atinge 60,85%. Em Manaus a concentração urbana ainda é muito mais acentuada; Se, em 1960 já é da ordem de 87,75%, em 1980 chega a quase 100%. Isto significa que a população urbana da capital - local onde está implantada a Zona Franca - supere a de toda zona rural do Estado do Amazonas. (Ver Quadros n^os. 28 e 29)

Outro dado tão importante quanto a concentração da população urbana em Manaus é o grau de concentração da indústria de transformação com relação à força de trabalho em Manaus. Segundo dados do Censo de 80 o setor indústria é o maior empregador, superando inclusive, setores com grande capacidade de absorção de mão-de-obra tais como, comércio de mercadorias e prestação de serviços: das 93.190 pessoas empregadas no setor secundário no Estado do Amazonas, 77.485 estão em Manaus, o que representa mais de 80% da população economicamente ativa do setor.

O crescimento médio anual de mão-de-obra industrial em Manaus foi de 12,8% nos últimos vinte anos. No en

Quadro nº 28

População do Estado do Amazonas - 1960/70/80

Ano	Urbano	%	Rural	%	Total
1960	236.654	33,11	478.128	66,89	714.774
1970	405.831	42,72	549.404	57,28	955.235
1980	871.398	60,85	560.692	39,15	1.432.090

Fonte: Censo Demográfico - F/IBGE - 1960 - 1970 - 1980.

Quadro nº 29

População da Cidade de Manaus - 1960/70/80

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1960	152.432	87,75	21.271	12,25	173.703
1970	283.685	91,03	27.937	8,97	311.622
1980	613.068	98,99	6.275	1,01	619.347

Fonte: Censo Demográfico - F/IBGE - 1960 - 1970 - 1980.

tanto, nos anos 70, fase de implantação e consolidação da Zona Franca de Manaus, o crescimento anual foi de 6,8% ao ano. A distribuição setorial da força de trabalho se altera também consideravelmente. Em 1960, 71% da população econômica ativa no Amazonas se localizava no setor primário, 5% no setor secundário e 24% no setor terciário. Em 80, a população economicamente ativa do Estado do Amazonas é formada por 435.068 pessoas, sendo que 21,4% encontram-se ocupadas na indústria de transformação, o que corresponde a 93.190 pessoas.

Evolução da Força de Trabalho Industrial em
relação à PEA, no Estado do Amazonas.

Ano	PEA	Força de Trabalho na indústria	% da PEA Empregada na indústria
1960	212.949	10.874	5,1
1970	269.334	29.679	11,0
1980	435.068	93.190	21,4

Fonte: Censo Demográfico: Mão-de-Obra - 1960, 1970, 1980 - F. IBGE.

"Pode-se estimar, agora que 83,1% da mão-de-obra ocupada na indústria de transformação trabalham nas unidades produtivas da cidade de Manaus, o que corresponde a 77.485 empregados. Deste total, as indústrias cadastradas na SUFRAMA absorvem em torno de 44.000 empregados, correspondentes a cerca de 76,0%, da força de trabalho do setor em Manaus".⁵⁶

⁵⁶ Ver Pesquisa sobre emprego e salário real na indústria de transformação de Manaus - SUFRAMA/UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - 1983, p. 33.

Entre os diversos ramos que compõem o setor industrial da Zona Franca, o eletro-eletrônico possui o maior número de empregados respondendo por cerca de 48% do total de emprego gerado na Zona Franca de Manaus. O segundo sub-setor em número de empregados é o têxtil, que ocupa aproximadamente 9,2% de toda a força de trabalho empregada na Zona Franca de Manaus. O sub-setor material de transportes é o terceiro ramo em número de empregados com 9,13% da mão-de-obra ocupada.⁵⁷

Outra característica importante da força de trabalho no Amazonas é o percentual de utilização de mão-de-obra feminina. Em 1960 existiam no setor industrial apenas 1.330 mulheres, representando um percentual de 0,6%. Vinte anos depois elas são em número de 2.820 e representam 4,5% do total da PEA.

Evolução da mão-de-obra industrial por sexo, em
relação à PEA no Estado do Amazonas

Ano		Homens empregados	% PEA	Mulheres empregadas	% PEA
1960	212.949	9.544	4,5	1.330	0,6
1970	269.334	27.015	10,0	2.664	0,99
1980	435.068 ¹	70.554	16,2	22.636	5,2

Fonte: Censos Demográficos: 1960, 1970, 1980 - F. IBGE

Nota: ¹Exclui 10.106 pessoas procurando trabalho.

⁵⁷ Ver Pesquisa sobre emprego e salário, op. cit., p.35.

A grande participação da mão-de-obra feminina na indústria de transformação da Zona Franca de Manaus que representa, aproximadamente 27,9% do total está concentrada em dois sub-setores: o relojoeiro e o eletro-eletrônico, onde atinge 62,1% e 60,3% respectivamente. No conjunto agrupado na rubrica Diversos (ótico, brinquedos, etc.) e no têxtil, a mão-de-obra feminina se aproxima dos 50% e nos ramos metalúrgico e transportes essa participação fica abaixo de 20%.⁵⁸ "No entanto, se a contribuição feminina é importante, quantitativamente, vê-se que deixa muito a desejar quanto ao nível de qualificação. Essa mão-de-obra se concentra nas categorias de operárias e auxiliares, sendo pouco expressiva sua participação entre o pessoal técnico e de supervisão".⁵⁹

Importante ainda com relação à mão-de-obra ocupada no setor indústria é ser ela predominantemente jovem. Em quase todos os ramos industriais da Zona Franca de Manaus, mais de 90% dos empregados tem menos de 35. Somente nos ramos de bebidas e metalúrgico os maiores de 35 anos alcançam percentuais expressivos, de 25% a 28,5% respectivamente. As pessoas com mais de 35 anos constituem quase um terço da população economicamente ativa e representam menos de um décimo da força de trabalho ocupada na indústria de transformação. Com a mão-de-obra feminina essa queda é ainda mais acentuada pois sua participação declina

⁵⁸Dados extraídos da Pesquisa sobre emprego e salário, op. cit., p. 43.

⁵⁹ Idem, p. 46.

sensivelmente à medida que sobe a escala da idade. Apesar das mulheres representarem quase metade de todo o pessoal ocupado, na faixa superior a 35 anos, de um total de 3.422 apenas 981 são do sexo feminino, o que representa menos de 30%. ⁶⁰

As Zonas Francas, sem dúvida alguma, são centros de produção que visam o aproveitamento industrial da força de trabalho dos países subdesenvolvidos e se pretendesse - mos ser mais preciso, talvez fosse necessário acrescentar, força de trabalho "barata", vale dizer, a custos baixíssimos. E isto nada mais é do que um dos resultados de um se cular desenvolvimento capitalista desigual que se vê obrigado, sob pena de não sobreviver, a vender-se por um preço que se encontra muito abaixo do que percebe a força de tra balho nos países capitalistas desenvolvidos. As situações de extrema miséria nos países subdesenvolvidos obrigam a força de trabalho a se vender por qualquer salário e hoje, na economia capitalista mundialmente integrada, um exército industrial de reserva disponível em qualquer momento.

E no Amazonas, melhor seria dizer, na Amazônia, região "periférica" do "centro" desenvolvido esta exploração é muito mais acentuada pelas próprias condições específicas de seu "desenvolvimento" econômico determinado, sempre, por uma dinâmica que esteve "exterior" a ela. Por ou tro lado, essa força de trabalho absorvida pelas indústrias

⁶⁰ Ver Pesquisa sobre emprego e salário, op. cit. p. 47.

da Zona Franca de Manaus é, em sua grande maioria, oriunda do interior do Estado, e viviam em função do extrativismo, onde às condições específicas de trabalho são radicalmente distintas de um processo de industrialização violento como este que aqui é implantado. Trabalhando ao ar livre, nunca quando chovia - pois é impossível no extrativismo - perto de seus valores, de repente se vê obrigado a trabalhar em ambientes fechados, amontoados uns aos outros, submetido a rígidos controles de horários, comendo um alimento industrial de péssima qualidade e submetido a uma engrenagem de uma indústria de montagem, onde ele é apenas uma peça que se desgasta facilmente e rapidamente precisa ser trocada e para trabalhar nessas condições há uma fila na porta da indústria, esperando apenas ser chamado.

Quando das entrevistas feitas com os diretores das empresas implantadas na Zona Franca de Manaus todos, sem exceção, afirmam que os determinantes da vinda da indústria para Manaus foram os incentivos fiscais e o fato da mão-de-obra ser mais barata e mais "dócil" do que no centro-sul. No caso específico da Zona Franca de Manaus a pesquisa realizada demonstra que a utilização da força de trabalho barata e disponível de uma forma praticamente ilimitada, é uma das razões - sendo a mais importante - para o traslado, para cá, de partes do processo produtivo.

"Para o total do setor manufatureiro, aproximadamente 80% da força de trabalho ocupada recebem salários na faixa de 1,3 a 4,7 salários mínimos, e apenas 4,3% acima de 10,6 salários mínimos.

Isto posto, tem-se evidenciado que a indústria de transformação é concentradora de salários. Por mais moderno que seja o ramo industrial, elétrico-eletrônico, por exemplo, a grande massa de assalariados ganha até cinco salários mínimos. Dentro da indústria de transformação tem-se como uma característica a concentração do rendimento nos menores níveis salariais. Apenas os níveis funcionais que requerem maior qualificação apresentam os rendimentos mais altos. Os níveis de menor qualificação têm salários que variam em torno do mínimo. Isto parece confirmar que a taxa de salários para a indústria, como pensam alguns, é determinada pela política governamental do salário mínimo e não pela lei de mercado, como é pensamento corrente".⁶¹

Os dados sobre idade, qualificação e sexo parecem demonstrar que a estrutura de emprego da Zona Franca de Manaus é idêntica às demais zonas de livre produção. Ao selecionarem uma força de trabalho muito específica, especialmente jovens e com um alto percentual feminino, atendem-se a duas exigências do processo de industrialização em Zonas Francas: mão-de-obra pouco ou nada qualificada, pela qual se pagam salários reduzidos:

Nos países subdesenvolvidos o preço da mercadoria força de trabalho feminino é geralmente inferior ao preço da força de trabalho masculina de idêntica formação profissional. A necessidade das mulheres venderem-se, como força de trabalho, por salários mais baixos reside no fato de que sob

⁶¹Ver Pesquisa sobre emprego e salário, op. cit., p. 40.

as condições do subdesenvolvimento elas têm menos possibilidades que os homens para assegurar sua sobrevivência. E por outro lado, um dos principais motivos para o emprego de mulheres é a maior intensidade de trabalho e sua "adaptação" mais fácil a longas jornadas de trabalho numa cadeia de montagem, quando ela é capaz de realizar durante um tempo bastante extenso, trabalho que exige concentração.

Diz-se até que as mulheres têm mãos mais hábeis, o que é especialmente importante na indústria eletrônica e montagem de relógios. "A explicação está na característica do próprio produto ali fabricado, na maioria, de pouco peso específico, mas de elaboração minuciosa (montagem) que por isso mesmo, demandam, em maior escala a mão-de-obra da mulher, que se adapta com maior facilidade as tarefas que exigem esse tipo de atividade".⁶²

O processo produtivo, principalmente no setor eletrônico das Zonas Francas dos países subdesenvolvidos consiste, efetivamente, em sua maior parte, na realização de fases isoladas do processo de fabricação que por sua vez, foram fracionadas em cada um de seus componentes e para os quais se tem substituído de forma rentável (minimização de custos) a máquina por força de trabalho. O que aparece nas estatísticas como fabricação de um produto de alta tecnologia em uma Zona Franca de um país subdesenvolvido, é nada mais que a realização de alguns poucos movimentos manuais rotineiros, com um alto grau de desgaste físico e psíquico,

⁶²Ver Aspectos específicos da situação da mão-de-obra empregada no Distrito Industrial. Secretaria de Estado do Trabalho e Serviços Sociais. Mimeo, s/d.

como por exemplo, a soldagem e montagem ao microscópio, realizados por uma força de trabalho barata e pouco qualificada.

Com relação a salário há que se fazer ainda referência aos chamados salários indiretos concedidos pelas empresas localizadas na Zona Franca de Manaus especialmente as implantadas no Distrito Industrial.

Participação percentual por benefícios concedidos pelas empresas do Distrito Industrial de Manaus

Aliment.	Formação Profis.	Aux. Educ.	Seguro de Vida	Transporte Empregados	Auxílio Morada	Serviço Médico.	Total
62,0	0,7	0,57	3,18	20,3	1,7	11,85	100

Fonte: Cadastro da SUFRAMA - 1980. In: Pesquisa sobre emprego e salário real na indústria de transformação de Manaus, p. 42.

"A implantação de um parque industrial moderno em Manaus representou também, o advento de salários indiretos na forma de benefícios diversos, como alimentação no local de trabalho, transportes dos empregados, assistência médico-hospitalar, etc. As dimensões de tais benefícios e seus reflexos sobre a comunidade constitui objeto fascinante de qualquer pesquisa que se proponha analisar os efeitos de uma industrialização moderna e acelerada em um sistema econômico atrasado".⁶³ Este é o discurso oficial, a propaganda. Ele esconde as razões concretas do chamado salário indireto. Nas entrevistas realizadas com diretores das in

⁶³ Pesquisa sobre emprego e salário, op. cit., p. 40.

dústrias, um grande número, principalmente os do ramo ele
tro-eletrônico, declararam que o fornecimento de alimenta
ção e transporte por parte da empresa foi da maior impor
tância para o aumento da produção. Os trabalhadores moran
do em bairros bastante afastados do Distrito Industrial e
sendo o serviço de transporte coletivo local bastante pre
cário e deficiente, consequência do rápido processo de cres
cimento da cidade, torna-se de fundamental importância pa
ra as empresas que elas próprias forneçam a condução afim
de assegurar a regularidade do início da jornada de traba
lho.

"Antes, quando a empresa não fornecia transporte
para os empregados, era comum o atraso no processo produti
vo, pois faltar um elemento chave na cadeia de montagem,
significava paralisar todo o processo". Há, ainda, um
outro fator de natureza climática muito importante. No Ama
zonas chove, quase diariamente, durante seis meses por ano
e os amazonenses, em sua grande maioria, não saem de casa
para trabalhar quando chove. Há uma explicação de nature
za econômica para tal valor cultural, pois no extrativis
mo, principalmente na coleta do látex da seringueira é im
possível de ser realizada com chuva. Fornecer condução sig
nificava, sob este aspecto também, diminuir o número de
faltas pois não há como justificar a ausência do trabalho
em razão da chuva, já que os ônibus apanham os trabalhado
res próximos à sua casa.

Não deve deixar de ser salientado que, há um ob
jetivo político, também, para o fornecimento de condução.
É que segregando os trabalhadores por indústrias tornava
ainda mais difícil qualquer possibilidade de organização

dos trabalhadores. Embora trabalhando em fábricas vizinhas os trabalhadores não se conhecem. Os ônibus os apanham próximos a suas casas e os largam dentro da fábrica. E além do mais, fornecer condução significava baixar ainda mais os salários pois ante a possibilidade de não terem que enfrentar o péssimo sistema de transporte coletivo diariamente, submetiam-se a salários que na maioria das vezes não chegava sequer para financiar a reprodução - a reconstituição física - de uma força de trabalho que se desgasta em um trabalho industrial altamente intensivo. Nos casos em que a força de trabalho não consegue assegurar sua reprodução por outros meios - mediante ajuda da família ou mediante a subvenção geral do setor rural à força de trabalho industrial, esta se verá substituída em razão de um desgaste necessariamente prematuro, por uma nova força de trabalho. E isto pode ser facilmente comprovado pelos altos índices de rotatividade nas empresas do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus.

"A rotatividade de pessoal é elevada no Distrito Industrial e fora dele. Já em 1977, 67,2% das pessoas admitidas foram para substituir pessoas que tinham sido demitidas. Em 1978 o percentual de substituição ficou em 59,18%".⁶⁴

O transporte para o Distrito Industrial é denominado *especial* e constitui uma "contratação" de serviços particulares das indústrias do Distrito Industrial com a fina-

⁶⁴ Aspectos específicos da situação da mão-de-obra empregada no Distrito Industrial - Secretaria de Estado do Trabalho e Serviços Sociais - *mimeo.* - s/data.

lidade de dar transporte gratuito a seus empregados. É uma modalidade específica gerada pela distância e isolamento do Distrito Industrial, o que torna inviável e demasiadamente oneroso o atendimento pelo sistema de transporte urbano. A concentração dos deslocamentos torna a frota bastante ociosa gerando um custo operacional excessivamente elevado. Os veículos utilizados são aqueles retirados de circulação do transporte urbano.⁶⁵ Existe uma frota de 440 veículos atendendo a este serviço, número este bastante elevado se considerarmos que a frota operacional para atender o resto da população no horário de pico chega no máximo a 380 ônibus. Enquanto 440 veículos atendem uma demanda de 66.000 pessoas no Distrito Industrial, 380 transportam 367.297 pessoas/dia. (Ver Quadros nºs. 30 e 31).

O fornecimento de alimentação aos trabalhadores têm razões semelhantes a concessão do transporte. Em primeiro lugar não há no Distrito Industrial qualquer bar, lanchonete ou restaurante; em segundo lugar, fornecer almoço significa reduzir o intervalo na jornada para 45 minutos, uma vez que não há deslocamento do operário da fábrica. Funciona, ainda, como um atrativo a mais para rebaixar salários.

O serviço médico representa em primeiro lugar, trazer para dentro da empresa, o poder de "conceder" licenças, para tratamento de saúde. Estas só são concedidas após uma

⁶⁵ Ver Perfil de Manaus - vol. 1 - Projeto Cidades de Porte Médio. op. cit.

Quadro nº 30

Frota de veículos especiais - Distrito Industrial - 1983

Empresa	Frota	Demanda
Marlin	240	36.000
Ohana	110	16.500
Oiapoc	30	4.500
Tema	20	3.000
Temar	10	1.500
SS	10	1.500
Outros (*)	20	3.000
T o t a l	440	66.000

Fonte: APETRAN

(*) São caracterizados os proprietários de veículos inferior e/ou unidades.

Manaus/83 - Perfil da cidade - vol. I, Projeto Especial Cidades de Porte Médio - Gov. Estado do Amazonas - Prefeitura Municipal de Manaus, p. 234.

Quadro nº 31

Repartição modal do transporte em Manaus - 1983

Tipo	Deslocamento	Índice (%)
Automóvel	298.220	33,8
Ônibus	367.297	41,6
Taxi	94.974	10,7
Especial	66.000	7,5
Outros	57.036	6,4
Total	883.527	

Fonte: EMTU - (Empresa Municipal de Transportes Urbanos)

rigorosa avaliação. Em algumas empresas, médicos entrevistados confirmaram, que funcionam como um "anteparo", no sentido de evitar a "liberalidade" de alguns médicos do INPS na concessão de licenças médicas e, como "controladores" da maternidade, junto ao operariado feminino, fornecendo gratuitamente pílulas anti-concepcionais. Como já se demonstrou anteriormente, é considerável o número de mulheres jovens trabalhando nas indústrias da Zona Franca de Manaus, principalmente, no setor eletro-eletrônico. Daí que se torna indispensável o controle da natalidade feito pelos médicos dentro das próprias empresas.

Com relação a outros salários indiretos levantamentos realizados recentemente demonstram que a "formação profissional, ou seja o investimento que a empresa realiza para o aperfeiçoamento da mão-de-obra, assim como auxílio-educação para dependentes, são surpreendentemente baixos".⁶⁶

E serão logicamente as empresas dos setores típicos de Zonas de Livre Produção as que mais "concedem" salários indiretos (Ver Quadro nº 32).

⁶⁶Ver Pesquisa sobre emprego e salários, op. cit., p. 44.

Quadro nº 32

Participação percentual dos salários indiretos
com relação aos salários diretos, segundo os
setores da Zona Franca de Manaus

Subsetores	% de salários indiretos
Ótico	20,7
Elétrico /eletrônico	22,5
Madeira	14,5
Textil	5,0
Relojoeiro	11,4
Transportes	27,6
Metalúrgico	20,9
Material plástico	22,3
Minerais não metálicos	20,9
Bebidas	8,8
Outros (1)	12,8

Fonte: Cadastro da SUFRAMA - 1980.

Nota : (1) Compreende os ramos editorial e gráfico, mecânico, mobiliário, produtos alimentares, perfumaria, químico, couros e peles, vestuário e calçados.

4.4 - A "integração" da Amazônia Ocidental ao capital monopolista

A expansão da economia brasileira a partir dos anos 50, com o crescimento industrial da região Sudeste - particularmente, em São Paulo -, representa mudanças profundas na divisão do trabalho entre as regiões do país. A divisão social do trabalho ao nível de cada região, isoladamente considerada, é determinada pelo tipo de natureza das ligações que cada uma das regiões mantiver com a que comanda o processo de acumulação.

O processo de redivisão, partindo da região Sudeste atinge todas as demais regiões. *"Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, cria uma outra região, como o Centro-Oeste, destrói numa primeira etapa ou reduz o crescimento da indústria no Sul e no Nordeste."*⁶⁷ A região Norte aparentemente não foi afetada por essa redivisão do trabalho, e continua isolada do mercado interno. São responsáveis por esse isolamento interno a inexistência de uma infra-estrutura de transporte e de comunicação que viabilize a "integração" da região à nova dinâmica da acumulação. Estas dificuldades de transporte e comunicação aliadas à extensão territorial da região e sua baixa densidade demográfica, além do fato de que exporta grande parte de seus produtos sem passar pelo Sudeste, parecem fortalecer a hipótese de isolamento do mercado interno da Amazônia. Este isolamen-

⁶⁷ Ver OLIVEIRA, Francisco. *Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil - A economia da dependência imperfeita*. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1977. p. 72.

to evitou que sua economia fosse afetada negativa ou positivamente, pela redefinição da divisão inter-regional do trabalho decorrente do processo de industrialização na região Sudeste e representou para a Amazônia um desenvolvimento mais homogêneo e mais consequente com sua distribuição de fatores de produção. A "integração" ao mercado interno significa tornar a região que se integra "dependente" da economia do Sudeste, isto é, as vantagens da industrialização desequilibram a economia "normal" da região e impõem uma nova divisão do trabalho.⁶⁸

Numa economia com as características da Amazônia, isolada da dinâmica interna do processo de acumulação e, voltada para a exportação de produtos primários (principalmente até a metade dos anos 60), o comportamento e o crescimento dos demais setores - indústria e serviços - será determinado pelo poder de compra, isto é, pelo mercado criado pela produção dos bens que se exportavam. Daí o surgimento nas economias desse tipo de indústrias voltadas para o beneficiamento de produtos primários e indústrias dos ramos chamados "tradicionais". A estrutura industrial da região refletirá, então a dinâmica interna da própria região.

Ao analisar o setor indústria na Amazônia, até a metade da década de 60, Benchimol, registra as características deste setor, até então não incorporada à nova dinâmica do processo de acumulação. Para este autor o setor indústria teria percorrido três fases distintas: "na pri -

⁶⁸ Ver OLIVEIRA, Francisco, op. cit., p. 52.

meira fase, montaram-se os setores de cerâmica, para a fabricação de tijolos e telhas; o de serrarias para desdobramento da madeira em tábuas; o da construção para edificações de residências e obras públicas; o mobiliário para feitura de móveis e utensílios; o de vestuário para confecção de roupas; o alimentar para fabricação de pão; o de saboarias para a limpeza e higiene; o editorial-gráfico para impressão de jornais; o de bebidas e outros tipos de indústrias de transformação de bens de consumo cujas técnicas de fabricação, pela sua simplicidade, não oferecem maiores dificuldades para sua implantação. Quase todos eles protegidos pelos altos custos de transferência ou pela impossibilidade de deslocamento para fora dos centros de produção".⁶⁹

A segunda fase do processo de industrialização na Amazônia se apresentou sob a forma de beneficiamento extrativo: "a salga de peixes; a curtição de couros; a lavagem e laminação da borracha; o descasque da castanha; o esmagamento das sementes para a extração do óleo; a destilação de essências; a prensagem da juta e outras fibras; a pilação do guaraná e outros. Este setor ao se constituir, passou a dar apoio à produção extrativa, promovendo a melhor apresentação do produto silvestre, de modo a obter melhores preços, beneficiando assim a região que passou a reter uma maior parcela do valor final da matéria-prima bruta pelo incremento do valor adicionado, pelo processo de beneficiamento e pela criação de novos empregos, nos centros ur-

⁶⁹ Ver BENCHIMOL, Samuel. *Estrutura geo-social e econômica da Amazônia*. Vol. 2, Edições do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966, p.261.

banos onde se localizou." ⁷⁰

A terceira fase da industrialização na Amazônia "se caracterizou pela fundação de estabelecimentos industriais de médio e grande porte, utilizando tecnologia avançada e implantando sistemas racionais de produção. A demarcação dessa fase, iniciou-se na Amazônia, nesta última década, partindo de instalações industriais pioneiras do refino do petróleo, em Manaus, em 1956 solucionando o problema do abastecimento de combustíveis na área para prosseguir no setor têxtil de fiação e tecelagem de juta, nas áreas de Manaus, Belém e Santarém, no de moagem de trigo em Belém e Manaus, no de fabricação de cimento em Capanema no Pará, no de refino de óleos comestíveis em Belém, no de laminados e compensados em Belém e outros empreendimentos em fase de execução ou de projeto, como da siderúrgica em Manaus, de fabricação de açúcar em Mato Grosso e Baixo Amazonas, de celulose e de papel, aproveitando os benefícios fiscais das leis 4.216/63, 4.357/65, e os contidos no artigo 27 da Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965." ⁷¹

A "integração" da Amazônia à dinâmica da acumulação de capital que ocorre no Brasil e tem como eixo central o setor secundário na região Sudeste altera profundamente a estrutura industrial da região que passa a não ter mais relação direta com a formação e a distribuição de ren

⁷⁰Ver BENCHINOL, Samuel, op. cit., p. 263.

⁷¹Idem, p. 265.

da da própria região. Mas, certamente é no Estado do Amazonas, ao se encadear a lógica "nacional" da acumulação de capital com a que ocorre no mundo capitalista como um todo e que resulta na implantação da Zona Franca de Manaus, que se evidencia mais claramente a mudança radical na estrutura industrial da Amazônia Ocidental.

4.4.1 - A estrutura industrial da Zona Franca de Manaus:

.Características

A industrialização que têm lugar nas Zonas Francas apresenta uma estrutura de produção que se caracteriza sobretudo pela fabricação de produtos a partir da divisão do processo produtivo, repartidas por distintas fábricas, em diferentes lugares e organizadas sob o marco de uma produção transnacional. Este processo produtivo somente se acha integrado em cada uma das economias nacionais respectivas através do consumo de serviços e da utilização da força de trabalho local. O que se produz e como se produz, numa Zona Franca não é determinado pela dinâmica econômica local, e assim sua estrutura produtiva depende essencialmente de "INPUTS" procedentes do exterior.

Daí, a razão pela qual a estrutura industrial do Amazonas, a partir da Zona Franca de Manaus, não tem qualquer relação com a dinâmica do processo anterior. O Censo Industrial do Estado do Amazonas registrava em 1960 a existência de 313 estabelecimentos industriais, sendo que as indústrias de produtos alimentares, em número de 113, representavam 36,1%. A seguir os ramos mais importantes, são os de produtos de minerais não metálicos (olarias, pedreiras e areais) com 10,9% (34 empresas) e o madeireiro com 9,0% (28 estabelecimentos). O pessoal ocupado no setor indústria em 1960, situava-se em torno de 4.671 pessoas e o ramo que mais empregava também era o de produtos alimentares (17,9%) seguido do têxtil (16,8%), madeireiro (15,6%) e químico (12,7%) (Ver Tabela nº 33).

Como se pode verificar, a estrutura industrial do Amazonas, neste momento, reflete a dinâmica da região na qual está inserida, voltada para a exportação de produtos primários. Não existem indústrias do ramo Material elétrico e de comunicações nem de matérias plásticas e o grupo das Diversas é insignificante. Em 1970 a estrutura industrial do Amazonas, já apresenta mudanças significativas e embora o ramo de produtos alimentares continuasse liderando em número de empresas (210, em um universo de 586), já não era quem mais empregava. As empresas industriais do ramo têxtil que no censo de 1960 representava 3,8% do total com 12 estabelecimentos e empregando 16,8% da força de trabalho, em 1970, apenas 7 empresas (1,2%) empregavam o maior número de pessoas no setor indústria, 25,8% (Ver Quadro nº 33).

No entanto não que se refere ao valor Bruto da Produção o ramo que liderava em 1960 era o Têxtil (19,2%) seguido do Químico (18,6%) e de Alimentos (17,1%). Em 70, a liderança com relação ao valor Bruto da Produção é assumida pelo ramo Químico (25,2%) seguido pelo grupo Produtos Alimentares (22,5%) Borracha (10,1%) e Têxtil (9,7%).

Esta estrutura produtiva, basicamente de indústrias voltadas para o extrativismo e indústrias tradicionais, era controlada por grupos locais - as "burguesias" manauaras. Isto significava que a dinâmica interna do processo de acumulação era determinada, em grande parte, pelos grupos locais e vários deles, pela própria dimensão da economia, estavam presentes tanto no setor secundário, quanto no terciário,

Quadro nº 33

Estado do Amazonas: Estrutura da atividade industrial 1960/1970

Situação, classes e gêneros de indústrias	1 9 6 0				1 9 7 0			
	Número de estabelecimentos	%	Pessoal Ocupado	%	Número de estabelecimentos	%	Pessoal Ocupado	%
Classes (total)	313	100	4.671	100	606	100	10.734	100
01. Indústrias Extrativas	-	-	-	-	19	3,0	60	0,6
02. Indústria de transformação	313	100	4.671	100	587	97,0	10.674	99,4
Gêneros:								
01. Extração minerais	-	-	-	-	19	3,1	60	0,6
02. Prod. de min. não metálicos	34	10,9	340	7,3	64	10,6	667	6,2
03. Metalurgia	9	2,9	88	1,9	14	2,3	207	1,9
04. Mecânica	1	1,3	6	0,1	18	3,0	77	0,7
05. Material elétrico e comunicações	-	-	-	-	5	0,8	79	0,7
06. Material de transporte	9	2,9	98	2,1	93	15,3	554	5,3
07. Madeira	28	9,0	728	15,6	46	7,6	1.699	15,8
08. Mobiliário	19	6,1	62	1,3	39	6,4	256	2,4
09. Papel e papelão	1	0,3	15	0,3	-	-	-	-
10. Borracha	5	1,6	267	5,7	6	1,0	249	2,3
11. Couros, peles e similares	6	1,9	135	2,9	4	0,7	185	1,8
12. Química	18	5,7	592	12,7	19	3,1	453	4,2
13. Farm. e veterinária	-	-	-	-	-	-	-	-
14. Perfumaria, sabões e velas	6	1,9	54	1,2	2	0,3	47	0,4
15. Matérias plásticas	-	-	-	-	-	-	-	-
16. Têxtil	12	3,8	784	16,8	7	1,2	2.772	25,8
17. Vest. calçados e artefatos	19	6,1	85	1,8	11	1,8	141	1,3
18. Produtos alimentares	113	36,1	840	17,9	210	34,7	1.628	15,2
19. Bebidas	14	4,5	293	6,3	15	2,5	633	5,9
20. Fumo	3	1,0	34	0,7	1	0,2	12	0,1
21. Editorial e gráfica	13	4,0	241	5,2	21	3,5	495	4,6
22. Diversos	3	1,0	9	0,2	12	2,0	520	4,8
Localizada em Manaus	185		3.826		263		8.606	

Fonte: FIBGE - Censo Industrial de 1960 e 1970.

havendo casos, como o grupo Sabbá que estava ligado também ao setor primário - ao extrativismo. Como o Amazonas estava "isolado" da dinâmica nacional e, portanto, ainda não havia sido atingido pela redivisão do trabalho que ocorria entre as várias regiões brasileiras, é necessário uma cautela maior no sentido de que não haja reações dos grupos locais à estratégia que visa "integrar" a sua economia, submetendo-a a uma determinada estratégia da acumulação de capital que irá representar o alijamento desses grupos não só do processo econômico mas também do controle político do Estado.

É por isso que as mudanças de governo no Amazonas até 1970, precisam atender a esses grupos, pois agora a estratégia do capital passa necessariamente pelo próprio aparelho estatal. E será em 1970 que os "locais" assistirão o seu alijamento completo, sem poderem impedir que o capital "capture" o controle político do Estado e ocorra de forma deliberada a "intervenção" no Amazonas, com o governo João Walter.

O setor industrial no Estado do Amazonas, praticamente se restringia à cidade de Manaus. Em 1960 dos 313 estabelecimentos industriais do Estado, 185 estavam localizados em Manaus representando 59%. Em 1970, das 606 empresas, 263 estavam em Manaus, caindo portanto, o percentual para 43%. Com relação ao pessoal ocupado no setor indústria em Manaus, em 1960, representa 82% do total do Estado, caindo o percentual para 80% em 1970 (ver Quadro nº 34). No entanto, no que se refere ao valor da transformação (VTI)

Quadro nº 34

Estado do Amazonas

Comparativo do número de estabelecimentos industriais
e pessoal ocupado em Manaus e Amazonas - 1970

Gêneros de indústrias	Amazonas		Manaus	
	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Nº de estabelecimentos	Pessoal ocupado
Indústrias Extrativas	19	60		
Ind. de Transformação	587	10,674		
1. Extração minerais	19	60	1	x
2. Prod. de in. não metálicos	64	667	21	366
3. Metalúrgica	14	207	14	207
4. Mecânica	18	77	6	56
5. Mat. elétrico e de comun.	5	79	5	79
6. Mat. de transportes	93	554	20	255
7. Madeira	46	1.699	22	1.416
8. Mobiliário	39	256	32	234
9. Papel e papelão	-	-		-
10. Borracha	6	249	5	193
11. Couros, peles e similares	4	185	4	185
12. Química	19	453	2	x
13. Farmac. e veterinária	-	-	-	-
14. Perfum., sabões e velas	2	47	2	47
15. Matérias plásticas	-	-	-	-
16. Textil	7	2.772	4	2.380
17. Vest. calçados e artefatos	11	141	11	141
18. Produtos alimentares	210	1.628	72	1.205
19. Bebidas	15	633	10	601
20. Fumo	1	12	1	12
21. Editorias e gráfica	21	495	20	447
22. Diversos	12	520	11	517
Total	606	10.734	263	8.606

Fonte: FIBGE

x - suprimida a informação para evitar a identificação do informante.

da indústria extrativa mineral e de transformação do Estado do Amazonas, Manaus representa 92% em 1960, e 94%, em 1970.⁷²

O Censo Industrial de 1970 já registrava a existência de 5 estabelecimentos no ramo material elétrico e de comunicações com 79 pessoas ocupadas e um crescimento significativo no grupo *Diversas*, com 12 empresas. Começava a implantação do processo de industrialização do Estado, a partir da criação da Zona Franca de Manaus, que irá não só mudar radicalmente a estrutura industrial, mas descaracterizar totalmente a economia do Amazonas.

Se em 1970 existem 5 empresas no setor eletro-eletrônico, em 1982 elas são em número de 35 (25 implantadas no Distrito Industrial e 8 em outros pontos da cidade) e representam 18% das indústrias na Zona Franca de Manaus. São as que mais empregam e lideram o setor industrial no Amazonas. (Ver Quadro nº35)

Até a implantação da Zona Franca de Manaus o setor eletro-eletrônico estava instalado em São Paulo com um número razoável de empresas de capital nacional que utilizavam no início, cópia de produtos estrangeiros, importando a maior parte dos componentes e utilizando alguns insumos nacionais. O aumento das dificuldades de importação de componentes eletrônicos e as frequentes inovações tecnológicas

⁷²Ver "Avaliação do Programa de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus". In: *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro* - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1982, p. 24.

Quadro nº 35

Empresas implantadas na Zona Franca de Manaus até dezembro de 1982

Setores	Nº de empresas	Nº de mão-de-obra	Investimento Cr\$1.000,00)
01 - Eletro-eletrônico	35	20.542	20.347.053
02 - Bebidas	5	1.622	6.520.095
03 - Metalúrgico	14	1.043	13.169.839
04 - Mecânico	8	717	2.788.256
05 - Material de transporte	11	4.564	22.025.436
06 - Madeira	21	4.065	14.126.974
07 - Papel, papelão	2	92	249.642
08 - Couro, peles e produtos similares	1	171	89.304
09 - Químico	9	539	1.782.003
10 - Perfumaria, sabões e velas	3	403	2.024.375
11 - Prod. materiais plásticos	11	2.473	6.260.181
12 - Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4	382	332.627
13 - Produtos alimentares	14	1.140	5.602.417
14 - Editorial gráfico	4	139	306.891
15 - Têxtil	7	2.914	8.395.782
16 - Minerais não metálicos	5	536	10.183.382
17 - Mobiliário	7	530	1.101.810
18 - Beneficiamento de borracha	-	-	-
19 - Relojoeiro	12	2.183	9.086.252
20 - Ótico	7	914	1.682.544
21 - Diversos	13	2.225	5.763.642
Total	193	47.194	131.838.869

que ocorrem no setor, levaram os fabricantes de aparelhos eletrônicos a desenvolverem aos poucos uma tecnologia própria, projetando e desenvolvendo aparelhos, o que permitiu uma importante nacionalização do setor como um todo. A Zona Franca de Manaus é um elemento paralisador deste processo. Como ela representa uma das estratégias da internacionalização da economia, via empresas multinacionais, ela transforma Manaus no espaço privilegiado para implantação de um específico tipo de indústria de montagem.

As Zonas Francas são centros de produção localizadas nos países subdesenvolvidos que apresentam como característica de sua estrutura produtiva, indústrias que executam operações de montagem e a moderna tecnologia permite separar, em todos os níveis de produção, aquelas atividades para as quais só se necessita de trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados. E, o setor que mais tem se desenvolvido, nestas Zonas de Livre Produção tem sido o eletro-eletrônico.

Apesar de que alguns projetos aparentem haver representado significativa transferência de tecnologia, seja de fabricação, seja de produto, isto não tem maiores significações. Nas hipóteses em que produtos complexos impliquem em uma tecnologia de produto, o que ocorre é que as linhas de produção se limitam apenas a operações de montagem. A etapa de montagem é tão somente a culminação da pesquisa e desenvolvimento (PeD) subjacentes. Nas Zonas Francas dos países subdesenvolvidos não existe a atividade de pesquisa e os processos de fabricação são controlados de

forma centralizada pela "empresa-mãe" que está localizada nos países desenvolvidos. A pesquisa e desenvolvimento (PeD) nas empresas, multinacionais se leva a cabo partindo do suposto que o conhecimento científico é somente para uso interno e a difusão da tecnologia quando ocorre, tem lugar apenas dentro da empresa.

O alto nível tecnológico da indústria eletrônica, combinada com sua natureza intensiva em mão-de-obra, fazem com que a transferência para paraísos de mão-de-obra baratos, tanto dentro do próprio país quanto no exterior seja particularmente simples e lucrativa. Desde que grande número de trabalhadores estão concentrados na fase de montagem, esta é a fase normalmente destacada da planta principal. Os custos de transporte para o local de montagem são relativamente pequenos, já que muitos componentes eletrônicos são pequenos, leves e facilmente transportáveis. E desde que o trabalho de montagem em eletrônica é subdividido cientificamente em tarefas simples repetitivas e tediosas, torna-se fácil treinar uma força de trabalho nova e não especializada, possibilitando ampla utilização da força de trabalho do 3º mundo. Esse último fato também ajudou a resolver o problema da indústria com relação ao trabalho enfadonho e altas taxas de "turnover" entre os trabalhadores de países centrais, causados pela própria natureza do trabalho.

Outro aspecto a salientar é que os índices de produtividade não são afetados por essas transferências. Num estudo realizado pelo Programa de Industrialização de Fronteiras do México, a produtividade para trabalhos rotineiros de montagem em eletrônica no México é estimado como sendo 10 a 25% mais alta do que, em fábricas similares

nos Estados Unidos."⁷³

Não há dúvida de que os bens de consumo duráveis produzidos pela indústria eletrônica brasileira apresentavam um "gap" tecnológico em relação aos produtos correspondentes produzidos pelos países desenvolvidos. E as empresas multinacionais sediadas no Brasil lançavam no mercado brasileiro produtos já obsoletos. Isto aliava-se ao pouco desenvolvimento de uma indústria de mecânica fina que fornecesse componentes eletromecânicos adequados e ao atraso tecnológico da indústria nacional de componentes eletrônicos, além das barreiras para importação de componentes competitivos não permitiram que o setor avançasse.⁷⁴

A implantação da montagem de produtos eletrônicos na Zona Franca de Manaus provoca importantes modificações em termos tecnológicos: em primeiro lugar, a aquisição de componentes no mercado internacional em condições vantajosas no que diz respeito a qualidade e preço. Esta aquisição de componentes no mercado internacional permitiu que inicialmente fossem comprados sob a forma de "Kits", o que possibilitava trazer de maneira implícita a tecnologia e também a marca do fabricante internacional. Em segundo lugar, a possibilidade de se importar componentes com tecnologia mais avançada, sem o pagamento de qualquer imposto significava que os produtos montados em Manaus, fossem praticamente idênticos aos produzidos nos países desenvolvi-

⁷³ Ver *Avaliação da Zona Franca de Manaus - Subsídios para a formulação de uma política tecnológica*. CNPq, Brasília, 1979, p. 90.

⁷⁴ Idem, p. 89.

to aos metais preciosos, o ouro está sendo importada da República Federal da Alemanha e existem informações não oficiais de que o ouro de garimpo da região esteja abastecendo em parte as indústrias de Manaus. Com relação às indústrias de brinquedos, uma das empresas está investindo na injeção de peças de ZAMAC, cuja matéria prima principal é o estanho, obtido na região tanto que na própria Zona Franca de Manaus já existe uma indústria produzindo ZAMAC. A produção de brinquedos de madeira está em expansão, como consequência tanto dos benefícios fiscais como da abundância de matéria prima na região.

No grupo material de transportes, destaca-se a construção naval e a de transporte sobre duas rodas. A indústria de construção naval já existia em Manaus antes da Zona Franca de Manaus, mas a partir dos incentivos fiscais e do aumento do transporte fluvial desenvolveu-se consideravelmente. As indústrias de transporte sobre duas rodas, implantadas a partir da Zona Franca de Manaus, viabilizaram-se a partir da importação de componentes usinados de precisão e do fato que esse tipo de material de transporte possui um alto valor por unidade de peso (mesmo considerando-se que o peso seja elevado). Argumenta-se que para essa indústria é necessário importar componentes de bicicleta, tais como: rodas livres, correntes, freios e o mecanismo de troca de marchas; isto porque no Brasil não ocorreu uma real transferência de tecnologia pelo fato de estar essa indústria ligada a grupos multinacionais apesar de existir há mais de duas décadas uma indústria automobilista muito mais complexa que as indústrias de

motos, ciclos e bicicletas. "Esse é um exemplo clássico que mostra alguns dos principais problemas de um desenvolvimento tecnológico baseado na importação de tecnologias, através da implantação de filiais multinacionais; no caso em pauta, a tecnologia transferida pela indústria automobilística não encontrou mecanismos que permitissem sua difusão para setores correlatados e de menor complexidade tecnológica, sequer capacitando o país em tecnologia de fabricação de peças usinadas, o que se reflete numa certa deficiência dos grandes centros de pesquisa em relação a esse tipo de tecnologia."⁷⁷ O fato de que cada um dos fabricantes de motocicletas desenvolverem projetos totalmente diferentes é apontado como outra dificuldade para a produção interna de componentes.

No ramo mecânica destaca-se como consequência da implantação da Zona Franca de Manaus, a indústria de relógios e a indústria de aplicação de motores diesel, principalmente para geração elétrica e propulsão de barcos na região Amazônica e a indústria de equipamentos de refrigeração, nesse caso entendida como a instalação de compressores em sistemas de refrigeração, os quais, na maioria das vezes, são comercializadas para outras regiões do país.

"Essas duas indústrias - motores diesel e refrigeração - instalaram-se principalmente em função dos benefícios advindos das isenções de impostos de importação tanto para os motores diesel quanto para os compressores fri-

⁷⁷ Avaliação da Zona Franca de Manaus. CNPq, op. cit. p. 106.

goríficos.

Convém notar que ambas as máquinas, que possuem os mesmos princípios de funcionamento - sistema biela - manivela -, necessitam de altos investimentos em capital para o projeto e fabricação das peças e mecanismos, tanto em virtude de sua dimensão e peso quanto por exigirem máquinas - ferramentas de precisão para produzi-las.

Por outro lado, deve-se considerar ainda que a importação dessas máquinas pela Zona Franca de Manaus - onde se realiza a montagem em sistema parcialmente produzidos no centro-sul que são, após a montagem, na maioria das vezes (no caso de refrigeração é quase sempre) comercializadas com o centro-sul - vem diminuir a capacidade de concorrência dos fabricantes localizados no centro-sul que venham tentar aumentar seus índices de nacionalização".⁷⁸

Com relação à indústria de relógios a Zona Franca de Manaus possui virtualmente o monopólio de sua "fabricação" no país. Em termos de tecnologia, o relógio tem duas partes distintas: a tecnologia de projeto e a tecnologia de fabricação. Existe a viabilidade de se fabricarem os componentes do mecanismo de um relógio em Manaus, porém para que isto aconteça é necessário que exista uma padronização, isto é, uma só máquina para despertadores, uma só máquina para relógios de parede, uma só máquina para relógios Koskopf (sem rubis) e uma só máquina para relógios de âncora (com rubis). Assim, o governo poderia orientar os

⁷⁸Avaliação da Zona Franca de Manaus. - CNPq, op. cit., p. 108.

fabricantes de relógios para tornarem viável a montagem de uma fábrica que produzisse e fornecesse essas máquinas e aos montadores ficaria a fabricação da parte externa dos relógios - caixas, fundos, mostradores, coroas, vidros e acessórios (pulseira, fivelas e estojos) - permitindo grandes variedades com o mesmo maquinismo. Quanto ao problema da tecnologia de projeto em maquinismos de relógio, inexistente domínio dessa tecnologia no país.

Quanto às indústrias que produzem lentes e armações de óculos apresentam uma alta relação capital/trabalho com pequena utilização de mão-de-obra.

Parece não haver dúvida quanto ao intenso dinamismo do setor industrial do Amazonas e certamente o de Manaus, a partir da implantação da Zona Franca de Manaus. Se esse setor cresceu a uma taxa anual de 13,4%, passando no período 1960/70 de um crescimento de 7,2% ao ano. Em razão dos primeiros impactos da política da SUFRAMA, dá-se um crescimento explosivo do VTI a uma taxa de mais de 30% ao ano. O emprego industrial no Estado que levou mais de 10 anos 70/74 se expande a uma taxa de 16,7% (ver tabela nº 3). O grande impulso se deve a alguns ramos industriais modernos e dinâmicos, particularmente material elétrico e de comunicações, metalúrgico e material de transporte e alguns ramos tradicionais como o têxtil; madeira e produtos alimentares.

Em 1977, o Centro de Apoio a Pequena e Média Em-

presa do Estado do Amazonas - CEAG-AM, realizou estudos relativos ao setor industrial, para a Coordenação Técnica do PDP/ZFM, que incluíram um "Levantamento do Parque Industrial Existente na Zona Franca de Manaus" e compreendeu seis sub-setores industriais:

1. Bens de capital - compreendendo as indústrias de construção naval e os produtores de máquinas e equipamentos;
2. Bens finais de consumo local - compreendendo as indústrias que utilizam matéria-prima e material secundário regional e importados e cuja produção destinava-se principalmente ao mercado local;
3. Bens intermediários - indústrias produtoras de bens sujeitos à transformação antes de sua utilização no consumo ou investimentos;
4. Construção civil - compreendendo as empresas construtoras de unidades habitacionais e pavimentações;
5. Bens de exportação (tradicional) - as indústrias que utilizam matéria-prima regional comercializando seus produtos para fora do Estado;
6. Bens de reexportação - as indústrias que importam componentes e matérias-primas e exportam percentual elevado dos produtos finais;

O modelo de desenvolvimento implantado na Zona Franca de Manaus - típico de Zonas de Livre Produção - baseado

no mecanismo de importação e exportação, tem como subsetor mais importante o reexportador, formado pelas indústrias que compram em grande proporção componentes e matérias-primas fora da região e exportam, para o Exterior e outros Estados, percentual elevado dos seus produtos finais. Com relação a participação dos sócios na integralização das empresas deste subsetor, a pesquisa do CEAG-AM identificou que 77% da integralização foi realizada por pessoas não residentes no Amazonas, das quais 7% residiam no exterior e entre as pessoas que fazem parte da diretoria das empresas, 58% são residentes fora do Estado do Amazonas.

O faturamento das empresas reexportadoras, em termos reais, entre 1973 e 1976 aumentou 8 vezes, mas, neste período, 90% ou mais da produção faturada se destinava a outros Estados, basicamente ao mercado do centro-sul. Em 1976, por exemplo, 96% do faturamento das empresas reexportadoras, pesquisadas pelo CEAG-AM, constituíram-se de bens enviados para outros Estados do país, totalizando cerca de 60% das exportações do Amazonas para o resto do país e deste total 71,4% corresponderam a venda de bens duráveis eletro-eletrônico dos quais os mais importantes são televisores (39,4% do total).⁷⁹

A pesquisa constata ainda, que o subsetor reexportador que inclui as unidades produtoras de televisores, rádios, gravadores, toca-fitas, aparelhagem de som, calculadoras, ventiladores, ar-condicionado, motocicletas, bicicle -

⁷⁹ Ver Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus (PDP/ZFM) Coordenação Clycério Vieira Nascimento e Sá. Manaus, 1978, p. 17.

tas, relógios, jóias, roupas, etc... tem sido o subsector mais beneficiado, na Zona Franca de Manaus, com os incentivos fiscais e financeiros da SUDAM e SUFRAMA e todas elas se instalam em Manaus a partir de 1967.

Com relação aos subsectores exportação - beneficiamento de produto "in natura", principalmente castanha, soja, borracha, juta, couros, piaçava e compensado - e bens finais de consumo local - calçados, móveis, impressos, gêneros alimentícios, bebidas, sabões - em grande parte já existiam antes da Zona Franca de Manaus.

A pesquisa realizada pelo CEAG-AM ao examinar as repercussões, "para frente" e "para trás" estabelecidos pelas empresas implantadas na Zona Franca de Manaus, a partir das informações a respeito da procedência dos insumos, afirma que chama atenção de imediato a reduzida vinculação do subsector reexportador - o mais importante subsector da nova industrialização da Zona Franca de Manaus - ao restante da economia dessa sub-região. A compra local dos insumos desse subsector de reexportação não somente é insignificante como vem evoluindo no sentido de aumentar sua representatividade no decorrer dos anos (73/76), e no total do valor dos insumos, tais compras não chegam a representar mais de 1%. Também o subsector bens intermediários (artefatos de cimento, caixas para embalagens, sacos, fitas sintéticas, trigo, rações, pregos, lonas, chapas galvanizadas, holofotes, hélices, madeira serrada e beneficiada) estabelece com o resto da economia estadual vínculos muito débéis, pois as compras de insumos locais representam tão so

mente 12% do total.

Ao contrário desses dois subsetores (reexportação e bens de intermediários) cujas aquisições locais de insumo são muito pouco significativas, o subsetor de exportação e construção civil têm parte considerável das compras e insumos realizadas localmente. (Ver Quadro nº 36).

Deve ser destacado ainda a evolução do subsetor de bens de capital no tocante à origem dos insumos pois ele não somente sofre uma "desregionalização"⁸⁰ no período 1973/76 como uma "desnacionalização"⁸¹, principalmente, quando se considera como ponto de referência o fato de que no primeiro ano 93% dos insumos eram adquiridos no país e, no último ano atinge somente cerca de pouco mais de 60%.

Como se pode verificar, a Zona Franca de Manaus, apresenta também, sob o aspecto de integração anterior ou posterior da economia, características típicas de Zonas de Livre Produção. Nela, como em quaisquer outras deste tipo, a integração econômica da produção se dá de forma limitada, utilizando principalmente, força de trabalho e infraestrutura. Força de trabalho há em quantidade ilimitada e por um preço consideravelmente baixo; infra-estrutura, se não houver exige-se do Estado, como condição para que o "desen

⁸⁰ Índice de regionalização = $\frac{\text{Custo de mão-de-obra} + \text{custo de insumos locais}}{\text{valor do numerador} + \text{custo dos insumos não locais}}$

⁸¹ Índice de nacionalização = $\frac{\text{Custo de mão-de-obra} + \text{custo dos insumos no país}}{\text{valor do numerador} + \text{custo dos insumos no exterior}}$

Quadro nº 36

Zona Franca de Manaus: procedência dos insumos segundo subsetores industriais - 1973/76

Subsetores	Procedência dos insumos (%)			
	Local	Nacional	Exterior	Total
1. Bens de capital				
1973	62	31	7	100
1974	28	26	46	100
1975	31	43	26	100
1976	18	43	39	100
2. Construção civil				
1973	75	25	-	100
1974	82	18	-	100
1975	85	15	-	100
1976	75	25	-	100
3. Bens finais de consumo total				
1973	25	74	1	100
1974	18	81	1	100
1975	24	75	1	100
1976	23	75	1	100
4. Exportação				
1973	95	2	3	100
1974	92	3	5	100
1975	88	6	6	100
1976	88	7	5	100
5. Bens intermediários				
1973	9	39	52	100
1974	9	60	31	100
1975	12	57	31	100
1976	17	34	49	100
6. Reexportação				
1973	1	23	76	100
1974	1	27	72	100
1975	1	27	72	100
1976	1	30	69	100

Fonte: CEAG-AM. "Levantamento do Parque Industrial existente na Zona Franca de Manaus - "Manaus s/data - (mimeo).

volvimento via industrialização" possa aí se implantar. A integração da Zona Franca, no processo anterior se limita, salvo exceções, em muitos poucos setores industriais - no caso de Manaus apenas os que já existiam antes da Zona Franca de Manaus - ao fornecimento parcial de matérias-primas. Quanto a integração no processo posterior não pode ocorrer: Zona Franca significa produzir mercadorias para o mercado exterior àquele onde está implantada.

A produção das indústrias nas Zonas Francas estando ligada somente ao mercado interior de forma limitada, através de fornecimento de matérias-primas e produtos semi-elaborados, depende em alto grau de insumos externos. A organização da produção, sob a forma de fabricações parciais e estruturadas verticalmente significa que praticamente não existem interrelações industriais e que a estrutura produtiva se desenvolve sistematicamente como uma estrutura que depende essencialmente de INPUTS procedentes do exterior.

Uma análise da UNCTAD sobre a produção eletrônica faz referência a relação entre a fabricação parcial não complexa e a ampla falta de um processo integrador: "os efeitos de difusão (SPILL OVER) da subcontração internacional da eletrônica dependem em grande parte de natureza da operação e do tipo de subcontração e, em parte, do sistema dentro do qual se realizam. Em conjunto, a subcontratação de processos isolados é possível que tenha menos efeito de difusão. As firmas estrangeiras que transferem tais processos aos países em subdesenvolvimento, com a finalidade essencial de reduzir seus custos não estão interessados normalmente na integração do processo anterior ou posterior com as indústrias locais do país anfitrião. Essen-

cialmente estão interessadas em manter seus vínculos com sua própria produção e rede de vendas em escala interna - cional".⁸³

Apesar de toda euforia com relação a Zona Franca, principalmente pelas mudanças que ocorriam no Estado, e em Manaus, particularmente, aliadas a uma intensa propaganda no sentido de mostrar a Zona Franca de Manaus como o novo Eldorado, em 1973 aparece pela primeira vez, um artigo apontando "problemas" que começavam a se tornar evidentes. "Parece-nos um erro supor que esta estagnação ve nha a ser superada através do crescimento da Zona Franca tal como se processa atualmente. Manaus somente se trans formarã num polo de irradiação na medida em que estabele cer vínculos com o interior, isto é, na medida em que sua industrialização se fizer com base no aproveitamento de matérias-primas regionais. Somente um pulso dinâmico pro veniente do parque manufatureiro da capital, criando uma demanda permanente de produtos primários do interior, se rã capaz de promover a articulação da economia estadual e dar às atividades extrativas e agropecuárias, condições de estabilidade e dar às atividades extrativas e agropecuárias, condições de estabilidade e crescimento.

Infelizmente, isso não está acontecendo. A expansão de Manaus, a partir da Zona Franca, ameaça repetir o que ocorre nos chamados países de economia engravada, ca racterizados pela existência de um setor moderno e dinâmi

⁸³ UNCTAD.

co voltado para o exterior, cujo dinamismo não se propaga ao setor tradicional da economia, que permanece em regime de baixa renda e baixa produtividade. Ao impedir a integração econômica do Estado, essa anomalia tem o duplo inconveniente de por um lado, deixar a indústria da capital depender, precariamente, da vigência de uma lei com prazo limitado e, por outro, condenar o interior a um subdesenvolvimento talvez, irremediável".⁸²

O alerta de Peres é levado em conta e o artigo, por haver sido publicado em uma revista acadêmica, não tem maiores repercussões. O primeiro documento oficial a apontar aspectos críticos da Zona Franca de Manaus, foi o Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus (PDP/ZFM) apresentado à SUFRAMA em março de 1978, durante a gestão de Aluísio Campelo. Elaborado por uma equipe técnica coordenada pelo economista Clícério Vieira do Nascimento Sá (pertencente ao quadro técnico da SUFRAMA) e contando com a assessoria especial da empresa de Consultoria De Castro, Gonçalves e Associados, este documento aponta as mais sérias "distorções" verificadas até aquele momento no desenvolvimento implantado a partir da Zona Franca de Manaus. O Plano não só, não foi aprovado, como não se permitia em documentos oficiais da SUFRAMA qualquer referência a ele, embora represente até hoje a mais completa análise sobre a Zona Franca de Manaus.

⁸² Ver Jefferson Peres. Zona Franca, desenvolvimento e estagnação. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*, ano II, nº 2, dezembro de 1973, Manaus, p. 6.

O PDP/ZFM ao caracterizar a industrialização implantada na Zona Franca de Manaus ressaltava a importância do setor reexportador: "Atualmente estas indústrias são responsáveis por uma percentagem apreciável das importações e exportações do Estado. Seu faturamento tem crescido de maneira vertiginosa, muito maior do que o das outras indústrias da Zona Franca de Manaus. No entanto, a cidade de Manaus serve unicamente como base física para suas atividades, pois aproveitam um mínimo de matérias-primas e insumos locais, e constituem o setor industrial que menos emprega em relação ao valor da produção vendida, a qual na sua maior parte se destina a mercados fora do Amazonas. A produção de reexportação se concentra intensamente em eletrodomésticos, jóias, etc..., em produtos de alta relação valor/custo de transporte, caracterizando o fato de que Manaus atua como um entreposto, ponto de passagem que permite a obtenção dos incentivos fiscais".⁸⁴

Em razão dessas características o Plano apresenta as seis principais críticas contra a trajetória industrial da Zona Franca de Manaus até aquele momento:

- 1 - o baixo nível de regionalização, principalmente no ramo industrial reexportador, devido aos baixos níveis de participação da mão-de-obra e matérias-primas regionais nos custos das empresas que vieram usufruir incentivos após 1967. Em contrapartida o ramo indus -

⁸⁴ Ver PDP/ZFM, op. cit., p. 20.

trial exportador, tradicional beneficiador de matérias-primas regionais encontra-se em estágio de crescimento lento e junto com a Construção Civil são os que mais consomem insumos comprados localmente.

Por outro lado o baixo nível de regionalização da propriedade do capital, principalmente no ramo mais dinâmico da indústria - o de reexportação - que apresenta o mais baixo índice de integralização de capital por residente na Zona Franca (23%), reflete na pequena percentagem de desapropriação dos lucros extraordinários auferidos em decorrência do sistema de isenções fiscais, provocando uma significativa e crescente diferença entre a renda gerada no Estado, e a renda do Estado.

2 - o baixo nível de enraizamento dos empreendimentos emergentes dos incentivos após 1967, seja pelas "incertezas" que pairam sobre a continuidade dos benefícios fiscais, seja porque os próprios incentivos - por sua mecânica - têm favorecido um grau mínimo de adição do valor na Zona Franca de Manaus. Esta observação é agravada, então, pela constatação de que, por adicionar apenas um mínimo de valor na região, formá-se um circuito importador - reexportador em muito semelhante a um verdadeiro contrabando legalizado.

É o círculo vicioso da incerteza pois se pela atual mecânica de incentivos não há estímulo especial à regionalização - maior valor adicionado regional - o casuísmo do poder legisferante, na tentativa de contornar o problema, provoca uma elevação do nível de insegurança nas decisões de investir, o que por sua vez fortalece a aparência de ser a Zona Franca de Manaus, uma mera região de entrepostagem, à mercê de aventureiros.

- 3 - A indústria da Zona Franca de Manaus não apresenta satisfatória verticalização, circunscrita à montagem de uma extensa gama de produtos de consumo final no resto do país. O ramo de bens intermediários, representativo da desejável verticalização, apresentou um crescimento real do faturamento de apenas 24% no período 73-76, enquanto o reexportador no mesmo período cresceu mais de 700% (ver Quadro nº 5). Esta desproporção se explica, pois o ramo de bens intermediários tem muito pouca vinculação com o segmento reexportador, fornecendo seus produtos apenas para indústrias tradicionais. Os índices de nacionalização que estão sendo exigidos das empresas reexportadoras não tem quase nenhum poder de estímulo a favor da verticalização pois, revelam uma nítida

preferência apenas pelo bem intermediário que seja nacional em detrimento do insumo importado, não distinguindo entre o insumo que seja regional e o que não é.

4 - A competição desigual das reexportadoras na Zona Franca de Manaus com certos segmentos industriais do centro-sul, em razão do acúmulo de vantagens fiscais. Em decorrência da falta de harmonização entre os interesses industriais das duas regiões, recrudesce uma concorrência destrutiva que estaria ocasionando uma "excessiva" transferência de indústrias terminais do centro-sul para a Zona Franca de Manaus.

5 - A falta de uma suficiente absorção tecnológica nas indústrias da Zona Franca de Manaus, pois apesar das indústrias utilizarem técnicas sofisticadas - inclusive poupadoras de mão-de-obra semi-especializadas - não permite a incorporação gradual de Know-how pelos empresários nacionais. Embora seja esse ponto motivo de preocupação em todo o país, e não apenas em Manaus, é aqui, entretanto, que são mais evidentes as facilidades de importação de "caixas-pretas" tecnológicas.

Os índices de nacionalização impostos a estas empresas de alta tecnologia embutida, no

afã de trazer para território nacional a fabricação das "caixas-pretas", estariam, todavia, provocando um efeito totalmente indesejável, qual seja a crescente desnacionalização do capital nos segmentos verticalizados - os índices estariam obrigando a uma "territorialização" da fabricação de insumos, porém a custa de menos, e não de mais nacionalização. Isto poderia ocorrer sempre que o parceiro brasileiro das "joint - ventures" industriais não pudesse acompanhar as chamadas de capital necessárias à verticalização interna deixando espaço para maiores participações externas.

6 - As possibilidades reais da Zona Franca de Manaus sobreviver ao choque da sua reintegração ao complexo tributário nacional em 1997.⁸⁵

Uma análise dos efeitos de uma industrialização deste tipo, orientada para um mercado, que não onde estão instaladas as empresas, sobre o desenvolvimento sócio-econômico da região, em seu conjunto, tem que se distinguir entre seus efeitos macro e micro-econômicos. Enquanto os ingressos da região em particular, resultam geralmente reduzidos, inclusive as vezes negativos, a nível de empresa se obtêm benefícios extraordinariamente altos. O caráter

⁸⁵Ver PDP/ZFM, op. cit., p. 54-55.

de enclave da indústria orientada para a exportação faz com que os resultados econômicos da empresa não se transformem nem sequer, indiretamente, em ingressos para a economia local (reinvestimento de benefícios, por exemplo), e o que é mais grave, os resultados negativos da economia local, tão pouco tem efeito apenas a nível da empresa. E como pode se verificar as características do tipo de industrialização implantado em Manaus, analisadas sob vários aspectos: crescimento real de faturamento, percentual de insumos comprados localmente e no exterior, percentual de vendas locais, etc. (ver Quadro nº 37), nos permite comprovar a sua identidade com outras Zonas de Livre Produção existentes no terceiro mundo.

Quadro nº 37

Características de diversos setores industriais da Zona Franca de Manaus

Setores industriais	% do capital integralizado por residentes	% de insumos com prados localmente em 1976	% de insumos com prados no Exterior em 1976	% de vendas locais em 1976	crescimento real do faturamento entre 1973 e 1976
Bens de capital (indústria naval)	88	18	39	69	59
Construção civil (Imobiliária)	96	75	0	100	-11
Bens de consumo local	37	23	2	92	30
Exportadoras	75	89	5	5	59
Bens intermediários	56	17	49	72	24
Reexportadores	23	0,7	69	3	7,0

Fonte: Levantamento industrial da Zona Franca de Manaus - 1977 - Trabalho elaborado pelo CEAG-AM para a Coordenação Técnica do PDP/ZFM.

Elaboração: De Castro, Gonçalves e Associados. In: Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus - 1978, p. 21.

CAPÍTULO V

A ZONA FRANCA DE MANAUS E OS ATORES SOCIAIS:

A "NOVA" PEQUENA BURGUESIA

A estrutura de uma sociedade reflete o seu modo de divisão social do trabalho uma vez que ele está em estreita relação de interdependência com as relações de produção e com o nível das forças produtivas. Nesta perspectiva é um erro supor que os comportamentos dos indivíduos possam ser estudados independentemente das condições materiais - que são históricas e produzidas - sobre cujas bases eles entram em relações sociais. Não é possível estudar indivíduos isolados pois eles atuam numa determinada sociedade a partir da forma como esta se estrutura e do lugar que nela ocupam. Sendo assim, as condições materiais e as relações sociais não podem ser dadas de uma vez para sempre pois em determinadas circunstâncias históricas eles podem transformá-las substancialmente desde que a lógica do processo de acumulação se altere.

Vista sob este ângulo, a distribuição da população de uma determinada sociedade nas atividades produtivas, vale dizer na estrutura ocupacional, é consequência direta de uma determinada estrutura produtiva que se transforma historicamente. E uma das maneiras de se analisar esta transformação é centrar a atenção na contínua substituição dos setores produtivos dominantes. Quando um setor produtivo assume uma importância maior na economia ocorrem mudan -

ças na estrutura produtiva que, por sua vez, geram novas formas de organização.

No Amazonas o setor produtivo dominante é o setor primário, com ênfase no extrativismo. Nas décadas de 60 e 70 a maior parcela da população economicamente ativa está na zona rural ligada a atividades extrativas e agropecuárias. Em 60, de 212.949 pessoas ocupadas cerca de 70% (149.061) estão no setor primário, 8% (16.828) no setor indústria e 22% (47.060) no comércio e serviços. Em 70, ainda que caia um pouco a proporção, o setor primário continua liderando com 60% (167.648) mas há um crescimento nos dois outros setores: 11% para o setor indústria e 29% no comércio e serviços.¹

Na cidade de Manaus o setor produtivo que mais emprega é o setor terciário (comércio e serviços). Em 1960 das 44.854 pessoas empregadas cerca de 69,3% (31.053) estão no setor terciário, enquanto 15,1 (6.803) estão em atividades extrativas e agropecuárias e 15,6% (6.998) em atividades industriais. Em 1970, ainda que haja uma queda no setor terciário (65,3%), ele continua liderando. O setor secundário representa 26,2% e o setor primário sofre uma redução acentuada, 8,5%. (Ver Tabela 38).

O setor terciário é, portanto, o setor produtivo dominante em Manaus, seja por que serve de base para o escoamento da produção extrativa, seja porque nela estão instalados todos os aparelhos burocráticos do estado. No Estado do Amazonas, como um todo, a renda gerada no setor

¹ Ver Evolução da Força de Trabalho Industrial no Amazonas - item 4.3.2.

TABELA Nº 38

ESTADO DO AMAZONAS - MUNICÍPIO DE MANAUS

EVOLUÇÃO DO EMPREGO DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 10 ANOS POR SETOR E RAMO DE ATIVIDADE.

PERÍODO DE 1960 A 1980

SETORES E RAMOS DE ATIVIDADES	MUNICÍPIO DE MANAUS					
	1960	%	1970	%	1980	%
<u>Agropecuária e Ex- tratativismo</u>	6.803	15,1	7.431	8,5	8.419	3,9
<u>Atividades Indus- triais</u>	6.998	15,6	22.759	26,2	77.485	36,0
<u>Comércio e Servi- ços</u>	31.053	69,3	56.662	65,3	129.250	60,1
TOTAL	44.854	100	86,852	100	215.154	100

FONTE: F.IBGE - Censo Demográfico 1960, 1970 e 1980 (Dados preliminares)

serviços responde por mais da metade da renda global. Isto nos demonstra a enorme importância da cidade de Manaus, com relação ao Estado (Tabela 39). Com a implantação do processo da industrialização, via Zona Franca, principalmente a partir dos anos 70, o setor terciário passa a servir de suporte tanto para a indústria como para o extrativismo, pois, como vimos, parcela considerável da população continua dependente dos minguados ganhos nas atividades extrativas.

Em 1976, por exemplo, de uma população total de 440.000 habitantes na cidade de Manaus, a Codeama estimava uma população ativa de 242.000 pessoas, das quais 121.000 empregadas. Entre os empregados, aquele órgão de pesquisa estadual, estimava 30.848 nos setores industrial e agrícola que, somados a cerca de 20.000 empregos no comércio, perfaziam um total de pouco mais de 50.000 oportunidades de emprego nos ramos básicos da atividade econômica em Manaus. E, se compararmos este total com as 121.000 pessoas empregadas em quaisquer tipo de emprego, pode-se estimar que cerca de 70.000 pessoas encontravam-se alocadas em atividades de governo, construção civil, serviços (especialmente turismo) e numa quantidade indeterminada de sub-emprego.¹ Até 1979, os empregos industriais que representavam a parcela mais dinâmica das atividades econômicas de Manaus, cresceram à base de 11% ao ano e no setor comércio a ofer-

¹Ver Plano Diretor Plurianual da Zona Franca de Manaus (PDP/ZFM) ob. cit., p. 63.

TABELA Nº 39

ESTRUTURA DA RENDA INTERNA, SEGUNDO OS SETORES
AMAZONAS, NORTE E BRASIL - 1949/1959/1970/1975

E S P E C I F I C A Ç Ã O		P A R T I C I P A Ç Ã O R E L A T I V A (%)				
		1949	1959	1965	1970	1975
AMAZONAS	AGRICULTURA	35,7	23,1	21,7	20,3	12,0
	INDÚSTRIA	7,7	22,6	19,0	15,3	24,6
	SERVIÇOS	56,6	54,3	59,3	64,4	63,4
	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: AMAZÔNIA RENDA INTERNA - 1959 - 1978; SUDAM/CPR, 1982

ta de vagas aumentou em cerca de 13% ao ano.

Como já se mostrou em capítulos anteriores a "integração" da economia amazônica, no chamado período da borracha, ao mercado mundial cria na região, especialmente em Belém e Manaus, um importante aparelho urbano-burocrático e de serviços formado pelas agências do Estado, bancos e empresas exportadoras e importadoras. Como consequência estruturá-se, nesse período, uma forte pequeno burguesia composta basicamente de funcionários públicos e comerciantes (aviadores, principalmente). A burguesia "local" - seringalistas e grandes comerciantes - está pela própria dinâmica do processo, atreladas ao capital estrangeiro e impedidas de influenciar, em qualquer nível, a acumulação: é simplesmente "intermediárias" do capital na exploração e espoliação de riquezas da região. Na verdade, o Amazonas pela especificidade de sua economia - como demonstramos nos capítulos anteriores - não pode construir uma verdadeira classe burguesa. E a tendência, em razão de suas peculiaridades, foi a de se inserirem na lógica da acumulação não detendo, por conseguinte, qualquer poder quanto à sua determinação. A dinâmica desse processo nunca foi dada pelos "locais" - ainda que proprietários dos meios de produção - mas, por quem "fora" da região tinha possibilidades de determinar a própria lógica da acumulação.

Após o declínio da borracha, quando o Amazonas entra em completo declínio econômico e Manaus transforma-se num "porto de lenha", é quase impossível afirmar-se - dos anos 40 em diante - que existia uma classe burguesa local.

O processo de industrialização implantado com a Zona Franca em Manaus no final dos anos 60 vai ter como uma de suas conseqüências o aparecimento em cena de um ator social até então quase inexistente: o operário. Isso significa que do outro lado faça surgir - com suas próprias peculiaridades e pelo momento do processo de acumulação (monopolização) - uma burguesia industrial "local". O capital que permite deslanchar o processo é multinacional e mesmo quando ele se associa aos "locais" estes atuam apenas como "legitimadores" de sua entrada, ou melhor ainda, como "parceiros de segunda categoria".

Mas, se esta dinâmica não permite que se estruture uma forte burguesia local, propicia o multiplicar-se de outros grupos sociais que não sendo operários, também não são proprietários. Estrutura-se algo que aqui vamos denominar, usando o referencial teórico de Poulantzas, a "nova" pequena burguesia. Estamos nos referindo ao conjunto de trabalhadores improdutivos que, segundo a tradição marxista, compreende todos cujo trabalho contribui diretamente para a produção de mercadorias.

Este corte analítico, empreendido ao nível das relações sociais de produção, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, reagrupa um grande conjunto de trabalhadores assalariados da administração das empresas industriais, os agentes do Estado, os empregados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transportes, comunicação, turismo, etc...) e os que exercem profissões liberais.

A implantação da Zona Franca de Manaus baseada em uma política econômica adotada através da manipulação de mecanismos fiscais, creditícios e cambiais que permite a invasão das grandes empresas nacionais e multinacionais traz, como uma de suas conseqüências, o desaparecimento de inúmeras pequenas e médias empresas locais. Muitas dessas empresas sofrerão um processo de falência, porém, a maioria, é absorvida por grupos nacionais e internacionais, uma vez que a forma mais simples de se estabelecer em Manaus era associando-se aos "locais". Agora, tendo os "locais" como sócios, seriam estes que iriam encarregar-se de toda a negociação junto aos órgãos do Estado no sentido de obter financiamentos e incentivos. Numa sociedade onde as relações pessoais são muito fortes é evidente que seriam os associados aos locais que iriam obter os maiores benefícios. Dois exemplos marcantes dessa associação: a do grupo Sharp com um ex-governador do Amazonas e a do grupo Honda com a Mota-Importadora.

Ao emprestarem seu apoio político e sua capacidade de mobilização para a implantação deste modelo de desenvolvimento uma parcela da pequena burguesia - especialmente os estratos superiores - vê, a partir de então, como consequência do processo de concentração de capital, minimiza das suas chances de reprodução efetuar-se pela transmissão e/ou ampliação do patrimônio econômico.

É neste contexto de concentração de capital que a educação passa a constituir-se para a "nova" pequena burguesia, como uma estratégia de reprodução social.

5.1 - A Universidade e os Profissionais de Nível Superior no Amazonas

Em uma economia, que tenha por base o extrativismo, profissionais de nível superior são quase dispensáveis. Assim, até a implantação do processo de industrialização limitavam-se a ocupar "lugares" no aparelho burocrático do Estado ou atuar como profissionais liberais autônomos. Em ambas as hipóteses as possibilidades de ascensão dos mais baixos estratos da pequena burguesia era praticamente impossível. Na primeira hipótese por que os lugares eram poucos e "marcados" e a legitimação da "entrada" se dava via origem familiar: os pais eram substituídos pelos filhos; na segunda inexistia uma demanda dos serviços desses profissionais, o que era, em parte, consequência não só do tipo de economia, mas, também, do número reduzido da população que poderia comprá-los. Em ambos os casos, porque até meados da década de 60 inexistia no Amazonas o aparelho "formador" e "legitimador" das competências técnicas - a Universidade: até o final dos anos 50 só existia em Manaus uma Faculdade de Direito e uma Escola de Serviço Social.

"As opções abertas aos jovens eram praticamente inexistentes. A grande maioria dos estudantes, ao concluir o ginásio, buscava encontrar emprego nas repartições públicas, no Banco do Brasil ou no comércio; os que tinham mais recursos imigravam para o Sul, para outros Estados e cidades como Belém, Recife, Salvador e Rio, onde iam tentar a

sorte, à procura de empregos ou de Faculdades que lhes propiciassem ingresso numa profissão liberal. A Faculdade de Medicina da Bahia era a mais procurada. Os estudantes amazonenses que a frequentavam, ao voltarem no fim do ano para o gozo das férias na cidade, possuíam um tão elevado "status" social que despertavam em todos nós um sentimento de admiração e inveja. O mesmo ocorria com referência àqueles amazonenses que exibiam uniforme de cadete da Escola Militar do Realengo ou da Escola Naval.

O estudante secundário que ficasse em Manaus e quisesse continuar os seus estudos superiores só tinha uma opção: a velha Faculdade de Direito do Amazonas, da Praça dos Remédios, que substituíra a antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, única escola superior sobrevivente da antiga Escola Universitária Livre de Manaus, inaugurada a 22 de novembro de 1909, no apogeu do "boom" da borracha².

A Escola Universitária Livre do Amazonas é talvez a primeira a ser fundada sobre uma concepção de Universidade que só será absorvida e adotada no Brasil em 1920, ao ser criada a Universidade do Brasil, embora esta, na verdade fosse uma mera justaposição de escolas já existentes.

Inicialmente são criados cinco cursos:

²Ver BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco - antes e além depois*, ob. cit. p. 31.

a) Curso das Três Armas, segundo o programa adotado para as Escolas do Exército Nacional;

b) Curso de Engenharia Civil, de Agrimensura, Agronomia, Indústrias e outras especialidades, todos de acordo com os programas oficiais e com as modificações introduzidas pelos progressos da ciência;

c) Curso de Ciências Jurídicas e Sociais segundo o programa adotado nas Faculdades de Direito Federais;

d) Curso de Farmacêutico e Bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticos, pelos moldes da Escola de Farmácia de Ouro Preto;

e) Curso de Ciências e Letras, segundo o programa do Ginásio Nacional.

A Escola Universitária Livre de Manaus começa a formar profissionais desde 1911 quando colam grau 23 alunos: oito em Farmácia, dez em Odontologia e cinco em Agrimensura. Em 1914 cola grau a primeira turma de bachareis em Direito no Amazonas. Em 1913 passa a denominar-se Universidade de Manaus e reúne num só prédio todos os cursos em funcionamento.³

³Sobre a Universidade de Manaus ver: Aderson de Menezes, "A primeira Universidade Brasileira" in *Revista da Faculdade de Direito do Amazonas*. Manaus s. ed. s/d; Universidade de Manaus. *Revista Archivos*, Ano I n.ºs 2, 3, 4, 5 - (1911). Manaus, (1912) ano II n.º 3 e 4 (1912) Ano IV n.º 3 (1914). Manaus, s. ed. *Estatutos da Escola Universitária Livre de Manaus* (12.02.1919). Seção de Obras da Imprensa Oficial, Manaus, 1909 - R. Nilo de Faria Souza, *Escola Universitária Livre de Manaus; esboço para sua história*. Porto, Typ. da Imprensa Literária e Tipográfica, nov. 1912 e Luiza Maria Rebelo de Souza, *Extensão: trabalho de intelectuais para as classes populares - Dissertação de Mestrado* - EBAP, 1984.

O sonho de uma universidade no interior da Amazônia - como todos os outros - dura pouco. Criada em plena efervescência do período da borracha não resiste ao primeiro golpe que coincide, - e nem podia deixar de ser diferente -, com a queda dos preços da borracha. A reforma do ensino promovida por Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, ministro no governo Venceslau Brás e promulgada pelo decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 manteve a destinação do privilégio dos diplomas do Colégio D. Pedro II e dos que lhe eram equiparados, deixando de garantir, aos seus prosseguidores, matrículas nas escolas superiores. Instituiu-se para todos os aspirantes ao ensino superior, os exames vestibulares. Exigia-se a equiparação dessas escolas às oficiais, porém, colocava-se como condição que a equiparação só seria dada às escolas que funcionassem em cidades com mais de 100 mil habitantes, a não ser o caso de serem capitais de Estado com mais de um milhão de habitantes.

Era o fim do sonho. Seis anos depois a Universidade de Manaus não se enquadrava em nenhuma das duas hipóteses. O Governo Federal concede um prazo para que fosse procedida a equiparação. Mas como seria possível equiparar a Universidade de Manaus se não havia outras Universidades no país? A equiparação, portanto, deveria ser com outras faculdades oficiais. E das diversas faculdades que compunham a Universidade de Manaus a de Direito era a que apresentava a maior demanda e em determinados momentos chegou inclusive a ter seus alunos aceitos em outras Faculdades Federais. A Congregação Geral da Universidade tenta a

equiparação dos cursos isoladamente e em 1917 resolve conceder autonomia didática à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais para que ela pudesse ser equiparada às Faculdades de Direito Federais. Neste mesmo ano, é apresentado um projeto de lei ao Congresso Nacional que considerava a Universidade de Manaus como sendo de utilidade pública e que no ano seguinte transforma-se em lei (Lei nº 3454 de 6 de janeiro de 1918).

O Amazonas atravessa nesse momento uma de suas mais graves crises econômica. O auge do período da borracha chegara ao fim e a efervescência político-cultural praticamente se extingue. Manaus transforma-se num "porto de lenha". Os de fora que aqui viviam em função da borracha emigraram, os vínculos com o exterior pouco a pouco vão se extinguindo e a cidade, como de resto todo o Estado do Amazonas fica entregue a sua própria sorte..

Em 1923 a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Estado do Amazonas foi equiparada às demais faculdades oficiais. Dois anos depois, em 1925, com a Reforma Rocha Vaz vem o golpe final na Universidade ao aumentar o rigor e a rigidez para equiparar as faculdades livres às oficiais. E no ano seguinte, sem que tenha sequer formado um número razoável de profissionais, sem ter tido tempo para se consolidar, instalada numa cidade que é o próprio retrato de uma decadência e sem lideranças políticas de peso regional ou nacional, a Universidade de Manaus encerra sua atividade pioneira, deixando apenas como continuação de sua existência a Faculdade de Direito (já equiparada) a Escola

Agronômica de Manaus e a Faculdade de Farmácia e Odontologia. São dados vários prazos para que estas últimas se equiparassem às oficiais. Não conseguem e são impedidas de funcionar em 43, a de Agronomia e em 44 a de Farmácia e Odontologia.

Durante mais de duas décadas, portanto, a única escola de nível superior reconhecida e funcionando regularmente em Manaus é a Faculdade de Direito. E é aí que se formam as lideranças locais. É uma escola de elite, não só pelos horários - funcionava pela parte da manhã e à tarde -, pela exigência de terno e gravata para frequentar suas aulas (exigência só abolida no final dos anos 60), pelo conteúdo do curso e pelas oportunidade que o curso oferecia na estrutura de poder local. A ela só tem acesso os estratos superiores da pequena burguesia local e, quando alguém dos estratos inferiores conseguia frequentá-la, era apenas uma forma de se apresentar como "o lugar possível" de ser aspirado por qualquer um que tivesse "capacidade".

"As turmas da nossa Faculdade eram pequenas, o que reforçava os laços de amizade e coleguismo, e desfrutávamos um alto "status" na comunidade, ser acadêmico da Faculdade de Direito era ter uma perspectiva e um futuro promissor, pelo menos assim era a impressão que se tinha, pois pelo menos assegurava ao detentor do diploma de bacharel o exercício de uma alta função pública no magistério, na magistratura e na política. (...) Não somava nem cem estudantes a nossa Faculdade. As turmas eram pequenas como a

minha que começou com 12 colegas e terminou com apenas 8 bacharéis* (...)

.....

Relembro com saudade e emoção que nesse tempo eu era humilde despachante de bagagens da Panair do Brasil, exercendo funções no flutuante ao lado do "roadway" da Manaus Harbor, onde atendia aos passageiros dos hidroviões da Panair e da Pan Americana que transportavam a borracha dos seringais para o suprimento das forças aliadas na guerra. Trabalhava no expediente da madrugada, das 3:00 às 6:00 horas. Às 7 já estava na Faculdade assistindo aulas. Era meu companheiro de trabalho Francisco Xavier de Albuquerque, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal. À noite lecionava Economia Política na Escola Comercial Solon de Lucena (...).

.....

A participação dos estudantes na vida da Faculdade e da cidade era muito intensa, tanto de minha turma como de meus colegas contemporâneos. Fazíamos política no Diretório Acadêmico, editávamos a "Folha Acadêmica", participávamos de concursos literários, escrevíamos para os jornais da cidade e éramos presença obrigatória em todas as reuniões culturais. (...)

.....

*Turma 1941-1945.

*Foi um período sem dúvida difícil e árduo para toda a minha geração. Ao mesmo tempo em que cumpríamos as nossas obrigações acadêmicas e aprendíamos com os nossos mestres da Faculdade, trabalhávamos para nosso sustento, uns como professores, outros como jornalistas, empregados públicos ou na empresa privada, e ainda participávamos intensamente da vida cultural da cidade.*⁴

O depoimento de Samuel Benchimol relata não só o papel desempenhado por esta escola como formadora das elites locais como a própria trajetória da pequena burguesia manauara. Ele é sem dúvida um dos mais representativos atores sociais pois ao longo de sua vida assumirá um duplo papel: ideólogo da "burguesia local", principalmente da pequena burguesia que ascende - é um professor universitário, pesquisador e autor de vários livros sobre a Amazônia - e ao mesmo tempo, empresário dos mais bem sucedidos. Talvez seja o único que no Amazonas soube, utilizar-se das "brechas" que o capital internacional - associado abria na economia amazonense, sem a ele se aliar.

Ao lado dessa escola de elite, surge em 1941 uma outra destinada aos "menos" dotados intelectualmente: a Escola de Serviço Social. Criada por um Desembargador - André Vidal de Araújo - esta escola era quase um projeto familiar. Por suas ligações políticas - pertencia ao grupo político que durante a ditadura Vargas fez de Álvaro Boteelho Maia interventor no Amazonas - em 1946, cinco anos de-

⁴Ver BENCHIMOL, Samuel, ob. cit., p. 31-32.

pois, consegue que a escola seja reconhecida pelo Governo Federal. A Escola de Serviço Social que visava descobrir e desenvolver as vocações para a ação social conceituava Serviço Social como *"um conjunto de esforços feitos no sentido de adaptar e readaptar o maior número possível de indivíduos a condições normais de vida, ao mesmo tempo que desenvolve os quadros sociais úteis necessários à vida humana"*.⁵

Este quadro do ensino superior no Amazonas perdurou até a criação das Faculdades de Economia em 1958 e da de Filosofia, Ciências e Letras (1961) pelo Governo do Estado quando eram governadores Plínio Ramos Coelho e Gilberto Mestrinho, respectivamente. Na primeira, é forte a influência dos bacharéis em Direito, na segunda há um peso significativo dos oriundos da Escola de Serviço Social quando de suas criações.

A luta pela criação de uma Universidade é retomada no início dos anos 60, quando o Senador amazonense Arthur Virgílio Filho apresenta um projeto de lei no Senado Federal visando à criação da Universidade do Amazonas, projeto este transformado na lei nº 4.069-A de 12 de junho de 1962.

O objetivo da recém-criada Fundação Universidade de Manaus era "criar e manter a Universidade do Amazo-

⁵ Ver Luiza Maria Rebelo de Souza, ob. cit., p. 61. Segundo esta autora a conceituação de Serviço Social foi extraída de um papel timbrado da referida instituição.

nas, com sede em Manaus, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural". Somente em 64 é aprovado o Estatuto da Fundação (Dec. nº 53.699 de 13 de janeiro de 1964) e a partir daí começa a instalação e organização da área acadêmica.

Assim, em Manaus até 1964 quando se instala a Universidade do Amazonas funciona apenas uma Faculdade de Direito, responsável pela formação e legitimação da "elite local". Os menos dotados e aqueles que não pertenciam ao reduzido grupo que controlava o poder dirigiam-se para a Escola de Serviço Social. Estes profissionais considerados como profissionais menores destinavam-se basicamente ao magistério, lecionando disciplinas como Sociologia, Psicologia e Filosofia, ou a órgãos como SESI, SESC, SENAC, SENAI, LBA, etc... E se ingressavam na estrutura de poder do Estado eram vistos não como profissionais de nível superior mas como burocratas qualificados.

Com a criação em 58 da Faculdade de Economia e em 61 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começam a se formar novos tipos de profissionais de nível superior. Os economistas sendo absorvidos pelo setor terciário, principalmente nas empresas comerciais mais dinâmicas, ou porque eram filhos da "burguesia local" que começava a "sacar" as transformações que estavam acontecendo na sociedade brasileira a partir da segunda metade dos anos 50 e precisavam estar "legitimados" pela escola para assumir o lugar dos pais; ou porque sendo oriundos dos estratos mais bai -

xos da pequena burguesia não teriam espaço na estrutura de poder do Estado pois aí estavam instalados hegemonicamente - pelo menos até 1965 - os bacharéis em Direito.

Os médicos, engenheiros, arquitetos, etc... necessitavam frequentar cursos superiores fora de Manaus; medicina geralmente na Bahia e no Rio de Janeiro; engenharia em Minas Gerais (Ouro Preto principalmente), no Paraná e no Rio de Janeiro; arquitetura, no Rio de Janeiro, etc... É evidente que só poderiam dar-se a este luxo aqueles que já estavam legitimados por sua própria origem e encontravam o caminho aberto pelos pais, eles também, médicos, engenheiros, etc... e que por pertencerem aos estratos superiores da pequena burguesia poderiam arcar com o pesado ônus de manter um filho estudando fora de Manaus.

A implantação do processo de industrialização através da Zona Franca de Manaus modifica radicalmente este quadro. O surgimento das grandes empresas privadas e públicas, necessárias a produção de bens e serviço indispensáveis ao deslanchar do processo de industrialização, ao lado do crescimento do aparelho do Estado, vão agir no sentido de impedir a permanência do profissional autônomo. Forma-se uma verdadeira coação sobre esse grupo de profissionais. É que ao ampliar-se as "oportunidades" permite-se que os estratos mais baixos dessa "nova" pequena burguesia, que começa a se estruturar e que antes estavam alijadas do processo de ascensão social, agora possam ser incorporadas. Ampliam-se os lugares nas estruturas burocráticas e o discurso oficial legitima cada vez mais fortemente a amplia -

ção do leque de cursos oferecidos pela Universidade do Amazonas: "O processo de industrialização vai necessitar de profissionais de nível superior específicos. Deve-se aumentar o número de vagas e diversificar os cursos a serem oferecidos pela Universidade do Amazonas", diz um ex-reitor, em um documento oficial.

Neste momento implanta-se em todo o país a reforma universitária e ocorre todo um processo de massificação do ensino superior. Na Universidade do Amazonas são abertos tantos cursos que para alguns deles si quer há candidatos suficientes e para lá, então, são transferidos alunos excedentes de outras faculdades, localizadas inclusive fora da Amazônia. É típico o caso da Faculdade de Medicina que em seus primeiros anos de funcionamento tem mais alunos excedentes de outras universidades brasileiras do que de Manaus.

Deve considerar-se neste contexto que parte dos profissionais de nível superior permanecem autônomos e constituem uma minoria em relação ao grupo de profissionais liberais: são aqueles que têm seu lugar assegurado, seja por sua origem - filhos de médicos, advogados, engenheiros, etc... -, e que possuem, portanto, "nome" e "tradição" na cidade, seja porque são os mais "capazes". Porém, parte deste grupo, tendo todas as condições para se manterem autônomos, vão ser "absorvidos" passando a constituir a "elite tecnocrática", seja no aparelho do Estado, seja na burocracia das empresas privadas recém instaladas na Zona Franca de Manaus. E serão estes que representarão um papel importan

tíssimo na "abertura" da região ao capital internacional. Ligados a famílias ou grupos sociais importantes tendem, pela peculiaridade da sociedade amazonense onde as relações pessoais são muito fortes, a tornarem-se elementos indispensáveis ao capital: seja facilitando a "aprovação" dos projetos para recebimento dos incentivos fiscais nos vários órgãos do Estado (SEPLAN, CODEAMA, SUFRAMA, SUDAM, BASA, etc...) e neste caso, atuam diretamente como trabalhadores a serviço do capital, isto é trabalham nas próprias empresas multinacionais ou nacionais; seja como "servidores" do Estado, e nesta hipótese, mesmo ocupando "lugares" no aparelho burocrático atuam no sentido de "legitimar" a entrada do capital internacional.

Neste último caso, o processo de industrialização implantado na Zona Franca de Manaus lhes parece como a única forma viável e possível de desenvolver o Estado. A leitura dos pareceres dos "técnicos", principalmente os elaborados por economistas, que ocupam lugares estratégicos no Estado, nos vários projetos industriais visando o recebimento de incentivos fiscais, é uma prova concreta desta visão um tanto ingênua da realidade. Ao analisarem projetos em que o aporte de capital próprio era mínimo - na maioria das vezes não chegava a 10% do capital total - tecnologia a ser desenvolvida quase zero - era simples montagem de kits industriais - e o número de empregos criados insignificante - em sua grande maioria si quer era previsto a necessidade de técnicos de nível superior - legitimavam a implantação dessas indústrias em seus pareceres téc-

nicos, como a única maneira possível de desenvolver o Amazonas e transformar Manaus, de um "porto de lenha" abandonado às margens do Rio Negro em um "polo de desenvolvimento dinâmico e moderno" que irradiasse seus frutos por toda a Amazônia Ocidental. Daí qualquer tipo de indústria ser via e quanto maior fosse esse número melhor, pois, mais rapidamente se atingiria aquele objetivo.

Um grande número desses profissionais de nível superior não se dão conta de que estavam vivendo uma efetiva perda de "status" em relação à fase histórica anterior, ainda que agora estivessem incorporados ao novo modelo de crescimento econômico. Por outro lado, a monopolização e a concentração de capital que ocorre via Zona Franca de Manaus faz surgir um estrato superior, tecnocrático da administração das empresas e "holdings" multinacionais que lá se instalam e uma espécie de "proletariado profissional" representado pelos baixos estratos da "nova" pequena burguesia e que agora passam a ter possibilidade de ocupar um "espaço". A ascensão destes segmentos profissionais se dá via Universidade, através da obtenção de um diploma de curso superior. Assim, legitimados pelo "diploma" passam a ocupar um "lugar" nas empresas, principalmente nos ramos mais dinâmicos - eletro-eletrônico, transportes, relógios, etc... - lugar esse para o qual o diploma é perfeitamente dispensável e desnecessário.

Assim, nas grandes empresas multinacionais, principalmente, ou nacionais, ao lado dos "executivos" geral -

mente "importados" do Centro Sul (Rio e São Paulo), surge um conjunto de profissionais de nível superior ocupando lugares para os quais não é necessário qualquer formação universitária e que são constituídos basicamente pelos "locais" oriundos dos mais baixos estratos da pequeno burguesia.

5.2 - Os Mecanismos Ideológicos de Dominação: A Divisão Trabalho Manual/Trabalho Intelectual

Desde o momento em que a acumulação capitalista impôs aos trabalhadores a especialização e limitação de suas capacidades, surgiu um problema para a classe dominante; era-lhe indispensável justificar-se como classe dominante e esconder o fato de que a aceleração da divisão social do trabalho, com todas as suas consequências, nada mais fazia que melhorar e intensificar as condições de exploração da força de trabalho. Era necessário disfarçar a intensificação da divisão social do trabalho apresentando-a como um fato natural. Mas, para isso é necessário uma gigantesca operação ideológica que consiste em explicar a fragmentação de toda a atividade humana e a especialização forçada em razão de um imperativo "racional". É neste quadro que surge a distinção entre "trabalho manual" e "trabalho intelectual", difundida com a finalidade de impor uma hierarquia ao mundo do trabalho e de convencer o conjunto dos trabalhadores que uma tal hierarquia derivava de uma distribuição desigual de "dons" e de "méritos"⁶. E agora nesta completa manipulação ideológica entra em cena a escola burguesa. Assim, a posse de uma capacidade inata mais a aquisição de novas capacidades através da escolaridade, dariam origem ao estabelecimento de uma hierarquia de prestígio social que nada mais faria que consagrar as "desi -

⁶Ver Bourdieu, Pierre e Passeron, J. C. *A reprodução - elemento para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975.

gualdades" de aptidão existentes entre os trabalhadores.

Ao difundir esta pseudo divisão entre "trabalho manual" e "trabalho intelectual" e impor, em consequência, uma hierarquia ao mundo do trabalho, a classe dominante e o Estado capitalista visavam consolidar seu domínio e extinguir a possibilidade de união de todos os trabalhadores produtivos ou improdutivos.

A "nova" pequena burguesia não pertencendo à classe dos proprietários dos meios de produção, se situa na estrutura social sob o efeito da divisão trabalho intelectual/trabalho manual "do lado" do trabalho intelectual. Isto significa que mesmo sendo trabalhador assalariado, ele não se confunde com a classe operária. Para Poulantzas "a divisão trabalho intelectual/trabalho manual marca o conjunto da nova pequena burguesia que se situa nessa divisão, e em relação a classe operária, do lado ou no campo do trabalho intelectual, seja de forma direta, seja de forma indireta. Essa nova pequena burguesia, produto da reprodução ampliada do capital monopolista, está situada em relação à divisão ampliada trabalho intelectual / trabalho manual, que caracteriza o modo de produção capitalista"⁷.

O trabalho intelectual, por sua vez, também fracionado, distribui a "nova" pequena burguesia em ocupações que a aproxima mais ou menos da classe operária ou da bur

⁷Ver POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, p. 273.

guesia. Dominada pela ideologia da "mobilidade social", esta vive na expectativa de ascender dentro das hierarquias ocupacionais. E o aparelho essencial de passagem aos privilégios da burguesia, é ainda o aparelho escolar que pela "formação-qualificação" do trabalho intelectual funciona como distribuidor de certos agentes desta pequena burguesia. Daí que, para Poulantzas, a função principal da escola capitalista não é a "qualificação" do trabalho intelectual e do trabalho manual de formas diferentes, mas de desqualificar o trabalho manual, valorizando e qualificando apenas o trabalho intelectual. Assim, há uma específica forma de escolarização pequeno burguesa que substitui o aprendizado no local de trabalho pela formação escolar e este grupo ao se submeter a esta formação incorpora uma série de "rituais" e "segredos" que passam a estabelecer demarcações sociais simbólicas. De posse do "monopólio e do segreto do saber" esta pequeno-burguesia afasta-se da classe operária pois esta encontra-se excluída não só da posse como da manipulação destes conhecimentos, o que vale dizer, do trabalho intelectual⁸.

⁸Ver POULANTZAS, Nicos, ob. cit., p. 275.

5.2.1 - A Universidade como legitimadora dos "lugares" da "nova" pequeno burguesia

O sistema educacional serve a um modo de produção baseado na divisão técnica e social do trabalho, operando de maneira bastante evidente uma distinção prática entre o "conhecimento" e o "saber fazer", isto é, entre o conhecimento abstrato e a competência técnica. O "lugar" privilegiado da legitimação da competência técnica no sistema educacional é a Universidade, onde só tem acesso os grupos privilegiados de uma determinada sociedade. E ainda que houvesse uma "proletarização" da Universidade nada se alteraria no sistema educacional desde que fosse mantida a divisão do trabalho na produção, onde o conhecimento tem um valor de mercado. Mas, há que se ressaltar que não é somente a competência técnica que tem valor de mercado, pois esta só terá valor se vier acompanhada da "comprovação", isto é expressa em títulos e diplomas outorgados pela escola. E não raras vezes chega-se ao extremo de valorizar unicamente o "título" sem que a competência técnica seja sequer considerada. Desta forma a escola passa a exercer um verdadeiro monopólio na difusão de conhecimentos.

Assim, a escola, vale dizer a universidade, é verdadeiramente adequada ao seu fim e, nesse sentido, formadora, através das "inadequações" da formação escolar, do trabalho intelectual e da legitimação dos postos realmente ocupados pelos seus portadores. Deve-se destacar o fato de um número considerável de portadores de altos diplomas escolares serem colocados em lugares subalternos - principal

mente aqueles pertencentes a "nova" pequena burguesia. Esses lugares subalternos, porém, são investidas de um quo-ciente de "trabalho intelectual" que os afasta ainda mais, sob certos aspectos, da classe operária. *"Se uma secretária - datilógrafa bacharelada se sente frustrada em suas esperanças, isso não evidencia que ela se aproximará automaticamente da classe operária; é também muito possível que sua proximidade da classe operária articulada à sua qualiificação escolar, reforce nela suas práticas de distinção da classe operária".⁹*

O aparelho escolar desempenha, portanto, um pa-pel específico na distribuição dos agentes entre os luga-res das classes sociais, sendo esse papel muito mais impor-tante para a "nova" pequena burguesia, e secundário para a burguesia e para a classe operária. Os agentes dessas duas classes fundamentais, eles próprios ou seus filhos, não são distribuídos, no sentido literal, pela escola ou, mais cla-ro ainda, eles permanecem no lugar como se fossem ligados a esses lugares e a escola consagrando e legitimando essa ligação. Já o deslocamento da "nova" pequena burguesia es-tá diretamente ligado ao aparelho escolar, principalmente à Universidade. Porém, na ordem do trabalho intelectual ela ocupa um lugar dominado. É o que o monopólio do saber ao tornar-se "função do capital", traça linhas de dominação no próprio seio do trabalho intelectual onde elas se

⁹ Ver POULANTZAS, Nicos, *ob. cit.*, p. 282.

reproduzem. Essas linhas, por sua vez, escondem a divisão fundamental exploradores - explorados, sendo os assalariados não produtivos também explorados pelo capital.

A grande heterogeneidade funcional aliada a sua não inserção direta no processo de produção de mercadorias concretas, faz com que esta "nova" pequena burguesia não tenha uma ideologia própria e seja de modo geral bastante penetrada pela ideologia da classe dominante. Como uma das características básicas dessa ideologia é a propaganda da igualdade de oportunidades, traduzida numa suposta possibilidade de mobilidade social ascendente é possível - dada essa grande heterogeneidade - que lugares hierarquicamente superiores sejam atingidos utilizando-se o sistema escolar como legitimador desse processo. Não é demais ressaltar a inutilidade da problemática da mobilidade social *"lembrando simplesmente que o aspecto fundamental da reprodução das relações sociais - das classes sociais - não é o dos agentes, mas aquele da reprodução dos lugares dessas classes"*¹⁰.

Em um modo de produção baseado na divisão do trabalho toda a ação da escola contribue para modificar e justificar a apropriação desigual do excedente. Daí o caráter abstrato do ensino, não só nos graus mais baixos da pirâmide escolar como na Universidade, e que consiste, basicamente, em ser conhecimentos de fenômenos e fatos que os alunos não tem experiência. Ou mais claro ainda, de conhe

¹⁰Ver POULANTZAS, Nicos, ob. cit., p. 276.

cimentos que não podem ser utilizados diretamente para o domínio e transformação da realidade. Assim, todos aqueles que saem da escola comprovam a amarga experiência da inutilidade dos conhecimentos recebidos e a sua inaplicabilidade as tarefas produtivas e a vida social. Os que saem da Universidade devem reaprender sua profissão no mundo do trabalho e na sociedade. Isto é, devem transformar seus conhecimentos em conhecimentos reais, em um período posterior a escola.

Em um contexto desta natureza a Universidade não abre a esta "nova" pequena burguesia nenhuma possibilidade de acesso ao poder já que a simples obtenção de um diploma universitário não promove a sua ascensão às posições de classe dominante e, quando muito permite que o sucesso seja medido pelas chances de maior remuneração. Assim, sem que se alterem as características básicas da sociedade - divisão em classes - o atingimento de novos postos traz uma ilusão de recompensa pelo esforço dispendido, recompensa geralmente expressa em termos de rendimentos mais altos.

O preenchimento dos lugares hierarquicamente ou profissionalmente superiores é legalizado, então, por meios aparentemente neutros e isentos; a "qualificação" e o "conhecimento", providos pelo sistema educacional em geral e pela Universidade, em particular. As perspectivas de ascensão deste grupo social estão, portanto, intimamente ligados à obtenção do diploma de um curso superior que "prova" a qualificação de conhecimentos e habilita-os a "disputar" um lugar um pouco acima daquele em que se situam.

No Brasil, especialmente no Amazonas, porém, há uma especificidade com relação ao papel desempenhado pela Universidade nos últimos anos. É que o número de estudantes que ingressam na Universidade tem aumentado bastante e, como não há criação de mercadorias abstratas, ela passa a ter um papel restrito em termos de favorecer a mobilidade social ascendente. Isto se dá em razão da existência de um grande número de pessoas supostamente qualificadas o que faz com que o "mérito" individual diminua e o mercado de trabalho, em termos relativos, se torne menos receptivo.

A Universidade passa, então, não mais a garantir a ascensão social mas a servir de meio através do qual os agentes desta "nova" pequena burguesia não sejam "rebaixados" de seu posicionamento na sociedade. Já para os de origem burguesa ele cumpre apenas a função de legitimação de uma posição que "a priori" já lhes estava reservada, não importando muito o ramo ou a especialização pois para estes o que interessa é o nível do diploma e não a sua especificidade. No que se refere a pequena burguesia a mobilidade não é de forma alguma muito grande, mas, de qualquer modo, para estas a Universidade desempenha cada vez mais o papel de garantir o lugar, ou seja, não descer na escala social. Isto está associado a tendência de que profissionais com curso superior buscam, cada vez mais, empregos que poderiam ser assumidos por profissionais de nível médio. E mesmo que esses empregos se destinem formalmente a indivíduos com curso superior, em geral, este não

é em nada necessário para o melhor desempenho da função e contribui, na maioria das vezes, muito pouco para assegurar melhorias salariais. Nas indústrias da Zona Franca um número razoável de operários qualificados percebem salários superiores aos profissionais de nível superior que atuam como seus supervisores.

Esse mecanismo sendo exercido em todos os níveis de escolaridade contribui para engrossar a massa de indivíduos "sem qualificação" ou "semi-qualificados", o que garante salários baixíssimos para os operários e demais trabalhadores assalariados. Desta forma, evita-se assim a constatação de que existe um desemprego real em todos os níveis pois este ao ser passado para baixo, garante uma mão-de-obra barata e permite, por conseguinte, uma acumulação mais rápida de capital.

A Universidade é, sem dúvida alguma, um instrumento homogeneizador da sociedade. Homogeneizador do ponto de vista da distribuição dos agentes sociais nas distintas tarefas produtivas, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, um lugar definido na estrutura social: um lugar que lhe permite privilégios ou ser explorado e dando-lhes, por outro lado, a justificação e a aceitação das relações de exploração.

5.3 - Os atores; os profissionais de nível superior nas indústrias da Zona Franca de Manaus

As transformações ocorridas nas condições materiais da produção e a complexidade atingida pela divisão do trabalho social levaram a proliferação de uma gama variada de trabalho. Qualquer processo de produção complexo deve ser organizado, mas na produção capitalista, o consumo da força de trabalho é ao mesmo tempo produção de mercadorias e de mais-valia daí a função do organização tornar-se também uma função do capital e como tal ela adquire uma especificidade própria.

Os grandes complexos industriais constituem hoje a estrutura do capitalismo monopolista e para sobreviverem necessitam concentrar e manter o poder nas mãos de poucos. Isto, porém, está em contradição com a dimensão e a complexidade de tais organizações. Então, para resolver tal contradição a grande empresa capitalista utiliza-se da pirâmide hierárquica que lhe permite controlar as diversas fases do processo produtivo através da delegação de poderes e da responsabilidade em cascata com mecanismos financeiros e de repressão para assegurar obediência. Mas, só esses mecanismos não seriam suficientes, então, torna-se necessário, também, reduzir a importância das decisões individuais, tornando cada vez mais automático o funcionamento da empresa, separando cada vez mais as fases que compõem o processo. Desta forma, isola-se as diversas atividades da empresa de forma que as suas relações apenas possam ser compreendidas e manobradas de cima e como consequência a em

presa só pode ser administrada da cúpula.

É dentro desta lógica que se inserem as empresas implantadas na Zona Franca de Manaus. Em 1979, ano em que foi realizada a pesquisa, existiam 66 empresas funcionando no Distrito Industrial, empregando cerca de 23.115 pessoas (dados de setembro de 1979) distribuídos nos seguintes cargos e funções: 170 cargos de diretoria; 211 de gerência; 915 de técnicos (dos quais apenas 176 possuíam curso superior); 621 cargos de supervisão e 16.416 operários. Como se vê do total de pessoas empregadas, aproximadamente 29% exerciam cargos na estrutura burocrática das empresas.

No capitalismo monopolista conjugam-se diversos fatores que levam a criação de estruturas hierarquizadas e que prescindem em muitos escalões de indivíduos responsáveis pelo controle do processo de produção, já que a própria estrutura hierárquica faz esse controle. A estrutura hierárquica controla, quando enquadra trabalhadores em funções delimitadas pelo cumprimento de tarefas específicas e pré-determinadas, aliada evidentemente a técnicas de redução do tempo necessário ao desempenho de tarefas a um mínimo indispensável.

Gorz chama atenção para o fato de que as técnicas de produção e a organização do trabalho sempre tiveram uma dupla finalidade: tornar o trabalho mais produtivo possível e impor ao operário o rendimento máximo através do ordenamento dos meios de produção. Diz ele:

"As técnicas capitalistas não visavam maximizar a produção e a produtividade em geral de quaisquer trabalhadores, foram concebidas para maximizar a produtividade para o capital de trabalhadores que não tinham nenhuma razão para colaborar, dado os fins da sua produção lhes serem ditados por uma vontade inimiga. Para os obrigar a vergar-se a esta vontade, era preciso que perdessem não apenas a propriedade dos meios de produção, mas também em toda a medida do possível, o controle sobre o funcionamento desses meios, isto é, o poder - feito de habilidade de conhecimentos profissionais, de *savoir-faire* - de assegurar o funcionamento das máquinas por si próprios, sem o concurso de um enquadramento teórico composto de engenheiros, de técnicos, de profissionais de manutenção de preparadores, etc., de todo um gênero de pessoas que, tecnicamente, a fábrica poderia dispensar, mas cuja função política é perpetuar a dependência dos operários, a sua subordinação, a sua separação dos meios e do processo de produção. A função hierárquica da fábrica reside, em última análise em subtrair ao controle operário as condições e as modalidades do funcionamento das máquinas, fazendo da função do controle, uma função separada. Apenas deste modo, os meios e o processo de produção podem ser erigidos em potência estranha, autonomizada que exige dos operários a sua submissão".¹²

¹²Ver André Gorz - O despotismo da fábrica e o seu futuro, In: *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Escorpião, Porto, 1976, p. 90.

A tentativa de analisar o papel desempenhado pelos profissionais de nível superior - os "técnicos" - nas indústrias da Zona Franca de Manaus dentro de um contexto desta natureza, foi no sentido de apreender não só a ação técnica mas, principalmente, a ideológica desenvolvida por eles, uma vez que, estão inseridos em diferentes posições na hierarquia funcional da empresa, desempenhando papéis específicos.

O caráter ideológico da prática desses profissionais "permite destacar seu papel, em primeiro lugar, na manutenção e reprodução da unidade entre infra e super-estruturas, revelando desta forma a sua vinculação com as classes fundamentais. E se atualmente a base do novo tipo de intelectual deve ser dado pela "educação técnica", intimamente relacionada com o trabalho intelectual, esses técnicos de nível superior, que Gramsci qualifica de "auxiliares" ou "aliados", reforçam o poder da classe dirigente, seja como base política, seja como viveiros dos quadros intelectuais e políticos simultaneamente".¹³

É possível então, concluir-se que a construção da hegemonia da burguesia monopolista, como classe dirigente, depende essencialmente de práticas de categorias sociais diretamente ligadas ao processo produtivo. Determinadas categorias desses profissionais ao se ocuparem da or

¹³Ver Hugues Portelli - *Gramsci y el bloque historico*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1974, p. 87.

ganização do processo de trabalho no interior das empresas, assim como supervisionar e comandar os operários, exercem uma das funções dirigentes próprias do capitalista,

Como o processo de industrialização implantado em Manaus é baseado em indústrias de montagem, típicas de Zonas de Livre Produção, as "funções técnicas" do processo produtivo - principalmente de determinados profissionais, como os engenheiros, por exemplo - consistem na adaptação da força de trabalho disponível à tecnologia importada, com vistas ao aumento da mais-valia. E como a intensificação da produção baseia-se na tecnologia importada, as atividades criadoras ocorrem fora de Manaus, principalmente no exterior, onde as indústrias têm suas matrizes. Daí que as atividades para utilização dessa tecnologia importada - adaptação, instalação, manutenção e reparação - transformam o trabalho desses técnicos em suplementar ao desenvolvido nos países centrais.

Estas empresas, como são organizações complexas, tendentes a concentração e centralização de poderes, necessitam de pessoas que planifiquem, coordenem e administrem novas rotinas para serem desempenhadas pelos trabalhadores. Criam-se, então, funções para uma gama diferenciada de profissionais, particularmente para tarefas de coordenação e gerência. A separação da função de controle da de execução faz surgir no interior dessas empresas, um verdadeiro exército de técnicos, de administradores e de empregados burocráticos. Em 79 quando foi realizada a pesquisa nas

indústrias do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus cerca de 29% do pessoal empregado exerciam funções de controle.

A pesquisa constatou a existência de 178 profissionais de nível superior - cerca de 0,77% do total de pessoas empregadas - dos quais 156 foram entrevistados (88,6%). Destes, apenas 12 (10 engenheiros e 2 químicos) exerciam funções técnicas relacionadas com seu curso superior, o que representa 7,7% do total. Os demais 144 profissionais - excluindo-se os 12 médicos, 11 assistentes sociais, um odontólogo, uma pedagoga que coordenava uma creche e um psicólogo que funcionava como "reporter" - ocupavam lugares na hierarquia funcional das empresas (75,6%) (Ver Tabela 40).

Pode-se identificar nessas indústrias a existência de duas categorias de técnicos: os de produção e os de organização. Os primeiros têm a seu cargo a aplicação e adaptação da tecnologia importada e são em número reduzidíssimo (12) em razão das peculiaridades do processo produtivo. O tipo de industrialização implantado na Zona Franca não os necessita e quando a tarefa é um pouco mais complexa, esta é realizada por técnicos importados de São Paulo, onde as empresas, em sua maioria, possuem suas matrizes "nacionais" ou por técnicos vindos do exterior sob a forma de assistência técnica. O pagamento de serviços, principalmente serviços de assistência técnica junto com lucros, juros, etc., em 1976, por exemplo, suplantou os novos investimentos. Os técnicos de organização referem-se

TABELA 40
PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O CARGO E O CURSO DE FORMAÇÃO

CARGO	C U R S O S															
	TO- TAL	DIREI- TO	ECONO- MIA	ADMI- NISTRA- ÇÃO	CIÊN- CIAS CONTÁ- BEIS	ESTU- DOS SO- CIAIS	MEDI- CINA	QUÍ- MICA	SERVI- ÇO SO- CIAL	ODON- TOLO- GIA	FILO- SOFIA	PSICO- LOGIA	PEDA- GOGIA	SOCIO- LOGIA	LE- TRAS	ENGE- NHARIA
Contador	12		1	1	9	1										
Gerente	44	3	7	9	4	1		1						1		18
Controler	3		2		1											
Diretor	16	2	4	6	1			1			1					1
Assistente de Direto- ria	1			1												
Tesoureiro	1			1												
Chefe de Divisão	1			1												
Assessor	5		2	3												
Encarregado de Produ- ção	1			1												
Chefe de Departamento	9		1	2								1				5
Superintendente de con- trole de qualidade	1			1												
Técnico em contabili- dade	1		1													
Selecionador de Pes- soal	1					1										
Médico	12						12									
Chefe de Pessoal	3	2										1				
Chefe de Vendas	1	1														
Assessor Jurídico	1	1														
Assistente Social	11								11							
Químico	2							2								
Superintendente in- dustrial	1							1								
Supervisor	4											1				3
Total		9	18	26	15	3	12	5	11		1	3		1		27

Continua...

CARGO	C U R S O S															
	TO- TAL	DIREI- TO	ECONO- MIA	ADMI- NIS- TRA- ÇÃO	CIÊN- CIAS CONTÁ- BEIS	ESTU- DOS SO- CIAIS	MEDI- CINA	QUÍ- MICA	SERVI- ÇO SÓ- CIAL	ODON- TOLO- GIA	FILO- SOFIA	PSICO- LOGIA	PEDA- GOGIA	SOCIO- LOGIA	LE- TRAS	ENGE- NHARIA
Reporter	1											1				
Odontólogo	1									1						
Coordenadoria de Creche	1												1			
Promotor comercial	1														1	
Inspetor de Produ- ção	1															1
Analista de Siste- ma	1															1
Engenheiro	10															10
Chefe de Produção	1															1
Chefe de Setor	1															1
Chefe de Turma	1															1
Encarregado de Fa- bricação	2															2
Encarregado de Ma- nutenção	1															1
Sem Indicação	3															3
Total	156									1		1	1		1	21

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

FACULDADES	C U R S O S															
	TO- TAL	DIREI- TO	ECONO- MIA	ADMI- NIS- TRA- ÇÃO	CIÊN- CIAS CONTÁ- BEIS	ESTU- DÓS SO- CIAIS	MEDI- CINA	QUI- MICA	SERVI- ÇO SÓ- CIAL	ODON- TOLO- GIA	FILO- SOFIA	PSICO- LOGIA	PEDA- GOGIA	SOCIO- LOGIA	LE- TRAS	ENGE- NHARIA
Univ. Católica de Pe- trópolis - RJ	1															1
F. S. Bernardo do Cam- po - SP	1	1														
IME - SP	1															1
Academia Naval	1															1
Espanha	1															1
F. de Engenharia de Mauá - SP	1															1
Mackenzie	1															1
Total	156	1														6

Fonte: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

tanto aqueles que organizam interiormente as empresas como aqueles que administram e constituem a grande maioria.

Há, portanto, uma diferenciação fundamental entre as duas categorias uma vez que, suas funções e o papel por eles desempenhados são completamente distintos. Os de produção pertencem de maneira mais precisa a categoria "técnico" no sentido clássico da palavra, enquanto que os chamados de organização são verdadeiros "intermediários" do capital. Ao desempenharem seus papéis exercendo poder sobre o conjunto dos trabalhadores diretos, inserem-se mais fortemente numa pirâmide hierárquica, no topo da qual se encontram aqueles que tomam as decisões mais importantes e tudo controlam. As ordens e as responsabilidades "em cascata" fazem com que estes papéis se assemelhem a delegações ou parcelas da função dirigente. E o fato destes "técnicos" estarem separados dos operários exercendo sobre eles uma função de controle faz com que pensem que não será possível nunca suprimir suas funções e levam os trabalhadores a considerá-la precisamente como tal. Quando a função de controle era desempenhada por "técnicos locais" a ela se juntava uma outra: "enquadrar" os operários amazonenses à lógica da exploração. Para os operários, que em sua grande maioria, haviam vindo do interior do Amazonas, onde eles ou suas famílias viviam do extrativismo, adaptar-se a um processo industrial que os transformavam em peças de uma cadeia de montagem, significava submeter-se a um dos mais violentos processos de exploração.

Um chefe de pessoal entrevistado relatou que seu maior trabalho consistia em explicar aos operários o valor do seu salário. Como os salários em sua maioria variavam em função das horas extras trabalhadas, quando estas diminuam, conseqüentemente o salário também variavam. Os operários não conseguiam entender essa variação e era necessário alguém que "traduzisse" para eles, a oscilação em seu salário. Quando o trabalhador entrava em férias e recebia o salário adiantado era necessário também uma explicação. Relatos como esse nos leva a entender porque somente em 85, após dezoito anos de Zona Franca, os operários conseguem realizar uma greve geral paralisando todo o Distrito Industrial.

Um documento elaborado em 1980 pela Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais do Amazonas no qual são analisados "aspectos específicos da situação da mão-de-obra empregada no Distrito Industrial", ao tratar da alta rotatividade no Distrito Industrial afirma:

"Já em 1977, 67,2% das pessoas admitidas foram para substituir pessoas que tinham sido admitidas. em 1978 o percentual da substituição ficou em 58,18%. Essa situação se verifica com maior intensidade no Distrito Industrial em razão dos choques de comportamento entre o dirigente, proveniente de outro meio, com hábitos diferentes e muito mais exigente na dinâmica da produção. A falta de capacitação para o trabalho também concorre para isso. A maior incidência de demissões está na mão-de-obra diretamente ligada

ã produção".¹⁵

Era para evitar esse "choque" entre os dirigentes de fora e os operários que grande parte dos técnicos eram contratados. Sua função principal era a de "adaptar" o operário ao processo de industrialização. Cumpriam bem, alguns até exageravam. Uma entrevista realizada com um dos diretores de uma multinacional extremamente automatizada, em que os operários mais pareciam robôs, revelou que os "técnicos locais" ao exercerem funções de chefia ou supervisão eram mais inflexíveis com os trabalhadores que os vindos de São Paulo. Em determinado momento, foi necessário substituí-los pois a produção começava a cair como forma de reação dos operários.

Apesar de casos como este, a pesquisa revelou que profissionais de nível superior "locais" vêm ocupando, cada vez mais, cargos destacados na hierarquia interna das empresas, principalmente, depois da exigência por parte da SUFRAMA de que um dos diretores fosse residente em Manaus. Esses "diretores residentes", na verdade, desempenhavam função de gerentes e possuíam pouquíssima autonomia, limitando-se na maioria das vezes a empregar e demitir operários. Desempenham, portanto, um duplo papel: por um lado, são porta-vozes do capital no interior das empresas e, por outro lado passam a ser intérpretes e decifradores das ex-

¹⁵ Documento elaborado pela Secretaria de Trabalho e Serviços Sociais que analisava: Características sócio-econômicas da população de Manaus - mimeo. Manaus, 1980.

pectativas e dos códigos de conduta dos operários.

Deve ser destacado entre estes profissionais um pequeno grupo, pertencentes em sua maioria a "famílias tradicionais" ou, que ocupavam cargos de destaque na estrutura de poder do Estado que foram cooptados por muitas dessas empresas para desempenharem um específico papel. Seja por suas origens, seja pelos cargos que ocupavam tinham acesso a todas as esferas de poder local, eram contratados pelas empresas, geralmente em cargos de gerência ou direção e, tinham como atividade principal "facilitar" os contatos com os órgãos encarregados da aprovação dos projetos industriais visando a concessão dos incentivos fiscais e com as agências de financiamento que operavam na região. Seus salários eram superiores aos dos demais profissionais e a justificativa apresentada pela empresa era a importância do cargo exercido anteriormente pelo técnico na burocracia do Estado. Destes profissionais alguns permanecem, embora hoje não sejam mais tão indispensáveis pois as empresas não necessitam mais de "intermediários". Outros voltaram para a burocracia do Estado, agora, porém em posições muito mais destacadas pois "negociaram" a sua volta usando o peso político dos operários das empresas em que trabalhavam, nas eleições.

É preciso salientar também que um dos aspectos mais importantes da pesquisa realizada no Distrito Industrial foi a revelação que tanto os técnicos de nível superior "importados" do centro sul como os "locais" pertenciam, por suas características, aos mesmos estratos da pe-

quena burguesia. Para ambos, ocupar "lugar" na estrutura das empresas significava uma ascensão profissional, o que vale dizer, uma ascensão na estratificação social. O que os distinguia é que para os de "fora" havia sido necessário sair de seu lugar de origem e vir para Manaus, pois lá, pelas suas próprias origens - baixos estratos da pequena burguesia - pela concorrência e, por ter o processo de industrialização se desenvolvido com outras características, não tinham mais possibilidades de ascensão. Um dos técnicos entrevistados, um controller de uma das maiores multinacionais do Distrito Industrial dá um depoimento esclarecedor:

"Meu pai é funcionário público e só tem o 2º grau. Minha mãe apenas o primário. Comecei a trabalhar aos 14 anos como office-boy e tive sempre que estudar à noite. Frequentei faculdade particular sem nenhuma tradição. Quem concorria comigo em São Paulo, tinha estudado nos melhores colégios, se formado no Mackenzie e possuía curso de especialização no exterior. Com estes eu não podia concorrer. A possibilidade de vir para Manaus significava ocupar um lugar que em São Paulo eu jamais teria chance".

Dos 156 profissionais de nível superior entrevistados apenas 77 haviam cursado escolas de nível superior no Amazonas (64 na Universidade do Amazonas e 13 na UTAM* o que representa menos de 50% dos profissionais de nível

*Escola de nível superior estadual que forma "tecnólogos".

superior do Distrito Industrial. Entre os 79 de "fora", 10 eram estrangeiros com curso superior feito fora do Brasil; 29 formados por faculdades públicas e 47 por escolas particulares, em sua maioria do interior ou da periferia de São Paulo. (Ver Tabela 41). Cerca de 78% desses profissionais fizeram o curso superior a noite pois já trabalhavam; 71% começou a trabalhar aos 14 anos como office - boy.

Na amostra estudada, predominou a presença do sexo masculino sobre o feminino, registrando-se 84,6% para o primeiro e 15,4% para o segundo. (Ver Tabela 42). A presença do sexo feminino é mais sensível e marcante entre os profissionais de serviço social: das 24 mulheres entrevistadas, 13 são assistentes sociais. Ainda que sejam em sua maioria jovens (cerca de 74% têm idade entre 24 e 34 anos) predominam os casados (75%) e quase não há desquitados (ver Tabelas 43 e 44). São em sua maioria, recém-formados, 73,7% concluiu o curso superior entre 71 a 79, o que indica a não exigência de uma experiência para exercer as funções naquele momento (ver Tabela 45). Como um percentual muito grande já trabalhava desde os 14 anos pode-se concluir, a partir das entrevistas que ter um curso superior significava uma ascensão social pois cerca de 34% havia começado a trabalhar no processo produtivo e agora ocupava um cargo na estrutura de controle da empresa.

Exercendo funções de encarregados de escritório,

TABELA 41

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O CURSO E A INSTITUIÇÃO ONDE CONCLUIU

FACULDADES	CURSOS															
	TOTAL	DIREITO	ECONOMIA	ADMINISTRAÇÃO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ESTUDOS SOCIAIS	MEDICINA	QUÍMICA	SERVIÇO SOCIAL	ODONTOLOGIA	Filosofia	PSICOLOGIA	PEDAGOGIA	SOCIOLOGIA	LETRAS	ENGENHARIA
FEI - SP	7															7
F. São Judas Tadeu - SP	2		1	1												
UF - RJ	1															1
F. Ciências Econômicas de Araraquara - SP	1			1												
Escola de Engenharia de Lins - SP	1															1
FUA	64	7	6	11	10	2	9	2	9		1	1			1	5
UTAM	13															13
EAESP/FGV - SP	1			1												
F. de Colatina - ES	1				1											
Univ. Est. de Ponta Grossa - PR	1			1												
F. Ciências Econômicas do Ceará - CE	1				1											
F. São Carlos - SP	1			1												
Univ. Federal do Paraná - PR	1							1								
Univ. Federal do Pará - PA	8		1	1			3		1							2
F. de Londrina - PR	1											1				
F. Adm. Luz Well - SP	1			1												
UFF - RJ	2									1						1
PUC - SP	2		1	1												
PUC - RJ	2													1		1
Fund. Aluarez Penteado - SP	4		1	1	1											1
Univ. Federal de Viçosa - MG	1												1			
F. de Economia São Luiz - SP	2		1	1												
Total		7	11	21	13	2	12	3	10	1	1	2	1	1	1	32

Continua...

FACULDADES	C U R S O S															
	TO-TAL	DIREI-TO	ECONO-MIA	ADMI-NIS-TRAÇÃO	CIÊN-CIAS CONTÁBEIS	ESTU-DOS SOCIAIS	MEDI-CINA	QUI-MICA	SERVI-ÇO SOCIAL	ODON-TOLOGIA	FILO-SOFIA	PSICO-LOGIA	PEDA-GOGIA	SOCIO-LOGIA	LE-TRAS	ENGE-NHARIA
F. de Filosofia do Ceará - CE.	1					1										
Instituto Bennett - RJ	1			1												
F. de Filosofia de Santos - SP	1											1				
SUAM - RJ	2		1	1												
F. de Farias Brito - SP	1											1				
EBAP - FGV - RJ	1			1												
UFMG - MG	1							1								
Portugal	1			1												
F. Osvaldo Cruz - SP	2							1								1
França	1			1												
F. Integrada S. Antonio - SP	1				1											
USP - SP	2		2													
F. Moraes Junior - RJ	1				1											
F. Mogi das Cruzes - SP	2		1													1
Buenos Aires	1															1
F. Santo André - SP	1		1													
México	1															1
F. de Economia de Marília - SP	1		1													
Japão	3															3
Univ. Federal de Pernambuco - PE	2		1													1
Bélgica	2															2
F. Integrada de Guarulhos - SP	2	1							1							
Total		1	7	5	2	1		2	1			2				10

Continua...

TABELA 42

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O SEXO

SEXO	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Masculino	132	84,62
Feminino	24	15,38
Total	156	100,00

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de
Manaus - julho/79

TABELA 43

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Solteiro	35	22,44
Casado	117	75,00
Desquitado	4	2,56
Total	156	100,00

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de
Manaus - julho/79

TABELA 44

PESSOAS PESQUISADAS POR GRUPO DE IDADE

GRUPO DE IDADE	ABSOLUTO	PERCENTUAL
24 a 29	57	36,54
30 a 34	58	37,18
35 a 39	26	16,67
40 a 44	9	5,77
45 a 49	3	1,92
50 a 54	2	1,28
55 a 59	1	0,64
Total	156	100,00

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de
Manaus - julho/79

TABELA 45

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO

ANO DE CONCLUSÃO	C U R S O S															
	TO- TAL	DIREI- TO	ECONO- MIA	ADMI- NIS- TRA- ÇÃO	CIÊN- CIAS CON- TÁBEIS	ESTU- DOS SO- CIAIS	MEDI- CINA	QUI- MICA	SER- ÇO SO- CIAL	ODON- TOLO- GIA	FILO- SOFIA	PSICO- LOGIA	PEDA- GOGIA	SOCIO- LOGIA	LE- TRAS	ENGE- NHARIA
Anterior a 1960	4	1	1	1										1		
1960 a 1965	8	-	2	1	2											3
1966 a 1970	22	-	7	2	2			3	1		1					6
1971 a 1975	57	4	5	9	6	1	9	1	7	1		1				13
1976 a 1979	58	4	3	10	4		3		3			3	1		1	26
Sem Indicação	7	-		3	1	2		1								
Total	156	9	18	26	15	3	12	5	11	1	1	4	1	1	1	48

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

fiscais de qualidade ou processo produtivo é onde mais da metade destes profissionais trabalhavam antes de terem concluído o curso superior (cerca de 58%).

Como pode se observar a partir dos dados apresentados, boa parte destes profissionais ocupavam lugares na estrutura da empresa para os quais é desnecessário qualquer curso superior pois constituem o que se convencionou chamar "administradores de nível médio": chefe de divisão, encarregado de produção, chefe de departamento, selecionador de pessoal, chefe de pessoal, chefe de vendas, supervisor, inspetor de produção, chefe de produção, chefe de turma, chefe de setor. Em várias entrevistas realizadas, principalmente com aqueles oriundos dos mais baixos estratos, o fator que os motivou a estudar foi a falta de perspectiva de mobilidade no emprego. Relata um entrevistado:

"Acreditei que frequentar um curso superior poderia representar uma melhora de posição na empresa. Meus pais deram muita força para frequentar a faculdade pois eles acham que um curso superior é muito importante para obter promoção dentro da empresa ou arranjar emprego melhor".

Os dados sobre a escolarização dos pais por sua vez, indicam que boa parte desses profissionais, pela primeira vez na história da família, estão chegando a Faculdade. Predominam os pais com um grau de instrução primária incompleta (35,3% para os pais e 49,4 para as mães). Com curso superior apenas 14,7% para os pais e 4,5% para as mães. (Ver Tabela 46).

TABELA 46

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O CURSO DE FORMAÇÃO E O NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO PAI E MÃE

CURSOS	PES- SOAS PES- QUI- SA- DAS	INSTRUÇÃO DO PAI							INSTRUÇÃO DA MÃE						
		SU- PE- RI- OR	2º GRAU		1º GRAU		SEM INS- TRU- ÇÃO	NÃO RES- PON- DIDO	SU- PE- RI- OR	2º GRAU		1º GRAU		SEM INS- TRU- ÇÃO	NÃO RES- PON- DIDO
			COM- PLETO	INCOM- PLETO	COM- PLETO	INCOM- PLETO				COM- PLETO	INCOM- PLETO	COM- PLETO	INCOM- PLETO		
Direito	9	2	2	-	3	2	-	-	-	1	-	4	4	-	-
Economia	18	3	1	-	9	5	-	-	1	1	-	8	8	-	-
Administração	26	2	4	1	5	14	-	-	1	5	-	6	14	-	-
Ciências Contábeis	15	1	-	-	6	8	-	-	-	-	-	5	10	-	-
Estudos Sociais	3	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-
Medicina	12	2	3	1	4	1	1	-	-	3	-	5	3	1	-
Química	5	1	-	-	2	2	-	-	-	1	-	2	2	-	-
Serviço Social	11	2	2	-	3	3	1	-	-	4	-	2	4	1	-
Odontologia	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Filosofia	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Psicologia	4	1	-	-	1	2	-	-	1	-	-	-	3	-	-
Pedagogia	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Sociologia	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Letras	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Engenharia	48	9	7	-	14	16	1	1	3	4	-	16	23	1	1
Total	156	23	22	3	49	55	3	1	7	20	-	48	77	3	1

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

Com relação à ocupação dos pais, um número considerável pertence ao que estamos chamando pequena burguesia : cerca de 27% são pequenos proprietários - 27 comerciantes, 3 pequenos fazendeiros, um granjeiro, 11 industriais (destes dois eram donos das indústrias e seus filhos eram diretores); 14,7% eram profissionais liberais; 20% funcionários públicos e militares, 6,4% comerciários e bancários. Um dado importante que a pesquisa revelou é que cerca de 13,5% dos pais são operários (inclusive construção civil) e 7,1% camponeses. Isto significa que para mais de 20% desses profissionais a Universidade aparece como a única forma de ascensão social. Não importa muito para eles o fato de estarem desempenhando funções que poderiam ser assumidas por profissionais de nível médio e que o curso superior seja dispensável para aquele trabalho. O importante para ele é que ao lado de um salário melhor ele não se coloca mais no lugar do operário. Uma das perguntas feita a estes profissionais era se eles se consideravam operários e no caso da resposta ser negativa o que o tornava diferente. Cerca de 85% dos entrevistados respondem que a diferença entre ele e o operário é o diploma do curso superior. E quando argumentávamos que naquela empresa havia operários qualificados recebendo salários superiores ao seu, ele insistia dizendo que era "diferente" pelo fato de ter frequentado uma faculdade.

A situação social deste grupo leva-o a obter um diploma de curso superior a fim de manter ou mudar sua posição na estrutura social, utilizando assim a universidade

como forma de ascensão. O fato de que a grande maioria destes profissionais já trabalhava durante o curso, leva-os a ver na faculdade o único caminho possível para a conquista de melhores posições na hierarquia das empresas. Daí inexistente, por parte deles, qualquer preocupação em ver na universidade o lugar para repensar criticamente a sua realidade e o seu papel na sociedade. O que ele busca na Universidade é apropriar-se de alguns "códigos" e de algumas técnicas que sirvam ao fim por ele traçado racional e conscientemente. Nesta perspectiva, estudar é, para ele, um momento de preparação para ser capaz de produzir mais e melhor. Ocorre que a universidade não é capaz de atender as suas expectativas e não conseguem ver que aquele específico tipo de escola não serve aos seus objetivos. Começam então a elaborar críticas no sentido de avaliar e questionar a universidade sobre: a não adequação da função que exerce ao seu custo superior; ao excesso de teoria e ausência de um aprendizado prático; ao volume insuficiente de conhecimentos; a não preparar para o conhecimento; a não preparar para o exercício da profissão, entre outras. (Ver Tabelas 47 e 48).

Cerca de 70,5% dos entrevistados julgam a sua aprendizagem prática entre regular e péssima mas, mesmo assim, não retiram a legitimidade do curso, pois, ao avaliá-lo como um todo, mais da metade, coloca-o de excelente a bom (59,8%) e apenas 17,3% considerando-o péssimo. (Ver Tabela 49). Foram muitas as afirmativas como "o curso deveria ter mais prática e menos teoria". A partir dessas afir

TABELA 47

AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE, PELAS PESSOAS PESQUISADAS, SEGUNDO O VOLUME DE CONHECIMENTO QUE MINISTRA, A PREPARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO E O MERCADO DE TRABALHO

DISCRIMINAÇÃO	C U R S O S																
	TO- TAL	DIREI- TO	ECONO- MIA	ADMI- NIS- TRA- ÇÃO	CIÊN- CIAS CON- TÁBEIS	ESTU- DOS SO- CIAIS	MEDI- CINA	QUI- MICA	SERVI- ÇO SOCIAL	ODON- TOLO- GIA	FILO- SO- FIA	PSI- COLO- GIA	PEDA- GO- GIA	SOCIO- LOGIA	LE- TRAS	ENGENHARIA	
																UTAM	OUTRAS
1. Volume sufi- ciente de co- nhecimento																	
. Sim	64	4	4	12	8		1	2	3		1	1				6	22
. Não	89	5	14	14	7	3	10	3	8	1		3	1	1	1	7	11
2. Prepara para o exercício da profissão																	
. Sim	49	1	2	9	3	2	2	1	3		1	2			1	5	17
. Não	104	8	16	17	12	1	9	4	8	1		2	1	1		8	16
3. Proporciona contacto com mercado de trabalho																	
. Sim	52	3	3	11	1	1	3	2	6			1		1		6	14
. Não	101	6	15	15	14	2	8	3	5	1	1	3	1		1	7	19
Total		9	18	26	15	3	11	5	11	1	1	4	1	1	1	13	33

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

TABELA 48

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO A ADEQUAÇÃO DA FUNÇÃO QUE EXERCE AO CURSO DE FORMAÇÃO

ADEQUAÇÃO	C U R S O S															
	TO- TAL	DIREI- TO	ECONO- MIA	ADMI- NIS- TRA- ÇÃO	CIÊN- CIAS CON- TÁVEIS	ESTU- DOS SO- CIAS	MEDI- CINA	QUI- MICA	SER- VIÇO SO- CIAL	ODON- TOLO- GIA	FILÓ- SO- FIA	PSICO- LOGIA	PEDA- GOGIA	SOCIO- LOGIA	LE- TRAS	ENGE- NHARIA
. Total	91	4	6	20	9		12	3	9	1		1	1	1		24
. Parcial	53	4	11	6	4	2		2	2			1			1	20
Não encontrou emprego adequado	31	2	6	3	2	1			1							16
Salário atual é superior aos outros	7	1	1	2	1			2								
Cargo atual é mais compatível com suas aptidões vocacionais	11		3	1	1	1			1			1				3
Não procurou emprego em que existisse adequação com seu curso superior	4	1	1												1	1
. Nenhuma	11	1	1		2	1					1	2				3
Não encontrou emprego adequado	3				1							1				1
Salário atual é superior aos outros	1				1											
Cargo atual é mais compatível com suas aptidões vocacionais	5	1									1	1				2
Não procurou emprego em que existesse adequação com seu curso superior	2		1			1										
. Sem Indicação	1															1
	55	9	18	26	15	3	12	5	11	1	1	4	1	1	1	48

TABELA 49

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O CURSO DE FORMAÇÃO E A AVALIAÇÃO DO SEU APRENDIZADO

CURSOS	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM									
	APRENDIZADO TEÓRICO					APRENDIZADO PRÁTICO				
	TOTAL	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO	TOTAL	ÓTIMO	BOM	REGULAR	PÉSSIMO
Direito	9	2	4	3		9		1	3	5
Economia	18	1	8	8	1	18	1	4	8	5
Administração	25	5	9	11		25	3	1	10	11
Ciências Contábeis	15		9	5	1	15		3	5	7
Estudos Sociais	3		2	1		3				3
Medicina	11	1	5	2	3	11	2	3	1	5
Química	5		3	1	1	5		2	2	1
Serviço Social	11	1	5	4	1	11	1	4	4	2
Odontologia	1		1			1			1	
Filosofia	1		1			1		1		
Psicologia	4	1	1	1	1	4		2	1	1
Pedagogia	1		1			1				1
Sociologia	1	1				1				1
Letras	1	1				1		1		
Engenharia (UTAM)	13		6	4	3	13			6	7
Engenharia (Outras)	33	6	22	5		33	3	13	9	8
Total	152	19	77	45	11	152	10	35	50	57

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

TABELA 50

AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO SEGUNDO AS PESSOAS PESQUISADAS

AVALIAÇÃO	C U R S O S																
	TO-TAL	DIREI-TO	ECONO-MIA	ADMI-NIS-TRAÇÃO	CIÊN-CIAS-CON-TÁ-BEIS	ESTU-DOS-SOCI-AIS	MEDI-CINA	QUÍ-MICA	SER-VIÇO-SOCI-AL	ODON-TOLO-GIA	FILO-SO-FIA	PSI-COLO-GIA	PEDA-GO-GIA	SOCI-OLO-GIA	LE-TRAS	ENGENHARIA	
																UTAM	OUTRAS
Excelente	9		1				2				1	2	-	-	1	-	2
Ótimo	14	1	1	4	2		3					-	-	-	-	-	3
Bom	70	4	7	13	5	1	3	3	5			1		1	-	3	24
Regular	30	3		3	4	2	1	2	5	1		-	1	-	-	4	4
Deficiente	27	1	9	4	4		1		1			1			-	6	
Péssimo	1	-	-	-			1								-		
Não Respondeu	4			1			1										2
Total	156	9	18	25	15	3	12	5	11	1	1	4	1	1	1	13	35

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

mativas e de outras com relação ao curso .pode-se inferir que estas colocações por parte desses profissionais refletem a exigência por um ensino mais profissionalizante, que contenha matérias mais relacionadas com o mercado de trabalho e com o seu próprio trabalho. Para eles o valor do conhecimento é medido pelo seu caráter operacional.

Como a escolha do curso superior por esses profissionais foi determinada, em grande parte, pelo trabalho que eles vinham desempenhando, este passa a ser visto como a chance que têm de ser aproveitada, de qualquer modo, para as suas ascensões: a obtenção do diploma do curso superior é indispensável "para ser alguém na vida". Essa expectativa faz aumentar a ânsia em dominar a "técnica" para poder utilizar seus códigos em seu trabalho. E como esperam tudo da Faculdade, associam seu futuro profissional ao curso realizado, daí a exigência por um saber "mais prático que teórico". As formulações teóricas são vagas, não lhes dizem nada e além de tudo não podem ser aplicadas imediatamente em seu trabalho. Isso se dá porque como diz Poulantzas por estar *"temerosa de cair no proletariado, seduzida por ascender à burguesia, a nova pequena burguesia aspira com frequência a "promoção", à "carreira", à ascensão social"*.¹⁶

¹⁶Ver POULANTZAS, Nicos. *Classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, p. 318.

Acreditando, portanto na "cultura neutra e no aparelho escolar como escala de passagem e corredor de circulação para a promoção e ascensão dos "melhores" à condição burguesa ou, em todo caso, a uma condição superior na própria hierarquia do trabalho intelectual".¹⁷

A aquisição de um conjunto de conhecimentos é vislumbrada pela maioria desses profissionais na realização de um curso superior e é evidente que a importância atribuída à Faculdade deve-se ao fato deste grupo social encontrar-se numa situação de pouca mobilidade social o que o leva a endossar o mito da universidade como um canal de ascensão social. A universidade, na concepção desses profissionais, passa a ser o local do acerto de contas, onde os melhores serão "legitimados" e "premiados".

Por outro lado estes profissionais têm em comum o incentivo de seus pais com relação à realização de um curso superior. É facilmente constatado nas entrevistas que os pais, não podendo legar a seus filhos um patrimônio econômico, irem a universidade como o único meio possível de adquirir "cultura" e convertê-la em lucros simbólicos, especialmente na obtenção de diplomas universitários, a fim de manter ou mudar sua posição na estrutura social; utilizam assim, a universidade como forma de ascender. E, se não ocorrer a ascensão, pelo menos ele não "cairá"; não se transformará em operário. É no contexto familiar que este

¹⁷POULANTZAS, Nicos, op. cit. p. 319.

profissional começa a ver suas chances futuras ligadas à universidade.

Outro aspecto também importante revelado pela pesquisa foi o motivo da escolha do curso superior pelos profissionais de nível superior: cerca de 56,5% apontaram a "vocaçãõ", seguindo-se 15,4% em função do trabalho que realizavam; 7,1% por conveniência; 6,4% em função do mercado de trabalho e 5,1% em razão do horário noturno. (Ver Tabela 50).

As razões capazes de explicar esta espécie de harmonia preestabelecida entre os "lugares" oferecidos pelo processo produtivo e aqueles que o ocupavam e que aparecem como a "iluminação da intuição" (vocaçãõ) - nada mais é, segundo Bourdieu que *"uma relação que se estabelece objetivamente entre uma categoria de agentes e um estado da demanda objetiva, ou melhor, do mercado de trabalho"*.¹⁸ Para Bourdieu, ainda, a aparente harmonia preestabelecida entre os "lugares" disponíveis e os que assumiram esses "lugares" ocorre através de um sistema de disposições produzidas pela interiorização de um tipo determinado de condições objetivas. As práticas mais deliberadas ou aquelas mais inspiradas - como por exemplo, a vocaçãõ - *"levam sempre em conta objetivamente o sistema das possibilidades e*

¹⁸Ver BOURDIEU, P. "Campo do Poder e hábitos de classe" In *Economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, São Paulo, 1974, p. 201.

TABELA 51

PESSOAS PESQUISADAS SEGUNDO O MOTIVO DA ESCOLHA COM O CURSO QUE CONCLUIU

MOTIVO DA ESCOLHA	C U R S O S															
	TO-TAL	DI-REITO	ECO-NO-MIA	ADMI-NIS-TRA-ÇÃO	CIÊN-CIAS CONTÁ-BEIS	ESTU-DOS SO-CIAIS	MEDI-CINA	QUÍ-MICA	SERVI-ÇO SO-CIAL	ODON-TOLO-GIA	FILO-SOFIA	PSI-COLO-GIA	PEDA-GOGIA	SOCIO-LOGIA	LE-TRAS	ENGE-NHA-RIA
Vocação	81	2	7	8	5	3	8	2	9	1		3	1	1	1	30
Em função do traba-lho que realiza	24	1	3	10	4											6
Em função do mercado de trabalho	10	1		2	3											4
Conveniência	11	1	1		2		2	1	1		1					2
Orientação (vocacio-nal, família	7			1			2	1				1				2
Acaso	2								1							1
Em função do horário noturno	8		5	2	1											-
Porque não havia ou-tro curso na época	2	1	1													3
Sem indicação	8	3	1	3				1								
Total	156	9	18	26	15	3	12	5	11	1	1	4	1	1	1	48

FONTE: Pesquisa de campo, realizada no Distrito Industrial de Manaus - julho/79

das responsabilidades objetivas que define o futuro objetivo e coletivo de uma classe".¹⁹

Dois grupos de profissionais de nível superior das indústrias da Zona Franca de Manaus merecem uma referência especial por estarem inseridos no processo como uma forma de "concessão" que o capital faz aos operários mas, que na verdade, exercem um específico controle fora da hierarquia funcional: os médicos e as assistentes sociais. Os médicos, outrora incluídos na nobreza das profissões liberais, agora, não somente, se encontram empurrados para o trabalho dependente no aparelho sanitário público e nas grandes empresas privadas de saúde, como incorporados nas indústrias da Zona Franca em condições salariais, muitas vezes, inferior a de um operário qualificado para desempenharem um específico papel de controle junto aos operários: nos homens, "controlam" as doenças, evitando licenças "graciosas"; nas mulheres, jovens em sua grande maioria, a gravidez.

Com relação às assistentes sociais das indústrias do Distrito Industrial a análise dos dados evidenciou que esta opção profissional representou um refúgio para as frações mais baixas da pequena-burguesia. As informações obtidas sugerem que a escolha pelo curso de serviço social foi motivada pelo fato de ser, a profissão de assistente social, vislumbrada como uma estratégia que ainda

¹⁹ Ver BOURDIEU, P., op. cit., p. 201.

podiam utilizar para escaparem a um rebaixamento social que as ameaçavam. São todas mulheres e se tornaram quase indispensáveis nas indústrias que empregam grande número de mulheres operárias pois desempenham também um papel de controle, seja auxiliando os médicos, principalmente, no que se refere a gravidez, seja evitando conflitos entre elas.

A partir das entrevistas com os "técnicos", principalmente, os que ocupavam posições na hierarquia das empresas, foi possível constatar que não possuíam qualquer poder de decisão na empresa, ainda que ocupassem funções de chefia com certo destaque. Quando, porém, não é possível privá-los totalmente de qualquer intervenção eles são "encarcerados" em papéis objetivados e são controlados, em última instância, por um grupo mais restrito de dirigentes. Estes, sempre - sem exceção - são pessoas ligadas aos que controlam as empresas e nunca são "locais". O sistema funciona, então, como uma correia de transmissão das ordens emanadas de cima e sua relativa autonomia serve, sobretudo, para coordenar o processo de maneira mais conforme as opções da direção, a fim de torná-las operacionais. No capitalismo monopolista, "o patrão" aquele que toma as decisões mais importantes e controla toda a pirâmide hierarquizada é a "direção superior" que nas indústrias da Zona Franca está estruturada e localizada fora de Manaus.

Enquanto as posições de direção e supervisão nas empresas chamadas tradicionais (alimentos, bebidas, móveis, gráfica, etc...) ainda podem ser exercidas graças a

uma experiência acumulada no processo de trabalho, no correr de anos de prática nas indústrias "modernas" implantadas no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, tal não acontece. É que nestas, pelas suas peculiaridades, tais funções dependem muito mais de uma posição de classe definida e legitimada pela passagem pela universidade. Isto se torna muito evidente quando a quase totalidade de trabalhadores com formação universitária não exercem atividades específicas de sua formação profissional, mas ocupam funções de direção e controle, conforme a pesquisa comprovou. Nessas empresas a expectativa com relação a esses chefes, principalmente os intermediários, é a de que uma série de atributos de "ordem" já tenham sido internalizados através de outras instituições "externas" à empresa. Daí que os critérios para a admissão desses trabalhadores passam a ser medidos por requisitos do tipo: escolarização, "boas referências de outra empresa, etc.

Muitos dos diretores dessas empresas ao serem entrevistados sobre o recrutamento do pessoal de nível superior afirmavam claramente ser o mesmo desnecessário (cerca de 53%).

E quando alegavam "necessidade" afirmavam que a "maior parte é de São Paulo pois não existe qualidade no pessoal local". Outras vezes eram mais enfáticos:

"A empresa contrata pessoal de nível superior no sul e paga pelo sul porque é mais fácil de resolver problemas como FGTS, INPS, etc.). E quando necessitamos eles

vêm até aqui e dão assistência técnica depois o processo de produção se dá em dois lugares: no sul e em Manaus e o técnico trabalha nos dois lugares".

"O pessoal mais qualificado vem do sul e é tirado da coligada e transferido para cá. Quando isso não é possível, recruta-se no sul e transfere-se para cá. Os cargos de gerência são todos preenchidos por pessoal do sul".

"Há preferência pelo pessoal local mas não se acha gente com competência e especialização. Se colocamos anúncio no jornal, aparece franco-atirador".

E quando se perguntava qual a maior dificuldade para contratar pessoal de nível superior as respostas não eram muito diferentes:

"Existir um profissional habilitado do ponto de vista profissional".

"Os técnicos de nível superior têm muita formação teórica mas não possuem qualificação profissional".

"Não existe no Amazonas na quantidade que se pretende e a qualidade dos que existem deixa muito a desejar".

"Os locais não estavam em condições de assumir o trabalho e exigem altos salários".

Uma empresa do setor eletroeletrônico possuía, na época da realização da pesquisa, 1.445 empregados entre os quais não havia nenhum profissional de nível superior. Seu

diretor ao ser entrevistado sobre a dificuldade encontrada para admitir técnicos de nível superior, afirmou:

"Os técnicos de nível superior são escassos, isto é, a quantidade é insuficiente. Há necessidade de um desenvolvimento maior da universidade".

Quando indagados sobre qual o cargo mais difícil de preencher ou qual o técnico mais difícil de contratar cerca de 65% responderam que eram os cargos de técnicos de nível médio. Entre os profissionais de nível superior a dificuldade maior era conseguir contadores especialistas em custos industriais - cerca de 36% - e engenheiros industriais (17%).

Como se tentou mostrar o modelo de desenvolvimento implantado em Manaus com a Zona Franca de Manaus evidencia, talvez, de forma mais cruel que em qualquer outro lugar, uma explosiva contradição. Por sua natureza - indústrias de montagem - e dimensões, não são suficientes para absorver, mesmo como "dependentes", a quantidade de profissionais de nível superior que saem das universidades locais, ao mesmo tempo que para a quase totalidade dos não absorvidos é excluída a possibilidade de exercerem uma atividade profissional autônoma. E como o lugar onde são preparados estes profissionais é a universidade o que esta faz é quase um processo de aculturação às normas, valores e linguagem profundamente longe do universo cultural da maioria da população. Por outro lado, a universidade ao ampliar-se, aumentando o número de alunos e cursos, atinge

não somente os grupos sociais que a ela tem acesso como realiza um "disciplinamento" pois ao "qualificá-los", os constitui, simultaneamente, em "intermediários" do capital. Com relação aos "excluídos" ela opera de forma a justificar sua exclusão ao mesmo tempo que serve de referência constante para a redefinição do valor de sua força de trabalho. Para ambos, integrarem-se as "indústrias modernas e internacionalizadas" da economia, aparece quase como a única opção, mas, estas, pelas suas próprias especificidades, não lhes necessita.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

A forma pela qual foi desenvolvida esta dissertação dispensa uma conclusão final. Talvez fosse melhor falar em considerações finais uma vez que a colocamos como ponto de partida para outros estudos. Isto, no entanto, não impede que se retome problemas levantados ou se indique algumas das discussões que, embora contidas no trabalho, podem não estar evidentes.

O objetivo inicial do trabalho era analisar o papel da universidade como formadora de mão-de-obra especializada para o processo de industrialização implantando em Manaus com a Zona Franca. Pretendia-se analisar a universidade através da atuação dos profissionais de nível superior nas empresas industriais implantadas na Zona Franca.

A partir daí elaborar uma análise crítica da universidade quando, através de correlações positivas e determinista como industrialização e desenvolvimento por exemplo, ela é pensada como uma agência por excelência de mudança.

Se, por um lado, havia todo um discurso não só dos empresários, mas também do próprio Estado, através dos seus agentes, de que para o desenvolvimento era indispensável técnicos de nível superior, por outro lado, a universidade abria o leque de ofertas de cursos e aumentava o número de vagas. Assim, se no início dos anos 60 Manaus possuía apenas uma Faculdade de Direito, uma Escola de Serviço Social, uma Fa-

culdade de Economia e uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nos anos 70 possuía: uma Universidade Federal com 28 cursos divididos em três áreas; uma Escola de nível superior estadual formando engenheiros operacionais (tecnólogos) em quatro especialidades e uma Escola de Enfermagem ligada a Fundação SESP. Na Universidade do Amazonas, por exemplo, na área de Ciências Exatas e Tecnológicas havia cursos de: Engenharia Civil, Elétrica, Florestal, Mecânica e Pesca; Química, Física, Ciências, Geologia, Estatística e Matemática. Na área de ciências biológicas: Medicina, Farmácia Odontológica, Ciências Biológicas, Educação Física e Agronomia. E na área de Ciências Humanas cursos de Direito, Filosofia, Pedagogia, Serviço Social, Biblioteconomia, Comunicação Social, Economia, Ciências Contábeis, Administração, Letras e Estudos Sociais. Se o número de matrículas no ensino superior em 1975 é de 3.517 alunos, em 1979 é de 6.772, o que significa um aumento de 192% em apenas cinco anos¹. A oferta de vagas ainda que a cada ano fosse aumentada também não conseguia atender a demanda. Em 1976 e 1977, por exemplo, o número de vagas disponível era de 950 e 1.350 respectivamente para um contingente de 8.129 e 9.419 candidatos².

Diante dessas informações realizamos uma pesquisa de julho de 1979 a janeiro de 1980, nas empresas implantadas no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, com cerca de 90% do pessoal de nível superior e com os direto -

¹Ver CODEAMA-Amazonas em síntese, 1979, p. 48.

²Idem, p. 48.

res dessas empresas.

A partir dos dados obtidos nessa pesquisa algumas questões se colocava: A quem servia a Zona Franca de Manaus? Teria, trazido ela "desenvolvimento" ao Amazonas? Estaria empregando grandes contingentes de mão-de-obra? Que tipo de benefícios ela representava para Manaus? Que indústrias eram aquelas implantadas na Zona Franca?

Diante de indagações desta natureza o trabalho teve que ser reorientado para tentar respondê-las. Assim, na primeira parte, tenta se mostrar que a reformulação da Zona Franca de Manaus em 1967 está ligada ao aparecimento de outras Zonas Francas que representam a expressão privilegiada de uma nova estratégia de crescimento dos países "subdesenvolvidos" baseada no conceito de "industrialização orientada para a exportação". Nesta perspectiva, o surgimento das Zonas Francas no mundo capitalista deve ser visto como uma estratégia do capital à crise de acumulação ocorrida no mundo capitalista a partir de 65 que, para continuar seu processo de expansão, transfere partes do seu processo produtivo para outras regiões. Dessa forma, constituem-se em espaços industriais enclavados, onde empresas multinacionais podem importar livremente matérias primas ou produtos semi-acabados para processá-los e reexportar.

Na segunda parte mostramos porque uma Zona Franca com essas características é implantada em Manaus, a partir de uma análise histórica. O objetivo aqui não era rea

lizar o estudo histórico detalhado dos múltiplos aspectos do processo histórico, mas tentar compreender - por meio da exposição de suas principais linhas - a lógica interna, as consequências e o papel desempenhado pelas relações da Amazônia Ocidental com o Brasil e com o mercado mundial.

O estudo histórico neste trabalho foi condição indispensável à compreensão do "processo de desenvolvimento", pois, nos permitiu estabelecer as modalidades concretas pelas quais se exprime o movimento de acumulação de capital.

O estudo do processo de acumulação de capital exige, na verdade, uma análise conjunta das problemáticas políticas e econômicas, integrando assim a função do Estado, pois, as decisões, através das quais são estruturados e transformados os "modelos de desenvolvimento" são, fundamentalmente, decisões políticas. Mostrou-se então, na terceira parte, as alianças e articulações políticas que permitem, sem conflitos aparentes, a Zona Franca de Manaus. Analisou-se, então, o papel desempenhado pelo Estado, sem dúvida alguma fundamental, pois é ele que cria e transforma, segundo os interesses dos grupos que o controlam, as condições em que se desenvolve o processo de acumulação.

É dentro deste contexto que analisamos os profissionais de nível superior nas empresas da Zona Franca de Manaus. A preocupação (entre outras) foi precisar a origem e a ocupação do grupo que iria ser estudado. Tal preocupação, por sua vez, era orientada pelo reconhecimento de

que a existência desse grupo social estava ligada às trans formações do sistema de produção e que a explicação das mesmas exigia que se identificassem, empiricamente, os setores econômicos aos quais ele estava ligado originária e presentemente.

Em decorrência das novas relações econômicas e políticas advindas do processo de industrialização implantado na Zona Franca de Manaus, criaram-se as condições para emergência e absorção de novos grupos sociais, como é o caso da "nova" pequena burguesia. Esse grupo social é muito heterogêneo em sua composição e se distingue da tradicional porque, enquanto o desta, se acha desligada do processo pro dutivo, o daquela é uma parte integrante do mesmo; enquanto uma é formada em grande parte por profissionais liberais, funcionários públicos e pequenos proprietários, a "nova" é formada por uma imensa gama de técnicos e administradores ligados não só às empresas públicas como às privadas, por profissionais liberais e uma infinidade de outras profissões.

É essa "nova" pequena burguesia que nos anos 60 desencadeará pressões para a ampliação do número de cursos e de vagas nas universidades locais. Essa exigência es tá ligada, de um lado, à aparente demanda emergente das em presas implantadas na Zona Franca e, de outro, na busca pela ascensão social evidente nas ações, práticas e atitudes desse grupo social. Uma de suas características mais evidentes é sua expectativa de "progresso", o desejo de tentar "grandes realizações" via Universidade. A pesquisa

mostrou que as empresas industriais da Zona Franca de Manaus não têm qualquer demanda específica ao sistema formal da educação, principalmente, quando se trata de profissionais de nível superior. Constatou-se que a maior parte desses profissionais ocupam "lugares" na estrutura hierárquica da empresa que, na maioria dos casos, é desnecessário qualquer formação universitária. E a razão da escolha desses profissionais para exercer papéis de controle está dentro da própria lógica da acumulação. Daí o chamado dilema da educação superior de que, se não existe desenvolvimento a universidade é desperdício e, se existe, aquelas escolas vão se tornando desnecessárias enquanto mecanismos de formação e adequação profissional só vale se for realizada uma análise em situações específicas. Foi o que tentamos fazer com relação a Zona Franca de Manaus mostrando que o dilema é, apenas, uma forma de escamotear a realidade.

ALDEN, Dauril. O significado da produção de cacau na região Amazônica no fim do período colonial; um ensaio de história econômica comparada. Belém, Universidade Federal do Pará. NAEA, 1974.

AMARAL, Luís Carlos de Souza. Manaus; um polo de desenvolvimento industrial. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 1 (1): jun. 1968.

_____. Zona franca. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 3 (28): 8-18, 1970

_____. Zona franca de Manaus; um polo de desenvolvimento. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 1 (1): 62-7, jun. 1968.

_____. Zona franca de Manaus; um polo de desenvolvimento industrial Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 3 (28): 8-18, set. 1970

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. Projeto especial cidades de porte médio. Manaus; Prefeitura Municipal de Manaus, MINTER, GEA, PMM, 1983. (Perfil da Cidade, 1). Mimeografado.

AMAZONAS. Governador (Henoch Reis). Plano de desenvolvimento do Amazonas, 1975. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1975.

AMAZONAS. Governador (Ribeiro Bittencourt). Mensagem ao Congresso do Amazonas, em 11 de julho de 1911. Manaus, Imp. Oficial, 1911.

_____. Mensagem ao Congresso do Amazonas, em 10 de julho de 1912. Manaus, Imp. Oficial, 1912.

AMAZONAS. Governador (Silvério J. Nery). Mensagem ao Congresso dos representantes do Estado do Amazonas, em 15 de janeiro de 1901. Manaus, Imp. Oficial, 1901.

AMAZONIA; o novo ciclo econômico. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 6 (67): 72-6, dez. 1973.

- ANDRADE, A. de. Contribuição à história administrativa do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. J. Olympio, 1950. v.2.
- ANDRADE, Frederico Alberto de. Política de incentivos fiscais; necessidades de expansão. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (2): 39-57, jan./abr. 1971.
- ARANHA, Bento. Um olhar pelo passado. Manaós, s.ed., 1897.
- ARRANCADA histórica para o desenvolvimento da Amazonia. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 3 (30): 4-6, nov. 1970.
- AYRTON, Antônio & MENEZES, Hugo. Aspectos do ensino superior no Amazonas. Manaus, Instituto Euvaldo Lodi, 1971.
- BAENA, Antônio L. M. Compêndio das eras da provincia do Pará. Belém, Universidade Federal do Pará, 1969.
- BANCO DA AMAZONIA. Desenvolvimento da Amazonia. Belém, Universidade Federal do Pará, 1967.
- BANDEIRA FILHO, Luso Rodrigues. Incentivos fiscais como fator de desenvolvimento regional. Boletim Informativo CODEAMA, Manaus, 1 (4): 3, mar. 1968.
- BARAN, Paul A. A economia política do desenvolvimento 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- BARANG, Marcel. "ha prolifération; industrialisation extravertie, exploitation sans contrainte. Le Moude Diplomatique, Paris, (): jan. 1981.
- BARROS, Souza. Amazonia; o novo ciclo econômico. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 6 (67): 72-6, dez. 1973.
- BASA. Departamento de Estudos Econômicos. Banco da Amazonia S.A.; política de crédito. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (4): 69-81, set./dez. 1971.

BASA. Desenvolvimento da Amazonia. Belém, Universidade Federal do Pará, 1967.

BASA. Divisão de Assistência Técnica. Amazônia; perfis industriais. Belém, BASA, 1971.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazonia (análise do processo de desenvolvimento). Rio de Janeiro, Conquista, 1976.

BENCHIMOL, Samuel. Desenvolvimento econômico e planejamento; o caso amazônico. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, 76 (3): 521-30, set. 1957.

_____. Estrutura glo-social e econômica da Amazônia. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966. v.2. (Série Euclides da Cunha, 5).

_____. Polos de crescimento da economia da Amazonia; aspectos espaciais, temporais e institucionais. Cadernos CODEAMA, Manaus, (2): 25-40, mar. 1965.

_____. Problemas de desenvolvimento econômico. Manaus, S. Cardoso, s.d.

BETENCOURT, José de Souza. Aspectos demográfico-social da Amazonia brasileira. Rio de Janeiro, SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima).

BEUCHIMOL, Samuel. Estrutura glo-social e econômica da amazonia. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BONFIM, Ronaldo Franco de Sá. A infraestrutura da Amazonia e seu desenvolvimento econômico. In: PROBLEMÁTICA da Amazonia. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1969.

_____. SUFRAMA mutilada. A Crítica, Manaus, 24 nov. 1983.

_____. Uma introdução à realidade sócio-econômica do Amazonas, Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.

BONFIM, Ronaldo Franco de Sá & FARIAS, Edson Bentes. A demanda de alimentos na cidade de Manaus. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (3): 77-87, maio/ago. 1971.

_____. O desenvolvimento industrial amazonense. Revista econômica do BASA, Belém, 1 (4): 89-91, set./dez. 1971.

_____. Estratégia do desenvolvimento industrial amazonense; dotações de fatores e vantagens comparativas. Revista Econômica do BASA, Belém, 2 (1): 51-2, jan./abr. 1972.

BONFIM, Sócrates. Um esboço da vida amazonica. 2 ed. Rio de Janeiro, SPVEA, 1960. (Coleção Araújo Lima).

BONHID, Waldir. Amazonia e desenvolvimento. Rio de Janeiro, SPVEA, Serviço de Documentação, 1961.

BORDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectivas, 1974.

BORDIEU, Pierre & PASSERON, J.C. A reprodução; elemento para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.

BRAGA, José Carlos. Escassez de capital bloqueia progresso da Amazonia há 300 anos. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11 maio 1969. Caderno Econômico. p.5.

BRASIL, Leis, decretos, etc. Legislação desenvolvimentista. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (1): 71-80, set./dez. 1970.

BRASIL, Programa de Ação Econômica do Governo. Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966; (síntese). Apresentação do Ministro Roberto Campos. Rio de Janeiro, EPEA, 1964. (Documentos EPEA, 1).

BRASIL NETO, Thomas Pompeu Souza. Entrevista. Indústria e Produtividade, Rio de Janeiro, 2 (3): , abr. 1970.

- BUENO, M. A. Pimenta. A borracha. Rio de Janeiro, Typ. Imperial, 1882.
- CAMPERZANO, Joaquim Melano. As multinacionais na Amazonia. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (11): 21-34, maio, 1979.
- CAPELA, José das Neves. Amazonia humana; população e renda. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTTO, Enzo. Dependencia e desenvolvimento na America Latina; ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. As exigências educacionais do processo de industrialização. Revista Brasileira, São Paulo, (26): 141-168, nov./dez. 1959.
- CARDOSO, Fernando Henrique & MULLER, Geraldo. Amazonia; expansão do capitalismo. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique & REYNA, José Luis. Industrialización, estructura ocupacional y estratificación social en América Latina, Santiago, ILPES, 1966.
- _____. Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina. Revista Dados, Rio de Janeiro, (2/3): 1967.
- CARVALHO, Hermínio de. Pela economia amazônica. Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, 3 (12): 33-7, 1933.
- CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Presidente, 1964-1967. Operação Amazonia. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- _____. Presidente, 1964-1967. Segurança e desenvolvimento. Síntese Política Econômica Social, Rio de Janeiro, 9 (35): ,jul./set. 1967.

CASTRO, Antônio de Barros. O capitalismo ainda é aquele. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.

_____. A crise atual à luz da evolução capitalista do após-guerra; metas para discussão. Estudos CEBRAP, São Paulo, (11):
_____, Jan./mar. 1975.

_____. 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1964.

CAVALCANTI, Mário de Barros. Da SPVEA à SUDAM, (1964-1967). Belém, SPVEA, 1967.

CENTRO DE ASSISTENCIA GERENCIAL À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA. Cadastro industrial do Amazonas, 1976-1977. Manaus, CEAG, 1977.

_____. Relatório anual do Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Estado do Amazonas. Manaus, CEAG, 1978.

CHAGAS, Carlos et alii. Notas sobre a epidemiologia do Amazonas. (ed. original de 1913). In: - Sobre o saneamento da Amazonia. Manaus, P. Daou, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CODEAMA. Cadastro industrial da cidade de Manaus. Manaus, NAI, 1973.

_____. A cidade de Manaus; características demográficas, características econômicas, características sociais, características culturais. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1968. (Estudos Específicos, 17).

_____. Cidade de Manaus; I pesquisa socio-econômica (maio de 1966). Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1973. (Estudos Específicos, 18).

CODEAMA. Cidade de Manaus; II pesquisa socio-econômica (outubro de 1968). Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1970. (Estudos Específicos, 31).

_____. Cidade de Manaus; III pesquisa socio-econômica (novembro de 1971). Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1972. (Estudos Específicos, 41).

_____. Diagnóstico sócio-econômico preliminar da produção industrial. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1966. (Estudos Específicos, 15).

_____. O Estado do Amazonas e os incentivos fiscais. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1968. (Estudos Específicos, 23).

_____. Estatísticas demográficas do Estado do Amazonas; estimativa populacional, 1968-1970. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1968. (Estudos Específicos, 25).

_____. Incentivos do Estado do Amazonas; indústrias beneficiadas com a restituição do ICM. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1973. (Cadernos de Documentação, 5).

_____. Incentivos fiscais e vantagens locacionais e agropecuárias no Estado do Amazonas. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1969.

_____. Incentivos fiscais no Estado Amazonas (leis estaduais). 3 ed. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1966. (Estudos Específicos, 11).

_____. Incentivos fiscais para o desenvolvimento. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1971.

CODEAMA. Legislação de incentivos ao desenvolvimento da Amazonia.

2. ed. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1966. (Estudos Específicos, 19).

_____. Pesquisa sócio-econômica (julho de 1967); municípios: Itacoatiara e Piratininga. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1968. (Estudos Específicos, 26).

_____. Reflexões sobre o desenvolvimento da Amazonia. 5 ed. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1966. (Estudos Específicos, 9).

_____. Zona Franca de Manaus; efeitos e tendências no período de março a dezembro de 1967; estudo preliminar. Manaus, CODEAMA, Setor de Publicações, 1968. (Estudos Específicos, 24).

CNPq. Avaliação da zona franca de Manaus; subsídios para a formação de uma política tecnológica. Brasília, CNPq., 1979. Mimeografado.

LE COINTE, Paul. L'Amazonie brésilienne. Paris, A. Challamel, 1922.

LA CONDAMINE, Charles Marie de. Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional. São Paulo, Ed. Nacional, 1944.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. A indústria e a Amazonia. Rio de Janeiro, SESI, Dep. Nacional, 1969.

_____. Operação Amazonia; pensamento político. In: A INDÚSTRIA brasileira e a Amazonia. Rio de Janeiro, SESI, 1967.

_____. A zona franca de Manaus, Rio de Janeiro, SESI, 1967.

A CONQUISTA da Amazonia. Indústria e Produtividade, Rio de Janeiro, 2 (23): 68-9, abr. 1970.

CORREA, L. de M. A borracha da Amazonia e a II guerra mundial. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1967.

COSTA, Jorge Gustavo da. Planejamento governamental; a experiencia brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Concentração industrial planejada; instrumento básico à industrialização de Belém. Revista Econômica do BASA, 1 (3): 25-76, maio/ago. 1971.

COSTA, M. A. Aspectos econômicos e demográficos da mão de obra no Brasil, 1940-1964. Rio de Janeiro, MINIPLAN, IPEA, 1969.

_____. Aspectos demográficos da população economicamente ativa. Rio de Janeiro, MINIPLAN, IPEA, 1968.

COSTA, Orlando Rodrigues da. O povoamento da Amazonia. Revista Brasileira de Estudos Politicos, Belo Horizonte, (27): 151-74, jul. 1969.

CRUZ, Osvaldo Gonçalves. Considerações sobre as condições sanitárias do Rio da Madeira (ed. original de 1910). In: CHAGAS, Carlos et alli. Sobre o saneamento da Amazonia. Manaus, P. Daou, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

_____. Relatório sobre as condições do Valle do Amazonas. (ed. original de 1913). In: CHAGAS, Carlos et alli. Sobre o saneamento da Amazonia. Manaus, P. Daou, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

O DESAFIO da zona franca na autosuficiencia em abastecimento. A Notícia. Manaus, 24 out. 1982. 2 cad. p. 3.

DESENVOLVIMENTO econômico do Amazonas; contribuição industrial. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 11 : 59-63. junh. 1978.

DIANEZI FILHO. A zona franca esvazia. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 out. 1982. 4 cad. p. 35.

DIAS, Manuel Nunes. Fomento e mercantilismo; a Companhia Geral do Grao-Pará e Maranhão (1775-1778). Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

DIAS, Catharina Vergolino. O plano regional de desenvolvimento da Amazonia (1972-1974). Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (4): 55-68, set./dez. 1971.

_____. A SUDAM e sua área de atuação. Belém, SUDAM, 1971.

_____. Vida urbana na Amazonia. Revista Econômica do BASA, Belém, 2 (1): 13-20, jan./abr. 1972.

ECONOMIA do Amazonas e zona franca de Manaus; repercussão de atos fiscais. Revista de Finanças Públicas, Rio de Janeiro, (): 59-63, jun. 1969.

EMPRESARIADO reaje contra a SUFRAMA: zona franca. A Notícia, Manaus, 7 nov. 1976. 1 cad. p. 6-8.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE ESTADO DO AMAZONAS. Centro de Produtividade Industrial. Anuário industrial de Manaus, Manaus, A Federação, 1969.

FONSECA, C. A economia da borracha. Rio de Janeiro, Superintendência da Borracha, 1970.

FORTALECER e consolidar é a grande meta. A Notícia, Manaus, 24 out. 1982. Caderno de Indústria.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

GRAHAM, Douglas & HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Migration-regional and urban growth and development in Brasil; a selective analysis of the historical record, 1872-1970. São Paulo, USP. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1971.

GOVERNO do Amazonas adota nova política de desenvolvimentista. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 3 out. 1980. p. 12.

IANNI, Octávio. Estado e planejamento no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro, Civilização, 1971.

IANNI, Octávio. A luta pela terra. Petrópolis, Vozes, 1978.

JOSÉ entrevista Aluísio Campelo - superintendente da zona franca de Manaus (SUFRAMA). José - Jornal da Semana Inteira, Brasília, 2 (84): , 1979.

LAMARCA, Guilherme. El sistema educacional; ideologia y superestructura. Revista Mexicana de Sociologia, México, 35 (3): jul./set. 1973.

LEITE, Edgard Teixeira. O problema nacional da Amazonia. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1975.

LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. A ação do governo federal na Amazonia. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 1 (5): out. 1968.

_____. Ocupação da Amazonia só com o apoio militar. Revista dos Municípios do Ceará, Fortaleza, (13): 104-6, nov. 1967.

_____. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazonia. In: PROBLEMÁTICA da Amazonia. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1968.

LIMA, Carlos Dagoberto d'Araújo. Amazonia, a terra e o homem. 4 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1975.

LOPES, Gonçalves. O Amazonas-esboço histórico chorográfico e estatístico até o ano de 1902. Nova York, Hugo J. Harp., 1904.

LOPES, Mario Jorge Gois. Zona franca de Manaus. Enciclopédia Sarai
va, s.l., 78 (): 173-194, s.d.

MANAUS inicia nova era ao fabricar video-cassetes. Jornal do Bra-
sil, Rio de Janeiro, 28 fev. 1982. 1 cad. p. 27.

_____. torna-se o eldorado das compras. A Notícia, Manaus, 24
out. 1982. Caderno de Comércio.

MARTINS, Luciano. Política das corporações multinacionais na Améri-
ca Latina. Estudos CEBRAP, São Paulo, Jul./Set. 1975. (Caderno
CEBRAP, 5).

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
(Livros I, II e III).

_____. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo,
Martins Fontes, 1977.

_____. O 18º brumário e cartas a Kugelmann. 3 ed. Rio de Janei-
ro, Paz e Terra, 1977.

_____. Miséria da filosofia. São Paulo, Guipalho, 1976.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Cartas filosóficas e outros escri-
tos. São Paulo, Guipalho, 1977.

MATA, M. et alii. Migrações internas no Brasil; aspectos econômi-
cos e demográficos. Rio de Janeiro, IPEA, INPES, 1973. n.p. (Co-
leção Relatório de Pesquisa, 19).

dos. Neste sentido ela representou um dos mecanismos utilizados para a desnacionalização completa de vários setores da economia, sendo que o mais importante deles foi sem dúvida nenhuma, o eletro-eletrônico.

"Dentro de dois anos apenas uma pequena fábrica - a TELEOTTO Indústria e Comércio de Rádios - montará televisores preto e branco e em cores em São Paulo. Todas as grandes indústrias do país estarão com suas linhas de montagem completas na Zona Franca de Manaus, um oásis fabril em plena selva amazônica. Essa transferência é admitida hoje por todas as montadoras de televisores cujo nascimento e posterior desnacionalização os paulistas assistiram a partir da década de 50.

'Fomos para Manaus, por uma questão de sobrevivência', afirma Eugênio Staub, presidente do grupo Gradiente, que há dez anos implantou sua primeira fábrica de equipamentos de som modular na região. Para alguns empresários, a Zona Franca de Manaus, no que se refere ao polo eletrônico, é um processo irreversível. [Há dois anos estamos nos transferindo para Manaus], explica João de Assis Bennequm, diretor de relações industriais da Telefunken Rádio e Televisão. Apenas 30% da montagem de televisores da empresa permanece em São Paulo. E quem quiser ficar - adverte - vai ter problemas com custos." ⁷⁵

⁷⁵DIANEZI FILHO, Vicente. A Zona Franca esvazia São Paulo. Folha de S. Paulo, 3.10.82, p. 9.

Com a área total construída de 233.807,11m², as empresas do setor eletro-eletrônico absorvem cerca de 20.440 empregados, fato que, por si só, já demonstra a importância do setor no processo industrial brasileiro, cuja demanda de bens de elevada tecnologia, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, cresce em enormes proporções de ano para ano.

A crescente evolução da produção de bens nos últimos quatro anos justifica a posição do Grupo de Trabalho ao considerar o setor prioritário. A produção de aparelhos de TV a cores é um exemplo dos mais significativos: em 1976 a produção desses aparelhos nas indústrias na Zona Franca de Manaus era de 254 mil unidades e a produção global de outras regiões ficava em 392 mil. Em 1980, a produção da Zona Franca de Manaus cresceu para 1.050.000 unidades e a produção nas outras regiões caiu para 180 mil. Neste ano, 85% da demanda nacional de televisores a cores foi atendida pela Zona Franca de Manaus".⁷⁶

Outro setor que se destaca na estrutura produtiva da Zona Franca de Manaus é o metalúrgico, onde se desenvolvem tres tipos de indústrias: serralherias de alumínio, metais preciosos e brinquedos. No caso das serralherias de alumínio, a matéria prima poderá ser obtida, na região, caso haja integração com o projeto Trombetas. Atualmente, a matéria prima está vindo de outras regiões do país. Quan-

⁷⁶ Conselho aprecia nova política para o setor eletro-eletrônico. In: *Notícias da SUFRAMA*, janeiro, 1981, ano 1, nº 12, p. 8.

MELO, Noval Benaion de et alii. Pesquisa sobre emprego e salário real na indústria de transformação de Manaus. Manaus, SUFRAMA, FUA, 1983.

MENDES, Armando Dias. A Amazonia e o extrativismo. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (3): 5-7, maio/ago. 1971.

_____. Amazonia; primeira grande experiência brasileira de planejamento regional. Revista do Conselho Nacional de Economia, Rio de Janeiro, 14 (1): _____, 1965.

_____. Um projeto para a Amazonia. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (4): 35-8, set./dez. 1971.

MENDES, José Amando. A borracha no Brasil. São Paulo. Sociedade Imprensa Brasileira, 1943.

_____. A crise amazônica e a borracha. Porto, Typ. Santos, 1909.

MIRANDA, Jorge Babot. Os empresário do Sul no desenvolvimento econômico da Amazonia. Revista Econômica do BASA, Belém, 2 (1): 5-8, jan./abr. 1972.

MORAIS, F. et alii. Transamazônica. São Paulo, Brasiliense, 1970.

MOREIRA, M. de Mello & CARVALHO, J. A. Magno de. Migrações internas na região Norte. Belém, SUDAM, 1975. v.2.

MOURÃO, Francisco de Assis. Exportação; uma sondagem conjuntural na zona franca de Manaus. Notícias da SUFRAMA, Manaus, 2 (21): 4-5, out. 1981.

_____. Zona franza de Manaus; uma versão teórica. Notícias da SUFRAMA, Manaus, (): 4-5, jan. 1981.

NATHANIEL; o magnata da zona franca. VEJA, Rio de Janeiro, (637): 62, 19 nov. 1980.

NOGUEIRA, Francisco de Lamartine. Amazonia; oportunidades de investimento. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (1): 7.13, set./dez. 1970.

NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (século XVI-XVIII), Estudos CEBRAP, São Paulo, 1974 (Caderno CEBRAP, 17).

OCUPAÇÃO da Amazonia; superintendente da SUFRAMA falou a empresários. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 6 (66): 65.6, nov. 1973.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira; crítica à razão dualista. São Paulo, Brasiliense, 1977. (Seleção CEBRAP, 2).

_____. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

_____. Elezia para uma re (li) gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. Industria e latifúndio; uma paz duradoura. In: HISTÓRIA do Brasil. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Cadernos de Debate, 1).

_____. O plano de ação econômica do governo Castelo Branco; por que não terá êxito. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1 (): mar. 1965.

OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTIL, H. Mudanças na divisão inter regional do trabalho no Brasil. Estudos CEBRAP São Paulo, (4): 131-68, abr./jun. 1973.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo; notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (11): 101-140. maio 1979.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ernesto Luis de. A mudança da estrutura social e a universidade. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 53 (118): , abr./jun. 1970.

ONILDO, Elias. Para Onildo, a saída é crescer juntos. A Crítica. Manaus, 25 maio. 1982. p.6.

ONU DI. Industrial free zones as incentives to promote export-oriented industries; training workshop on industrial free zones, ID. WG., 112/3, oct./1971.

PAIXAO, Moacyr. Sobre uma geografia social da Amazonia. Manaus, s. ed., 1943.

PANDOLFO, Clara Martins. A Amazonia e seus problemas. Belém, SUDAM, 1972.

PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. Industria brasileira; alicerce da paz, do capital e trabalho. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 1 (3): , ago. 1968.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Estudos amazônicos. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1970.

PERES, Jefferson. Zona franca; desenvolvimento e estagnação. Revista da Faculdade de Ciências Econômicas, Manas, 2 (2): 5-8, dez. 1973.

PETHEY, B.C.C. de Melo. Aspectos da economia amazônica à época da depressão, 1920-1940. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 31(229): 112-391, 1972.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Novaes Sarmento. Classes médias urbanas; formação, natureza, intervenção na vida política. Revista Mexicana de Sociologia, México, 37 (2): abr./jun. 1975.

_____. Trabalho industrial no Brasil; uma revisão. Estudos CEBRAP, São Paulo, (14): ,out./dez. 1975.

PINTO, Lauro Alves. A participação das Forças Armadas na ocupação da Amazonia. In: PROBLEMÁTICA da Amazonia. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1968.

PINTO, Lucio Flávio. Amazonia; o anteato da destruição. Belém, Grafisa, s.d.

PORTO, Hannibal. Em defesa da Amazonia, 1906-1915. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1915.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

_____. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo-colonial. 7 ed. São Paulo, Brasiliense. 1963.

_____. História econômica do Brasil. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1956.

QUIAZON, Antônio B. Free trade zones; back growder. Impacto, Manille, (): ,out. 1979.

AS REALIZAÇÕES do Governo Federal na Amazonia. Defesa Nacional, Rio de Janeiro, (): 648, mar./abr. 1973.

REIS, Arthur César Ferreira. A Amazonia e a cobiça internacional.

4 ed. Rio de Janeiro, Comp. Ed. Americana, 1972.

_____. A Amazonia e os problemas brasileiros da projeção internacional do Brasil. In: PROBLEMÁTICA da Amazonia. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1969.

_____. Amazonia; incremento industrial e zona franca de Manaus (entrevista). Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 1 (8): 40-2, jan. 1969.

_____. A formação espiritual da Amazonia. Rio de Janeiro, SPVEA, 1964.

_____. A Integração da Amazonia na civilização brasileira. Rio de Janeiro, EDIGRAF, 1965.

_____. Lobo d'Almada; um estadista colonial, Manaus, s. ed., 1940.

_____. Manãos e outras villas. Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, 4 (4): , 1934.

_____. O mundo amazônico; Amazonia. Carta Mensal. Rio de Janeiro, 12/13 (144/145): 15-22, mar./abr. 1967.

_____. A participação da Amazonia no contexto cultural do Brasil. Revista Cultura, Rio de Janeiro, 1 (4): 13-31. out. 1967.

_____. O processo histórico da Amazonia. In: - Problemática da Amazonia. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, .. 1968.

_____. O processo histórico da economia amazonense. Imp. Nacional, 1944.

_____. O seringal e o seringueiro. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

REIS, Arthur César Ferreira. As sociedades amazônica; formação e peculiaridades. Síntese Política, Econômica e Social, Rio de Janeiro, 2 (5): , jan./mar. 1960.

_____. Súmula da história do Amazonas. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1965.

REIS, Olegário Pereira. Incentivos fiscais para o desenvolvimento SUDAM Documenta, Belém, 1 (1): 5-31, out./dez. 1969.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. Planejamento e utilização de recursos humanos no processo de desenvolvimento da região amazônica. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (4): 41-53, set./dez. 1971.

RITMO de desenvolvimento consolida a zona frnaca. O Dirigente Industrial, Rio de Janeiro, 11 (4): 28-30, dez. 1969.

SAES, Décio. Industrialização, populismo e classe média no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1975. (Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 6).

SANTA-ANNA NERY, Frederico José, Barão de. Le pays des Amazones. Paris, Librairie Guillaumin, 1899.

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazonia, 1800-1920. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.

_____. Visão crítica da situação do homem rural amazônico. Pará Desenvolvimento, Belém, (12/13): 99-104, jul./dez. 1970.

_____. O equilíbrio da firma aviadora e a significação econômico-institucional do aviamento. Pará Desenvolvimento, Belém, (3): 9-30, jun. 1968.

II RIDA mostra os rumos do processo. Indústria e Produtividade, Rio de Janeiro, 2 (23): , abr.1970.

SENNA, Milton Câmara. Os problemas e desafios da Amazonia Brasileira. Belém, SUDAM, 1973.

SERETE S.A. ENGENHARIA. Recursos humanos. In: ESTUDOS setoriais e levantamentos de dados da Amazonia, Belém, SUDAM, 1972.

SETOR industrial no plano de desenvolvimento da Amazonia. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 5 (55): 77-81, dez. 1972.

SILVA, Fernando Costa. Tecnologias, industrialização, educação. SUDAM Documenta, Belém, 1 (1): 49-52, out./dez. 1969.

SILVA, Fernando Resende da. Incentivos fiscais, acumulação de capital e emprego de mão-de.obra. Pesquisa e Planejamento Economico, Rio de Janeiro, 4 (4): , 1974

SILVA, J-J. Oliveira e. A sociedade amazônica e o problema social da desocupação e sub-ocupação. Belém, SUDAM, 1974.

SILVA, Luis Osires da. A luta pela Amazonia, São Paulo, Fulgar. 1962.

_____. O papel do Banco da Amazonia S.A. na região amazônica. Revista Econômica do BASA, Belém, 1 (4): 83-8, set./dez. 1971.

SILVA, Maria José Oliveira. Aspectos ocupacionais na sociedade A amazônica. SUDAM Documenta, Belém, 1 (4): 191-202, jul./set. 1970

SILVA, Miguel Cruz e. Ocupação do Amazonas, Manaus zona franca. Manaus, Vitória Régia, 1969.

SILVA, Pedro Melo da. Incentivos fiscais como mecânica de desenvolvimento da Amazonia. Belém, SUDAM, 1973.

SIMONSEN, Mario Henrique. O sistema brasileiro de incentivos fiscais. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 6 (68): 4-8, jan. 1974.

SIMONSEN, Mario Henrique. O sistema brasileiro de incentivos fiscais. Industria e Produtividade, Rio de Janeiro, 6 (69): 60-4, fev. 1974.

SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil, 1500-1820. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1944. v.2.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. Revista Mexicana de Sociologia, México, 36 (3): jul./set. 1974.

SOARES, Álvaro Teixeira. Amazonia. Rio de Janeiro, Artes Gráficas, 1967.

SOBREIRO, Júlio Reis. Zona franca de Manaus; perspectivas aos dez anos. Interior, Ministério do Interior, Brasília, 3 (16): 58-61, mar./abr. 1977.

SOUZA, Herbert José de. O capital transacional no Brasil. In: A INTERNACIONALIZAÇÃO da produção no Brasil e seus efeitos. Rio de Janeiro, PUC, Instituto de Relações Internacionais, s.d. Mimeografado.

SOUZA, Luiza Maria Rebelo de. Extensão; trabalho de intelectuais para as classes populares. Rio de Janeiro, FGV. EBAP, 1984

SOUZA, Marcio. "ABC" da zona franca de Manaus. Porantim, Manaus, 10-11, jan./fev 1980.

SPVEA. I Plano quinquenal. Belém, SPVEA, 1955.

_____. Programa de emergencia. Belém, SPVEA, 1955.

SUDAM. Amazonia; desenvolvimento e ocupação, Belém, SUDAM, 1968.

_____. Encontros de investidores na Amazonia. Belém, SUDAM, 1968

_____. Incentivos fiscais; regulamentação, Belém, SUDAM, 1968.

SUDAM, Normas e critério para a concessão dos incentivos fiscais em favor de empreendimentos localizados na região Amazônica.

Belém, SUDAM, s.d.

_____. Objetivos e instrumentos da política de desenvolvimento da Amazonia. Belém, SUDAM, 1973.

_____. Reunião de incentivo ao desenvolvimento da Amazonia; incentivos a iniciativa privada na Amazonia; perspectiva para e para o futuro, Belém, SUDAM, 1966.

SUFRAMA. Amazonia ocidental; zona franca e incentivos fiscais. Manaus, Imp. Oficial. 1967.

_____. estranha crítica à Sony. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 fev. 1981.

_____. Plano diretor plurianual da zona franca de Manaus, SUFRAMA, 1978.

_____. Reflexos da zona franca de Manaus no desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas; análise e sugestões. Manaus, SUFRAMA, 1969.

_____. Repercussão de atos fiscais na economia da Amazonia ocidental e no funcionamento da zona franca de Manaus, Manaus, SUFRAMA, 1969.

_____. Repercussão socio-econômica e sua atuação. Revista Brasileira de Política Interior, 11 (41-2): n.p., 1962.

_____. Termos de referência para o plano plurianual da zona franca de Manaus. Manaus, SUFRAMA, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro; ensaios sobre economia brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975

TOCANTINS, Leandro. Formação histórica do Acre. Rio de Janeiro, Con-
neiro, Conquista, 1961.

_____. A integração da Amazonia no complexo cultural brasilei-
ro. In: PROBLEMÁTICA da Amazonia. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do
Estudante do Brasil, 1969.

_____. Região, vida e expressão. Manaus, Governo do Estado do
Amazonas, 1965.

_____. O rio comanda a vida; uma interpretação da Amazonia. 7.
ed. Rio de Janeiro, Ed. Olympio, SUFRAMA, 1983.

TRENTIN, Bruno. A ideologia do neocapitalismo. In: PEREIRA, Luiz,
org. Perspectiva da capitalismo moderno. Rio de Janeiro, Zahar,
1971.

TRIGUEIR, Durmeval. A universidade e sua utopia. Revista Brasilei-
ra de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 50 (112): out/dez.
1968.

TUPIASSÚ, Amílcar Alves. Aspectos sociológicos da Amazonia. Rio
de Janeiro, Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos, 1965.

_____. Amílcar Alvez, Sociologia e desenvolvimento nacional.
Revista de Educação e Letras, Belém, 1 (2): 129-47, dez. 1963.

UCHOA, Júlio Benevides. Flagrantes educacionais do Amazonas de on-
tem. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Centro de Pesquisas Sócio-econômicas. A
Universidade do Amazonas; estrutura, primeiros resultados. Ma-
naus, Universidade do Amazonas, 1969.

USA. Depto. of Commerce, Business investments in foreign countries
Washington, 1960.

VALENTE, Maury Gurgel A Amazonia brasileira e as outras amazonais.
In: PROBLEMÁTICA da Amazonia, Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Es-
tudante do Brasil, 1969.

VARGAS, Getúlio, Presidente, 1930 1945. Discurso do Rio Amazonas (Manaus outubro de 1940). Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro 4 (2): 259-62, 1942.

VERNON, Raymond. Sovereignith at bay. Inc. NY. Londres, 1971.

WHIBBE, Stanley Livingstone. Distrito industrial de Manaus e sua expansão. Notícias da Suframa, Manaus, 1 (9):8 out, 1980.

ZONA franca - ano XVI. O Globo , Rio de Janeiro; 28 fev. 1983. Caderno Especial.

_____. o modelo de desenvolvimento que estpa escrevendo um importante capitulo na história de Manaus. A Notícia, Manaus, 24 out, 1982.

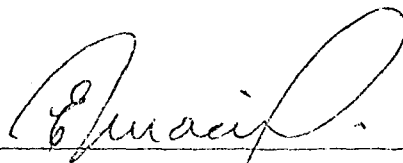
de Estudos Federais

.86

VIA aereia, U22A

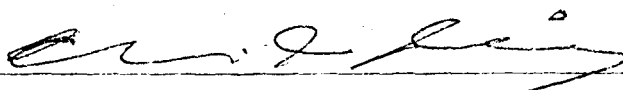
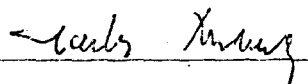
de Manaus, 24 out, 1982

Dissertação apresentada aos senhores



Elter Dias Maciel

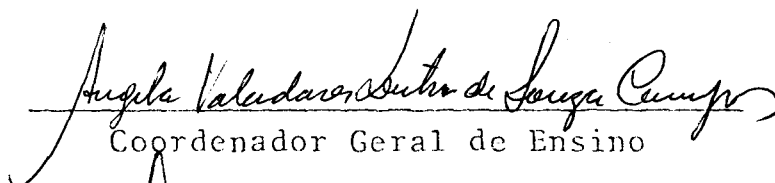
Nome dos compo
nentes da bar
ca examinadora



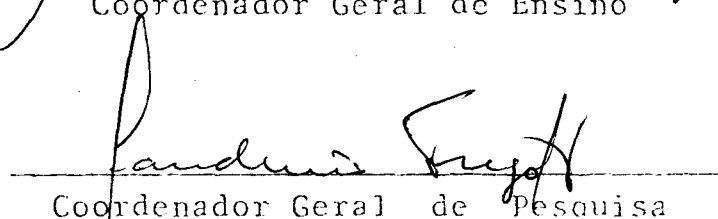
Olegário Reis

Visto e permitido a impressão

Rio de Janeiro, / /



Coordenador Geral de Ensino



Coordenador Geral de Pesquisa